VALENTIM F. BOUÇAS

ESTUDOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS

MEIO SÉCULO DE TRABALHO

VOLUME III

Edições Financeiras S.A.
Rua Debret 23-sala 1107
Rio de Janeiro

ESTUDOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS

336.81
B752

38 17256

PREFÁCIO

Êste volume, como os dois anteriores, enfeixa vários trabalhos que, no setor econômico-financeiro, elaboramos em determinada época de nossa vida, quando pela disposição de espírito, pelo entusiasmo em busca de melhores dias para nosso país, estávamos possuídos da verdadeira crença de que no tempo veríamos realizados os programas acalentados em nossa mente.

O tempo passa, os problemas multiplicam-se e assim, em determinados setores em que ontem fixávamos nosso pensamento, vemo-los hoje ainda mais acentuados, dentro daquilo que havíamos previsto e estudado com minudência. Volta-nos o entusiasmo à mente e como não possamos mais dilatar o estudo de múltiplos assuntos, tanto mais que a atualidade prova estarmos hoje certos daquilo que ontem escrevíamos, sentimo-nos, então, invalidos por um sentimento proveniente do perpassar de épocas cuja repetição não se processa. E a melhor forma de reviver aquilo que se tornou objeto de nossas lutas e preocupações, é avivar para nós e para os outros que nos sucederão, tudo quanto estudamos e escrevemos no passado. Não é um sentimento egoista, mas, sim, um exemplo para que outros, na observação do que escrevemos, possam prosseguir na crítica dos nossos trabalhos e, em meio, enxertar lições, exemplos e estudos capazes de preencher as lacunas que acaso tenhamos deixado naqueles escritos.

Há neste volume, entre vários trabalhos, os referentes aos tributos brasileiros, sua arrecadação em face da Constituição, discriminação de rendas e Código Tributário. Trata-se de elementos que estão na ordem do dia. Em nossa opinião, na profunda crise que atravessamos em 1955, quando quase todos os países se encontram em franca prosperidade, existe uma

parcela de responsabilidade da inadequada distribuição das rendas. A propósito, note-se destacadamente o fato de que os Estados, essas grandes entidades que formam a Federação, têm hoje sua renda principal proveniente do impôsto de Vendas e Consignações, representando sôbre o total da arrecadação dessas Unidades, uma percentagem média de 80 a 85%. Assim, quanto mais elevados forem os preços, mais arrecadarão os Estados, e, ao baixarem as mercadorias de prêço, procurarão êles equilibrar o decréscimo da arrecadação pelo aumento da incidência. É um sistema que, por fôrça das circunstâncias, vem opor-se ao decréscimo do custo da vida promovido ou orientado pela União. Com a ocorrência de casos dessa natureza se apresentam areias movediças sôbre as quais nada se pode construir e muito menos permitem elas o erguimento do edifício em que poderá abrigar-se a prosperidade, o poderio econômico do Brasil.

Rio de Janeiro, outubro de 1955

Valentim F. Bouças

OS TRIBUTOS E SUA ARRECADAÇÃO EM FACE DA CONSTITUIÇÃO (*)

Em qualquer estudo que se pretenda fazer sôbre a tão debatida questão tributária, ressalta, desde logo, a necessidade de separar os seus dois aspectos fundamentalmente distintos — o político-constitucional e o técnico-administrativo.

Efetivamente, os problemas relacionados com a discriminação de rendas exigem soluções diferentes dos relativos à técnica fiscal.

Na atual Assembléia Constituinte, as mais autorizadas vozes já se fizeram ouvir, procurando fixar diretrizes a serem firmadas na Conustituição em preparo, referentes à distribuição de competências entre a União, os Estados e os Municípios, para a arrecadação dos tributos.

A grande atenção dada ao assunto e o patriótico interêsse com que vem sendo discutido justificam os mais otimistas prognósticos. Os aplausos gerais e imediatos com que foi recebida a tendência francamente municipalista do primeiro ante-projeto da Comissão dos 37 demonstram que a opinião pública está atenta, acompanhando, anciosa pelos resultados, os trabalhos constitucionais.

Talvez fôsse êste o momento mais adequado para que o Govêrno, aproveitando o assunto em debate e a espectativa favorável, procurasse solucionar o grave problema de racionalização e aperfeiçoamento do seu aparelho arrecadador.

(*) Artigo publicado no "Boletim do C.T.E.F." n.º 68-69, de agôsto-setembro de 1946.

Todos os esforços dos constituintes em dotar o país de uma discriminação de rendas condizente com o seu progresso econômico serão anulados se não se procurar, paralelamente, reformar o sistema arrecadador.

"O melhor tributo perde suas qualidades intrínsecas se o aparelho fiscal fôr mal organizado".

Não basta enumerar quais os tributos que devem pertencer a êste ou aquêle poder tributante. Nem mesmo será suficiente traçar as linhas mestras que deverão orientar a elaboração das leis fiscais.

Todos os estudos sôbre a capacidade tributária, sôbre a repercussão e translação, sôbre a política de isenções, serão pouco eficientes se não fôr dada a necessária atenção à organização aos sistemas de cobrança. Os problemas da estruturação dos órgãos arrecadadores, da avaliação, do lançamento, da cobrança, da fiscalização, verificação e punição da fraude e dos funcionários desleais, do recolhimento, da prestação de contas, enfim todos os múltiplos e complexos problemas, que dizem respeito à técnica de arrecadação, são igualmente importantes e exigem atenção especial.

Em nosso país, talvez mais que em qualquer outro, êste aspecto assume grande importância, dadas as dificuldades, por vêzes intransponíveis, é bem verdade, com que luta o fisco para receber os impostos devidos.

Entre outras causas, podemos citar, como principais, a vastidão territorial, sendo que as distâncias entre os centros são alongadas, ainda, pela carência de transporte e comunicações rápidas e o nível de vida do interior, relativamente baixo, limitando a um mínimo, não só a capacidade tributária da população, mas também o número de contribuintes.

Por isso, o índice de arrecadação per-capita do Brasil é dos menores, se o compararmos com os dos demais países americanos, como se pode verificar pelo seguinte quadro, cujos dados foram extraídos do "El Anuario Panamericano" de 1945, assim como a paridade de cada moeda em relação ao dólar, tomada para as conversões:

N.º 1

PAISES	*Moedas*	Ano	*População*	*Receita Arrecadada*	*Paridade Cambial $ E. U. A.*	*Receita Per-Capital*	
						Moeda do País	*Em Cr$*
Argentina	Pesos	1942	13.708.386	1.277.000.000	0,2482	93,15	2.300,00
Bolívia	Bolivianos	1940	3.533.900	599.767.515	0,0236	169,72	407,33
Brasil	Cruzeiros	1943	44.400.000	5.442.600.000	0,0513	122,58	122,58
Canadá	Dólares	43-44	11.506.655	2.765.017.714	0,9091	240,30	4.373,46
Colômbia	Pesos	1943	9.523.200	78.496.346	0,5698	8,24	93,94
Costa Rica	Colones	1942	705.000	39.595.000	0,1779	56,16	202,18
Cuba	Pesos	1943	4.778.585	119.139.000	1,00	25,00	500,00
Chile	Pesos	1944	5.237.432	4.089.400.000	0,04	780,80	624,64
Equador	Sucres	1944	3.105.541	198.260.000	0,0741	63,84	89,38
Estados Unidos...	Dólares	1945	136.485.262	40.769.000.000	1,00	298,71	5.974,20
Guatemala	Quetzales	43-44	3.450.752	10.575.692	1,0	3,06	61,20
Haiti	Gourdes	42-43	3.000.000	32.729.087	0,20	9,10	36,40
Honduras	Lempiras	42-43	1.109.833	10.666.497	0,4902	9,61	94,18
México	Pesos	1943	21.153.321	703.000.000	0,2058	33,23	139,57
Nicarágua	Córdebas	43-44	1.380.000	45.060.789	0,1620	32,65	58,00
Panamá	Balboas	1942	631.637	22.300.000	1,00	35,31	706,00
Paraguai	Guaranyes	1945	1.040.420	22.910.000	0,3225	22,02	140,93
Peru	Sóles	1944	7.271.654	319.000.000	0,1538	43,87	131,61
R. Dominicana ...	Pesos	1943	1.969.773	17.549.180	1,00	8,91	178,20
Salvador	Colones	1942	1.829.816	20.146.835	0,40	11,01	88,08
Uruguai	Pesos	1942	2.164.000	92.100.000	0,6583	42,56	561,79
Venezuela	Bolivares	44-45	4.004.731	370.300.000	0,2985	92,47	554,82

FONTE: — "El Anuario Panamericano — 1945" — Pan American Associates — New York.

Examinando a última coluna do quadro, vê-se que os maiores índices cabem aos Estados Unidos e ao Canadá, com arrecadações, respectivamente, de Cr$ 5.974,20 e Cr$ 4.373,46 por habitante. Ainda elevado é o índice da Argentina, com Cr$ 2.300,00, seguido dos referentes às Repúblicas do Panamá, com Cr$ 706,00, e do Chile, com Cr$ 624,64. Com receitas per-capita superiores a Cr$ 500,00, estão também o Uruguai, Venezuela e Cuba. Todos os demais acusam índices inferiores, sendo que o menor pertence ao Haití, com apenas Cr$ 36,40.

Êstes números têm um valor relativo e são tomados apenas como têrmo de comparação, pois devem ser levados em conta, o valor da moeda, e potencialidade econômica e a densidade de população, diferentes em cada um dêsses países.

Entretanto, se considerarmos a relação existente entre a receita pública e a renda nacional, ou seja, entre o total dos recebimentos do Govêrno (para possibilitar os confrontos tomamos apenas a receita federal) e o "total dos rendimentos líquidos recebidos por tôdas as pessoas e instituições" (definição de Eugênio Gudin no seu "Relatório sôbre o projeto de planificação da Economia Brasileira"), teremos um índice mais seguro para medir a intensidade da sobrecarga fiscal, ou melhor, o valor relativo das importâncias que o Govêrno retira da riqueza particular para atender às despesas públicas.

Utilizando ainda os dados extraídos do "El Anuario Panamericano" de 1945, organizamos o seguinte quadro, pelo qual se pode constatar com grande surpresa para alguns, que apenas a República de Guatemala apresenta menor índice que o Brasil:

VALORES EM MOEDAS DE CADA PAÍS

Países	*Anos*	*Receita arrecadada*	*Renda nacional*	*% da receita s/ a renda nacional*
Argentina	1942	1.277.000.000	13.000.000.000	9,82
Bolívia	1940	599.767.515	5.000.000.000	11,98
Brasil	1943	5.442.600.000	90.000.000.000	6,05
Canadá	43–44	2.765.017.714	5.404.154.000	51,16
Colômbia	1943	78.496.346	1.250.000.000	6,28
Costa Rica	1942	39.595.000	530.000.000	7,47
Cuba	1943	119.139.000	551.000.000	21,62
Chile	1944	4.089.400.000	11.212.000.000	36,47
Equador	1944	198.260.000	1.530.000.000	12,96
Est. Unidos ...	1945	40.769.000.000	147.927.000.000	27,56
Guatemala	43–44	10.575.692	300.000.000	3,53
Haiti	42–43	32.729.087	300.000.000	10,91
Honduras	42–43	10.666.497	130.000.000	8,20
México	1943	703.000.000	3.000.000.000	23,43
Nicarágua	43–44	45.060.789	360.000.000	12,51
Panamá	1942	22.300.000	130.000.000	17,15
Paraguai	1945	22.910.000	62.500.000	36,66
Peru	1944	319.000.000	3.000.000.000	10,63
R. Dominicana.	1943	17.549.180	83.000.000	21,14
Salvador	1942	20.146.835	257.500.000	7,82
Uruguai	1942	92.100.000	356.944.000	25,80
Venezuela	44–45	370.300.000	2.680.000.000	13,82

FONTE: — "El Anuario Panamericano — 1945", editado pela Pan American Associates — New York.

Analisando ràpidamente o qualdro, verifica-se que a maior percentagem cabe ao Canadá com 51,16 %. Em segundo e terceiro lugar, temos o Paraguai e o Chile, respectivamente, com 36,66 e 36,47 %. Entre 30 e 20 % estão, em ordem decrescente, os Estados Unidos, Uruguai, México, Cuba e República Dominicana. Com índices acima de 10 % encontramos ainda o Panamá, Venezuela, Equador, Nicarágua, Bolívia, Haiti e Peru. As sete Repúblicas restantes apresentam índices inferiores a 10% , sendo que o Brasil encontra-se em penúltimo lugar.

A simples leitura dêsses dados estatísticos, sem o conhecimento prévio da realidade nacional, poderia levar à conclusão, devéras surpreendente, de que o contribuinte brasileiro

é dos menos onerados de tôda a América. O que, entretanto, parece incontestável, é ser o Brasil o país onde o Govêrno arrecada, efetivamente, menos impostos.

Êste aparente paradoxo se explica pela circunstância de que a sobrecarga suportada pelo contribuinte brasileiro não provém apenas de tributo pago mas, principalmente, das dificuldades que precisa vencer para poder pagá-lo.

E isto porque o nosso aparelhamento fiscal, com raras exceções, é arcaico, moroso, empírico e complexo. O contribuinte, para cumprir com o seu dever, precisa satisfazer um número incalculável de exigências, que convidam à evasão. As chamadas "sanções indiretas", ou sejam, as provas de quitação que o contribuinte é obrigado a fornecer ao próprio fisco, acarretam despesas injustas, que representam um novo impôsto totalmente absorvido pelos cartórios e despachantes. A fiscalização, como é exercida entre nós, permite conchavos e ajustes, dos quais o Govêrno e o contribuinte honesto são os espoliados. A ignorância das leis e resoluções fiscais é, por assim dizer, estimulada pela ausência de órgãos aparelhados para responder consultas e prestar informações.

O nosso sistema de arrecadação e contrôle clama por uma reforma saneadora. Esta é uma verdade por todos reconhecida, que vem há muito desafiando a inteligência dos administradores.

Em artigo publicado na Revista do Serviço Público, de fevereiro de 1938, o Diretor Geral da Fazenda lembrava que "os nossos métodos de arrecadação revestem certos aspectos de primitivismo, pois lembram as usanças do tempo colonial e as imperiais resoluções do Conselho de Estado do Primeiro Império". E note-se que as reclamações já eram bem numerosas naquele tempo, pois a nossa organização colonial deixava muito a desejar.

Em discurso que pronunciamos na Capital do Estado do Paraná, por ocasião da instalação de uma das reuniões preliminares, da Conferência Nacional de Legislação Tributária, realizada em 1941, traçamos o seguinte quadro da situação, ainda presente: "no regime atual, em conseqüência da multiplicidade de tributos, a arrecadação é dificílima e, na maioria dos Estados e Municípios, não se baseia mais na realidade

brasileira. Isso implica uma série de problemas correlatos, como seja, encarecimento dos serviços de arrecadação, maior evasão de rendas, com conseqüente e injusta agravação daqueles que pagam regularmente; surge a animosidade entre o fisco e o contribuinte, a intensificação das multas, os prejuízos de tôda a ordem, em suma, um malestar geral. Uma situação dessas, convenhamos, do ponto de vista econômico, não satisfaz ao Govêrno nem ao povo e muito menos ao país."

E prosseguindo: "Só uma reforma de caráter nacional poderá surtir o efeito almejado e inteligente, capaz de converter o critério empírico que o passado nos legou, no critério econômico de que precisa urgentemente o Brasil de hoje, que é também o Brasil de amanhã".

A reorganização do nosso aparelhamento fiscal, não deve ser adiada. Neste período de recuperação em que o Govêrno necessita de maiores recursos, uma reforma bem orientada trará, sem dúvida, a melhor solução. Aliviado do pesado ônus adicional, conseqüência do regime pernicioso de arrecadação, o contribuinte brasileiro poderá, sem sacrifício, aumentar consideràvelmente a receita nacional.

Urge escoimar os efeitos nocivos do nosso sistema tributário, que vêm retardando o progresso normal do país.

É preciso iniciar quanto antes a tarefa de simplificação, atualização e racionalização dos métodos e processos empregados pelas repartições arrecadadoras.

Taxamos a semente ao ser lançada à terra, em vez de aguardar os seus frutos. O resultado é que gravamos mais e arrecadamos menos. Si tivessemos mais paciência e melhor compreensão, esperando pelos frutos, taxaríamos menos por unidade, mas, no final, arrecadariamos muito mais.

Cumpre facilitar ao contribuinte o pagamento dos impostos devidos.

As leis fiscais e a respectiva interpretação pedem a mais ampla divulgação, e, dada a sua natural complexidade, requerem órgãos especiais e permanentes de informações e consultas.

O nosso quadro tributário, reclama modificações substanciais.

A nova discriminação de rendas, para que se torne eficiente e operante deve ser completada por uma total revisão e regulamentação dos impostos e taxas, atualmente cobrados pela União, Estados e Municípios, o número de tributos que não estão incluídos na enumeração constitucional é relativamente grande. Apenas 3 Estados — Amazonas, Pernambuco e Mato Grosso — limitam os seus impostos ao número estabelecido pela Constituição. Nos demais, a arrecadação dêsses tributos extra-discriminação atinge a importâncias por vêzes bem elevadas. Como exemplo, podemos citar que as percentagens alcançadas no exercício de 1944, sôbre as respectivas receitas tributárias foram: no Estado de Sergipe, 35,18 %; Piauí, 32,20%; Rio G. do Norte, 26,78%; Maranhão, 17,34%; Espírito Santo, 16,21% e Paraná, 14,85%.

É dentre estes tributos que se encontra a maioria dos inter-estaduais e anti-econômicos, infelizmente tão coonhecidos e variados.

Outro assunto que nos parece fundamental é o conceito de taxa fixado pelo artigo 133, n.º II, do ante-projeto da Comissão dos 37. Podendo cobrar taxas apenas "pelos seus serviços especiais e divisíveis" os Estados e Municípios estariam mais perto da conceituação clássica e universalmente aceita, mas teriam de modificar, inteiramente, os seus sistemas atuais. Talvez setenta por cento do que hoje é cobrado como taxa, não se enquadre naquela classificação, devendo passar para o grupo dos impostos, agravando, neste caso, a situação exposta acima com referência aos tributos que não constam da discriminação constitucional.

São questões relevantes que devem ser consideradas sem demora, juntamente com a reestruturação dos serviços de administração fazendária.

Em sua recente obra sôbre "O Impôsto — Teoria Moderna e Principais Sistemas", o Sr. Paul Hugon, ilustre Professor da Universidade de São Paulo e das Faculdades de Direito de Paris, depois de analisar a evolução geral da tributação brasileira, assim se expressa: "Por conseguinte, impôe-se ao Brasil esta reforma do conjunto do sistema fiscal, não só por motivos superiores ao estado particular de sua tributação, como também

pelos imperativos da moderna evolução que irão seguir todos os sistemas de impôstos, em função das necessidades e das esperanças da época atual".

Os males do nosso anacrônico sistema de cobrança dos impostos e taxas são por demais conhecidos e o fato de serem apontados com freqüência não diminui os seus danosos efeitos. Cumpre corrigí-los. Por outro lado, os remédios existem e podem ser aplicados. O Govêrno dispõe de técnicos competentes e de funcionários capazes. Nos arquivos ministeriais podem ser encontradas inúmeras contribuições de associações de classe e de particulares, contendo preciosas sugestões sôbre o assunto.

Torna-se necessário apenas coordenar êstes elementos, subordinando-os a um planejamento cuidadoso e definitivo.

As grandes iniciativas governamentais, a exemplo da Conferência Nacional de Legislação Tributária, não devem sofrer solução de continuidade. O problema é bastante complexo e a sua solução exige demoradas pesquisas e minuciosos estudos. Mas, por isso mesmo, deve ser atacado desde logo.

Outrossim, a experiência nos ensina que o problema deve ser analisado em conjunto, isto é, sob o aspecto federal, estadual e municipal. Qualquer reforma, para que atinja objetivos práticos, precisará, necessàriamente, alcançar as administrações da União, dos Estados e dos Municípios.

Os métodos de arrecadação devem variar, sem dúvida, de conformidade com a natureza dos tributos e com as peculiaridades regionais e locais, mas a orientação geral tem que ser uniforme e com bases econômicas bem definidas, visando sempre conjugar os interêsses do contribuinte e do fisco, para permitir o legítimo e harmonioso enriquecimento da nação.

Um código tributário nacional que venha fixar os princípios gerais, norteadores dos métodos de arrecadação dos impostos e taxas a serem empregados com homegeneidade em todo o país constituiria o complemento natural e indispensável da nova discriminação de rendas a ser estabelecida pelos Constituintes de 1946.

As crescentes e bem compreensíveis obrigações que pesam sôbre a União, Estados e Municípios, exigem, cada vez mais, uma arrecadação paralela.

Infelizmente, e essa é a dura verdade, o nosso método de taxar e arrecadar é como se fossem pedras espelhadas na ampla estrada da nossa evolução econômica, dificultando a marcha regular do carro da nossa prosperidade.

OS IMPOSTOS E A CONSTITUIÇÃO (*)

É de Justiça reconhecer e aplaudir a patriótica atenção e o merecido destaque com que vem sendo estudado, na atual Assembléia Constituinte, o capítulo da Discriminação de Rendas, talvez o mais importante da futura Constituição, se atentarmos para as suas repercussões de ordem política, financeira, econômica e mesmo social, como regulador efetivo das relações entre os poderes da União, Estados e Municípios.

A discriminação de rendas pressupõe, necessàriamente, uma repartição proporcional de encargos. E é, através da distribuição das competências e encargos, que se estabelecerá a verdadeira harmonia entre os poderes tributantes, assim como o grau de intensidade com que êles serão exercidos, simultâneamente. A União, os Estados e os Municípios devem dispor de certos recursos para satisfazer a determinadas despesas. Tôda a fôrça do regime federativo reside justamente na coordenação dêsses poderes.

Daí, o grande número de emendas apresentadas ao primeiro ante-projeto, elaborado pela Comissão Constitucional, valendo como um índice insofismável da importância dispensada ao assunto pelos Senhores Constituintes.

A orientação seguida pelos ilustres membros da Sub-Comissão, que estudou tão acuradamente o capítulo da Discriminação de Rendas, parece-nos acertada e feliz. O fortalecimento das receitas municipais, que constituiu o objetivo primordial do seu trabalho, representa uma medida de alta visão política que de há muito se impunha como salvaguarda da economia e unidade nacional.

(*) Artigo publicado no Boletim do C.T.E.F. ns. 70-72 — 4.º trimestre 1946.

MUNICÍPIOS — ORÇAMENTOS PARA 1945

UNIDADES FEDERADAS	Nº de Municípios	RECEITAS MUNICIPAIS — Cr$ 1.000,00										
		Mais de 5.000	+ de 2.000 a 5.000	+ de 1.000 a 2.000	+ de 500 a 1.000	+ de 300 a 500	+ de 100 a 300	+ de 80 a 100	+ de 60 a 80	+ de 40 a 60	+ de 20 a 40	Até 20
Território do Guaporé	2	—	—	(°) 1	1	—	—	—	—	—	—	—
Território do Acre	7	—	—	—	(°) 1	5	1	—	—	—	—	—
Amazonas	25	(°) 1	—	—	1	3	16	—	1	3	—	—
Território do Rio Branco	(x) 1	—	—	—	(°) 1	—	—	—	—	—	—	—
Pará	57	(°) 1	—	2	15	20	19	—	—	—	—	—
Território do Amapá	4	—	—	—	—	—	(°) 3	—	1	—	—	—
Maranhão	67	(°) 1	—	—	—	1	11	8	12	19	13	2
Piauí	47	—	—	(°) 3	1	1	13	5	5	5	10	4
Ceará	79	(°) 1	—	—	1	2	26	12	10	20	6	1
Rio Grande do Norte	42	—	(°) 1	—	1	1	16	8	9	3	3	—
Paraíba	41	—	(°) 2	—	4	4	27	1	2	1	—	—
Pernambuco	85	(°) 1	—	2	7	11	47	9	4	4	—	—
Alagoas	33	—	(°) 1	—	3	9	18	1	1	—	—	—
Sergipe	42	—	(°) 1	—	—	2	9	2	13	6	8	1
Bahia	150	(°) 1	2	2	7	12	61	29	19	14	3	—
Minas Gerais	316	(°) 2	5	12	40	76	172	8	2	—	1	—
Espírito Santo	33	(°) 1	—	1	2	2	17	4	5	1	—	—
Rio de Janeiro	52	(°) 3	6	7	11	9	16	—	—	—	—	—
São Paulo	305	(°) 4	19	21	50	42	128	10	15	10	6	—
Paraná	53	(°) 1	2	—	10	9	29	1	1	—	—	—
Território do Iguaçu	5	—	—	—	1	—	2	(°) 1	—	1	—	—
Santa Catarina	44	—	(°) 3	3	12	9	13	1	2	1	—	—
Rio Grande do Sul	92	(°) 4	14	18	36	19	1	—	—	—	—	—
Território de Ponta Porã	7	—	—	—	—	1	(°) 5	—	—	1	—	—
Mato Grosso	22	—	2	(°) 1	5	2	5	2	4	2	1	2
Goiaz	55	—	(°) 1	1	3	13	32	1	4	5	5	—
TOTAL	1.666	22	57	74	209	252	677	103	110	96	53	10

(x) — O município de Catrimani ainda não foi instalado.

(°) — Capital.

Uma rápida análise do quadro anexo, em que os 1666 Municípios brasileiros estão distribuídos em classe na base de suas receitas orçadas para o exercício de 1945, é suficiente para tornar, cada um de nós, um entusiasta da corrente municipalista. Seria motivo de espanto o fato de apenas 9 Municípios do interior e 12 Capitais apresentarem receitas superiores a Cr$ 5.000.000,00, se não verificássemos que 80% das Prefeituras do Brasil têm renda inferior a Cr$ 500.000,00, ou seja menos de quarenta mil cruzeiros mensais. E como podem atender a todos os seus múltiplos encargos os 10 Municípios que não conseguem prever mais de Cr$ 20.000,00 anuais? Note-se que as arrecadações do exercício anterior confirmam tão insignificantes totais, como se pode verificar pelos números seguintes, nos quais vemos Prefeituras com menos de mil cruzeiros mensais.

EM CRUZEIROS

MUNICIPIOS	*Receita orçada para 1945*	*Receita arrecadada em 1944*
Urbano Santos — MA	20.000	20.092
Parnaguá — PI	20.000	20.199
Solonópole — CE	20.000	(°) 15.051
Indiaroba — SE	20.000	20.838
Santa Filomena — PI	19.000	15.842
Bertolínia — PI	18.400	24.866
Ribeiro Gonçalves — PI	18.390	24.399
Araguaiana — MT	17.690	(°) 11.861
Benedito Leite — MA	16.000	12.543
Mato Grosso — MT	11.450	9.347

(°) — Balanços de 1943.

A superfície alcançada por estes dez Municípios equivale a 3,5% do território nacional, ou sejam, cêrca de 300.000 km.

Para têrmos uma idéia do que êste total representa, basta considerar que êle é igual à soma da superfície dos seguintes Estados: — Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Espírito Santo e Rio de Janeiro.

A Prefeitura de Mato Grosso, no Estado do mesmo nome, que arrecadou, em 1944, apenas Cr$ 9.247,00 tem uma superfície de 123.200 km², enquanto que os Estados de Alagoas, Sergipe e Rio de Janeiro, reunidos, têm sòmente 92.527 km².

A conclusão se impõe como um imperativo de ordem — maiores rendas para os Municípios.

A atual distribuição de impostos faz com que a União fique com 55% da receita tributária total, os Estados, com 37%, e as Municipalidades, com apenas 8%. Convém não esquecer ainda, quando abordamos êste ponto, que as contribuições das prefeituras, para atender a serviços normais dos Estados, atingiram, em alguns Orçamentos para 1945, até 20% das despesas municipais.

O referido ante-projeto procura corrigir essas diferenças, proibindo qualquer contribuição dos Municípios e favorecendo fortemente as suas receitas: 1.º) passando para a sua competência exclusiva a cobrança do Impôsto s/Indústrias e Profissões, atualmente dividido entre Estados e Municípios; 2.º) estabelecendo a paridade entre a renda estadual, proveniente dos impostos, menos o exportação, e o total da receita municipal e 3.º) distribuindo, entre todos os Municípios, 10% do Impôsto de Renda da União.

Apenas essas três providências farão com que não mais apareçam Prefeituras com renda inferior a Cr$ 150.000,00, mínimo razoável e indispensável à própria vida municipal.

Tôdas as demais inovações introduzidas no Capítulo da Discriminação de Rendas, pelo atual ante-projeto, são de ordem geral e não alteram, substancialmente, o quadro tributário nacional. Os impostos atribuídos à União, aos Estados e aos Municípios são os mesmos das Constituições anteriores.

Presentemente, entretanto, são cobrados, pelos Estados e Municípios, muitas dezenas de tributos extra-discriminação, isto é, não previstos, expressamente, pela Constituição.

De acôrdo com as normas e padrões estabelecidos pela Conferência de Técnicos em Contabilidade Pública e Assuntos Fazendários e aprovados pelo Decreto-lei 2.416, de 17 de julho de 1940, todos os tributos da mesma natureza foram grupados em rubricas padronizadas.

Considerando, pois, em conjunto, êsses grupos de impostos, verifica-se que, sòmente nos Orçamentos estaduais para 1946, encontram-se nada menos de oito rubricas, que englobam tributos não constantes da discriminação de renda, e assim distribuídos: Impôsto s/Transação e Inversão de Capitais — Paraíba, Bahia, Espírito Santo e São Paulo; Impostos s/Reajustamento Econômico — Paraná; Impôsto s/Tabacos e Derivados — Santa Catarina; Impôsto s/Bebidas Alcoólicas — Bahia, Paraná e Santa Catarina; Imposto s/Exploração Agrícola e Industrial — Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Sergipe, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Goiás; Impôsto s/Turismo e Hospedagem — Minas Gerais e Rio de Janeiro; Impôsto s/Jogos e Diversões — Paraíba, Alagoas, Minas Gerais e São Paulo; Impôsto Adicional — Pará, Piauí, Sergipe, São Paulo e Rio Grande do Sul.

Os Estados do Amazonas, Pernambuco e Mato Grosso são os únicos que limitam o número dos seus impostos ao fixado pela Constituição. Entretanto, não constituem pròpriamente exceção pois, na regulamentação dos respectivos tributos, vão atingir incidências que em outras Unidades Federadas são objeto de impostos independentes e cujas características essenciais fogem às estabelecidas para os Impostos da discriminação constitucional.

Para se considerar a importância e o número dêsses tributos, pode-se tomar como exemplo o Impôsto s/Exploração Agrícola e Industrial, que reune, nos Estados, os seguintes tributos, de acôrdo com os respectivos Orçamentos para 1946: 1) Impôsto s/Exploração Agrícola e Industrial; 2) Impôsto de Comercialização; 3) Taxa de Fomento e Classificação; 4) Impôsto s/Gado Bovino; 5) Impôsto de Produção; 6) Taxa de Defesa Sanitária Animal; 7) Taxa de Fomento Agrícola e Industrial; 8) Defesa do Café; 9) Impôsto s/Aguardente de Produção do Estado; 10) Taxa de Defesa do Café; 11) Taxa de Defesa do Açúcar; 12) Taxa Especial do Sal; 13) Taxa Especial do Cimento; 14) Taxa Especial do Carvão; 15) Cooperação letra "b"; 16) Defesa da Produção do Arroz; 17) Impôsto de Sangria; 18) Impôsto s/Minérios; 19) Gado abati-

do; 20) Renda de Fiscalização e Classificação de Produtos Agrícolas; e 21) Taxa de Defesa Florestal.

No setor municipal, esta mesma rubrica reúne 48 impostos diferentes.

Se, no seu conjunto, êsses impostos extra-discriminação representam apenas cêrca de 5 % da receita tributária total dos Estados, em alguns dêles assume importância capital, como, por exemplo, no Espirito Santo, Sergipe e Piauí, onde representam, respectivamente, 41, 36 e 33 %, da receita tributária prevista para o corrente exercício, para só citar as 3 maiores e mais significativas percentagens.

Justifica-se a não inclusão dêsses impostos na Discriminação de Rendas, visto que, embora numerosos, êles não ocorrem uniformemente, em todos os Estados, pois é através dêles que se manifestam, mais acentuadamente, as diferenças econômicas, oriundas de peculiaridades locais e regionais, exigindo diverso tratamento fiscal.

Cumpre, também, reconhecer que é entre êles que figuram os tão debatidos impostos de barreira, de produção e a maioria dos tributos considerados anti-econômicos, que tanto entravam o nosso progresso.

Êste aspecto do problema é fundamental. Pouco adiantará a simples discriminação de alguns impostos, se não fôr devidamente considerada a situação daquêles que, em número superior aos constantes da distribuição constitucional, continuam ao inteiro arbítrio de cada Govêrno.

Insistimos sôbre a gravidade do problema, que certamente não escapou à esclarecida visão dos que, na Assembléia Constituinte, tanto têm se dedicado ao estudo da questão, porque nos parece ser êste o momento mais oportuno para se procurar solucioná-lo.

Uma vez acordes em que não deverão figurar na Constituição todos êsses impostos, teremos que concordar, também, na necessidade absoluta, imprescindível, inadiável do seu estudo e da sua regulamentação em bases nacionais.

Trazida para o terreno da técnica, a relevante questão da competência e regulamentação dos tributos extra-discriminação deverá subordinar-se a um estudo de conjunto do sistema

tributário brasileiro, o qual, como todos reconhecem, clama por uma revisão total.

O programa iniciado tão auspiciosamente pela I Conferência Nacional de Legislação Tributária pode agora ter prosseguimento com renovadas possibilidades de êxito, de vez que a nova discriminação de rendas proporcionará oportunidade e ambiente propício a uma reforma saneadora.

Os estudos já realizados por técnicos competentes de todos os Estados constituem notável subsídio às futuras reuniões. Outras sugestões poderão ser apresentadas e estudadas como, por exemplo, a supressão total dos tributos extra-discriminação, que seriam compensados por uma pequena fração do Impôsto de Renda. Para isto, bastaria elevar ligeiramente as taxas atuais dêsse impôsto federal, dando-lhe uma maior flexibilidade arrecadadora para que se possa cobrar de todos e não apenas de alguns.

A previsão dos referidos tributos, nos Orçamentos estaduais para 1946, alcançou a importância de 169.606.000,00, que representa 6.27 % do Impôsto de Renda, previsto para o mesmo exercício em Cr$ 2.705.500.000,00.

Feitas algumas retificações e reclassificações, seriam suficientes 5 % da arrecadação atual do Impôsto de Renda, para livrar o comércio e principalmente os produtores de todo o Brasil de um número elevado de impostos, que vêm entravando a sua expansão, dificultando o trabalho criador e concorrendo de maneira considerável para o encarecimento da vida.

A consciência nacional está a exigir uma solução para o nosso problema tributário.

O Govêrno recebe pouco, enquanto as suas necessidades aumentam e, por outro lado, os contribuintes pagam muito, sem maior proveito. Demonstramos, em trabalho recente, que embora a receita pública represente, em nosso país, apenas 6 % da renda nacional, o contribuinte brasileiro é por demais onerado com encargos adicionais, provenientes da má organização do aparelhamento fiscal, encargos êsses absorvidos em despesas extras e bem significativas, que poderiam ser encaminhadas para o Govêrno.

O caminho a trilhar é grande e penoso, mas o percurso já vencido nos anima a esperar que, num futuro próximo, seja atingido o objetivo final da citada Conferência — dar ao nosso país um Código Tributário, livre dos erros do passado, para aplicação uniforme e homogênea em todo o território nacional.

Colocamo-nos entre aquêles que têm fé nos destinos do Brasil, e isto porque acreditamos no valor dos nossos homens e na fôrça irresistível da cooperação, de cujo poder construtivo os técnicos do Brasil têm dado eloqüentes exemplos.

A Padronização dos Orçamentos e Balanços dos Estados e Municípios, considerada há bem pouco como utopia, constitui hoje magnífica realidade, sendo mesmo, no II Congresso Interamericano de Municípios, realizado no Chile, em 1941, tomada como exemplo para as Municipalidades de tôda a América.

O CUSTO DE VIDA EM MARCHA PARA O INFINITO (*)

Uma nova onda aponta já ao longe com o fito de se promover uma alta nos salários dos comerciários. Indiscutìvelmente (diante da crescente tendência dos preços, principalmente de varêjo, é digna de se considerar a situação não apenas no que respeita aos comerciários, mas também em relação a tôdas as classes trabalhadoras, as quais baseiam seus gastos imprescindíveis no limite extremo de seus ordenados mensais e fixos.

Acusam-se os elementos uns aos outros, turmas de investigadores voluntários percorrem todos os pontos da cidade para deter o câmbio negro, mas a verdade é que as vitrinas e as portas das casas de negócio alteram constantemente os cartazes, afixando preços mais elevados sôbre a já escassa mercadoria apresentada à venda.

Não temos nós, nestes últimos tempos, ingressado nessa escola de constantes aumentos ?

Não têm as várias classes de empregados solicitado e obtido majoração de salários ?

E quais têm sido as conseqüências ? Os preços correm na frente dos salários ! E isto se explica, porque estes integram um dos fatores que entram na formação dos preços.

Logo, o que temos de fazer, não é aumentar os salários, e sim proceder a uma campanha para a baixa do custo da mercadoria.

(*) Artigo publicado no "Observador Econômico e Financeiro" n.º 129 de outubro de 1946.

Basta atender à saudade que temos agora dos poucos mil réis que anteriormente percebíamos e com os quais comprávamos muito mais artigos do que hoje, apesar de percebermos ordenados três vêzes mais elevados do que então.

Passemos em revista alguns dos elementos que hoje mais concorrem para o aumento dos preços:

a) — inflação (mãe de todos os vícios e vírus econômico-financeiro);

b) — o impôsto de consuma à base "ad-valorem";

c) — o impôsto de vendas e consignações;

d) — o aumento constante dos valores locativos;

e) — a gorgeta, matriz do mercado negro;

f) — a falta de transporte;

g) — a falta de imigração;

h) — o sistema tributário;

i) — a falta de importação.

Para que não se diga que apontar os males todos os fazem, mas já com os remédios a coisa é mais difícil, aqui estão, a nosso ver, os meios e modos de corrigir aquêles males:

a) — Para a Inflação: Limitar ao extremo e à custa de todos os sacrifícios, os gastos dos governos da União, dos Estados e dos Municípios, equilibrando os orçamentos. No que respeita aos Estados e Municípios, vale acentuar que na sua maioria vêm arrecadando mais do que o orçado e, no entanto, vão dilatando suas despesas na proporção do crescimento da arrecadação. Que arracadem mais, agora, porém que limitem as despesas ao estatuído nas respectivas leis de meios.

b) — Reformar o Impôsto de Consumo: Retornando à taxação fixa por unidade, fazendo desaparecer "ad valorem" que tem sido uma das causas concorrente para a elevação dos preços. Veja-se por exemplo, o que tem acontecido com o calçado.

c) — Revisar o Impôsto de Vendas e Consignações. Mediante a convocação de uma Conferência Nacional de Secretários de Fazenda de todos os Estados, estudar-se-ia a unificação do referido impôsto, disciplinando-o e limitando-o a uma taxa menor, pois a atual e sua incidência são a causa dos mais graves distúrbios na formação dos preços. O Impôsto

de Vendas Consignações foi a compensação encontrada para os Estados, quando estes perderam o impôsto de exportação. Mas dada a maneira como vem sendo estipulado, ocorre que o impôsto de vendas e consignações incide, desde a matéria prima até à entrega do produto ao consumidor, nunca menos de cinco vêzes, funcionando assim como um impôsto de exportação muito agravado.

d) — Revisão de Valor Locativo: Infelizmente os governos municipais, diante também da avalanche de gastos, procura aumentar sua arrecadação e, como conseqüência, embora mantendo suas taxas primitivas, procederam a uma revisão dos valores locativos, elevando-os em certos casos a cifras astronômicas. O resultado foi que as construções se tornaram mais caras e daí a necessidade de aumento dos aluguéis. Mas é preciso não esquecer que as municipalidades têm de enfrentar êste problema com coragem e resignigação, revendo e diminuindo o valor locativo sob pena de se verem lançadas numa situação mui aflitiva dentro em breve, com a falta de expansão imobiliária. Chegamos a ponto de termos a terra e as casas mais caras no Rio do que em Nova York ou Chicago !

e) — Abolição da Gorgeta: Não da pequena e tradicional gorgeta, mas daquela que representa o pagamento "por fora", maléfica prática que, sem dúvida, tem e vem concorrendo para a alimentação e formação do "mercado negro". Para se obter um lugar em taxi, num avião, no trem, para conseguir uma mesa no restaurante, uma cadeira no teatro, no barbeiro, etc., temos de pagar uma gorgeta que já começa a ser parte integrante do prêço.

f) — Falta de Transporte: Esta deveria ser uma das mais decisivas campanhas de sacrifício, por parte do govêrno, promovendo a abertura de estradas, contratando seus serviços a longo prazo, dando concessões, tal qual se fêz no Império, e finalmente ter pessoas de sua confiança no estrangeiro para promover todos os pessíveis embarques de trilhos, locomotivas, vagões, caminhões, ônibus, automóveis, etc..

g) — Imigração: A falta de imigração, isto é, a interrupção que fizemos desde longa data, foi como se tivessem secado as chuvas que alimentavam os rios e as reprêsas, que

faziam mover as turbinas de nossa expansão econômica. Estados sempre tiveram sua grande expansão baseada nas correntes imigratórias, e com a sua paralização que se verifica desde 1930, estamos hoje colhendo os frutos danosos dessa conseqüência com a enorme falta de braços no interior do país que determina mais um outro mercado negro: o da mão de obra.

h) — Sistema Tributário: Deveríamos retomar os trabalhos iniciados em 1940, realizados na Conferência de Legislação Tributária (Conselho Técnico de Economia e Finanças), e aproveitar a orientação traçada pela nova Constituição com o fim de disciplinar tão importante matéria. Podemos afirmar que o contribuinte brasileiro não se rebela contra o pagamento mas sim contra o excesso burocrático, contra essa complicadíssima engrenagem (União, Estados e Municípios) que numa corrida para ver quem mais pode lançar, colocam o contribuinte na angustiosa situação de perder o tempo e a cabeça no acêrto de suas contas, por ocasião dos pagamentos. O tempo perdido e a insegurança dos pagamentos efetuados contribuem incontestàvelmente em uma bem apreciada diminuição da produção.

i) — Falta de Importação: É bem sabido que o incremento da importação é um fator decisivo na expansão das correntes de exportação. Infelizmente, as minguadas produções nos demais países, nos quais nos abasteciamos em grande escala (Estados Unidos, Inglaterra e até a Argentina, com a falta de trigo), nos tem colocado em situação difícil, pois, enquanto continuamos a exportar, não encontramos uma contrapartida na importação. Conseqüentemente agravam-se ainda mais os nossos problemas internos com o aumento das letras de exportação. O govêrno na ânsia natural de evitar seus graves efeitos tratou de desestimular a exportação, criando a retenção dos 20 % sôbre as letras de exportação. Além disso, muitas fábricas têm suas licenças de exportação pràticamente trancadas, o que redundará em último caso numa crise bem próxima de produção de certos artigos, por falta de apoio no mercado externo. Faltar-nos-á em breve, refôrço ouro, e então nos poderemos encontrar numa situação ainda mais difícil, mas já agora, no sentido inverso: falta de letras de exportação.

Compreendemos bem o critério do govêrno, porém, não devemos esquecer que seria mais aconselhável uma orientação no sentido de obter o aumento de nossas importações dos Estados Unidos, da Inglaterra e de outros países da Europa, destacando elementos de positiva e declarada influência para acompanharem "in-loco" o encaminhamento dos negócios. Hoje, o muido, em matéria de máquinas, está como o andamento dos nossos processos nas repartições públicas. Quem acompanha o processo, movimentando-o nos protocolos, terá pronta solução, mas para aquêles que os abandonam à sua rotina, meses e até anos se escoarão sem que obtenham oportunidade para o despacho.

Com decisão, coragem e persistência, venceremos galhardamente esta grande crise !

Os aumentos de salários e os conseqüentes aumentos de preços têm o efeito de aspirina: fazem passar a dor de cabeça momentâneamente, mas não curam a sua causa !

SISTEMA DE TROCAS (*)

NOVA YORK — Pelo cabo. —

Tão diverso se mostra hoje o sistema de abastecimento do mundo, tão difícil se tornou o provimento até das necessidades mais elementares das populações, que se justifica a preocupação agora dominante quanto aos dias futuros. Estou entre os que olham para os tempos vindouros com receios, antevendo épocas em que o engenho humano será chamado a solver dificuldades de outro gênero além das oriundas da desorganização universal provocada pela catástrofe última, se quiser sobreviver e avançar na civilização.

Quatro grandes nações industriais regiam, pràticamente, antes da guerra, o abastecimento mundial. Eram elas os Estados Unidos, a Inglaterra, a Alemanha e o Japão. Diferente o conflito pelo progresso das armas, que arrasaram cidades e até nações inteiras, sacrificando os bens das populações civis, os edifícios, os equipamentos, até os móveis e utensílios, sem falar na completa subversão dos serviços públicos, especialmente transporte, os efeitos são ainda mais complexos que em casos anteriores. Ao terminar a conflagração, a necessidade de produtos industriais assume aspectos alarmantes. Todos precisam de tudo. As nações vencedoras e grandemente industrilizadas, como os Estados Unidos, têm fome própria de produção. O que sua vida interna exige para volta à possível normalidade requer pelo menos três anos de árduo trabalho e de aumento técnica de produção. Mesmo sem ter sido atingida diretamente pelos bombardeios, a população americana, de elevado "stan-

(*) Artigo publicado no "Observador Econômico e Financeiro", n.º 131, de dezembro de 1946.

dar" de vida, está ansiosa por utilidades domésticas, enquanto as necessidades no que se refere a transportes e habitações é enorme. O que acontece aos Estados Unidos se repete em vários países, inclusive os industrializados, notando-se que é quase nula a capacidade produtiva da Alemanha e do Japão, onde justamente as necessidades (nestes países e seus arredores) se mostram mais prementes e mais diversificadas.

Está, por conseguinte, o mundo, num dos seus momentos mais aflitivos, com uma fome extraordinária de produtos manufaturados contra uma capacidade produtiva fortemente diminuída. Detalhes em que se depositavam fundadas esperanças retardam. As máquinas que a Rússia retirou da Alemanha, por exemplo, como da Mandchúria, não produzirão tão cedo para o mundo externo, uma vez que as necessidades dos Soviets são provàvelmente superiores às dos demais países.

Torna-se imperioso enfrentar a realidade e verificar que, por motivos independentes de nossa vontade, caminharemos para o regime de trocas (Barter Sytem), uma vez que o dinheiro só tem valor quando se pode com êle adquirir alguma coisa. Há muito dinheiro no mundo, há muito ouro, mas inexiste aquilo em que êle se pode transformar que é a produção agrícola ou industrial.

O raciacínio a que nos conduz o aspecto apresentado pelo mundo nesta conturbada época da história, leva-nos a encontrar no Brasil um caso típico. Durante a guerra as nossas exportações foram superiores às importações.

Mais em valor que em volume, enquanto o que entrava era sempre menos em relação ao que o país necessitava e necessita para o seu próprio desenvolvimento. Acumulamos saldos no estrangeiro. Mas que se tendo operado a corrente de trocas dos produtos na mesma escala, o resultado foi e está sendo desastroso para o Brasil. Os saldos em dólares e em libras se mostram semelhantes a um "fundo de depreciação".

Faltam-nos importações e isto se reflete de modo trágico no nosso arcáico e desde antes da guerra precário sistema, se êste nome pode ter (com tal coisa não concorda o Coronel Macedo Soares), de transportes. Só isto chega para gerar um distúrbio econômico de conseqüências imprevisíveis.

A falta de saques de importação para contrabalançar as nossas letras de exportação, agravam por outro lado a situação e concorre para aumentar a inflação, causanoo males financeiros e sociais. Eleva-se o custo de vida, desenvolve-se o mercado negro, força-se o aumento dos preços e êstes redundam em greves que impõem os aumentos de salários, tudo num circulo vicioso irremediável. E ai se recorda a famosa frase de Lenine: "A inflação trabalha por nós"...

O Brasil se encontra numa encruzilhada. Exporta muito e isto lhe concede ouro no estrangeiro. Importa pouco e tem fome. Não nos devemos surpreender se a continuação de tal estado de coisas nos conduzir à prática do Regime de Trocas, que provàvelmente se estenderá por todo o mundo. Teremos de trocar a nossa produção exportável por aquilo que interesse à nossa vida.

Um exemplo típico da conjuntura em que nos encontramos se revela no caso do acôrdo entre o Brasil e a Argentina, no qual tivemos de ceder em legítimos interêsses para obter o trigo vital. Os pneus que o nosso país se comprometeu a enviar à Argentina são tirados do nosso consumo, estaremos cortando na nossa própria carne pela simples razão de que precisamos ter o alimento popular básico. E tinhamos saldos na república amiga... Além dêstes aspectos, o acôrdo nada mais é do que o reconhecimento do Sistema de Trocas lançado pela Alemanha durante os dez anos anteriores à guerra. E ai está também o acôrdo assinado com o Chile, onde a troca é instituída como base. A simples menção de que não se aplicaria a cláusula de nação mais favorecida a êste acôrdo basta para provar o caminho que o mundo vai preferindo.

Que fazer se os Estados Unidos estão em dificuldade para atender às requisições que lhes faz o mundo inteiro, já que as suas próprias necessidades não são menos importantes ? Há bem pouco o govêrno americano cumpriu magnificamente o programa que a si próprio impusera, de suprir o mundo aliado das armas necessárias à vitória. Trabalhamos agora para a paz e para a reconstrução. Façamos, portanto, um novo programa, distribuindo esta produção escassa.

Do ponto de vista particular do Brasil, devemos prestar um especial interêsse quanto ao que pudemos obter de imediato para aceleramento de importações.

Ainda que tenhamos aumentado extraordinàriamente os nossos negócios com a Europa, as estatísticas do ano que findou demonstram que em nada diminuiu o nosso intercâmbio com os Estados Unidos. Temos ainda nos americanos os nossos melhores compradores e melhores vendedores. Para atender a requisições imediatas poderíamos fazer uma investigação profunda em tudo quanto têm os ianques para vender desta ou aquela maneira, e iniciar compras em larga escala aproveitando os saldos e aliviando a aflição provocada pelo desequilíbrio entre exportação e importação.

Há, neste país, uma quantidade elevadíssima de máquinas (machine tools) que o Exército e a Marinha compram e que, devido o fim da guerra, não foram utilizadas. Não se trata de material recondicionado, e êste tem também coisas muito boas se bem escolhidas, mas de maquinário de primeira qualidade e intato, que se acha armazenado, encaixotado por várias partes do território americano. Naturalmente que a relação dêste imenso material, suas especificações técnicas, preços e condições de pagamento não estão ao alcance da mão. Torna-se precisa investigar em várias repartições, tratar detalhadamente manifestar vontade de comprar com acêrto, demonstrando o que quer comprar, o que demanda tempo. A sua aquisição ao nosso país, pois veículos e maquinário de tôda espécie podem ser obtidos com rapidez. Não seria o caso de adotarmos um sistema especial neste negócio, promovendo a troca ?

O que não resta dúvida é que a época em que vivemos, atribulada e complexa em tôdas as suas manifestações, conduzirá o mundo infalìvelmente a um novo sistema de intercâmbio. A troca se apresenta em primeiro lugar. Devemos enfrentar a realidade e encarar o futuro tendo em vista suas condições inusitadas.

AS RESPONSABILIDADES DO BRASIL (*)

I — Terra pobre, moeda pobre

Depois da Conferência Interamericana de Petropolis cresceram enormemente as responsabilidades do Brasil. A sua posição geográfica, sua extensão territorial das maiores do globo e seu desenvolvimento, têm que levar seus filhos a pensar mais decisiva e corajosamente em seu poderio econômico, fonte unica de onde pode decorrer a força capaz de corresponder aos compromissos firmados.

Sem incorrermos nos riscos de uma exaltação por queme-ufanistica, devemos medir as nossas possibilidades, e tomar a riqueza potencial como elemento seguro á previsão de um futuro extraordinário. O Brasil é hoje, possivelmente, o único país que reune condições capases de lhe assegurarem, a posição econômico-social que hoje desfrutam os Estados Unidos da América do Norte. Se isto é alentador, representa também o maior peso nas responsabilidades a que nos referimos, pois exige dos brasileiros trabalho e compreensão de sua exata posição política, como torna o nosso país alvo da cobiça dos que pretendem subverter o mundo para facilitar suas conquistas.

O exemplo dos Estados Unidos deve estar sempre presente sendo evidente que o nosso desenvolvimento tem muitos pontos de contacto histórico com o fenômeno ianque.

Que é, afinal, o americano, êste de quem ouvimos falar como formidável criador da mais portentosa nação da terra, e que também vemos sibilinamente relacionado como sinônimo de imperialismo?

(*) De uma serie de artigos publicados no "O Jornal" do Rio de Janeiro, em outubro de 1947.

Quando em muitos continentes ódios profundos separam irremediàvelmente os homens, o povo americano e seu país são exemplos da compreensão humana, da força, da liberdade. O homem é o resultado da fusão de raças e o sentido de liberdade se origina das razões mesmas que històricamente determinaram o seu encaminhamento para as terras americanas, razões provindas das divergências de religião, de desequilíbrios sociais e transtornos econômicos. Ainda há pouco, em plena guerra, os Estados Unidos eram tidos como arsenal da democracia e baluarte insuperável de sua defesa. Quando, nos campos de batalha da Europa, da África e da Ásia, e nos mares de todo o mundo, principalmente naquela tenebrosa rota de Murmannsk, tombavam os heroicos filhos de Tio Sam, nas listas de mortos e feridos os nomes relembravam os seus países de origem distante, não raro a Rússia, a Síria, a Hungria, a Rumânia, o Japão, a China, a Alemanha, a França, a Itália, a Espanha e muitos outros.

Como, pois, relacionar este país e este povo, resultantes da amalgama de raças mais liberal do planeta, com qualquer intento anti-democrática? E quem os acusa? Precisamente um regime onde a democracia não existe senão como mascara para os mais absurdos propositos contra a dignidade humana.

E' preciso não esquecer os propositos políticos que se escondem em tais manobras. Continuando a ser baluarte da democracia, os Estados Unidos são alvo dos que a combatem. Procura-se a sua desmoralização, a divisão do seu povo, a quebra do seu poderio econômico e o seu repúdio internacional. Daí a guerra tremenda, a propaganda incessante contra o americano, simulada em falsos nacionalismos e outros meios escusos. Pretende-se fechar nossas fronteiras à imigração estrangeira, imagina-se impedir a vinda do capital e da técnica sob a alegação de imperialismo, tudo dentro num plano que agora se articulará mais facilmente com a nova organização internacional comunista, plano que resultará infalìvelmente, se não repelido enèrgicamente no nosso crescente enfraquecimento.

Devemos nos convencer da imensas responsabilidades, e da necessidade de reagir fortemente contra a tendencia divisionista. Os brasileiros têm que se unir, compreender sua situa-

ção e trabalhar. Quando as condições sociais melhorarem em razão do fortalecimento econômico, o ambiente será infenso ás idéias de dissolução.

O homem e a técnica devem ser recebidos de braços abertos nesta terra, quando animados daquelas intenções que reconhecemos sadias. E para lhes estimular o trabalho, não devemos recusar antes devemos promover a vinda dos capitais cooperadores e estáveis. Foram estes elementos aqueles que acionaram o progresso americano. Eis o exemplo que não devemos perder de vista.

Hoje, é certo que o imperador do Japão tem uma opinião muito diversa, sôbre a esquadra americana, daquela que tinha no tempo em que seus subditos viam os navios e aviões nas fitas de cinema e liam nos jornais que só mesmo nas fitas eram os barcos de guerra e as asas americanas poderosos...

Foi a razão econômica que determinou a transformação formidável, processada num período tão breve que extasiou o mundo, da pacífica nação americana na mais poderosa potência militar.

E' a grande lição que o Brasil tem de observar sem perda de tempo, produzindo e trabalhando sem desfalecimentos. Deus deu-nos a terra e a vida. Na vida, temos uma grande fortuna à nossa disposiç.ão, que é o tempo. Na terra, temos o tesouro inesgotável de onde partirão as bases do monumento do progresso nacional. Olhemos para os erros do passado para não reincidir, e procuremos nos exemplos sadios de outros povos o estimulante, a marcha que devemos empreender.

Olhemos para a terra.

Desde Vaz Caminha, imitando sua famosa Carta de 1500 ao venturoso Don Manuel, outra coisa não fazemos sinão anunciar aos quatro ventos a fertilidade de um solo que exploramos há quatro séculos. E esta terra, empobrecida, desamparada, vai-se tornando dia a dia mais fraca. Faltam-lhe valiosos elementos orgânicos, mas não tratamos de atender a suas requisições. Através quatrocentos anos temos tirado da pobre terra brasileira tudo quanto ela pode dar, sem que, em troca tenhamos cuidado ao menos de aduba-la. Esta exploração sem quartel, desordenada e desapiedade, exauriu de tal maneira aquela

terra outrora dita fertilíssima que o espetáculo de hoje é de desolação e pobreza. Descuramos tanto da terra que agora temos na sua penúria a origem da nossa desgraça econômica e financeira.

Todos sabem quão certo é aquele axioma econômico que diz — terra fraca, economia fraca. A regra se confirma mais uma vez entre nós.

Há muito que proclamamos a necessidade urgente de cuidarmos da terra. Em várias oportunidades temos alertado os poderes públicos quanto à importância das requisições de fertilizantes. Estas linhas estavam escritas antes que se reunissem os técnicos que agora tratam do solo — e praza aos céus que de sua reunião saia alguma coisa de prático — antes que o Ministro da Agricultura fixasse com tanta propriedade o desolador quadro nacional da terra exaurida e abandonada.

E' da terra que tudo sai para o homem. Que podemos esperar dela se a maltratamos?

Os alimentos vegetais e animais, as madeiras, os minérios, os combustíveis, os vestuários, tudo vem direta ou indiratamente da terra. Mas ela, como os homens precisam de alimentos, as caldeiras de combustível e as máquinas de fôrça, ela precisa de renovação ante o esforço de produção. Esta renovação consiste em adubos e matérias orgânicas. Na natureza nada se cria, nada se perde — tudo se transforma. O solo rico traz riqueza ao agricultor através de colheitas fartas, destas advem a fortuna particular e o bem estar coletivo.

Infelizmente, entre nós só observamos o aproveitamento do solo enquanto êle está virgem. E agora que as manchas de terra fertil se tornam raras e longínquas, os problemas se acumulam e a economia nacional enfraquece.

Através a história, o que temos observado e a influência da pobreza da terra na vida econômica e social brasileira. Verdadeiros ciclos são marcados pela produtividade dêste ou daquele trecho do território nacional ocasionando a prosperidade de determinadas culturas, sobrevindo, com a exaustação do solo abandonado de cuidados, convulsões sociais por vezes violentas. São catastrofes econômicas degenerando em comoções políticas, tudo por culpa do abandono da terra. Desde o Pau-Brasil à crise

do açúcar do século XVII, do Vale do Paraíba às culturas paulistas hoje rumo norte do Paraná, do recôncavo baiano às regiões tornadas carentes até mesmo ao lado do leito das estradas de ferro, o que fizemos até hoje foi maltratar este inestimável patrimônio da terra, foi tornar terras férteis em trechos áridos, foi preparar a pobreza cada vez maior de cinqüenta milhões de habitantes de uma das mais vastas áreas do mundo, enquanto outros que vivem comprimidos em áreas muito menores conseguem fazer sua pouca terra produzir muito através séculos e séculos.

Quem olha para a Baixada Fluminense, onde outrora prosperou um dos fundamentos econômicos do Império, quem atenta para os números e constata como se vão tornando anti-econômicos os cafesais, quem percorre as velhas cidades fluminenses em caminho de abondono, quem está acostumado a viajar por trem entre Rio e São Paulo, por exemplo, e vê o mato crescer nas pequenas estradas que foram a via do transporte dos cafesais, não pode deixar de sentir o mal causado pela política criminosa de explorar sempre a terra sem nada lhe dar de volta. E ao drama do abandono se junta a tragédia da erosão...

O país está diante de um dilema: ou corrige os males que afligem sua agricultura ou torna cada vez mais pobre sua população. E a pobreza crescente é o clima ideal para as comoções violentas.

A moeda tem, na terra, sua segurança. Terra rica, moeda rica. Terra pobre, moeda pobre...

II — A terra e os transportes

Um dos problemas brasileiros de mais íntima ligação com a questão da terra é o de transportes. Neste momento de necessidade de aumento de produção, paradoxalmente ouvimos falar com desoladora constância em sacos armazenados ao longo das estações ferroviárias suplicando transporte, e em colheitas perdidas pela impossibilidade de atingirem centros de consumo.

Tais fatos não representam apenas perdas ocasionais, mas simbolisam um estado de coisas altamente prejudicial ao volume da produção e a seu preço. Ninguém se sente animado

— e a êste respeito convém lembrar o próprio Plano de Emergência — a produzir mais se a sua produção está condenada pela ausência de elementos de transportes. E por uma razão muito natural, que decorre da velha lei da oferta e procura, se a produção não é farta sua aquisição se torna difícil e cara.

O ciclo gerado pela carência de transporte resulta infalivelmente no sofrimento popular, fazendo-se sentir, por motivos óbvios, com maiores agravos nos pontos mais populosos. Evidentemente não é possível lançar todas as culpas da inquietação resultante da carência nos transportes, já que êles se apresentam como um élo, ainda que importantíssimo, da cadeia de circunstâncias formadoras do ambiente social. Entretanto, devemos pensar muito sèriamente nos transportes como fator decisivo no aumento da produção e na melhoria das condições de vida rural. Particularmente num país como o nosso, de tão vastas proporções geográficas e tamanha diversidade de regiões produtoras.

Não sería demasiado emprestarmos aos transportes atenções especiais, até de caráter político, partindo do reconhecimento de sua funda influência no que se refere à produção. Isto para justificarmos o emprego nêle dos nossos melhores esforços técnicos e de parte substancial do capital, nacional ou estrangeiro, disponível e a ser atraído. Evidentemente, aqueles interessados no estacionamento da produção para uma população em progressão geométrica recusam qualquer sugestão neste sentido. Mas o poder público não pode ser iludido, nem se deve deixar levar por uma exacerbação nacionalista intencionalmente provocada por quem menos patriotismo possúi. Capital e técnica estrangeiros se devem ser aplicados na produção de certas riquezas naturais indispensáveis à nossa expansão, são pela mesma forma necessários à melhoría do nosso sistema de transportes pois nele reside um elemento de abundância, ou seja, de tranquilidade social, além do mais.

As deficiências da nossa rede de transportes são as mais vivas, e várias circunstâncias no curso da implantação dos mesmos respondem pela situação desfavorável a que chegamos. No passado os êrros de orientação foram inúmeros e, em relação às ferrovias, os mais impressivos podem ser situados fàcil-

mente: não contamos com um mesmo tipo de bitolas, não possuimos estradas de interligação, e erigimos apenas um extenso serviço de penetração e escoamento, com a função de caudatário da vía marítima. As nossas ferrovías apenas trazem produtos para litoral, para centros de redistribuição, e nunca para os centros de consumo, cujo acesso à produção não raro se torna penoso. E' uma verdadeira submissão ao mar, a qual conta, no seu desenvolvimento com uma condição desfavorável: não aparelhamos a orla marítima para o exercício que lhe impuzemos. A marinha mercante brasileira não é capaz de realizar sozinha o papel de escoadouro dos produtos que descem de todo oeste para o litoral, os portos aparelhados são em número insignificante e raros podem desempenhar a contento o papel que lhe confiamos.

Seria insensato pretender, num simples artigo, estudar e criticar todo o problema nacional de transportes. Apenas visamos, aqui, fixar alguns aspectos, principalmente o que diz respeito à sua influência no aumento da produção.

O norte e o sul vivem ainda na dependência da ligação marítima, embora se conheçam várias soluções técnicas para o traço de união terrestre há muito desejado. Na última guerra essa contingência prejudicou enormemente a economia nacional, com o verdadeiro isolamento das duas grandes partes do país onde se transformaram em ilhas valiosos centro produtores de matérias primas e onde centros de consumo estiveram à mingua. Ainda agora prosseguem os trabalhos, e com ingentes sacrifícios, da ligação norte-sul através a junção dos trilhos da Central com os da Leste Brasileiro, ligação estratégica por excelência mas também de avantajada importância econômica. Os trabalhos que no curso das hostilidades realizou um batalhão ferroviário, pretendendo a ligação de Vila Bela de Mato Grosso e Porto Espiridião, foram paralisados, embora necessários à ligação por aquela via, com caminhos naturais de rios que descem do norte.

As nossas estradas de ferro fluiram de circunstâncias políticas e não econômicas. O critério político escolhia os traçados. Não se cogitava de dar ao país uma rêde suficiente de transportes e sim de ligar províncias e depois Estados, que, pela

proeminência política o exigiam com o centro do governo. Além dessa situação de carência e má distribuição de caminhos, situa-se uma "quilometragem morta" em grande extensão. O regime de construção, a destinação dos trilhos a monoculturas, o pagamento por quilômetro construído, responde por inúmeros traçados anti-econômicos. A faculdade dada aos interessados de alterarem os alinhamentos e os declives foi contraproducente e era a norma comumente praticada. E assim muitas vezes as economias de construção se traduziriam depois em aumento das despesas de custeio, como denunciou Cristiano Benedito Otoni. O desejo de lucro financeiro, a busca ávida de rápidas amortizações do capital investido nas emprezas foi outro fatôr prejudicial: era um exercício que onerava o custo dos transportes, impunha tarifas excepcionais que atingiam sempre sensìvelmente os preços dos produtos a serem dissolvidos no mercado interno e os gêneros exportáveis. E assim chegamos a 31.549 quilômetros, o que representa em face da nossa população e da nossa extensão territorial as seguintes expressões percentuais: 0,4% e 7,9%.

De 1925 a 1934, por exemplo, construimos, por Estado apenas os seguintes quilômetros: no Piauí, 8 quilômetros; no Ceará, 88; no Rio Grande do Norte, 129, na Paraíba, 132; em Pernambuco, 141, em Alagôas, 32; na Baía, 226; no Espírito Santo, 60; no Rio de Janeiro, 12; em São Paulo, 444; no Paraná, 301; em Santa Catarina, 81 e no Rio Grande do Sul, 97; em Minas, 640 quilômetros e em Goiás mais 39. Enquanto isso arrancamos trilhos em Sergipe, no Distrito Federal e em Mato Grosso, diminuindo-lhes a quilometragem assinalada no ano base.

Em 1889 já possuíamos mais da metade da quilometragem que existe atualmente. Já em 1924 um "expert" estrangeiro, Edwin Montagu, ao examinar a nossa situação econômica e financeira asseverou:

— Transporte é tudo o que é necessário.

Quem examina, todavia, a posição dos transportes ferroviários, pode suspeitar que o mesmo estacionou por um processo natural: a expansão das rodovias. Mesmo se examinarmos

no tocante ao gasto de combustível, as rodovias merecem melhor posição. A estrada de ferro no Brasil, pela nossa carência de carvão, foi a possibilitadora de um dos nossos males: o desflorestamento de inúmeras regiões onde a mesma passou a trabalhar, sem recuperações, com o carvão vegetal. Ainda hoje o combustível das ferrovias é, por excelência, a lenha. As locomotivas consumindo óleo diesel são, pràticamente, novidade. Além da Paulista, muito pouco há de sério em matéria de eletrificação, dado que a Central possúi trens elétricos apenas para os subúrbios do Rio de Janeiro.

Mas voltemos às rodovias, já que não temos tempo de tratar do transporte marítimo, nem devemos ficar a lastimar o criminoso inaproveitamento dêste extraordinário elemento que a natureza nos deu, o transporte fluvial.

Conta o país, segundo dados divulgados, com 200.336 quilômetros de rodovias, que se distribuem, segundo o tipo de leito, da seguinte forma:

Concreto hidráulico	163	quilômetros
Concreto asfáltico	81	"
Macadame betuminoso	2.062	"
Pedra britada	6.509	"
Terra melhorada	29.613	"
Terra não melhorada	161.908	"

Êsses algarismos revelam que, das rodovías que possuímos apenas cerca de 1% corresponde a caminhos capazes. Não é preciso salientar a condição de verdadeira penúria que os elementos expostos representam. São insuficientes as estradas de rodagem, porém o mal maior, o fator de encarecimento que nelas reside, está no seu péssimo estado e na sua influência sôbre o tempo de duração dos veículos.

Em virtude dos maus caminhos, os caminhões não resistem ordinàriamente, no Brasil, mais de dois anos. Todo o material se estragando ràpidamente, o prêço do transporte tem de ser elevado para que não venha a dar prejuízo a seu proprietário. O prejuízo, no caso, recai todo sôbre o consumidor, pois êle é

quem tem de pagar o custo desta imprevidência. A produção paga frétes elevados quando transportada dêste modo, e o país paga também por ser todo o material automóvel importado. Para dólares, continua obrigado a pagar em dólares quando não dispõe de cambiais, e porque os veículos de ontem já não prestam hoje, importa sempre, iludido quanto ao bom emprego das divisas escassas que não chegam nunca para satisfazer a fome das más estradas.

A última guerra, no tocante a transportes foi uma advertência. Diante da situação impressiva que surgiu diante de nós, surpreendemos a precariedade de mais de 31 mil quilômetros de ferrovias, de mais de 200 mil quilômetros de rodovías das quais 80% méras estradas, carroçáveis, de cerca de 50 mil quilômetros de vias fluviais relegadas ao abandono: um completo quadro de desaparelhamento, um sistema todo êle subsidiário do oceano e que apenas vive em função dêste.

O mercado interno brasileiro — e nós temos possibilidades para a criação de grande mercado interno que as nossas próprias condições geográficas auxiliam enormemente — restringe-se o mais possível, não desfruta de continuidade, limita-se à dependência de algumas zonas, tudo pela falta de uma rede de transportes compatível com as nossas necessidades.

Desejamos concitar as autoridades competentes a voltarem-se para os transportes com o mesmo empenho com que devem cuidar da terra. A ligação norte-sul, o entrelaçamento racional das ferrovias existentes, a ligação das vias fluviais por caminhos terrestres nos pontos de impedimento e a melhoria das condições de navegabilidade em todos os rios do país que já estão sendo utilizados, bem como o reequipamento das frotas e a criação de novas, são providências inadiáveis. Assim como é imperioso melhorar a pavimentação das nossas estradas de rodagem e reaparelhar as ferrovias sem o interêsse do lucro financeiro, olhos fitos apenas nos lucros econômicos.

Em matéria de rodovias, por exemplo, não seria mais barato para nós, que suportamos um desgaste incrível, pagar pedágio em estradas excelentes e estar importando caminhões que se inutilisam depois da baixíssima média de utilização de dois anos?

Uma hábil política de subvenções e uma inteligente aplicação de capitais injetaria sangue novo na economia brasileira. Porque o problema não é só de transportes, é também de fretes baixos.

AMORTIZAÇÕES DO "PLANO A" (*)

A aplicação dos fundos correspondentes aos serviços dos empréstimos retirados da circulação, por extinção, no que se relaciona a outras operações de crédito externas de um mesmo devedor, obedece ao disposto no art. 12 do Decreto-lei u.º 6.019, de 23 de novembro de 1943, e à cláusula "g" do Prospecto assinado nos Estados Unidos da América do Norte em 12 de junho de 1944.

Recentemente foi remetido à Secretaria do Conselho Técnico de Economia e Finanças, pelo Gabinete do Sr. Ministro da Fazenda, o processo n.º 298.774/46, no qual se contém uma consulta sôbre o assunto, feita pelo "The Council of Corporation of Foreign Bondholdrs", de Londres.

Em conformidade com a jurisprudência firmada para problemas correlatos, da própria dívida externa, a Secretaria Técnica emitiu o seguinte parecer, que mereceu aprovação do Exmo. Sr. Ministro da Fazenda:

1 — Temos a honra de devolver a V. Ex.ª o incluso processo n.º 298.744/46, que trata do expediente em que o "The Council of the Corporation of Foreign Bondholdrs", de Londres, a respeito do Prospecto de 12/6/44 sôbre a oferta do Acôrdo da Dívida Externa, regulado pelo Decreto-lei n.º 6.019, de 23 de novembro de 1943, feito aos portadores dos títulos brasileiros em dólares, que diz na cláusula "g":

"Efeito do recolhimento dos Títulos no "Plano A" de qualquer emissão. Feito o recolhimento de todos os títulos do "Plano A", de qualquer emissão, se houver quaisquer títulos do "Plano

---

(*) Publicado no "Boletim do C.T.E.F." ns. 73-75 — 1.º trimestre — 1947.

A" de outras emissões do mesmo Emitente, então em circulação, o Emitente continuará a fazer os pagamentos de serviço anual que teria de fazer relativamente à emissão retirada dos títulos do "Plano A". Esses pagamentos de serviço serão divididos entre os Agentes pagadores de outras emissões, proporcionalmente entre si, pelo valor nominal total dos títulos do "Plano A" dessas emissões não recolhidos e emitidos anteriormente",

solicita, por intermédio da Embaixada Inglesa, as seguintes informações:

a) se a segunda parte da cláusula transcrita, a qual define a obrigação do Govêrno Brasileiro sob o art. 12 do Decreto-lei n.º 6.019, é considerada como sendo tão obrigatória como o próprio Decreto-lei;

b) se o pagamento anual de uma emissão extinta deve ser dividido entre as outras emissões do mesmo Emitente, em proporção às importâncias originais de cada emissão, ou em proporção aos totais das outras emissões em circulação no tempo em que for feita tal divisão;

c) se o Govêrno Brasileiro tem intenção de adotar esta medida também em relação aos empréstimos em libras.

2 — Cumprindo o despacho exarado por V. Ex.ª a fls. 3 — verso, cabe a esta Secretaria Técnica informar:

a) o art. 12, § 1.º, do Decreto-lei n.º 6.019, de 23 de novembro de 1943, reza:

"No Plano A" o total do serviço anual de juros e amortizações estabelecido para cada devedor será constante até o resgate final de todos os títulos por êle emitidos e atualmente em circulação".

b) O Prospecto, assinado nos Estados Unidos da América em 12 de junho de 1944, deve ser considerado como regulamentação do Decreto-lei n.º 6.019, de 23 de novembro de 1943, no que concerne à adaptação dêste Decreto-lei à legislação norte-americana;

c) quanto a possíveis dúvidas surgidas na interpretação do *modus faciendi* da distribuição proporcional do pagamento do serviço anual de qualquer emissão retirada da circulação, deverá ser entendida, nos termos do art. 12 do Decreto-lei n.º

6.019, como sendo em proporção ao montante nominal em circulação das demais emissões, do mesmo devedor e de igual moeda, quando tal divisão for feita, isto é, *na época da extinção de cada empréstimo;*

d) sendo a divisão proporcional da importância destinada ao serviço da emissão extinta pelas demais emissões aquela que melhor atende aos interêsses dos portadores, dentro do espírito do art. 12 do Decreto-lei n.º 6.019, citado, o Govêrno Brasileiro, evidentemente, extenderá aos empréstimos em libras tratamento igual ao dado aos empréstimos em dólares.

3 — Nestas condições, esta Secretaria Técnica, é de parecer que pelo Sr. Ministro da Fazenda deveriam ser fixadas as seguintes normas relativas ao assunto:

a) na interpretação dos Acôrdos firmados nos Estados Unidos da América do Norte prevalecerão as disposições constantes dos Decretos-leis ns. 6.019 e 6.410, de 23 de novembro de 1943 e 10 de abril de 1944, respectivamente;

b) a distribuição da unidade de uma emissão extinta, pelas outras emissões do mesmo devedor, nos termos do art. 12 do Decreto-lei n.º 6.019, de 23 de novembro de 1943, será proporcional aos saldos em circulação das outras emissões, da mesma moeda, na época em que ocorrer a extinção;

c) extender-se-ão aos empréstimos em libras em igualdade de condições as disposições adotadas para os empréstimos em dólares na cláusula "g" do Prospecto assinado nos Estados Unidos da América do Norte em 12 de junho de 1944.

PRAZO DE EXTINÇÃO DE EMPRÉSTIMO DO ESTADO DE SANTA CATARINA (*)

Os decretos-leis ns. 6.019, de 23-XI-1943, e 6.410, de 10-VI-1944, fixaram normas definitivas para o serviço da dívida externa do Brasil e modificaram, em sua essência, os contratos originais dos empréstimos contraídos no exterior, achando-se em pleno curso a execução regular dos planos adotados, de acôrdo, no tocante ao assunto.

A propósito, entretanto, do prazo de extinção do empréstimo de 1922, em dólares, do Estado de Santa Catarina, estipulado no seu contrato como sendo de 25 anos, recebeu a Secretaria do Conselho Técnico de Economia e Finanças, para estudo, um expediente encaminhado pelo Govêrno do referido Estado, em que o "Central Hanover Bank and Trist Company", de New York, como "Trustee" do empréstimo, reclamava em 25 de março do corrente ano a entrega das arrecadações dos impostos hipotecados em garantia do respectivo capital e juros, sob a alegação de haver decorrido o vencimento final, encontrando-se ainda em circulação títulos daquela operação de crédito.

Informando o expediente citado, a Secretaria Técnica emitiu o seguinte parecer:

"Temos o prazer de acusar o recebimento do ofício n.º 177, de 1.º do corrente, com o qual V. Exa. nos encaminhou para estudo a carta dirigida ao Exmo. Sr. Governador dêsse Estado, que trata da solicitação feita pelo "Central Hanover Bank and Trust Company", de New York, "Trustee" do empréstimo de

(*) Publicado no "Boletim do "C.T.E.F." ns. 76-77, e 82-84, de 1947.

1922, em dólares, do Estado de Santa Catarina, no sentido de lhe serem transferidas as arrecadações dos impostos: Indústrias e Profissões, Territorial, Capital, Exportação, Tranmissão de Propriedade e Sêlo, de acôrdo com a cláusula III do contrato original do empréstimo, que diz:

"A) — Como segurança ou garantia do pagamento total do Capital e juros das apólices, fundo de amortização e despesas decorrentes dêste contrato ou do serviço do empréstimo, o Estado, por meio dêste, designa ao "Trustee", subordinado à preferência mencionada abaixo, o direito preferencial, em relação a quaisquer outros dos seus débitos presentes ou futuros, sôbre a receita a ser arrecadada, decretada em suas leis e inclusa no seu orçamento, com as designações de impôsto de indústria e profissões, impôsto territorial, impôsto de capital, impôsto de exportação, impôsto de transmissão de propriedade, e impôsto de sêlo, até o cumprimento da execução do presente contrato e o pagamento total do empréstimo; e com o fim de fazer a dita garantia efetiva, o Estado concorda que, no caso de qualquer falta sua em pagar o capital, juros de amortização ou de qualquer prestação de tal fundo, ou no pagamento de qualquer outra importância pagável de acôrdo com êste contrato, êle entregará a receita das anteriormente mencionadas taxas ao "Trustee", sujeito às preferências mencionadas aqui adiante, como e quando arrecadadas, até que a importância assim entregue seja suficiente para pagar tôdas as quantias em falta. No caso de falta em qualquer de tais pagamentos, o "Trustee" pode propor ação direta contra o Estado, perante o poder judiciário do Brasil, para a arrecadação das importâncias em falta, e fazer efetiva a segurança dos ditos impostos de indústrias e profissões, territorial, capital, exportação, transmissão de propriedade e selos sem prejuízo, a qualquer dos empréstimos externos de 1909 e 1911, mencionados aqui adiante na Cláusula III letra B".

Esta solicitação se prende à circunstância de não ter sido liquidado o empréstimo de 1922 no prazo de extinção de 25 anos estipulado naquele contrato, cujo efeito teria data em 1.º de fevereiro de 1947, alegando ainda o "Trustee" que o citado con-

trato de 1922 não reconheceu o plano baixado com o Decreto-lei n.º 6.019, de 23 de novembro de 1943.

Com relação ao assunto, cabe a esta Secretaria Técnica, em princípio, apontar a impertinência do pedido ora formulado pelo "Central Hanover Bank", por isso que, a aceitação, expressa ou tácita, dos esquemas de pagamento da Dívida Externa Brasileira, baixados com o Decreto n.º 23.829, de 5 de fevereiro de 1934, e Decreto-lei n.º 2.085, de 8 de março de 1940, determinou a prorrogação do prazo final de extinção de todos os empréstimos brasileiros, inclusive o de 1922 em questão, considerando que aquêles planos de serviço não contemplaram forma de amortização (salvo para os empréstimos de garantias especiais), e, conseqüentemente, não era óbvio esperar prevalecesse aquela data contratual.

No mesmo passo, o Decreto-lei n.º 6.019, de 23 de novembro de 1943, deixou explícito em sua introdução que êsse plano foi o resultado auspicioso de entendimentos levados a efeito entre os representantes dos interessados e dos respectivos govêrnos e, ao fixar *normas definitivas* para o pagamento e serviço dos empréstimos externos em libras e dólares, revogou, em sua substância, os contratos anteriormente, realizados, tanto mais que o Govêrno Federal tomou a si a responsabilidade dos pagamentos da dívida externa quanto aos títulos incluídos no plano "B". E com relação ao plano "A" também está diretamente fiscalizando a entrega dos fundos necessários aos serviços dos empréstimos estaduais e municipais, com a intenção primordial de salvaguardar os interêsses do Brasil.

Na realidade, o Decreto-lei n.º 6.019 citado e os acordos conseqüentes da sua adaptação à legislação norteamericana não exoneraram os emitentes das obrigações constantes dos contratos primitivos, no que respeita às garantias dos respectivos empréstimos. Mas com relação ao prazo de extinção, o Prospecto da Oferta (Registration Statement n.º 2 — 5285, de 20-7-1944) da "Securities Exchange Commission", Filadélfia, Pa (pág. 5), substituiu a data original de terminação do empréstimo, conforme se contém no título "Provisions of Plan A Bonds", letra *a, in-fine*:

"The maturity thereof will be extended to the respective dates set forth in column (d), above", onde figura a data de 1.º de agôsto de 2001 para vencimento final do empréstimo de 1922 em causa.

Nestas condições, não nos parece aceitável a reclamação apresentada ao Estado de Santa Catarina pelo "Central Hanover Bank and Trust Company", feita injustificadamente em face das disposições em vigor que regulam a execução dos serviços da Dívida Externa Brasileira".

No Boletim de abril-maio, esta Secretaria Técnica publicou o parecer expedido em relação à reclamação do Central Hanover Bank and Trust Company, de New York, encaminhada pelo Estado de Santa Catarina, para que fôsse a entrega das arrecadações dos impostos penhorados ao serviço do empréstimo, em dólares, de 1922, do referido Estado, em virtude de se ter esgotado em 1.º de fevereiro de 1947, o prazo estabelecido no contra original.

Em carta datada de 1.º de agôsto p. passado, o Central Hanover, em nome dos portadores de títulos do referido empréstimo que não aceitaram os Acordos baixados com os Decretos-leis ns. 6.019 e 6.410, de 23-11-1943 e 10-4-1944, apresentou novos argumentos, em que julga incompreensível possam tais portadores ter seus direitos modificados pela ação unilateral daqueles instrumentos legais.

Em resposta dirigimos ao Secretário da Fazenda do Estado de Santa Catarina o ofício n. S/1035/47, no qual foi emitido o seguinte parecer:

"Acusamos o recebimento do ofício n.º 585/47, de V. Exa., que versa sôbre os novos argumentos apresentados em carta de 1.º de agôsto de 1947 pelo Central Hanover Bank and Trust Company, de New York, "trustee" do empréstimo de 1922, em dólares, dêsse Estado, em relação à remessa das rendas arrecadadas dos impostos penhorados ao serviços da mencionada operação de crédito, por se ter esgotado em 1-2-1947 o prazo do citado empréstimo.

Em princípio, cabe-nos ratificar os têrmos do nosso ofício n.º S/324, de 9 de abril do corrente ano, com o qual contestamos as alegações anteriormente feitas pelo Central Hanover

Bank, em face de disposições do Decreto-lei n.º 6.019, de 23-11-1943, e dos Acordos conseqüentes daquele diploma legal, assinados após acurados estudos feitos não só em relação à legislação norte-americana, como também às exigências dos próprios agentes pagadores dos empréstimos externos brasileiros emitidos em dólares.

Nos argumentos agora apresentados, focaliza o Central Hanover Bank a circunstância de não estarem subordinados ao regime do Decreto-lei n.º 6.019, citado, os portadores que não optaram por um dos planos "A" ou "B" nele oferecidos, sob o fundamento de ser incompreensível possam ser os direitos dêsses portadores, a qualquer momento, modificados por uma ação unilateral.

Não colhe o argumento. Como já tivemos ocasião de acentuar, o Decreto-lei n.º 6.019, que baixou os planos de pagamento do serviço da dívida externa brasileira em libras e dólares, foi o resultado de entendimentos levados a efeito, quanto à dívida externa em dólares, entre o Foreign Bondholders Protective Council, Inc., de Nova York, representado pelos Srs. Robert Mc Cormick e Lee Orton; o Govêrno dos Estados Unidos da América do Norte por intermédio do Sr. Ivan White, da Embaixada Americana, de um lado, e o Govêrno do Brasil, de outro, sendo o referido Decreto-lei n.º 6.019 elaborado com a interferência direta daqueles representantes americanos no que tange aos preceitos que nele se contêm. Também, as relações mantidas, em prosseguimento, nos Estados Unidos, que culminaram com a assinatura do "Prospecto" contendo a oferta feita aos portadores de títulos brasileiros em dólares, da "Escritura Geral" relativa a êsses títulos e dos "Contratos" firmados entre o Govêrno Brasileiro e os agentes pagadores em relação a cada empréstimo, foram, como uma conseqüência lógica, realizadas em ambiente de absoluta compreensão e unidade de objetivos, com a participação ainda de todos os interessados e a assistência efetiva dos respectivos governos. Não se pode, pois, inquinar de unilateral um acôrdo de vontades em que as partes por intermédio de seus representantes legais expõem largamente os seus pontos de vista e defendem livremente os seus interêsses.

Não há porque considerar, ademais, que os planos de pagamentos da dívida externa, em vigor, possam excluir ou não subordinar os portadores que não optaram pelo plano "A" ou "B", em nome dos quais advoga o Central Hanover a questão aqui suscitada.

Senão, vejamos o que diz a legislação que regula a matéria.

Decreto-lei n.º 6.019:

"Art. 4.º — O prazo concedido aos portadores de títulos para exercerem a opção a que se refere o art. 1.º dêste Decreto-lei será de doze (12) meses, contados a partir de 1.º de janeiro e a terminar em 31 de dezembro de 1944, podendo o Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda autorizar a sua prorrogação".

"§ 2.º — Se decorrido o prazo estabelecido neste artigo o portador não houve exercido a opção, será automàticamente incluído no "Prano A", sendo-lhe assegurado o direito de percepção dos juros vencidos, a contar da data a que se refere o parágrafo anterior" (1.º de janeiro de 1944).

Fundado na parte final dêsse artigo 4.º (caput) e atendendo às reiteradas solicitações dos portadores feitas através de seus órgãos representativos, o Exmo. Sr. Ministro da Fazenda prorrogou aquêle prazo até 30 de junho de 1946.

A leitura do texto acima transcrito não deixa dúvida quanto ao entendimento de que, a partir da data prescrita para encerramento do exercício da apção, não se poderá falar em três categorias de títulos. Haverá, apenas, duas: os incluídos no plano "B" e os por opção ou *automàticamente* incluídos no "A", estes sujeitos às disposições que regem todos os efeitos dos títulos no plano "A".

Êsse mesmo entendimento se completa pelas cláusulas constantes da "Oferta" feita aos portadores, em que, sob a rubrica "Consequências da falta de exercício da opção", se lê *expressis verbis*:

"Se qualquer portador de Títulos Primitivos deixar de aceitar o "Plano A" ou o "Plano B", para os seus títulos, dentro do prazo de opção, êsses títulos para os efeitos da presente Oferta

serão automàticamente considerados como apresentados antes de encerrado o Prazo de Opção, *e depois da data do encerramento do Prazo de Opção êsses Títulos Primitivos serão considerados Títulos do "Plano A", em circulação, apesar de não apresentados nos têrmos do "Plano A"; e os direitos dos portadores dêsses Títulos Primitivos, as obrigações de seus Emitentes a êles relativas e o tratamento a dispensar aos mesmos, nos têrmos desta Oferta, serão determinadas como se houvessem sido, de fato, devidamente apresentados paar aceitação do "Plano A"* e respectivamente carimbados antes do encerramento do Prazo de Opção; fica entendido que nenhum Portador de qualquer dêsses títulos terá direito de receber o seu preço de resgate ou juros a pagar sôbre êles, desde a data de serviço de juros imediatamente anterior a 1.º de janeiro de 1944 e após ela, enquanto os títulos não houverem sido apresentados para carimbagem como disposto acima sob a rubrica "Carimbagem de Títulos do Plano A" (grifamos).

Da análise dessa cláusula decorre que o tratamento oferecido ao portador que não exerceu o direito de opção no devido tempo, não é, e não poderia ser, diverso do que se dispensa a portador que apresentou os seus títulos no prazo determinado e escolheu o Plano "A", por isso que os títulos do primeiro, "não carimbados", *foram automàticamente considerados do plano A*, não lhe assistindo, portanto, regalias diferentes quanto à faculdade de exigir lhe sejam abonadas as garantias contidas no contrato original de cada empréstimo.

Pela interpretação daqueles dispositivos se conclui ainda que o portador de um título primitivo não carimbado) tendo os mesmos direitos outorgados ao que optou pelo plano A a seu tempo, não pode exercer tais direitos senão após estarem seus títulos devidamente credenciados pela carimbagem.

Ao que tudo indica, o Central Hanover Bank está promovendo a presente reclamação baseado na cláusula 10 do novo "Contrato" assinado m 7 de junho de 1944 pelo govêrno brasileiro e aquêle estabelecimento em relação ao empréstimo de 1922 do Estado de Santa Catarina, intitulada "Da continuação do disposto em contratos de empréstimos", que reza:

"Nada que constar por carimbo dos Títulos ou dos coupons por fôrça do Plano "A", nem o recolhimento dos Títulos para troca por títulos novos, nos têrmos do Plano "B", nem a entrega dêsses Títulos Primitivos ao Depositário, por conta do Govêrno, desobrigará, exonerará ou modificará as obrigações do Emitente constante nos respectivos contratos de Empréstimos, no que respeita gravame e aplicações de quaisquer rendas, impostos ou outra receita ou bens ou o produto de venda ou outra disposição de bens de qualquer natureza. O disposto nos Contratos de Empréstimos, relativamente a essas rendas, impostos, receita e produtos continuará em pleno vigor e efeito em favor dos portadores de títulos do Plano "A" e do Govêrno como portador dos Títulos Primitivos",

cláusula que foi informada na de texto correspondente e mais amplo da Oferta e no artigo 5.º do Decreto-lei n.º 6.019, de 23-11-43, que não liberam o devedor original das responsabilidades contratuais do empréstimo, apenas no que respeita às garantias efetivas concedidas aos portadores.

Mas, relativamente ao prazo de extinção do empréstimo, há de valer o que se estipulou no "Registration Statement" n.º 25.285, de 20-7-1944 (Prospecto da Oferta) do Securities Exchange Commission, Filadelfia, Pa. (Págs. 5), pelo qual ficou terminantemente fixada a data de 1.º *de agôsto de* 2001 para vencimento final do empréstimo de 1922 de Santa Catarina. Portanto, não poderá prevalecer o vencimento mencionado do contrato original (1 de fevereiro de 1947) que foi revogado pela nova disposição. Assim, antes de 1.º de agôsto de 2001, não poderá nenhum portador de título de empréstimo de Santa Catarina de 1922, do "Plano A", carimbado ou não, pretender, por quaisquer formas admitidas em direito, impôr ao respectivo emitente a obrigação da entrega das rendas constituídas como garantia daquele empréstimo, entrega que só poderia ainda ser reclamada na hipótese do inadimplemento por parte do Estado, fato que ainda não se verificou.

No decorrer da execução dos acordos baixados, com o Decreto-lei n.º 6.019, segundo dados apurados até 15 de outubro do corrente ano, o empréstimo em referência apresenta uma situação privilegiada, conforme a seguinte demonstração:

Circulação em novembro de 1943		$ 2.651.500
Apresentados para aceite do plano "B".....	1.719.900	
Idem, idem para aceite do plano "A".....	625.200	
Não apresentados e incluídos automàticamente no plano "A"	306.400	$ 2.651.500

donde se verifica que apenas 11,5% do capital circulante em 23 de novembro de 1943 não foram expontâneamente apresentados para opção.

Em face dêsses elementos será de justiça proclamar a falta de amparo legal para os argumentos apresentados pelo Central Hanover Bank. Outro aspecto que merece ser também considerado é que aquêle estabelecimento vem participando diretamente como "Trustee" do empréstimo de 1922, e dando a sua aprovação a tudo quanto se relaciona com o novo plano de pagamentos da divida externa, recebendo as taxas convencionadas pela prestação dos seus serviços, conforme informações enviadas pelo Sr. Delegado do Tesouro Brasileiro em Nova York, e das quais se destaca a conta de $500,00, apresentada à Delegacia do Tesouro pelos advogados dos Agentes Fiscais Pagadores, e saldada por intermédio de Halsey Stuart & Co., Inc., agente pagador do empréstimo de Santa Catarina, no seguinte teor:

"Services to date covering examination discussions and conferences in connection with the Brazilian Plan of Debt Adjustment, particulary as it relate to State of Santa Catharina 25-Year-8% External Sinking Fund Gold Bonds dated February 1, 1922, due February 1, 1947, for which Central Hanover Bank and Trust Company serves as Corporate Trustee".

Outro elemento valioso contido nas informações daquela autoridade e que vem corroborar o interêsse do Central Hanover Bank com relação ao novo ajuste da dívida externa se refere ao fato da omissão de declaração por êle feita quanto a títulos que já possuía anteriormente ao Decreto-lei n.º 6.019, de 23 de novembro de 1943. A respeito expõe o Sr. Delegado:

"E' de salientar-se, ainda, ter havido, na opinião desta Delegacia, tácita aceitação, por parte do Trustee, do novo acordo, por isso que possuindo o mesmo títulos no valor de U$S....

295.200,00 comprados antes do acôrdo, pelo Agente Fiscal para o fundo de amortização, preferiu o Central Hanover omitir, naquela época, a existência daqueles títulos para efeito de circulação, e em face dessa circunstância, foram considerados cancelados. Dito procedimento importou, ao nosso ver, na aceitação do novo acôrdo, pois, do contrário, o interêsse do Trustee estaria precisamente em acusá-los ao cômputo geral da circulação e, posteriormente, invocar também para os mencionados títulos, como ora pretende, a cláusula III do acôrdo primitivo".

Já durante a execução dos acordos de 1934 e 1940, que asseguraram a retomada dos pagamentos da dívida externa brasileira, e que, pela forma em que eram vasados, dilataram o prazo de liquidação dos empréstimos para além do têrmo fixado nos contratos originais, o Central Hanover lhes dera também o seu beneplácito, prestando serviços em obediência às suas determinações e com o recebimento regular de sua remuneração, endossando dêsse modo as modificações substanciais que neles estavam implícitas ou expressas.

E' de convir, realmente, que êsse procedimento do Central Hanover Bank confirma ainda uma vez a sua concordância com as disposições consubstanciadas no Decreto-lei n.º 6.019, de 23-11-1943, e acordos conseqüentes.

O que causa estranheza, sobretudo, é que o Central Hanover Bank, a despeito das responsabilidades que lhe foram atribuídas por fôrça do "Contrato" de 1944, nos têrmos da cláusula 15:

a) — A não ser relativamente a qualquer dinheiro recebido e em poder de VV. SS., em *trust* ou em contas separadas, agirão por fôrça do presente, *sòmente* como agentes do Govêrno ou do Emitente, e não assumirão qualquer responsabilidade fiduciária ou outra de Agência ou de *trust* perante ou para com quaisquer dos Portadores dos Títulos do Plano "A" ou de Títulos Novos".

Esteja defendendo, sem justa causa, interêsses de portadores da dívida externa brasileira aos quais não assiste o direito de reivindicar os benefícios outorgados pelo contratos original de empréstimo cujo prazo de extinção, como vimos à saciedade, ainda não foi completado.

Este, Senhor Secretário, são os elementos que nos cabe oferecer a V. Exa., para responder à reclamação do Central Hanover Bank & Trust Company, que esperamos tenha como desfecho a harmonia conseqüente do entendimento integral das disposições que regulam a execução do Decreto-lei n.º 56.019, de 23-11-1943, porque mesmo pressupondo que a pretensão dos portadores de títulos primitivos estivesse baseada no princípio da jurisprudência anglo saxônica de considerar cada titulo como encerrando um contrato de natureza privada entre o portador e o emitente, segundo a opinião judiciosa do Sr. Frederick W. Jackson (advogado do govêrno brasileiro quando da adaptação do novo esquema da dívida externa à legislação norte-americana), tôdas as divergências suscitadas com relação ao empréstimo dever-se-iam reger pelas leis do Brasil, sob a competência do fôro brasileiro, por fôrça não só da cláusula VII do Art. 3.º do contrato original de emissão de 1922, que prescreve essa sujeição para quaisquer processos relativos a reivindicações dos gravames e rendas dados em garantia daquela emissão, como pela ausência de estipulação em contrário nos acordos atualmente vigorantes".

O ESPÍRITO DAS AMÉRICAS (*)

(Trinta e três anos de contacto com os homens de negócio americanos. o comércio dos Estados Unidos e altos funcionários de Washington)

Foi no dia 4 de julho de 1915. Celebrávamos à noite, em nossa casa, com alguns amigos americanos, a festa da vossa independência. Era eu a êsse tempo, vendedor das máquinas registradoras "National" tendo obtido o relógio de ouro concedido por John H. Patterson, então Presidente da The National Cash Register. Residiamos em Santos, naquela época e ainda hoje o maior pôrto exportador de café, no mundo. Foi quando, um meu amigo, Theodore Mayer, então vendedor das máquinas de costura Singer, especulou sôbre minha vaidade de vendedor, aconselhando-me que fôsse aos Estados Unidos, a fim de ter a oportunidade de pôr-me em contacto com o "big shots", evitando continuasse eu a trabalhar para agentes e intermediários.

Já no dia 25 de afôsto de 1915, eu deixava a bordo do "Verdi", da Lamport Hold Line, as lindas praias do meu país, a caminho de Nova York.

Não fôra fácil concretizar a viagem. Faltavam-me recursos que foram obtidos de acôrdo com minha adorada esposa, na venda de nossos modestíssimos móveis. Obtivemos cerca de 3.320 cruzeiros. Mrs. Bouças ficou com metade, a fim de, em casa de seus pais, poder olhar pelas duas filhinhas que tínhamos então.

(*) Conferência pronunciada em 11 de fevereiro de 1948, no Ballins College, Winter Park, Florida, E.E U.U.

Com os outros 1.600 cruzeiros, comprei a passagem de navio para Nova York, que me custou 165 dólares, ou sejam 660 cruzeiros. Com os restantes 1.000 cruzeiros comprei 250 dólares para meus gastos em Nova York. Naquela época o nosso dinheiro chamava-se mil réis (um mil réis) valia 25 american cents. Hoje vale o mesmo cruzeiro apenas 5 cent.

NOVA YORK EM 1915

E com aquela fortuna de pouco mais de 200 dólares aportava eu pela primeira vez a Nova York, no dia 11 de setembro de 1915.

A primeira impressão dos grandes edifícoos e da ponte de Brooklin, foi algo notável em meu espírito. Em vez de sentir-me pequeno, senti-me grande, pois foram entes humanos como eu que, em seu conjunto, haviam criado e construído aquela grande riqueza à vista. Meu entusiasmo era grande.

E logo a seguir, com minha modesta valise, lá ia eu, pelo cais de Brooklin, em busca do transporte para a Rua 123, em Manhattan, onde me haviam recomendado o *boarding-house* de uma família cubana, que, por falar espanhol, facilitar-me-ia a interpretação entre o meu português e o meu mau inglês.

NOVA YORK "SUBWAY"

Um atencioso COP, apontou-me uma porta larga por onde entravam e saíam inúmeras pessoas, em passos apressados, porém, o que mais me admirava, era justamente que todos se encaminhavam para baixo, como se fossem formigas em busca de caminhos subterrâneos. Em breve, compreendi. Era o famoso "Subway", para êle me encaminhei após ter comprado no "guichet" que deveria ter depositado na caixa, ao atravessar a grade. E porque não o fiz, pensando que o cupão era para dar ao condutor do trem, valeu-me, em altas vozes, a primeira descompostura em "yankee", mas que não compreendi. Foi-me arrancado das mãos o cupão e atirado com fôrça titânica dentro da caixa especial. E eu comecei a ficar vermelho de vergonha, na frente

de tantos estranhos, que por certo não davam muito importância ao fato.

Iniciava o meu grande sonho, conhecendo a vida em Nova York.

Veio o trem subterrâneo, e dentro daquele hábito, muito latino, de não ter pressa e ser delicado, aguardei que todos subissem, para depois entrar... mas, já era tarde, a porta começara a se fechar. Era Nova York, não se perdia tempo... Jurei ser o primeiro a entrar quando no trem seguinte a primeira porta se abrisse. E assim foi, porém, um gordo americano que ia saindo, empurrou-me para fora, dizendo-me: — "Get out, awit your time!" — E assim iniciava eu a minha vida em Nova York. Se devagar, perdia o trem, se depressa, levava um empurrão... Ao desembarcar na estação da Rua 125, ((Hudson River) deparou-se-me também, pela primeira vez, o *escalator*. Foi preciso coragem e decisão, mas lá embarquei, e para melhor gozar as delícias da escada que desce, conservei-me parado, mas por pouco tempo, pois já sentia nas minhas costas os sinais dos apressados. Estávamos em Nova York, onde não se pode perder tempo...

GEOGRAFIA...

Aboletado na minha pensão, à Rua 123, 350 West (telefone Morningside 4275 W-Please), encaminhei-me em seguida a um barbeiro que, ao começar a cortar-me o cabelo, perguntou-me: — "De onde vem?" — Respondi: — "Do Brasil:". — "Brasil" — diz êle — Brasil", repetiu mais duas ou três vêzes, entre várias tesouradas. Depois perguntou-me: "Brasil? E' na Bulgária...

O tempo e os dólares, embora a pensão custasse apenas $10,00 semanais, foram se escoando... Conheci internamente a casa das 3 bolas, e o relório de Mr. Patterson também... Conheci os "free lunch" do Hotel Mc Calpin, onde, por 5 cents. de cerveja havia um bom prato quente de graça...

Enquanto isso, os últimos "tramways" de tração animal ainda corriam pela Chambers Street, por baixo do novo Edifício do City Hal.

Os tempos passam. As dificuldades aumentam.

FINE PARÁ RUBBER

Após inúmeras viagens, desde Battery Place até o 350 W. 123 rd. Street, muitas vêzes de "subway" e algumas vêzes até a 102 Read Street, cujo representante em Nova York, Sr. William E. Greene, acolheu-me cheio de simpatia e confiança. Disse-lhe a verdade da minha situação, e êle prontificou-se a dar-me a agência da Companhia para o Brasil. Estava lançada a primeira amarra do navio. E não era sem tempo pois ainda agora, relendo meu livro de notas, do ano de 1915, lá vejo a seguinte anotação: "Nova York, 8 de novembro de 1915 — Hoje almocei pão e banana — 5 cents no bôlso. — Levei as abotoaduras ao prego".

Combinada aquela representação, fui a Boston, onde conheci Mr. Thomas J. Forsyth, Presidente da Boston Belting já muito idoso e que me levou a visitar a Forsyth Dental Enfirmary for Children, que êle havia doado à cidade de Boston. Em seguida fui visitar a fábrica em Roxbury. E ali tive ocasião de verificar a pequena cabina onde Charles Good-year havia feito as primeiras experiências da vulcanização da borracha. Em seguida percorri os depósitos da borracha bruta e então compreendi a triste verdade em relação ao preparo da borracha no Brasil. Começava já a dominar a borracha das plantações do Oriente. Esta chegava embalada em fardos em forma de crepe, e podia imediatamente entrar na manufatura dos produtos. Nossa fina Pará, a mais pura das borracha, era recebida em bolas, mas que só erm adquiridas depois de abertas ao meio, para ver se não continham pedras e pedaços de ferro. Em seguida era a borracha levada às grandes calandras, onde se quebrava, para depois de lavada e tornada crepe, por-se a secar. E sòmente após seis meses, em média, de sua aquisição, podia naqueles tempos, ser manufaturada a borracha nativa brasileira. Era o início da queda do império brasileiro da borracha. Infelizmente, 33 anos depois, ainda não aprendemos a grande lição e continuamos a extrair a borracha silvestre, levando o nosso homem ao seio de nossas intermináveis selvas amazônicas.

Voltei ao Brasil com a agência de Boston Belting Co. e, durante 1916, atravessei dias dos mais negros, obtendo aqui e acolá pedidos de artigos de borracha manufaturada... E as comissões só me vieram quando a mercadoria havia tido os seus saques pagos, muitos meses depois. — Não perdia a esperança de melhores dias. Sabendo que nosso govêrno pretendia aperfeiçoar os seus métodos estatísticos, procurei o Consul Geral Americano, Mr. Alfred Moreau Gottschalk, que me deu o endereço da Tatulating Machine Co., em Nova York. Êste Consul Geral lembro-me bem, um grande amigo dos brasileiros, desaparecia misteriosamente, meses depois, com o vapor "Cyclop" que, tendo saido do Rio de Janeiro carregado de manganês e tocado em Barbados, depois nunca mais dêle se ouviu falar. E até hoje o desaparecimento, sem vestígio, do "Cyclop", deixou sem resposta todas as investigações desse inexplicável drama marítimo da Primeira Grande Guerra.

THOMAS J. WATSON

Com alguns dólares a meu crédito no Boston Belting Co., em Nova York, voltei novamente em busca da concretização de meus sonhos. E assim, a minha profissão de contador oficial dava-me coragem para avistar-me com Mr. Thomas J. Watson, presidente da International Business Machine Co. e que havia feito a fusão da Dayton Scale, International Time Recording Co. e a Tabulating Machine Co.

Era o 17.º andar alí no 50 Broad Street. Fui levado à presença dêsse primeiro Big Shot. Perguntou-me pelo meu capital. Disse-lhe que dinheiro não tinha, pelo contrário tinha débito, mas que eu tinha uma grande decisão para trabalhar e que conhecia minha gente.

Disse-lhe da minha experiência em Santos, como vendedor da National Cash Registers. Foi quando soube que êle trabalhara com John H. Patterson, em Dayton, Ohio, na qualidade de General Sales Manager da National Cash Registers.

Disse-me Tom Wotson: "Young man I trust you but as we have not very much capital to go on foreign adventures, I will give you the agency of my machines if you can obtain

clients to pay for the rentals, one year in advance (tabulating machines), plus packing, freight and insurance".

Estava, portanto, aberta a primeira porta para minhas verdadeiras relações nos Estados Unidos.

PRIMEIROS NEGÓCIOS NOS ESTADOS UNIDOS

Voltei ao Brasil e localizei-me no Rio de Janeiro, onde, à custa de inúmeras dificuldades, consegui alugar um escritório, cujos aluguéis se atrasaram por mais de 8 meses. Mas, finalmente, já em 1917, estava feito o primeiro contrato, e os dólares eram remetidos para Nova York. Estava, com aquele pagamento adiantado, assegurada a remessa das próximas máquinas e cartões da I.B.M. Não era fácil obter contratos, mediante essas condições. Estávamos em plena primeira Wold War. Mas a assinatura do primeiro contrato com o Ministério da Fazenda (Estatística Comercial), enchia-me de coragem para firmar outros. A grande dificuldade, naquela época, como ainda hoje, é que faltavam dólares, êstes eram requeridos adiantadamente. Para os americanos, que tinham dólares, êstes podiam, nos Estados, pagar mensalmente seus alugueis, porém, para nós brasileiros, que estávamos longe e tinhamos dificuldades para obter dólares, deviamos pagar adiantadamente um ano, se queríamos receber máquinas. Em 30 anos, em outros setores industriais e comerciais, não se modificou muito êsse espírito de cooperação...

CRÉDITO

Honra seja, entretanto, creditada a êsse notável espírito de Grande Americano, Thomas J. Watson. Formados os primeiros contratos, já facilidades nos eram concedidas pela I.B.M. e depois de 3 anos, em 1920, já nenhuma diferença havia entre os negócios da I.B.M. conduzidos no Brasil ou nos Estados Unidos. A prática, a confiança e a visão de Tom Watson, tinham dado às nossas relações comerciais, um grande crédito. E assim os negócios se desenvolveram de tal forma que, em matéria de cartões perfurados, o Brasil é um dos primeiros

países do mundo, após Estados Unidos e Canadá, e tem mais instalações do que todos os países latino-americanos reunidos. E por que? Porque o Presidente da I.B.M. Corp. teve confiança no Brasil, deu aos seus homens ali, a grande oportunidade. E os números vermelhos nunca existiram em seus balanços, em 30 anos de relações comerciais. Crises, revoluções, tudo foi enfrentado de forma galharda, pois enquanto nas crises as demais companhias americanas, inglesas, etc., procuraram tirar a maioria de seus haveres, Tom Watson, ouvindo nossas sugestões e conselhos, preferiu sempre que a chuva passasse, para depois sair à rua sem se molhar. Enquanto isso, a maioria das organizações estrangeiras, periòdicamente perdiam dinheiro, porque na ânsia de retirar de uma vez, em cada crise, seus haveres, compravam o dolar por qualquer prêço.

Não aprenderam que nossos países, pela própria natureza de nossas fontes econômicas, estão sujeitos a ciclos de crises, porém de curta duração. E isso, deu à nossa organização I.B.M. no Brasil, e a mim próprio, uma oportunidade de formar um prestígio perante as autoridades dirigentes do país. Quem se der ao trabalho de compulsar os livros do Recenseamento Geral da República, publicado em 1920, lá verificará o testemunho do reconhecimento impresso, do Govêrno da República, ao crédito concedido pela I.B.M. ao Ministério da Agricultura, encarregado do Censo Geral. Portanto, a eliminação dos números vermelhos, o prestígio de qualquer organização, também pode ser conseguido desde que demonstrem confiança no país e saibam aprender e compreender os seus problemas.

DÍVIDA EXTERNA C. T. E. F.

Vem a grande crise 1929 a 1932. Rompemos magnìficamente os momentos mais sérios, e em 1932, obtínhamos o título de maior vendedor no mundo, pois apesar da crise, fixamos os nossos resultados em 1932, em 400 por cento da quota anual na I.B.M. Nossas relações comerciais, mais chegadas aos Govêrnos da União, dos Estados e dos Municípios, nos levam a um maior contato com os meios político-administrativos e assim somos chamados para membro e Secretário Geral do Con-

selho de Economia e Finanças do Govêrno Federal. Somos encarregados de cooperar, analisar, estudar e oferecer sugestões, sôbre o grave problema da dívida externa brasileira. Era uma responsabilidade de cerca de um bilião de dólares — 1/3 nos Estados Unidos e 2/3 na Iglaterra, França e Holanda iniciada em 1824. Não éramos nós que mandávamos ou supervisionávamos nossas finanças internacionais. Eram os banqueiros ou agentes pagadores. Iniciamos um dos mais interessantes trabalhos de nossa vida, começando por visitar os banqueiros americanos, estudando os contratos, todos os compromissos dêles decorrentes e a situação dos portadores, etc.

Os Estados Unidos, naquela época, apresentavam-se nossos credores de $979.369.039 a saber:

União	$	166.049.239,00
Estados	$	150.288.300,00
Municípios	$	63.031.500,00

O que verificamos após meses de estudos, em Nova York, Washington e Nova Orleans, é algo extraordinário e chocante. — Contratos pesadíssimos, com garantias, onde tínhamos empenhado nossas rendas aduaneiras, impôsto de renda, impostos de vendas, enfim, garantias de tôda a espécie. Os juros atingiram à casa de 8%, em alguns casos. Os tipos eram desmoralizadores. — Depósitos de milhões de dólares, estavam paralisados, em mãos de banqueiros. Um empréstimo houve, em que, de 2 milhões de dólares sòmente 165.000 alcançaram o Brasil. O resto perdeu-se entre nova Orleans e Rio nas mãos de banqueiros e empreiteiros, que faliram. Outros casos semelhantes se repetiam em relação a outros empréstimos e banqueiros.

Perdeu o Brasil, que não viu serviços executados, que pagou por conta milhões de dólares de juros, e também sofreram os bondholdrs americanos.

Ganharam, porém, os intermediários e os banqueiros. Minha experiência, nesse setor, foi duríssima, mas felizmente, com o apoio do Govêrno de Washington, pudemos levar adiante, esta

grande batalha de moralização da dívida externa em dólares e que foi dividida em 3 períodos:

1.º) 1934 — Esquema Osvaldo Aranha — Dec. 23.819 — fevereiro 1934.

2.º) 1940 — Esquema Souza Costa — Dec. 2.085 — 8 de março de 1940.

3.º) 1943 — Consolidação Dívida Externa — Dec. 6.019 — 23 de novembro de 1943.

Na primeira fase tivemos a cooperação valiosíssima de Mr. J. Reubem Clark Jr., deelgado especial de nosso govêrno, e cujo tino e diplomacia jamais poderemos deixar de mencionar. — O trabalho de Departamento do Estado, no período 1933-34, foi algo notável. O Secretário Cordell Hull, abriu sem dúvida, um grande período que se pode dividir em duas partes:

1.º — Ajuste e afastamento dos malentendidos.

2.º — Consolidação da política econômico-financeira.

Essa política, que poderíamos denominar Roosevelt-Hull, foi uma das mais profícuas que jamais experimentaram os países latino-americanos, em suas relações em geral, com os Estados Unidos.

Ninguém, por certo, desconhece a grave crise que sôbre a nação latino-americana desabou desde fins de 1929, onde o abalo econômico-financeiro gerou uma onda de revoltas e revoluções, tornando ainda mais grave a questão do crédito, pela falta de disponibilidade ouro.

No Brasil essa onda teve também os seus efeitos revolucionários, e até princípios de 1933, acumulavam-se os bancos de moeda nacional bloqueada sem possibilidade de obter recursos em dólares e libras para fazer frente às obrigações de nossas importações. E a situação agravara-se dia a dia, já não apenas para o Brasil mas também para os exportadores americanos.

Inicia-se, então com o ambiente Roosevelt-Hull, a possibilidade do primeiro contato para remover os impecilhos. Delegado por meu país, venho a Washington e tanto ali como em Nova York, iniciamos as conversações para solver os chamados

congelados. Sob a influência benéfica do Secretário Hull, iniciamos nossas conversações com o National Foreign Trade Council em Nova York e após 20 dias realizavamos, num ambiente de franca cooperação, o primeiro acôrdo, pelo qual todas as organizações americanas credoras de dólares, concordavam em receber os seus créditos em 72 promissórias, com vencimentos mensais sucessivos, emitidas pelo Banco do Brasil e garantidas pelo Govêrno Federal com os juros de 4% ao ano, adicionados em cada nota.

Muitos exportadores e manufatureiros americanos negociaram aquêles títulos, outros os conservaram em carteira, pois que os juros e as garantias aconselhavam tal prática.

E' verdade que muitos seguindo os conselhos precipitados de seus EXPERTS, (em foreign market) mandaram vender em bolsa, com prejuízos de 10 a 50%. Entretanto, os cautelosos nada perderam.

Quando, na qualidade de delegado do Banco do Brasil e do Govêrno Federal, firmei êsse acôrdo, em Nova York, compreendi a grande falta que fazia, como ainda faz hoje um grande Banco Inter-Americano.

Tivéssemos essa Instituição, que poderia atuar quase como um claring house, para os negócios inter-americanos, e naturalmente não haveria o presente clamor, para extensão do plano Marshall para a América Latina.

E foi essa experiência, de 1933, que nos levou a provar na Conferência dos Chanceleres em 1942, no Rio de Janeiro, a recomendação para a formação de uma tal entidade bancária, infelizmente esquecida, o que muito concorre, em casos como estes para lançar o espírito de desconfiança sôbre os resultados futuros, de conclaves dessa natureza.

Estamos em 1948. E o que vemos? A melancólica advertência de uma nova e grave crise econômica. Aí estão os mesmos sintomas de 1930 e 1933.

E como todos os movimentos revolucionários políticos latino americanos são oriundos dos efeitos das crises ecnômico-financeiras, bem podemos imaginar a inquietude que nos cerca.

E essas conseqüências, tal como a maré, sobe até vós, aqui nos Estados Unidos,. E' verdade que nos Estados Unidos não

têm elas a forma revolucionária das armas mas nem por isso perde a sua equivalência no setor econômico-social. Recordo-me bem de vossas angústias, principalmente no campo agrícola-pecuário em 1932. E as conseqüências trouxeram a forma pacífica, mas não menos revolucionária, do New Deal. E daí os inúmeros contrôles, tornando crítico o *"espírito do free enterprize"*. E a tendência atual das coisas não afasta a eventual repetição da receita...

Neste momento, todos os países latino-americanos, precisam de dólares para adquirir bens de consumo mas principalmente bens de produção. Estão impedidos de fazê-lo. Não existe aquele aparelhamento que deveria atender à peculiaridade de nosso hemisfério. A tendência é resolver os nossos problemas dentro do problema mundial com o que, peço licença para não concordar. A prática aconselha que para ganhar, deve-se dividir... E assim, enquanto podíamos, por créditos bancários a longo termo, solver os nossos problemas das Américas, estamos agravando-os com a promessa ou proteção de engatar o carro de nossos problemas, ao trem do plano Marshall para a Europa.

A América, felizmente, não está naquelas condições tristes e aterradoras dos países europeus, porém, a falta de uma rápida decisão, poderá transferir até nós uma situação semelhante.

O vosso Export and Import Bank tem sido sem dúvida, um elemento de grande valia para determinados desenvolvimentos industriais particulares e públicos. No Brasil somos bem reconhecidos à ação co-operadora de Warren L. Pearson, Wayne Taylor e agora William Martin Junior.

Sua ação, porém, não se especializa nem se concentra exclusivamente sôbre as Américas. Tem de atender a outros setores no âmbito internacional. E, além disso, o Eximbank, em virtude de seus estatutos, tem sua ação algo tolhida, para eventualmente servir como um clearing-house a longo prazo para o fornecimento de créditos rotativos.

Neste momento, por exemplo, temos a impressão de que o Brasil está numa grave situação cambial, pois já temos saques vencidos e transferências de fundos adiados que se acercam já da casa dos seis meses. Começam a se formar os congelados!

E como conseqüência, nem os importadores brasileiros podem importar, nem os exportadores americanos podem receber os seus créditos. Está bloqueada a via principal do nosso intercâmbio comercial inter-americano. E o que vemos, é a busca dos "detours" formando novamente os mercados de cores, inclusive o negro.

Em relação ao Brasil, podia garantir que o estabelecimento de um crédito bancário rotativo, por cinco anos, no máximo de 100 milhões de dólares, retiraria a grande pedra que atravessa o caminho de nossas relações comerciais. E automàticamente tudo caminharia regularmente.

Tenho a experiência própria de 1933. Um ano após, aquele acôrdo bancário, de descongelamento dos dólares, a prosperidade entre nós retomara de tal forma o seu rítmo, que, o maior comprador das notas promissórias emitidas pelo Banco do Brasil, em dólares e libras, era o próprio Banco do Brasil, tanto em Nova York como em Londres.

Volto a retomar o meu contato com os vossos homens.

SUMMER WELLES

Logo após o acôrdo do descongelamento dos créditos dólares, fui apresentado por Summer Welles a Cordell Hull e por êste a Franklin Roosevelt.

As minhas relações com Summer Welles foram sempre num crescente de confiança, pois verifiquei em sua pessoa o homem que estudou e continua a estudar com extrema simpatia e inteligência-prática, os problemas latino-americanos. Seu trato político-diplomático, foi posta à prova, nos dias negros de janeiro de 1942, quando se preparava a Conferência do Rio de Janeiro. E em pouco tempo, Summer Welles e Osvaldo Aranha davam os rumos para o sucesso da união panamericana, em seguida ao ataque de Pearl Harbour. (Janeiro 1942).

Sua ação, no State Departament foi notável, e todos nós lastimamos, quando o vimos deixar a posição que ali ocupava.

Nunca prometia demasiado, porém, tudo fazia para bem compreender e atender nossos problemas.

Para dar uma idéia do verdadeiro interêsse e amizade dêste homem de Estado pelo Brasil, passarei a referir, embora levemente, um episódio que poderia constituir um elemento histórico.

Previa-se o término da guerra para fins de 1944. E sei que o Presidente Roosevelt estava muito preocupado com a nossa participação na futura mesa da paz. A guerra tinha sido dirigida no sentido de aniquilar os governos totalitários. O nosso govêrno, embora de forma amena, não era, entretanto, um govêrno com representação popular. Por outro lado, o reconhecimento do govêrno e do povo americano, pela atitude leal e desassombrada do Brasil, combatendo ao lado da democracia, dava-nos um crédito bem elevado. Era preciso, pois encontrar a fórmula conciliatória dos conselhos do irmão mais velho. Convida-me, Sumner Welles, a ir passar o dia com êle em sua residência de Palm Beach na Florida. Depois do almoço conversamos muito e sôbre muitas coisas ligadas ao Brasil, no cenário internacional, principalmente inter-americano. Não sendo eu político, eventualmente ocupando apenas posições técnicas, podíamos conversar sem cerimônias. E assim, entre frases de respeito e amizade, foi-me dado a entender por Welles, quanto grato seria para o Presidente Roosevelt, ver o nosso país encaminhado sem demora para a constitucionalização, mediante o imediato preparo de uma lei eleitoral, providências essas que colocariam o nosso país, nosso govêrno e seu Chefe, em situação de maior prestígio, não só perante a América, como no conceito das nações democráticas do mundo. Além disso, tais providências calariam profundamente em nossa alma popular, que por ocasião do período da consolidação da paz, pràticamente afastaria os movimentos que fatalmente surgem, nem sempre de caráter muito pacífico, contra as autoridades dominantes. Outros detalhes se seguiram e, dentro de poucos dias, esta "mensagem" verbal e ocasional, era por mim transmitida ao Chefe do nosso Govêrno, em Petrópolis, no Brasil. A princípio, não me pareceu haver grande reação de

sua parte, mas passadas 48 horas, éramos chamados para repetir todos os detalhes daquela conversação-sugestão de Mr. Welles. Caminhando durante mais de uma hora, de um lado para outro, nos grandes salões do Palácio Rio Negro, conversamos e discutimos todos os pontos — Saí satisfeito. Comuniquei essa satisfação a Sumner Welles. Dias depois, no salão da A. B. I., o Presidente da República anunciava a sua decisão de preparar a lei eleitoral e convocar as eleições...

Infelizmente os contactos políticos, em uma viagem ao interior de Minas, e em seguida a São Paulo, fizeram-no declarar, a 1.º de maio de 1944, que os trabalhadores precisavam, não de voto, mas de cobertores...

Os maus conselheiros, detentores de altos cargos públicos, íntimos do Presidente, prestavam, por espírito de egoísmo, um desserviço à Nação, à Democracia e ao próprio Chefe do Govêrno.

CORDELL HULL

Em relação a Cordell Hull, eu o considero um dos grandes cidadãos da América. Desde meu primeiro contato com S. Exa. compreendi tratar-se de um homem franco, cheio de um idealismo intransigente, porém puro e amigo. Nas várias vêzes que tive o prazer de conviver com Cordell Hull, nunca se cansava de falar em nossos problemas brasileiros, e falar com simpatia de nossos homens, especialmente de seu grande amigo Afrânio de Melo Franco.

Foi êle, sem dúvida, o grande espírito que disseminou a política dos tratados de reciprocidade, e por estar de acôrdo com o mesmo, muito me bati pelo acôrdo que firmamos — Brasil-Estados Unidos 1935. É intransigente, ou por outra, ditatorial, em suas decisões, mas como tudo era baseado num ideal de sã política, sòmente o bem poderiamos colher de suas atitudes.

FRANKLIN D. ROOSEVELT

Conheci, igualmente, pela primeira vez, em 1933, o Presidente Roosevelt. Fiquei impressionado. Recebeu-nos com aquele largo e franco sorriso, sentado, com a cabeça em con-

Foi durante os anos anteriores à segunda grande guerra e durante ela o grande e firme interprete da política defensiva dos interêsses das Américas. Sua esposa foi uma grande dama, conquistando com seu largo sorriso e a bondade de seu tratamento simples, o coração da sociedade brasileira. Teve como auxiliares Paul Daniels e Walter J. Donnelly. Foram homens amigos, competentes e de grande dedicação. Incontestàvelmente formam parte dessa ala moça da diplomacia americana.

NELSON A. ROCKEFELLER

Muito sensível a todos nós, e, poderia dizer, a todos os Latino-Americanos, é êsse espírito jovem, insinuante e dinâmico, que se chama Nelson Rockefeller. No Departamento do Estado, foi um grande estimulador das relações cordiais entre todos os países latino-americanos. Em cada país, plantou a semente da confiança e amizade mútuas. Â frente da Coordenação Inter-Americana e Comissão de Fomento Inter-Americano, realizou com sucesso extraordinário, à grande conferência de maio de 1934, no Waldorf Astoria, onde sua habilidade e fino trato diplomático, obteve as decisões unânimes para tôdas as resoluções e sugestões. Posso assegurar-vos que Nelson Rockefeller é, por todos os títulos, o verdadeiro Embaixador, "at large", para a América-Latina. Todos o consideramos, estimamos e apreciamos.

LAURENCE DUGGAN

Causa tristeza não poder alongar a lista com o nome de meus amigos em Washington, mormente daqueles que durante a guerra foram astros, e depois amigos e grandes colaboradores.

Mencionarei com especial carinho, o nome da Laurence Duggan, Chefe dos Serviços para a América-Latina no State Department, ao tempo de Hull e Welles.

Seria interminável a lista dos interêsses que tratamos e que se referiam ao Brasil e Estados Unidos, mas desejo relembrar o seguinte episódio:

Estavamos no princípio de 1944. Ajustávamos, de acôrdo com a resolução da Conferência do Rio de Janeiro (1942), a

do Congresso, vacilante em dar os créditos necessários ao aparelhamento bélico dos Estados Unidos. Por outro lado, a opinião pública parecia inclinada ao isolacionismo. Isso tudo o preocupava profundamente, a tal ponto que me dizia: "Os nossos homens não querem compreender que o Eixo prepara a guerra, e que, se ela vier, no primeiro momento a França será derrotada, e se nós não acudirmos, virá a vez da Inglaterra, mas o dia em que a Inglaterra fôr varrida dos mares chegará a véspera de nossa derrota".

Foi longa a conversação. Disse-lhe da minha observação sôbre sua administração desde o pequeno mas incisivo discurso da noite de 12 de março de 1933, quando falou ao povo americano sôbre a missão dos bancos na vida econômica do país, até a sua política saudável de Boa Vizinhança.

E mais tarde, após algumas semanas, quando a bordo do "George Washington", me encaminhava para Hamburgo, com destino ao XX Congresso da Int. Chamber of Commerce, recebi a bordo um radiograma do grande Presidente Roosevelt, onde fazia referências à nossa conversação. Conservo êste honroso documento como uma das valiosas recordações da minha vida.

Veio a Guerra. — Voltei a avistar-me sucessivamente com o Presidente Roosevelt em 1942-1943 e finalmente em 1944.

Na última visita encontrei-o com os movimentos mais lentos e sua última palestra foi a propósito de uma coleção de selos que o meu Presidente lhe enviara e de que fui o portador. Havia um sêlo com o busto do nosso último Imperador Pedro II. Falou-me do encontro que com êle tivera, quando êle, Roosevelt ainda criança, vira D. Pedro II passeando lentamente pelas ruas de Cannes, pouco após a perda do trono.

A meu ver, Roosevelt foi um dos maiores homens que a humanidade contemporânea conheceu. Traçou um grande programa econômico-social, como se fôsse a emissão de uma apólice de seguro contra as futuras convulsões sociais. O impôsto de renda e a "New Deal", foi um remédio amargo para muitos nos Estados Unidos. Mas é preciso não esquecer que, nos momentos graves de um doente, a cura não está no gôsto saboroso do remédio, mas sim na eficiência da receita ser seguida. E

quase sempr eo melhor remédio, não tem paladar muito agradável. E as doenças se repetem.

Foi pena que nos últimos meses se tenha agravado o seu estado de saúde, mas isso não impedirá que mais tarde seja êle melhor entendido e cada vez mais apreciado por tôda a humanidade.

Falando de Washington e dos homens que a guerra deles nos fez aproximar, precisava de muitas horas para mencionar o nome e o grande espírito colaborador de muito amigos, não só do setor propriamente oficial, como daqueles que, ocasionalmente ocupavam postos de grande responsabilidade.

WILLIAH L. CLAYTON

Seria, entretanto, injustiça deixar de falar em William L. Clayton, êsse notável cidadão americano, cujo contato com os negócios públicos tem sido dos mais nobres e dos mais proveitosos. Foi em 1942, quando, na qualidade de Diretor Executivo dos Acordos de Washington, com êle discutimos os assuntos relativos à produção do Brasil. Embora tivéssemos dias em que nossas divergências não foram das mais calmas, não faltou, entretanto, no final, sempre aquela brecha de conciliação. Nossas relações foram sempre as mais cordiais e proveitosas e na Conferência de Chapultepec, em 1945, ao lado do simpático Secretário de Estado, Edward Stettinius, William Clayton era sempre o simbolo da paciência, da calma, da ponderação e da eficiência.

HUGH GIBSON

Poderíamos e deveríamos falar de Hugh Gibson, o ex-Embaixador dos Estados Unidos no Brasil, o desbravador dos primeiros momentos de Boa Vizinhança, concorrendo para a realidade do tratado comercial de reciprocidade em 1933.

JEFFERSON CAFFERY

Há por outro lado, um nome que a todos nós é muito grato: Jefferson Caffery — o homem decisivo, franco e leal amigo.

tínnuo movimento, estendendo os braços em várias direções. Abordava os problemas, sem rodeio algum, não empregava retórica, era pronto, rápido e consiso. Interessava-se muitíssimo pela América Latina e mostrava uma grande simpatia pelo Brasil.

Disse-me em maio de 1933, falando-me das relações entre nossos países: — "O que eu desejo é ver o Brasil, industrializar-se. Industrialização significa civilização. Há alguns patrícios meus que são contrários a essa política de industrialização da América Latina, mas esquecem-se de que quanto mais se industrializar um povo mais cresce o seu poder aquisitivo. Vocês poderão não comprar mais trilhos ne mchapas, mas comprarão mais automóveis, mais maquinárias finas e outros bens de consumo qu enós eventualmente venderemos em melhores condições". E juntou: "É pena que vocês no Brasil não tenham a mesma bitola de nossas linhas férreas, pois agora poderíamos transferir-lhes magníficos equipamentos rodantes, principalmente carros de passageiros. Nossas estradas seguem a política do "streamline", e vão dispor de muito material bom e barato, que talvez pudesse ajudar a aliviar o vosso problema de transporte ferroviário".

Partíamos em seguida para a Conferência Monetária Mundial, em Londres — junho de 1933.

Logo após vem a política agitada do comércio internacional, agitação provocada pelos marcos de compensação.

Voltei a avistar-me com o Presidente Roosevelt em meados de 1937. Não havia mudado, continuava com o mesmo espírito franco e muito ativo. Falou novamente de nossa industrialização, insistindo.

Em maio de 1939 voltei a falar ao Presidente Roosevelt. Fazia pouco tempo que êle havia mandado os famosos telegramas sôbre o pacto de segurança das fronteiras, a Hitler e Mussolini. Encontrei-o agitado e muito preocupado. Referiu-se à falta de resposta daqueles Ditadores. Em seguida conversou cêrca de 50 minutos sôbre a grave política internacional e dos problemas que começam a surgir a cada instante. E, no dizer dele, o que mais o preocupava era a tendência demasiadamente vagarosa

nossa Dívida Externa. O Brasil, de acôrdo com os "experts" de ambos os países, apresentara um plano que havia sido por todos aceito. Tendo em conta os juros, as garantias, a natureza dos devedores (Estados Unidos — Municípios e União) havia vários graus por onde se ajustavam certos descontos no capital e juros. :

Tudo correra bem, apesar dos 45 dias de contínua luta com os banqueiros, agentes pagadores, Conselho Protetor dos Portadores de Títulos, Representante do Departamento do Estado, etc., Presidia e uas reuniões finais, no Waldorf Astoria, em Nova York quando no fim da tarde da vésper ade firmarmos o acôrdo geral e que seria asisnado por todos os banqueiros e demais autoridades, um dos grandes banqueiros, ligado a Londres declarava que não firmaria o acôrdo sem que a êles, banqueiros, fôsse assegurado o pagamento integral das comissões, sôbre os primitivos bonos, ou seja, sôbre o capital inicial. Em outras palavras: êles consentiam que os portadores perdessem nos juros e no capital, porém êles, como intermediários, não abriam mão de suas comissões sôbre o total primitivo. E com grande e rara habilidade, êsses banqueiros, por intermédio do Presidente de sua poderosa organização, puseram-se em contato com mais três banqueiros que, em seguida, me chamaram para dizer que também não firmariam o acôrdo marcado para ser assinado na manhã seguinte, na Wall Street. Revoltei-me contra essa atitude inesperada, quando tudo já estava impresso e providências tomadas, inclusive sôbre nossa disponibilidade de 42 milhões de dólares, para os pagamentos iniciais aos agentes pagadores.

Pus-me em contato imediato com todos os banqueiros recalcitrantes, convencendo-os, após grandes discussões, um a um, exceto o principal, em cujo escritório e residência não conseguia alcançá-lo. Eram já 11 horas da noite. Desesperado chamei Laurence Duggan, para sua residência em Washington, e então expliquei-lhe o que se passava. O caso era delicado e os Estados Unidos, não sendo uma Nação guiada por Ditadores, não podiam impor, mas eventualmente podiam sugerir aos vários interessados. Assim me explicou êle, Laurence Duggan. E, às

2,30 da madrugada, o meu último banqueiro recalcitrante, telefonava-me dizendo-me que concordava em firmar o acôrdo final. Demorara na resposta porque tinha ido ao teatro e estava voltando àquela hora. O Sr. Duggan nunca deu-me coisa qualquer a entender... nem eu perguntei.

WALL STREET

E como sempre se fazem críticas a banqueiros, eu quero mencionar um interessante episódio. No dia em que devíamos firmar, no edifício do The National City Bank, o acôrdo final, teria o Brasil de emitir cheque contra êsse Banco no valor de 33 milhões de dólares para entregar no mesmo momento da assinatura dos acôrdos, aos vários banqueiros agentes pagadores dos vários empréstimos.

GORDON RENTSCHLER

O nosso govêrno deveria ter transferido 42 milhões na véspera para ser seu crédito no The Nathional City Bank em New York. Disso me havia dado conhecimento, pelo "overseas" telefone, o nosso Ministro da Fazenda, e ao mesmo tempo confirmado por um telegrama oficial em meu poder. Mas a verdade é que, na hora da assinatura, o City Bank não havia recebido a ordem de crédito. Falei ao meu particular amigo. Sr. Gordon Rentschler, Chairman do The National City Bank, e expliquei-lhe a situação em que nos encontrávamos de ter de sacar aqueles 33 milhões sem ter o seu Banco recebido o aviso da transferência dos 42 milhões. S.S. estava a par de tudo, pois seu Banco havia sido nomeado nosso agente fiscal e pagador dos nossos títulos do acôrdo. Disse-me êle: "Your word is good and you go sheed, deliver the checks to the bankers. We will make them good". Efetivamente assim foi, embora tivéssemos terminado tudo às 11,30 da manhã, sòmente às 2 e 55 da tarde o The National City Bank recebia a confirmação da transferência dos 42 milhões de dólares.

Ficava assim confirmado o grande "slogan" de que os banqueiros de Wall Street estão sempre prontos a *conceder créditos contra cash...*

Nos meios comerciais e industriais, fizemos inúmeros e magníficos contatos e que muito cooperaram para estabelecer, cada vez melhores relações entre nossos países.

JIM FARLEY

O símbolo da simpatia, o homem que conserva o nome de seus amigos e ignora o de seus inimigos, porque os transforma em amigos. O homem que, sendo profundamente político, não conhece política em matéria de matar a sêde com Coca-Cola.

PAUL W. LITCHFIELD

O dinâmico chairman da The Good-Year Tire Rubber Co., de Akron, Ohio. O homem que consolidou a fabricação de pneus no Brasil, e que abriu as portas para a expansão dessa grande indústria entre nós permitindo que o Brasil se abastecesse não só a sí mesmo, como ajudasse os aliados, durante a guerra com os pneus e câmaras brasileiros.

WINTHROP ALDRICH

Chairman do Shase National Bank e ex-Presidente da Câmara Internacional de Comércio. Alimentador do entusiasmo e da confiança no International Trade and free Enterprise.

JUAN TRIPPE

Juan Trippe e a Pan American Airways são sinônimos. Todos nós, que conhecemos esta figura dinâmica e progressista em toda a linha, sentimo-nos muito entusiasmados pelos seus grandes feitos. De fato, pouquíssimos homens há que tanto tenham feito em pról do estreitamento das nações do que Juan Trippe.

O que vem realizando no sentido de desenvolver a Comunidade dos povos americanos é algo e surpreendentemente notável. Ciosos de seus empreendimentos, vimos acompanhando aqui e alí, a sua linha de conduta sempre orientada para o engrandecimento de sua Companhia. Muitos tentam alcançar o

êxito, mas um número muito reduzido conhece o segredo de alcançá-lo. Aquele a quem agora me refiro, contudo, sabe como conseguí-lo, sempre vencendo as dificuldades que se lhe deparam no caminho com um sorriso franco e leal.

No Brasil temo-lo na conta de um dos vultos de maior relevância das Américas. Não faz muitas semanas que êle tornou possível a transformação da Panair do Brasil em verdadeiramente brasileira, concedendo facilidades para que o Brasil ficasse com o maior número de ações da Companhia.

Êle bem sabe o que faz e quanto a nossa parte nutrimos um sentimento de orgulho em privarmos de sua amizade e de seu verdadeiro espírito de cooperação. Panamericana.

Muitos nomes poderia adicionar, elementos de grande valor no intercâmbio com nosso país, como os de: Curtis Calder, Joseph A. Rogers, George Brainard, William Batt, Charles D. Wilson, C. H. Minor, Charles Swift, Joseph Hanson, Robert Beaver, Henry Ford II, Warren L. Pierson, Sosthenes Behn, Randolph Burgess, E. P. Thomas e muitos outros.

ESPANHOL OU PORTUGUÊS?

Há uma observação que venho fazendo há 33 anos e que ainda não se modificou no espírito de muitos americanos. É a de considerar os povos latino-americanos como um só, como sendo seus problemas comuns e sempre idênticos e, finalmente, que o idioma da América Latina é o espanhol. E assim lá vai o Brasil, a maior nação da América Latina, a maior em extensão territorial e em população, considerada como nação de "habla española". Ignoram que desde a sua descoberta, há 4 séculos e meio, o nosos idioma sempre foi o português e que entre cêrca de 120 milhões de latino-americanos, 45 milhões de brasileiros falam português e não espanhol!

Vou contar-vos um ligeiro episódio que bem mostra até onde vai aquele comum mas tremendo erro. Há algum tempo (peço licença para considerar anônimo o personagem), fazia eu parte de uma delegação semi-oficial brasileira. Na Capital de um de vossos grande Estados, um ex-candidato à Presidência dos Estados Unidos, palestrando conosco, entre outras coisas,

talvez para nos ser agradável e mostrar seus conhecimentos sôbre a América Latina, nos disse: "O vosso idioma é o espanhol, não é verdade?" — "Perdão, disse, desde o ano de 1500, época de sua descoberta, o Brasil fala o português, nosso idioma popular e oficial". — "Sim, respondeu-me S. Exa., mas eventualmente vocês virão a falar espanhol, pois todos os demais países falam êsse idioma..." — Esquece-se S. Exa. do Haiti, que fala francês, e do Brasil que ocupa cerca de 50 por cento da área sul-americana, que tem 45 milhões de habitantes, que é a quinta nação do Globo em extensão territorial, e que seus descobridores e colonizadores foram portugueses, que falam português e não espanhol.

Esquecia-se que em 1828 havia o Presidente Monroe, firmado com o nosso primeiro Imperador Pedro I, um tratado de Amizade e Navegação, que perdura há 120 anos, sempre respeitado como o provaram exemplarmente as duas grandes guerras mundiais. E que Portugal — que mantém com a Inglaterra o tratado de aliança e amizade mais antigo do mundo, pois data de 1368, foi a nossa mãe-pátria e dêle recebemos essa mentalidade de amizade conservadora, modesta mas sempre leal.

Mas não é para admirar. Ainda agora, no princípio dêste mês, falando em Havana um ilustre delegado Cubano, Sr. Haya de La Torre, "a propósito da inversão de capitais americanos na América Latina, declarava que se opunha em princíçio a essa idéia de completa liberdade"... Até os latinos americanos nos consideram províncias de uma só República...

MAJOR GENERAL LESLIE GROVER

Foi no último ano da guerra. Era eu Diretor Executivo da Comissão de Contrôle dos Acordos de Washington, encarregado de sueprisionar os acordos de produção, distribuição e expotação das chamadas matérias primas e materiais estratégicos. Recebia, ao anoitecer, em meu gabinete, uma Comissão de Técnicos Militares americanos e ingleses. Era preciso providenciar sem demora o resguardo das nossas areias monazíticas que continham o torium.

Tudo tinha de ser feito urgentemente, sob o regime do *Top Secret*, apenas com o conhecimento do Presidente da República e do Ministro do Exterior. Durante dois dias e duas noites, trabalhamos de portas fechadas. Cada papel ou papeleta inutilizada, era queimado. Tudo acertado, partiram e, por mera coincidência, a data marcada por nós para a efetivação do compromisso, foi a data da experiência da primeira bomba atômica em Novo México...

Entre minha pessoa e o General Leslie Grover, desenvolveu-se êsse espírito de amizade e cooperação. E um ano e meio dpois, quando, com minha esposa gravemente enferma, durante uma viagem à Califórnia, foramos forçados a ficar em Litchfield Park, no Arizona, receberia eu essa demonstração de alta simpatia e so lidariedade: Visitava-nos o Gal. Leslie Grover, em especial viagem aérea de Washington ao Arizona...

Nos Estados Unidos não impera apenas o dólar... o coração também domina!

INDUSTRIALIZAÇÃO

Estamos nos preparando para, simultaneamente com nossa grande industrialização do ferro e aço, exportarmos o minério de ferro. Em torno do famoso pico de Cauê, em Minas Gerais, mais de 13 bilhões de toneladas do melhor minério de ferro do mundo já tem o seu trabalho de extração iniciado. Contatos para uma expansão maior estão sendo levados a efeito. E com essas pedras de ferro, faremos ouro para ter câmbio com que acudir às nossas compras em vosso país e em outros. Hoje compramos-lhes cêrca de 20 milhões de dólares de carvão mineral. Amanhã o pagaremos com aquelas pedras de ferro!

Mas, seguindo os conselhos de nossos grandes técnicos e contando com o espírito cooperador dos homens de vosso país, inclusive do Export and Import Bank, organizamos a primeira grande indústria do Aço e do Ferro na América do Sul. Não é ela mais baseada no carvão de madeira, que destroi as florestas e cria o problema da erosão. É baseada, como a vossa indústria, no carvão mineral. Quero referir-me à "Volta Redonda". É a semente da nossa nova e grande civilização. Seus

produtos já começaram a surgir e apesar do espírito crítico e destrutivo dos interêsses feridos, no país e no estrangeiro, "Volta Redonda" está se impondo.

Críticas foram feitas de que seus produtos seriam caríssimos e que sòmente à custa de uma grande proteção alfandegária poderíamos sobreviver! Puro engano.

Neste momento, quando o mundo sente falta do ferro e do aço, "Volta Redonda" fornece os trilhos ao preço de apenas 10 por cento superior ao congênere estrangeiro, livre de direitos! E neste momento é necessário recordar que, no fim do século passado, quando os Estados Unidos procuravam organizar e firmar a sua indústria, os trilhos fabricados nos Estados Unidos, custavam crca de 60 a 70 por cent omais do que podiam fornecer os países industriais europeus...

As chapas de aço laminado a frio, que hoje "Volta Redonda" vende na "média" de Cr$ 3,41 a 3,81, devem servir para competir com o produto estrangeiro que nos é oferecido a Cr$... 5,67 (posto em casa do importador) mas que não tem a garantia da data da entrega...

O Brasil se industrializa e caminha, a despeito de tudo e de todos. Sofremos muito agora, mas é a crise de crescimento, a crise dos grandes... Essas crises, não são elementos de desconfianças, são elementos e provas de confiança, riqueza e prosperidade.

MUITA COOPERAÇÃO MAS NENHUMA COORDENAÇÃO

Indiscutivelmente o que acabamos de observar é que existe entre nós, brasileiros e americanos, um grande espírito latente de cooperação e amizade. Falta, entretanto, algo mais importante. É como se fôssemos postes de iluminação. onde as lâmpadas se acendem de quando em vez, porém mais regularmente quando o céu fica escuro demais, como aconteceu em 1941! Para haver confiança e para que a estrada dos mútuos interêsses seja continuamente trafegada, é necessário que sua iluminação seja contínua e firme. O que precisamos é uma constante coordenação. Êsse organismo prático sem *red tape* tem e deve ser encontrado sem demora, antes que seja tarde.

Em 1942, entre o Brasil e os Estados Unidos, foi criada uma entidade para promover a produção de determinada matéria prima. Os estatutos mencionavam 20 anos de duração para dita entidade. Chegou o fim da guerra. Desapareceu o vosso interêsse pelo produto e com êle desapareceu a vossa cooperação. Quando há cerca de um ano, avistei-me, em companhia de meu Embaixador Carlos Martins, no State Department (Divisão Econômica), para procurar uma solução harmoniosa, dentro do espírito de confiança da Conferência do Rio (1942) e Chapultepec (1945), trataram-me como se fôsse um "office-boy", que tivesse entregue uma carta... Esfriava-se em poucos minutos o calor e o entusiasmo de muitos anos...

Voltava a faltar a corrente para iluminação dos postes!

Vou, finalmente, referir-vos uma observação, a última que me foi dado constatar em nossas relações comerciais-industriais.

Confirmando o espírito cooperador que existe entre americanos e brasileiros, Thomas J. Watson resolveu ordenar a reforma e montagem completa, no Brasil, das mais modernas máquinas de contabilidade da IBM.

Deveríamos juntar as 110.000 peças diferentes para montar êsses delicados instrumentos de contabilidade. Êste trabalho começara entre nós, havia pouco mais de um ano. Era uma grande responsabilidade. Nossos alunos-mecânicos brasileiros haviam recebido o curso dado por um magnífico técnico americano.

Quando esta semana, no Rio, cheguei à fábrica, encontrei 14 máquinas moderníssimas alinhadas e já montadas. Êsses aparelhos de fina inteligência estavam funcionando. A alegria e o entusiasmo dos nossos mecânicos era algo emocionante. Coincidiu tudo isto com o afastamento, feito meses antes, de elementos comunistas. Lavrava então, entre nossos homens, tristeza, aborrecimento, lentidão.

Emocionado ante o que via, disse-lhes:

"Aperfeiçoastes vossos conhecimentos, usando vossa própria inteligência, concorrendo para melhorardes vossa situação

e a do vosos país, construindo e produzindo. E, como o trabalho, a produção em geral é a alegria e o sucesso, aí tendes uma grande oportunidade para avaliardes de dois sistemas: A Democracia americana, que nos fornece a técnica, a maquinária e o crédito, portanto a construção. E do outro lado, o Imperialismo Comunista, que apenas fornece caviar para o rico e veneno para o pobre, preparando a confusão e a destruição!"

CONCLUSÃO

Aí tendes meus amigos alguns instrumentos de um simples observador, que longe de pretender apresentar sua autobiografia, quis dar alguns exemplos práticos das atividades que podem cercar um indivíduo nas relações entre duas nações.

Oxalá que essa amizade entre nossas pátrias continue a desenvolver-se cada vez mais para que o tráfego de nossos mútuos interêsses se possa fazer sob a constante inspiração da verdadeira DEMOCRACIA!

DIA PANAMERICANO (*)

À gente de sangue Portuguêz, que no Brasil também o somos, sempre é grato falar da América como um verdadeiro Novo Mundo, tal foi a esperança de seus antepassados. Os que aqui agora me ouvem também se animam de igual esperança, e por que na trilha dela seguiram é que me ouvem aqui agora.

Induziram-nos a estas plagas os mesmos anseios dos navegadores da Escola de Sagres e os discípulos de Don Henrique.

Buscavam as novas terras nos sítios onde a sua ciência sabia já existirem, mas que a infinita astúcia dos seus homens de govêrno dissimulava com os felizes acasos de Vasco da Gama e Pedro Alvares Cabral.

Muitos outros também assim procediam, inclusive o audaz João Rodrigues Cabrilho, que descobriu a Califórnia em 1542, quando então eram ainda desconhecidas as costas ocidentais dos Estados Unidos e comum a crença de que por êsse lado existiria uma passagem entre o Pacífico e o Atlântico. Cabrilho tem estátua erguida hoje em São Francisco.

Quando Canning, aquêle ministro inglês de tão íntimas relações com os primeiros problemas políticos americanos, se orgulhava de ter descoberto um Novo Mundo com que contrabalançar os desequilíbrios do Velho, já um erudito ministro português, fino diplomata, Conselheiro do Conselho Ultramarino e Secretário Privado d'El Rei Don João Quinto, havia sentido a importância política do continente apenas descoberto e mal delineado á geografia da época.

(*) Conferência pronunciada em New Bedford. E.E.U.U., em 14 de abril de 1948.

Foi êle Alexandre de Gusmão, de pouco lembrada memória apesar de seu muito talento, recolhendo mais fixamente a História a efêmera glória de um seu irmão, que os teve dois, o Padre Bartolomeu Lourenço de Gusmão, de cujo raro engenho na invenção de muitas máquinas, notadamente da aerostática, tendo construído o primeiro balão, lhe vale o apelido de voador.

Embora nascido no Brasil, na vila de Santos da província de São Paulo, cêdo transladou-se Alexandre de Gusmão a Portugal, onde fez carreira rápida, doutorando-se em Paris e em Coimbra e logo ingressando na diplomacia, em que alcançou postos de relevo. Passando ao serviço privado de Dom João Quinto, aí pelos idos de 1740, muito se preocupou com a América nascente, cujo futuro político previu na sua famosa resposta ao Brigadeiro Antonio Pedro de Vasconcelos sôbre o Tratado dos Limites da América. E mais que importância futura no jôgo político, Alexandre de Gusmão entendeu antes de todos que ao continente recém-descoberto estava destinada a liberdade e a vida harmônica dos Estados em face de problemas próprios, tanto que pràticamente os desligou de suas metrópoles, Portugal e Espanha, introduzindo no Tratado de Madrid um artigo no qual se declarava que em caso de guerra peninsular as colônias americanas não seriam obrigatòriamente envolvidas nas hostilidades, podendo desconhece-las se tanto recomendasse o seu interêsse.

É esta, sem dúvida, a primeira disposição legal em que se destaca da Europa o destino americano.

O reconhecimento dêste mesmo destino ocorreria a outros homens ilustres de Portugal, embora, é evidente, a nenhum dêles agradasse a perda da colônia, como á corôa bragantina não poderia agradar a separação do Brasil depois do retorno de D. João VI a Portugal. A política exterior do Império, todavia, seguindo a linha portuguesa, não se dirigiu jamais contra os interêsses americanos, embora fôsse natural a sua predileção européia em vista da ascendência da Casa Reinante.

Os autores do panamericanismo alcançaram o Brasil em plena luta pela sua independência, e interessaram assim, diretamente, a Portugal. Libertadas alguns anos antes da do-

minação espanhola depois da campanha ciclópica de Bolívar, as antigas colônias americanas não se haviam refeito das feridas quando um novo perigo lhes ameaçou a independência recém-conquistada — a Santa Aliança. Bolívar e os novos estadistas sul-americanos, que chegaram a pensar em ajudar o Brasil a se tornar independente, não viram com bons olhos a permanência de um regime monárquico no Brasil. Era, então, o nosso país o único império na América, e como o monarca, D. Pedro I, proclamado primeiro Imperador do Brasil, se ligasse por laços familiares á casa reinante da Áustria, um dos "três grandes" da Santa Aliança, cêdo supuzeram os países de fala espanhola que o movimento europeu destinado á reconquista das colônias teria no Brasil seu quartel general.

Assim nos víamos na América, sem govêrno reconhecido e suspeitado de inimigo, sustentando uma terrível luta diplomática onde estes e outros fatores assumiam caráter de suma gravidade. Poderia Portugal se unir à Santa Aliança e empreender a guerra de Reconquista?

A política exterior do Império, porém, desfaria as suspeitas mais cêdo do que o esperado, e o gênio português preferiria, afinal, na ingente luta diplomática que travou pelo nosso reconhecimento, do qual dependia o reconhecimento de tôda a Europa, permitir ao Brasil seguir o seu destino americano ao envés de reconquistá-lo pelas armas de potências européias.

Americanos eram os sentimentos dos brasileiros, desde Tiradentes, herói da Inconfidência, que subiu ao cadafalso levando nas mãos um volume de leis liberais americanas, até o estudante Maia que pediu a Jefferson, na França, o apôio dos Estados Unidos para a luta de libertação do seu país. De solidariedade americana foram os primeiros gestos dos estadistas brasileiros, de José Bonifácio nas palavras com que pleiteou o reconhecimento, de Carvalho e Mélo na instruções passadas a Silvestre Rebelo, despachado para os Estados Unidos para "fazer uma política totalmente americana" e a quem o presidente Monroe declarou, 59 dias após o seu desembarque em Baltimore, serem os Estados Unidos os primeiros a reconhecerem a independência do Brasil. Anti-ame-

ricanos não eram os sentimentos portugueses que da Europa tinham partido para a descoberta do Novo Mundo.

A compreensiva atitude portuguesa ante a doutrina dêste mesmo Monroe, é uma página panamericana. O presidente americano considerára atentatória à liberdade americana e suscetível de represália qualquer movimento que significasse ingerência européia nos negócios continentais visando roubar a independência das antigas colônias. Era a guerra declarada à Santa Aliança, um ano depois de proclamada nossa independência, no mais acêso período de nossa luta diplomática pelo reconhecimento. Na realidade, êste documento começa o panamericanismo.

Não seria assim possível a Portugal obter sem luta o retorno do Brasil à sujeição. E entre as manobras de Cannig, da Inglaterra, e Metternich, da Austria da Santa Aliança, preferiu reconhecer a independência do Brasil abrindo-lhe as portas á vida continental.

Feria-se, entretanto, ainda a luta diplomática só terminada em 1826 quando Bolívar, animado pela declaração de Monroe, convocou as nações americanas à reunião de Panamá, na esperança de estabelecer aí o ponto de partida para uma larga política unitária americana. E apesar de sua evidente má vontade para com o Império, que classificava de "planta exótica a merecer extirpação", enviou um convite ao gabinete de São Cristovão, a êste tempo todo voltado para a Europe. Pedro I aceitou o convite, declarando ser a "política do Império tão generosa e benevolente, que sempre estará pronta a contribuir para o repouso, a felicidade e a glória da América". O representante nomeado, entretanto, não chegou a partir, e neste momento a sua disposição se encaminhava mais para as côrtes européias na expectativa do reconhecimento. De modo que a atitude portuguêsa significou uma verdadeira liberdade de movimentos, permitindo a nossa política exterior a direção natural no sentido da América. Neste persistiu o Império, apesar das dificuldades da política do Rio da Prata e da Guerra do Paraguai.

Em 1889, quando se realiza a Primeira Conferência Panamericana em Washington, o Brasil é ainda Império. Mas

já não pairam dúvidas quanto á sua fidelidade continental, e Pedro II manda á capital americana uma luzida delegação, chefiada pelo Conselheiro Lafaiete Rodrigues Pereira e tendo como membros Salvador de Medonça e Amaral Valente. No decurso da Conferência chega a notícia da proclamação da República no Brasil, fato que se deu a 15 de Novembro de 1889. É na república, com homens como Rio Branco e Joaquim Nabuco, ontem, e Osvaldo Aranha e outros, hoje, que o Brasil assume, no consenso das nações americanas, o seu grande papel continental.

O sentido atlântico do espírito português, que levou a brava gente lusitana a vencer os mares em busca de novas terras e a compreender o destino de liberdade das gentes trazidas por ela à civilização, faz com que nos sintamos em perfeita comunhão nêste DIA PANAMERICANO.

Foi primeiro a crença na existência do Novo Mundo e depois a intuição de sua fôrça que trouxe os portugueses à América. Aqui plantaram as primeiras sementes da civilização e quando esta civilização alcança suas mais altas expressões, o encontro de portugueses ajudando o esforço civilizador não pode constituir elemento de surpresa. Em New Bedford os portugueses estão realizando por inteiro a sua missão histórica em relação ao continente que descobriram. Se integram como homens livres na sociedade livre para continuar o esfôrço comum.

Não há, na História, exemplo mais edificante de descobridores e colonizadores que o dado pela gente portuguesa. O seu imperialismo conheceu razões espirituais e a sua política expansionista abrigou princípios morais.

Depois de mais de duzentos anos de Brasil colônia e de menos de meio século de reino unido ao de Portugal, podemos desatar os laços políticos sem recursos demasiado violentos e reunirmo-nos, depois, numa política de compreensão humana sem precedentes.

Os portugueses não são estrangeiros no Brasil. Fora do continente americano, são os únicos a gozar de tal privilégio. As relações entre Brasil e Portugal são tão íntimas que os dois países cuidam, neste momento, de estabelecer no primeiro

o Estatuto do Português, ou seja uma legislação especial que traduza a condição especialíssima com que os segundos chegam à nossa terra, onde vivem em perfeita comunhão com os nacionais. De portuguêses têm sido notáveis iniciativas favorecendo não só o comércio e a indústria como obras sociais de vulto no Brasil. Aos portuguêses têm cabido boa parte na obra do erguimento do nosso país e a êles não regateamos a nossa amizade.

Neste DIA PANAMERICANO por conseguinte, em que saudamos a presença de um panamericanismo ativo, dedicado ao estudo real dos problemas continentais, apraz-nos falar perante portuguêses que em terra americana demonstram efetivamente sua fé nos destinos da América, a que todos estamos ligados, já agora não apenas os povos continentais, mas o mundo que para aqui volve suas esperanças de salvação.

IMIGRAÇÃO NÃO É DESPESA, É CAPITAL (*)

Senhores Presidente e mais Diretores da Câmara Junior, Brasileiros e Estrangeiros amigos do Brasil:

Quando recebi o honroso convite para iniciar o vosso atual programa de palestras, a fim de poder falar sôbre Imigração, não tive dúvida, um só instante, em aceitá-lo. Não porque me considerasse com capacidade bastante para abordar tão momentoso assunto, mas porque vi a oportunidade de render o meu grande tributo de gratidão à memória de meu velho pai.

Don Francisco Bouças, oriundo de modestíssima família de Pontevedra, capital de velha província galega, foi um dêsses imigrantes anônimos que aqui aportaram pelo ano de 1889.

Casado com Maria José Fernandes, de origem portuguesa, aqui concentrou suas atividades e viu seus filhos nascerem e se desenvolverem como bons Brasileiros:

Aí estão êles, uns trabalhando no Comércio e Indústria, outro oficial superior do Exército, atualmente terminando o curso de Estado Maior e finalmente êste que vos dirige a palavra.

Seus filhos, brasileiros, já lhe deram muitos netos e muitos bisnetos, cada vez mais Brasileiros !

Foi o amor e a grande estima que o meu velho, Don Francisco, tinha pelo Brasil que me incentivou a realizar esta palestra.

Nos últimos dias de 1938, quando voltava de sua ansiosa e última visita à velha Espanha, ao tocar novamente a terra

---

(*) Conferência pronunciada em agôsto de 1948, na Câmara Júnior de Comercio do Rio de Janeiro.

brasileira, em Pernambuco, dali passou-me o seguinte telegrama:

"GRAÇAS A DEUS, NOVAMENTE EM CASA.
VIVA O BRASIL !"

——) : : (——

Permitam, pois, que vos dirija a palavra um Brasileiro, filho de imigrante Espanhol, pai e avô de muitos Brasileiros.

IMIGRAÇÃO — Vitamina essencial para o Brasil

Sem que prestemos muita atenção, ou mesmo sem que cuidemos disto, a verdade é que todos nós, homens e mulheres, em qualquer idade, exercemos uma espécie curiosa de comércio: vendemos e compramos fatos. Não faltam, a êste intercúmbio, siquer, os caixeiros viajantes, que negociam a produção própria ou alheia. Ainda um dêstes dias recebi a visita de um dêstes curiosos *comêtas*, que têm sua tenda instalada em Piracicaba, São Paulo, e o que apresentou de sua mercadoria, num primeiro contáto, era de tamanha importância, que resolvi chamar algumas testemunhas. No dia seguinte estávamos reunidos para o almoço o "comêta" e quatro companheiros nossos de O OBSERVADOR ECONÔMICO E FINANCEIRO. É, além de agricultor, médico de profissão, o vendedor, rico de observação. Tudo quanto dêle ouvimos ficou gravado pelo seu impressionismo: homem de expressão verdadeiramente caleidoscópica, no curto espaço de uma hora desfiou tamanha série de aspectos que, não obstante sua multiplicidade, podemos dar-lhe um encadeiamento único, resumindo tudo neste mesmo substantivo que a Câmara de Incentivo e Cooperação me ofereceu, à guisa de sugestão, ao me convidar para uma conferência: IMIGRAÇÃO.

"Conferência", porém, é um ato que, pela freqüência do seu uso, importa hoje em dia quase que no tratamento formal dos assuntos propostos. Por isto, desejando ser mais objetivo e falar com menos circunlóquios, prefiro, à conferência, uma palestra. Uma conversa, mesmo. Fiquemos todos à vontade e, num tom de "charla", vamos vêr o que disponho, no meu ar-

mazém, de lavra própria ou de importação, para vender aos "juniors".

Pondo de parte a ordem cronológica prefiro começar pelo que poderia ser o fim.

Habituei-me a seguir de perto as coisas de interêsse público e, muito especialmente, as que dizem respeito ao Brasil. êste hábito às vêzes gera incompreensões, às vêzes dá margem a que as pedras corram atrás de mim. Sou, porém, muito fiel aos meus hábitos e estimo, acima de tudo, estar bem comigo mesmo, como sendo o melhor caminho para estar bem com o Brasil.

Estava em Nova York, em abril do ano corrente, e de lá tive oportunidade de escrever ao Exmo. Senhor Presidente da República; cumprimentava-o de início pela ação calma, porém enérgica, que estava levando avante, no sentido de proteger nosso país contra a invasão comunista e adiantava o grande respeito e a profunda consideração com que os nossos amigos do Norte acompanhavam o Govêrno Brasileiro, para depois assinalar a grande ansiedade que notava, de parte dos homens de govêrno e de negócios dos Estados Unidos, de encorajar o nosso desenvolvimento econômico. E, a seguir, advertia o nosso Presidente de um grande impasse: os Estados Unidos se fizeram com a aceitação, em grande escala, da imigração européia, e com o acolhimento do capital estrangeiro.

"A proteção que foi dada a êsses dois grandes elementos, — escrevia eu a 25 de abril próximo passado — tornou possível o emigrante querer mais aos Estados Unidos do que ao seu próprio país de origem, fazendo com que se tornasse cidadão americano. O mesmo aconteceu com o capital que, encontrando aqui (nos Estados Unidos) uma grande proteção, preferiu aqui ficar do que voltar ao país de origem.

"Nós, entretanto, no Brasil, desde muitos anos, — continuava — delineamos uma política contra a imigração, tornando impossível a renovação de nossa raça, ao mesmo tempo que praticamos a lei de desconfiança ao capital estrangeiro. êsses dois fatores básicos para a expansão de nossa riqueza econômica, sendo tratados por nós em oposição à política seguida pelos Estados Unidos que tornou possível êsse notável

poder político-militar, geram aqui uma atmosfera de profunda dúvida sôbre nossa capacidade de compreender a realidade da vida.

"Neste momento, por exemplo, a campanha desenvolvida contra o capital estrangeiro, tal qual já se fez no passado, contra a exportação do minério de ferro e o estabelecimento da grande indústria do ferro e aço, torna algo desalentadoras as esperanças sôbre a cooperação do capital estrangeiro.

. . . . . .

"Aquela campanha, antes da primeira grande guerra, atrasou o Brasil em mais de 50 anos. Nós que poderíamos ter tido desde longa data uma real e grande indústria de ferro e aço à base do carvão metalúrgico, que poderíamos ter recebido uma importante imigração européia, quase nada conseguimos. E o resultado foi, nesta segunda guerra, não termos meios de fabricar muitos utensílios, nem grande parte de nosso importante material bélico. Por falta de caldeação da raça, através de uma boa imigração, tivemos de vêr como eram regeitados muitos moços patrícios, porque suas condições físicas não lhes permitiam o ingresso nas fileiras do nosso exército.

"Por outro lado, continuamos, nestes últimos 40 anos, a proteger a indústria do ferro à base do carvão de lenha que se infiltrou entre nós, como se fosse o bacilo de KOCK, contaminando os pulmões de nossa expansão econômica: Para sustentar a indústria à base do carvão de lenha, tornamos inexistentes grande número de nossas florestas, concorrendo, assim, para a destruição de nosso solo, através da erosão. Fizemos diminuir a capacidade de navegação dos nossos rios, pois a falta da distribuição das águas das chuvas, que se fazia através das árvores, tornou possível o problema da sêca e, por outro lado, aumentou a possibilidade das inundações. E hoje é possível ainda ver-se, em Minas, fazendas que são liquidadas porque é mais proveitoso vender a lenha para fazer carvão do que criar gado e vender o leite. E assim tudo vai ficando mais caro, porque desaparece o estímulo à produção daquilo que o homem precisa para sua alimentação."

A transcrição de longos trechos desta missiva vem à guisa de "mise-au-point" do tema.

As matrizes de um grupo étnico também cansam, como o solo, ou como as peças de u'a máquina. Quando nos reportamos a êste fundamental problema da imigração, passamos, instintivamente, uma série de outras coisas pelo cadinho, inclusive aquela expressão do poeta, de que somos a flor de três raças tristes. O índio — nativo — o branco e o preto — alienígenas, foram os primeiros e fundamentais plasmadores da Nação. O primeiro foi quase eliminado e é tarefa ingente, hoje, a de um pugilo de patrícios nossos, no sentido de preservar alguns núcleos de longa resistência étnica; tão limitados são êles, porém, que não nos é dado esperar qualquer contribuição maior de sua parte. Demais, seremos nós, os civilizados, que teremos de absorver o íncola, pois não devemos esquecer que foi a emigração a civilizadora do mundo, transplantando o progresso de umas para outras divisões do globo.

O prêto chegou até nós sob o jugo servil; se os contingentes de algumas procedências indiciavam um certo grau de conhecimentos pouco acima do dos nossos indígenas, outros estavam na mesma situação dos habitantes que Pedro Alvares Cabral encontrara na terra: em plena idade da pedra lascada e das armas de arremesso. Devemos, nestas circunstâncias, a nossa civilização, ao branco, ao europeu, sobretudo ao português descobridor, ao holandês e francês que aqui estiveram de sortidas e guerrilhas no período colonial.

Eramos uma terra jovem, cheia de promessa, e não tardou que começassem a aparecer, nutrindo intuitos de aqui se fixar por livre e expontânea vontade, sem luta, gente de tôda gama e de tôdas as confissões.

Assim veiu a começo, de maneira um tanto tímida, uma imigração mais citadina, formada de especuladores do comércio, de artezãos que lançaram as primeiras raízes do nosso industrialismo, sábios e doutores.

Imigração organizada, tendo em vista um fim predeterminado, começamos a promover em 1820, quando 1.682 suiços, os pioneiros, foram instalados na colônia de Nova Friburgo, no Estado do Rio. Partindo dos trabalhos rurais e seguindo e evolução natural das comunidades humanas, funda-

ram uma cidade, da mesma forma que mais tarde veríamos surgir Blumenau e Joinville em Santa Catarina e tantas outras mais no Rio Grande do Sul, e ainda recentemente, fruto do nosso século, Marília, em São Paulo.

No curso de um século, a contar de então até 1920, deram entrada no Brasil 3.648.382 imigrantes, sendo que 1.036.482 dêstes aqui chegaram entre 1908 e 1920. No total computado para o período de 1820-920, estavam em primeiro lugar os italianos, com 1.388.881, vindo a seguir os portugueses com 1.055.154 e depois os espanhóis com 510.514 almas. De 1921 a 1937 entraram mais 1.306.825 alienígenas com o propósito de aqui se fixarem e contribuirem de forma decisiva para o engrandecimento do Brasil. Enquanto, de 1820 a 1936, recebemos um total de 5.000.000 de imigrantes, os Estados Unidos receberam 38.500.000 !

Compulsando a "História da Colonização do Brasil", de Joaquim da Silva Rocha, observamos até 1909, as despesas que o Govêrno Federal efetuava com a imigração, havendo anos, inclusive, em que elas ultrapassavam a casa dos 20 mil contos de réis (1891), não sendo raros aquêles em que semelhantes gastos iam acima dos 10 mil contos. O Estado de São Paulo, que graças a vistas mais largas cuidou de substituir o braço servil pelo braço livre antes de 1888, também aplicava recursos na canalização de estrangeiros, em proporção às vêzes maiores que o próprio Govêrno Federal e, por isto, sempre usufruiu as vantagens de receber uma maior parcela dos que vinham realizar uma outra vida no Novo Mundo, em terras do Brasil. Graças a isto pôde a terra bandeirante oferecer à economia brasileira o primeiro surto de produção organizada em bases realmente econômicas. O suor do europeu como que avivara as qualidades nobres da terra rôxa paulista. Daquela gente que alí chegou humilde, nasceria uma nova cêpa, cuja ramagem vistosa descortinamos hoje nos sobrenomes escritos em tantas línguas estranhas, que o nosso linguajar absorve e dá a sonoridade que melhor agrada aos nossos ouvidos.

Se bem atentarmos às estatísticas, e confrontarmos os números que delas recolhermos, com os fenômenos dos perío-

dos respectivos, verificaremos como sempre a um crescente surto da imigração, correspondeu uma fase de progresso. Depois de um longo período de oscilações, foi a partir de 1882 que vimos os números de entrada em ascensão, para culminarem em 1888 com um total de 133.253 imigrantes; como que o compasso da campanha abolicionista era coberto pela chegada de homens livres. Daí até 1897 os números cresceram; em 1891, mesmo, entraram 216.760 e daí até aquêle ano mantivemo-nos bem dentro da casa dos cem mil. Depois descemos e sòmente a partir de 1907 valtamos e vê-los subir, partindo de 58.552, então, para, em 1913, chegarmos aos 192.683 imigrantes.

Veiu a primeira grande guerra e, ao chegarmos ao seu têrmo, em 1918, constatamos para êste ano 20.501, para daí voltarmos a subir até 1927, com 191.568. Em 1929 ainda chegaram ao Brasil 100.424 imigrantes. A partir de 1930 assistimos à descida dos números.

É que chegara para nós um instante em que acreditamos nas colunas de Hércules como barreira suficiente contra aquêle fator de progresso dos povos e, por isto, transplantamo-la das regiões ocidentais da Europa para o Atlântico Sul. Repudiávamos assim a história, que demonstrara a incapacidade das colunas. Julgávamo-nos talvez uma raça de intocáveis, fortes para sempre. Não queriamos o capital estrangeiro, nem queríamos o homem.

A partir de então assistimos à lenta extinção das correntes imigratórios. O govêrno, que procurava intervir em tanta coisa na economia, deixava de intervir de forma atuante como sempre fizera de modo a estimular a vinda para o país de homens de outras nacionalidades, homens que traziam família, tradição, técnica, características étnicas. Retrogradamos pràticamente ao período colonial e passamos a considerar os que aqui chegavam como verdadeiros degredados aos quais não desejávamos reabilitar nem recuperar para a sociedade, ao passo que outras nações, mais atiladas que a nossa, cuidavam de aproveitar aquilo que perdíamos, oferecendo aos que nelas desejassem se fixar, condições excepcionais, no propósito mesmo de levar os seus filhos pela emulação dos métodos de vida e

educação, quando aqui o que realmente nos empenhávamos e nos empenhamos ainda, é em fazer com que os advenas sejam nivelados pelas camadas mais inferiores.

Com o advento do ultranacionalismo, filho da mesma éra que o nazismo empurraram-nos o veneno que nos levou a fechar as portas à entrada de homens e capitais estrangeiros. Em virtude disto, baixaram os números de imigrantes entrados e a ação do capital alienígena, que outrora fôra tão benéfica ao nosso desenvolvimento, assumiu as características de uma legítima aventura.

Agora, com o advento da moda que nos trás o figurino comunista, é a mesma receita que insidiosamente se procura instilar, e o nosso povo, na sua boa fé, vai digerindo essa receita como se ela encerrasse a maravilha curativa da facilidade.

Na primeira fase, eram os nazistas que, almejando o domínio do mundo, aconselhavam-nos que ficassemos onde estávamos: pouco habitados e sem capital. Na segunda fase são os soviéticos que repetindo a doutrina de Pedro o Grande querem dominar o mundo, lançando o slogan do "petróleo é nosso", recurso ultranacionalista com que nos induzem a fecharmos as portas ao imigrante e ao capital estrangeiros.

Em ambos os casos, qual o verdadeiro fim ? Desejavam uns ou desejam os outros o nosso engrandecimento ? Nunca ! O que ontem nos recomendavam os nazistas e o que nos recomendam hoje os imperialistas soviéticos, indiretamente, é que permaneçamos incultos, com uma terra grande, rica mas por desenvolver, magnífica prêsa para seus futuros planos de conquista.

As guerras agem na vida dos povos como poderosos fenômenos reveladores. A situação de emergência exige a mobilização de fôrças em todos os sentidos e acepções. É no conjunto que observamos as "trincas" nas paredes do edifício. Por ocasião do último conflito mundial, de que participamos ativamente, tendo que recrutar os homens para a gloriosa Fôrça Expedicionária Brasileira, sentimos que a nossa mocidade militar se acha estiolada: os homens responsáveis pela mobilização não ocultaram o seu alarme ante os índices de

incapacidade da nossa juventude para o serviço militar. Esta incapacidade, de um modo geral, pode ser considerada extensivamente para as demais atividades. Evoluem os níveis da tuberculose, da mortalidade infantil; se alevantam os índices denunciadores de um povo retardado, onde as lesões se tornam de uma freqüência tão grande que já não provocam curiosidades ou comiseração.

E surge a pergunta: será o Brasileiro um fracassado? Não, não é um fracassado, ainda, mas se continuarmos a pensar que por isso não o será amanhã, estamos enganados.

Um homem pode carregar um fardo pesado, até uma certa distância, mas depois terá de parar para descansar ou para transmitir a outro o seguimento de sua missão.

O Brasil, até agora, em face do mundo que até então conheciamos, podia arranjar-se com o seu cabôclo, porém a última guerra, como já afirmamos, demonstrou que a percentagem dos moços vai num crescendo de fraqueza. O homem que até agora não fracassou, poderá fracassar ainda.

Por que recusaramos o capital estrangeiro, não tivemos o aço para forjar grande parte de nossas armas e instrumentos de trabalho; por que recusaramos a imigração, não tivemos também homens hábeis e capazes, física e intelectualmente, para o melhor cumprimento da tarefa que o mundo civilizado esperava do Brasil.

Parece que se opera, em relação aos brasileiros, o mesmo fenômeno que mina o solo. A gente também está sendo erosada, enfraquecida pela carência de sangue novo. Atentemos ao exemplo dos Estados Unidos: o tipo médio ganha em estatura, em vigor. O mundo de raças transplantadas para alí, numa corrente contínua, opera o caldeamento que apura os melhores atributos. O estrangeiro ali sente-se como que nascido outra vez: não há para êles um regime de exceção. Atentemos na paisagem demográfica das regiões brasileiras onde se radicaram mais densas levas de estrangeiros: examinemos o homem de algumas regiões de São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul. Vejamos a influência do italiano, polonês ou alemão nestes legítimos capiaus de pele branca e cabelos louros.

Mas se não preservamos as nascentes, o rio seca, a terra deperece, se erosa. A matriz humana se gasta pelo uso, conquanto seus efeitos aparentes atinjam longos tempos; e disto temos um exemplo nos sertões nordestinos: donde surgiram aquêles vaqueiros, aquêles tropeiros curtidos de sol, de olhos azúis e cabelos louros ? êles nasceram dos holandeses que ocuparam o Nordeste ! Mas vão se diluindo na servidão da terra, no contato embrutecedor com o meio ambiente; de muito perderam a noção da própria origem, da qual não lhes resta mais costume ou ciência.

Ao se processar o censo nacional de setembro de 1940 existiam, no país, 1.283.833 estrangeiros, sendo predominantes os grupos de origem portuguesa, italiana, espanhola e japonesa; do total 931.049 estavam na zona Sul; 300.601 na zona Leste; 24.118 no Centro Oeste; 18.289, na Norte e 9.776 na Nordeste. São Paulo retinha mais de metade do total de estrangeiros radicados no Brasil: 761.991 ! Predominavam no Estado os italianos, seguidos de perto pelos portugueses e, mais à distância, japoneses e espanhóis. No Distrito Federal, estavam 215.940, com predominância absoluta de portugueses. O Rio Grande do Sul é a terceira unidade por ordem de população estrangeira, predominando os uruguaios, italianos e alemães, com um total geral de 90.710. O Paraná está em quarto lugar: 56.816, predominando alemães e poloneses. Minas Gerais e Rio de Janeiro teem igual número, quase: 34.993 e 34.724. Sòmente depois dêsses dois vamos encontrar Santa Catarina, com 21.532, dos quais 11.291 alemães.

Do exame de várias informações colhidas pelo recenseamento e já devidamente analisadas, vamos encontrar observações que deveriam estar, desde muito, clamando atenção aos homens do govêrno. Mas, infelizmente, parece não ser muito grande a importância que se empresta a êstes problemas. Um dos aspectos para que desejamos chamar a atenção é o da distância a que mantemos o imigrante, induzindo-o a viver como numa sociedade à parte. O fato é que é muito pequeno o índice de imigrantes que procuram adquirir a nacionalidade brasileira. Segundo dados fornecidos pelo I.B.G.E. e devidos às análises do censo feitas pelo Professor Mortara, para

um total de 1.283.833 estrangeiros não naturalizados, tínhamos em 1940 apenas 122.735 naturalizados; menos de 10 %. Tomando o Estado de maior população estrangeira, São Paulo, verificamos que em 1940, enquanto existiam 762.802 nacionais de países estrangeiros, representando 10,61 % da população total, existiam apenas 52.382 brasileiros naturalizados.

O índice mais grave, porém, flui desta comparação: em 1.º de Janeiro de 1920 os nacionais e ex-nacionais de países estrangeiros presentes no mesmo Estado totalizavam 829.851, 18,07 % da população total, contra um total geral de 815.184 em setembro de 1940, o que correspondia a 11,34 % da população. O maior índice de naturalização, ainda em São Paulo, cabe aos imigrantes de origem italiana.

Outra observação da maior gravidade é a da composição por idade dos diversos grupos nacionais. Pelos quadros de que podemos dispor a fim de preparar esta palestra, chegamos a uma triste conclusão: os estrangeiros radicados no Brasil são, na sua maior parte, velhos. A percentagem de homens entre 0 ano e 19 anos, era em 1940 de 7,76 %; a de mulheres, 7,35 %; mas esta percentagem era devida, então quase exclusivamente, aos naturais do Japão, fonte de onde proveio a última corrente imigratória intensiva. Os italianos, porém, contavam com 63,47 % dos seus homens e 66,03 % das suas mulheres com idade superior aos 50 anos, ao passo que os nipônicos dispunham de 61,01 % de homens e 60,73 % de mulheres entre 20 e 49 anos, contra 12,96 % de homens e 10,67 % de mulheres além dos 50. Os portugueses tinham 60,83 % de homens e 56,21 % de mulheres entre 20 e 49 anos e 33,42 % de homens e 34,95 % de mulheres além do meio século de vida. Os espanhóis, 60,80 % de homens e 55,49 % de mulheres entre 20 e 49 anos e 36,07 % de homens e 41,34 % de mulheres além dos 50 anos. Os naturais da Alemanha tinham 59,18 % de homens e 54,40 % de mulheres entre 20 e 49 anos e 34,90 % de homens e 38,29 % de mulheres além dos 50 anos.

Devemos insistir no que anteriormente dissemos: a matriz envelheceu, está gasta. Ainda tendo em vista os resultados apurados naquêles mesmos quadros, podemos adiantar que a mas-

sa dos estrangeiros radicados no Brasil está entre os 30 e os 59 anos, cabendo a maior parcela, desta massa, ao período que vai dos 40 aos 49 anos, que corresponde a um sexto do total recenseado.

Estamos em face de um colossal pêso morto.

——) : (——

Sob o ponto de vista do caldeamento o italiano foi dos melhores imigrantes que o Brasil recebeu. É ainda aos resultados do último censo que recorremos para positivar o raciocínio; no grande inquérito nacional foram verificados 648.374 homens e 612.557 mulheres, nascidos no Brasil, filhos de pai italiano. Enquanto isto, os portugueses, que constituem o maior núcleo, haviam dado apenas 368.148 homens e 367.781 mulheres. Os filhos de pais espanhóis, nascidos no Brasil, eram em 1940, na ordem de 169.021 homens e 171.458 mulheres. Enquanto isto, o núcleo de origem japonesa podia registar, em 1940, apenas 52.818 homens e 51.537 mulheres. Aliás, se quisermos um outro aspecto negativo do japonês, é no que respeita à língua, que vamos encontrá-lo: são os imigrantes mais fiéis ao idioma pátrio: mais de metade dos nipônicos radicados no Brasil usam, no lar, a língua que aprenderam no país de origem.

Entre os italianos encontramos o processo de fixação mais completo. O homem raramente vem sòzinho e, daí, o fato de verificarmos que é na coletividade italiana onde se pode observar maior correlação entre homens e mulheres. Já o português prefere, de um modo geral, vir só, experimentar e, depois, mandar buscar a família.

O fator caldeamento é imprescindível a fim de que possamos obter os melhores resultados da imigração; devemos convir, porém, que muito contribuimos para que os membros de uma determinada coletividade se insulem. Temos o preconceito do brasileiro nato e, por isto, fechamos os mais humildes postos da carreira pública a filho de outro país que haja adotado a cidadania brasileira; fechamos um sem número de atividades econômicas aos que não tiveram a sorte de nascer no Bra-

sil. Criamos obstáculos insuperáveis, às vêzes, contra o exercício de profissões liberais e até mesmo técnicas. Estamos, neste caso, como se fôssemos ainda crianças, envergando porém roupas de adulto: o comprimento das calças não nos deixa caminhar e as mangas demasiado longas do paletó, dificultam nossos movimentos. Assumimos, por isto, ares de chicharrão...

Mas, por que não dizê-lo ? Já sopraram no Brasil ventos mais liberais no que respeita ao tratamento dispensado ao imigrante. Retornemos um pouco ao Império, aos seus últimos anos, para rememorarmos um fato que está citado no recente volume de "Memórias" do Visconde de Taunay, recentemente editado. Antes de mais nada, êste ilustre brasileiro foi um dos homens que mais pugnou pelos amplos direitos ao estrangeiro, indo mesmo a se bater pelo que êle chamava de "grande naturalização". Vamos porém ao fato:

Depois de brilhante carreira na engenharia militar Taunay, finda a guerra do Paraguai, entrara na política. Eleito primeiro deputado por Goiás, dalí saiu para ser governador da então província do Paraná e precisamente nos Estados de Paraná e Santa Catarina estendeu-se sua influência eleitoral. Ocorrendo uma vaga no Senado, candidatou-se ao pleito do qual deveria surgir a lista de três nomes, dentre os quais D. Pedro II deveria escolher o novo Par do Império. O seu concorrente mais temível, em Santa Catarina, era justamente um imigrante alemão, Nicolau Malburg. Diz Taunay em suas "Memórias" que era êle "residente de longos anos na cidade le Itajaí, poderosa influência nos grandes centros de imigração da província de Santa Catarina e pessoa credora de tôda estima e respeito.

"Homem então dos seus 50 anos, aportara, uns dois decênios atrás, ao Brasil, sem um real no bolso. Começando corajosamente a vida como professor de primeiras letras, geografia, história e matemática elementares, alcançara depois abrir escola.

"Em seguida comerciante, distinguira-se sempre pela escrupulosa probidade, formada família e, cauteloso e feliz nos seus negócios, conseguira afinal ajuntar fortuna superior talvez a quatrocentos contos de réis..."

Pois bem, no meio de seis candidatos, Malburg logrou o terceiro lugar. O Barão de Cotegipe, comentando com Taunay o resultado do pleito, dissera:

... eu, no caso do Imperador, escolheria o tal Malburg. Dava assim prova de que a sua eterna propaganda havia frutificado.

Ao que Taunay respondeu:

— Pois deveras, também fôra para mim grato triunfo fazer entrar no Senado um alemão naturalizado, digno por certo de lá estar pela sisudez e ponderação...

——) : (——

Por volta de 1945 tudo fazia crer que iamos mudar de mentalidade; corriam aragens melhores, pelo menos. Terminara a segunda guerra mundial, durante a qual tiveramos que realizar um esfôrço bem à altura das nossas reais possibilidades. Vivíamos um novo surto industrial e no entanto sentiamos deperecer a lavoura. País essencialmente agrícola que fôramos, não podemos construir uma indústria à sua base. Pensamos então em afastar do nosso caminho as colunas de Hércules, abrir as nossas portas e voltar a receber o elemento renovador, a transfusão de sangue de que tanto necessitavamos. Não é fácil encontrar outra explicação para que assim não haja realmente sucedido até hoje.

Enquanto os demais países cuidavam de mandar homens de sua confiança à Europa devastada e desajustada, não apenas para vêr, mas sobretudo agir, nós nos movimentamos lentamente. Não dispomos, desde 1945, de novos números, mas, segundo aproximações que podemos obter, não atingimos 8.000 imigrantes novos desde o começo de 1947 até esta altura de 1948. Em contraposição, sòmente no ano passado a Argentina recebeu 50.064 e outro tanto já havia recebido em 1946 e está o seu govêrno com um programa para, até 1951, receber coisa da ordem de milhões de novos habitantes. Por seu turno, a Venezuela desenvolve campanha intensa, verdadeira revolução, com os mais altos resultados. O país das Caraíbas vem cuidando de reforçar a sua progênie mediante a incorpo-

ração de imigrantes europeus, que encontram ali a melhor acolhida, inclusive um processo de recuperação, que vai desde o ensino da língua, da cozinha, dos costumes, até mesmo ao conhecimento das regiões mais propícias, sendo facultado aos imigrantes escolherem, em áreas de propriedade do govêrno, onde mais lhes agrade se fixar.

O contraste de tudo isto está no Brasil onde, por infelicidade nossa, o imigrante ainda não deixou de ser o "gado humano". E aí vamos de encontro às condições desde o recebimento, até a fixação.

Não podemos insistir na idéia de nivelarmos o imigrante ao cabôclo nacional; o que devemos fazer, realmente, é elevar o nosso trabalhador nativo aos níveis do estrangeiro, fazendo com que se torne mais fácil a assimilação de costumes, de hábitos de trabalho. Isto tanto no que respeita ao setor agrícola, como ao industrial.

É esfôrço inútil tentarmos melhorar os níveis de produção, de consumo e conseqüente de renda nacional, se insistirmos na política de portas fechadas ao capital e ao imigrante estrangeiros. E o que é mais grave, promoveremos assim os meios propícios para a evasão do elemento mais útil e mais jovem que nos chega, como aliás vem sucedendo. Daquêle mesmo curioso "cometa" que esteve há dias conosco, ouvimos que por Santos estão saindo, com grande freqüência, jovens portugueses que vieram para o Brasil e que, daqui, tomam rumos da Venezuela até mesmo por via aérea.

Pior do que isto é o caso do repatriamento dos iugoslavos, verificado há pouco: mais de 600 homens daquela nacionalidade, muitos dos quais estavam no Brasil há 25 anos, casados com brasileiras, com filhos brasileiros, retornaram ao seu país de origem, levando suas mulheres e filhos brasileiros !

Pelos nossos portos passam cada semana navios cheios de homens, mulheres e crianças que vão para a Argentina e basta acompanhar a reportagem marítima dos jornais, para termos conhecimento de que êles muito gostariam de ficar aqui no Brasil. O trópico tem atrativos e se por ventura há uma certa prevenção contra êle, esta tem partido justamente de nós brasileiros, que nos encarniçamos de dizer mal daquilo que é nos-

so, de que gostamos, que amamos, assim como a mãe que se apega de amor ao filho, numa tal medida, que vai ao exagêro de prejudicar-lhe a própria vida, por não querer perdê-lo de vista um dia sequer.

Por que cerceiarmos o nosso progresso amarrando-nos, com cadeias de ferro ao passado numa estreita concepção de brasilidade nacionalista ? Se vemos hoje os Estados Unidos como a maior nação, o maior povo da terra, devemos compreender — e não há por onde tolher o raciocínio — que se assim acontece, é justamente pelo fato de nunca ter oposto restrições aos capitais e homens de outras terras que alí procuraram construir sua própria vida individual e familiar. É da soma destas pequenas vidas que se fazem os países, que os povos se tornam fortes.

Não deixemos que nossa política imigratória seja desarticulada ou inutilizada pela ausência de um alto órgão prático, independente, capaz de coordenar a cooperação que podem oferecer os vários departamentos públicos estaduais e mesmo federais, porém até agora falhos de harmonia entre si.

Retardar tal imperiosa decisão, um dia só que seja, a mais, será relegar nossa riqueza para que outras raças mais fortes, de países estranhos, nos venham amanhã arrebatá-la. seja pela própria necessidade, seja pela ambição que faz os fortes adotarem a política da constante conquista.

E se não nos bastassem tantos impecilhos portas a dentro, também lá fora obstáculos se nos antepõem, indicando-nos a dureza da tarefa. Ainda agora o nosso ilustre Chanceler, o Dr. Raul Fernandes, encontra nos Estados Unidos um ambiente de incompreensão para o lúcido movimento que vem empreendendo no sentido de se completarem os nossos interêsses com os americanos neste setor imigratório.

Todos sabem que os Estados Unidos vêm dispendendo somas enormes no sustento de centenas de milhares de deslocados de guerra, ainda hoje vivendo em precárias condições, subdivididos por várias regiões européias. Ora, diante disto e tendo em conta a pobreza de nossas verbas para imigração, o Ministro Raul Fernandes procurou interessar o General Marshall numa política de mútua compreensão, dentro da qual

os Estados Unidos concederiam ao Brasil os créditos necessários para o transporte e distribuição em nosso país, de deslocados, técnicos e trabalhadores agrícolas que julgamos necessários.

As conversações foram encaminhadas em Bogotá por intermédio do Embaixador João Neves da Fontoura, Chefe da Delegação Brasileira à Conferência Panamericana ali realizada. Pois, apesar da palavra amistosa recebida por intermédio do Embaixador Pawley, a quem o General Marshall incumbiu de transmitir a sua aprovação, em princípio, à proposta brasileira, até agora o Itamarati tem recebido de Washington apenas comunicações que só servem para adiar indefinidamente tão alto problema de interêsse brasileiro e continental.

Cá e lá... más fadas há... Burocracia e incompreensão...

——) : (——

É o nosso Chanceler um homem de ação, provado no campo diplomático por muitos anos em refregas de importância. Fundando em larga cultura internacionalista a base de sua sólida competência, dela tira o substrato de um comportamento diplomático que tem dado ao Brasil os melhores resultados. Somos todos reconhecidos ao Ministro Raul Fernandes pelo engrandecimento do nome do Brasil no cenário universal. Temos elementos para saber com que mestria encaminha as negociações, já bem sucedidas no que diz respeito à Organização Internacional dos Refugiados, que controla os deslocados (Displaced Persons) e com a qual firmamos recentemente mais um acôrdo.

——) : (——

Mas, seria de grande importância desse o Congresso, que vem se dedicando com tanto afinco aos mais sérios problemas nacionais, a melhor atenção no sentido de evitar a exiguidade das verbas para o fomento à imigração, demonstrando que, de fato, isto não é um simples gasto mas um proveitoso investimento.

Quando pedimos maiores verbas para a imigração não temos em mente apenas o elemento estrangeiro. Pensamos muito no nosso cabôclo. Não somos daquêles que o condenam como fator de trabalho. Muito ao contrário, a situação do cabôclo preocupa-nos porque se êle não representa o mesmo valor econômico do estrangeiro, cabe a culpa aos nossos govêrnos através dos séculos, pois o cabôclo de hoje é o fruto de um prolongado definhamento pela falta de educação, saúde e melhores condições de vida. Êle é o retrato de sua terra, e se pedimos sangue novo para ela também havemos de querer uma transfusão para os que a habitam e são nossos irmãos, irmãos de tantas qualidades provadas em diversas oportunidades.

Na verdade, não queremos que o imigrante desça à situação do cabôclo. É indispensável, todavia, que o cabôclo suba às boas condições do imigrante.

——) : (——

Não importa apenas instalar Bancos de sangue para que defendamos alguns patrícios da morte; instalemos sobretudo fontes de sangue, de sangue vigoroso, novo, cheio de pujança, que possa enriquecer aquêle que corre nas veias dos nossos filhos. Não importa em riqueza termos dinheiro amealhado nos Bancos por que não dispomos de braços que possam dinamizá-lo.

Abastados fazendeiros em São Paulo, dispondo neste momento de milhões de cruzeiros, não podem empregá-los porque suas fazendas não encontram braços para desenvolvê-las.

A Câmara Junior é um organismo novo no Brasil, vivendo os entusiasmos dos seus primeiros passos. Já tem demonstrado que é possuidora de uma sadia juventude, forte em ações práticas e decisivas.

Que ela seja agora também um elemento valioso na retomada da campanha por um Brasil maior, estimulando a vinda contínua de novos imigrantes cujos filhos serão os brasileiros de amanhã.

RETRATO ECONÔMICO DO BRASIL (*)

Rever estudantes, nesta grande terra bandeirante, é para mim, o despertar de uma grande saudade. Foi em julho de 1909, há quasi quarenta anos, portanto, que eu tomava parte no Primeiro Congresso Brasileiro de Estudantes, realizado em nossa velha cidade de Piratininga. Ali estava como delegado dos estudantes da então Academia de Comércio de Santos.

Estudantes procedentes de todos os quadrantes do país, davam um extraordinário encanto à nossa Capital, onde abraços acompanhados de largos sorrisos, transformavam em velhos amigos, gente nova que antes nunca se conhecera ou avistara.

Era o vibrar da alma generosa da juventude brasileira que dava um grande exemplo de alegria, de união, de democracia construtiva. Não faltava ali nem o chiste à cartola de Spencer Vampré, assim como vibrava solene com seus óculos de tartaruga o Alcebiades Delamare ao lado do vibrante Maurício de Lacerda, acusado de representante hermista por seu aconchego ao Catete.

Revejo em minha memória o famoso baile Branco oferecido aos estudantes franceses que então nos visitavam, assim como nós, nos enrolando nas mangueiras do Corpo de Bombeiros, quando êste compareceu ao velho Moulin Rouge, para evitar que o excesso de lotação estudantil perturbasse o espetáculo de gala que ali se realizava com artistas vindos especialmente dos melhores casinos de Paris.

(*) Conferencia pronunciada em 24 de setembro de 1948, em Taubaté, por ocasião da instalação solene do Centro de Estudos Econômicos Valentim Bouças, agremiação fundada por estudantes e professores daquela cidade paulista.

Mas nem assim a água conseguiu arrefecer o entusiasmo da mocidade brasileira. Onde havia um estudante havia alegria, entusiasmo, base de uma confiança por um Brasil forte e respeitado.

Meus Amigos,

Foi com o maior desvanecimento que, faz algumas semanas, recebi dos vossos enviados, o convite para visitar Taubaté, onde deveria receber as homenagens da mocidade do Vale do Paraíba. Nunca recusei oportunidades que me tenham sido oferecidas de travar conhecimento com Estados, Municípios ou Cidades do Brasil; nunca perdi ocasião que me tenham propiciado para travar contactos mais estreitos e mais afetivos com pessoas ou grupos de pessoas do meu país. Muito tenho viajado pelo Novo e pelo Velho Mundo; tenho estado em muitos países habitados pelas mais diversas raças, das mais diversas formações histórico-políticas. Nestas minhas peregrinações, quase sempre interêsses do Brasil teem se aliado aos meus próprios interêsses, mercê da confiança que em mim teem depositado os nossos governantes nestes últimos vinte anos. Mas, cada vez que saio do nosso país, sinto uma necessidade maior de melhor conhecer o que realmente somos, para melhor avaliar aquilo que realmente poderemos ser. Afeito aos problemas de nossa vida econômica e financeira, tenho a seu respeito os meus pontos de vista formados e sou daqueles homens que se vangloriam da fidelidade aos seus princípios, mesmo reconhecendo que esta fidelidade quase sempre não é a construtora de glórias fáceis. Mas os obstáculos são também um estímulo e a confiança no futuro está acima de qualquer dúvida.

Atendendo ao vosso convite aqui estou, pronto a me submeter aos ditames da vossa hospitalidade e de vossas generosas demonstrações de simpatia, aceitando-as não pròpriamente ao cidadão ou ao indivíduo, mas como um refôrço ao ânimo de luta que herdei dos meus antepassados. Quero, porém, deixar sempre aberta a porta para, quando julgardes oportuno, fazerdes sentir as vossas críticas ou então pedir contas, ao homem, do crédito que lhe haja sido aberto em vossa confiança.

E assim procedo confiante sobretudo na mocidade, nas gerações que freqüentam as escolas ou se iniciam na prática das profissões a que foram levadas pelas próprias inclinações, porque na mocidade está a maior riqueza que pode almejar um país também jovem como é o Brasil, onde não obstante todos os esforços de quase quatro e meio séculos de descoberta e de 126 anos de independência política, mal aflora para a vida.

Êste, a meu ver, é o maior elogio que poderemos fazer a nós mesmos e aos que antes de nós aqui nasceram e para aqui vieram dar o melhor do seu trabalho, da sua inteligência, do seu amor. Podemos descortinar, hoje, com muito mais clareza, qual seja o papel que nos está reservado no futuro, como um país e como uma parte integrante da humanidade. Os conflitos que turvam as relações humanas em nossa época agem como poderosa fôrça clarificadora, levando os homens a assumirem atitudes claras e enérgicas, não obstante semelhante procedimento possa exigir dêles o sacrifício da própria vida.

Se é entre a fornalha e a bigorna que o ferreiro dá a têmpera ao aço, é entre a casa e a escola que o homem adquire consciência do seu valor, forma o seu caráter e aprende a discernir, dentro da própria vida, a importância de viver às claras, assumindo a responsabilidade dos próprios atos. Os tons escuros da frouxidão, da imparcialidade, do conformismo, servem apenas aos parvos, aos tíbios. Ser a favor disto ou daquilo; ser contra isto ou aquilo, deve ser atitude definida, da qual decorrem conseqüências a que se não deve fugir. Aceitar por comodismo ou por indiferença, pura e simplesmente, é renunciar ao espírito de luta.

Digo-vos estas coisas pois tenho raízes profundas lançadas numa vida onde cada dia tem sido um novo combate. Como a maioria de vós, nasci de gente humilde e, ainda há pouco mais de um mês, em conferência que pronunciei no Rio de Janeiro, salientava o orgulho que sinto dos meus pais, êle, Espanhol, cêdo imigrado para o Brasil e ela uma mulher e mãe como milhares de outras nascidas naquela Mãe Pátria que é Portugal. Sem ter esquecido o céu sob o qual nasceu, nem a terra que primeiro foi palmilhada pelos seus pés, soube porém

amar o Brasil onde se radicou, soube integrar-se à nação nova e aqui construir o edifício de sua própria vida, pelos laços da família, cimentando pelo trabalho uma pequenina parte de nossa estrutura econômica e social. Como deve acontecer a muitos de vós, comecei a trabalhar cêdo, dividindo o tempo com o estudo. Na gloriosa cidade de Santos tirei um modesto diploma de comércio, título dos mais caros à minha vaidade. Depois disto, tenho sido um autodidata. Tenho encarado a vida como uma escola, em todos os seus momentos; tenho me defrontado com passos bons e máus, e, nas alternativas, tenho encontrado sempre novas resistências, ânimo redobrado para o começar do dia seguinte .

Com esta digressão um tanto personalista não tenho a pretenção de oferecer aos jovens do Vale do Paraíba lição ou exemplo, mas apenas um paralelo. Se confio na mocidade brasileira, esta minha confiança provém muito especialmente por que sei de onde ela provém; porque acredito na sua capacidade de discernimento, como capaz de escolher, neste momento onde maiores e mais profundas são as divergências entre o Oriente e o Ocidente, qual o seu verdadeiro lugar, lugar êste que é o do Brasil, nação latina e cristã, portadora de tradição, habitada por uma gente que tem na liberdade o apanágio único de tôdas as suas lutas, desde aquelas que precederam à proclamação da Independência, até a que ora travamos, contra o predomínio, em nossa terra, de idéias exóticas que, sob promessas falazes, escondem os intuitos da mais negra e agregada escravização do homem e subordinação do seu espírito!

PREDESTINAÇÃO DO PARAÍBA

O convite que me foi feito, assumiu desde logo os contornos de um compromisso inadiável. O encontro com uma falange de moços, no Vale do Paraíba, proporcionou de pronto uma associação de idéias que definem a predestinação desta importante área na vida econômica do Brasil. Distribuindo-se por dois Estados — São Paulo e Rio de Janeiro — tem marcado as épocas distintas da vida brasileira. Na sua região mais ao Norte surgiu um dos mais importantes parques de produção dos tempos coloniais, com a fixação da cana de açucar, em

1536, levada por Pero de Góis, na antiga Vila da Rainha, hoje cidade de Campos. Com o açucar viveu o Vale do Paraíba o seu primeiro fastígio, servindo de alicerce para a criação de um dos mais interessantes núcleos de vida rural, onde tantos brazões se fizeram e de onde tantos homens se alevantaram e projetaram como beneméritos da Pátria.

Depois, descendo do extremo Norte, chegou o café, que entrando pelo Norte do Vale, denunciou-se desde logo como uma lavoura insatisfeita, em busca de melhores áreas. Tendo os seus centros primitivos de cultura assentados em Vassouras, Piraí, Valença, Paraíba do Sul, S. João Marcos, Barra Mansa e Rezende, atingiu finalmente a velha Província de São Paulo, cuja produção, em 1825, não ia além de modestas 141.663 arrobas, o que correspondia então a 15,25% da produção total do Brasil. Em 1836 o município de Taubaté já concorria com 23.607 arrobas e, dezoito anos mais tarde, daqui saiam 354.730 arrobas, o que lhe valia o segundo lugar dentre os demais municípios cafeeiros.

Instintivamente, porém, o homem conduzia as culturas de maneira a evitar a linha do trópico, abaixo da qual o clima não as favorecia e demandava, assim, as grandes florestas de terra virgem. O Oeste, mal desbravado pelos bandeirantes, era a grande voz misteriosa exercendo os atrativos do mistério apenas aflorado. Segundo Sergio Milliet, em seu "Roteiro do Café", atrás do café e por vêzes à sua frente penetram as ferrovias. "De 1797 a 1836 anda-se ainda devagar. Acompanha-se o caminho do burro, a trilha; procura-se o núcleo já habitado para as experiências. Mesmo assim oito lustros bastam para abarrotar de cafeeiros todo o Vale do Paraíba e parte das terras mais férteis das regiões próximas da Capital, colonizadas pelo açucar. Passados 19 anos o panorama novo nos apresenta aspectos de pleno dinamismo. 2.737.639 arrobas de café enriquecem a zona Norte, cuja população aumenta concomitantemente de 40%."

E, neste mesmo estudo, aquele ilustre pesquizador paulista acrescenta: "Nova geração ascende e temos diante de nós um quadro inteiramente diverso. A prosperidade da zona Norte se mantém. Mas a terra dá sinais de cansaço, e a produção decresce um pouco. A população porém ainda beneficia das con-

dições econômicas favoráveis e aumenta de mais 60%. Inúmeras cidades consolidam seu destino: Taubaté, Guaratinguetá, Pindamonhangaba, Mogi das Cruzes."

Com a libertação dos escravos e a proclamação da República, em 1888 e 1889, respectivamente, houve ensejo para que se observasse os resultados de um fenômeno singular. Enquanto, em São Paulo, desde muitos anos, se verificava um surto imigratório de grandes proporções, o que permitia a transformação dos métodos de trabalho e aparelhava a economia para substituir o braço servil pelo braço livre, os grandes fazendeiros fluminenses insistiam na aplicação do braço escravo. Nestas condições, o ato assinado a 13 de maio de 1888, pela Princeza Isabel, viria a corresponder à derrocada da produção fluminense, tanto de café como de açucar. Um inquérito levado a efeito pelo dr. Carlos Pinto de Figueiredo, revelava que o declínio da cafeicultura no vizinho Estado do Rio iria se desenrolar com rapidez: declinava a produção tanto pelo cansaço das terras, como pela falta de braços. Desde cêdo o café se manifestava como um exauridor de sólos. Em compensação, em São Paulo, tudo marchava rápido no sentido ascendente, com estradas de ferro, imigração e o auxílio dos cofres públicos.

Sofrendo as alternativas da abolição e da impropriedade dos métodos de exploração no Estado do Rio, e da atuação consciente das elites rurais de São Paulo, o café atingiria a República já com a crescente preponderância da praça de Santos sôbre a do Rio de Janeiro. O cansaço das terras, verificado no Estado do Rio, já começava a fazer sentir seus efeitos na parte do vale do Paraíba do Estado de São Paulo. Grandes porém eram as responsabilidades da República sobretudo pelo rumo que sob o seu comando tomava a política econômico-financeira que havia sido delineada pelo último govêrno da monarquia, chefiado por Ouro Preto. À depreciação da moeda correspondera uma elevação súbita do preço do café. Isto que se repetiu algumas vêzes mais para o futuro, criou a idéia de que a moeda desvalorizada correspondia a bom preço para os produtos da terra. Mas êste bom preço numa moeda que ia perdendo sustância, ia equivalendo, cada vez mais, a menos

valor de boa moeda de curso internacional, no caso a libra esterlina. Ramalho Ortigão, no seu lúcido estudo sôbre o meio circulante nacional, escreveu: "Pensando, ao mesmo tempo, resolver os problemas que se lhes deparavam com o aumento do custo da produção (conseqüência inevitável da moeda que se desvalorizava), atiraram-se, sem conta nem medida, às novas plantações, principalmente no Estado de São Paulo, dando origem à superprodução de que adviria uma crise."

E continua Ramalho Ortigão: "Pode dizer-se, com segurança, que o protecionismo tarifário levado ao exagêro, e do qual depois resultou grande crise industrial e considerável baixa dos preços do café, que por sua vez, teve como conseqüência dificuldades gerais e depressão prolongada, não só para a indústria agrícola mas para todo o país; o desequilíbrio financeiro dos Estados, por vêzes incidindo, por fenômenos de refração, sôbre as próprias finanças da União — são efeitos imediatos e naturais da inflação monetária."

Eis como, Meus Senhores, também na prática da economia, as melhores lições proveem do próprio passado; e por cuidarmos de conhecer tão pouco os precalços que temos sofrido e os erros que temos cometido, é que ainda hoje insistimos em pretender curar a dôr de cabeça que se origina do mal estado do fígado com uma simples aspirina.

Aquela crise, porém, viria ter o seu desfecho no cenário desta vossa cidade de Taubaté, não sem antes longas e duras lutas. Em 1895, por exemplo, fazia-se ouvir na Câmara dos Deputados, a voz de um representante fluminense — Érico Coelho — propondo que a União assumisse o monopólio da exportação do café. Mas nada feito. Os estoques eram bastante grandes e as cotações não eram de todo más. Em sua Mensagem ao Congresso Nacional, em 3 de maio, de 1896, Prudente de Morais se referia à enorme expansão da cultura cafeeira. Logo depois, os Estados produtores promoviam uma reunião em Petrópolis, com o fito de organizar larga campanha de propaganda, sistemática e contínua, para a conquista de novos mercados. O govêrno federal desejava cooperar mas a sua situação financeira era má e repousava no café, dependia dêle Em 1897 continua a depressão. Bernardino de Campos,

Ministro da Fazenda de Campos Sales, apresenta um estudo sôbre a situação cafeeira, preconizando a adoção da lei Torrens, e acentuava: "As necessidades da lavoura teem aumentado consideràvelmente. A cultura de hoje reclama maior vulto de capitais, porque o custeio se torna mais oneroso."

A 15 de Novembro de 1898, Campos Sales assume a presidência, depois de haver negociado o Funding-Loan, o que concorreu para desafogar a situação financeira do país. Mas já no segundo semestre dêste ano, alguém que se assinava *Mercator* sugeria, pelas colunas do "Jornal do Comércio", que se destruisse 20% da safra total. Em 1899, quando Joaquim Murtinho auferia a primeira vitória de sua política financeira, logrando um superavit orçamentário de 38.000 contos, a lavoura paulista gemia sob o pêso de 440.000 contos de dívidas. Em fins de 1901 e começos de 1902, debateu-se em S. Paulo a idéia da destruição dos cafés baixos. A safra anunciava-se colossal e cogitou-se logo de restringir a oferta mediante o impôsto de 20% em espécie, sôbre todo café exportado e a eliminação positiva do que pudesse ser negociado com o resultado dêste empréstimo. Surgem então nada menos de quatro projetos de valorização, da autoria respectivamente de Francisco Sá, Rivadávia Corrêa, Joaquim Pires e Fausto Cardoso. Quintino Bocaiuva, governador do Estado do Rio, submete aos governos de São Paulo, Minas e Espírito Santo um plano de valorização. Numa reunião de fazendeiros, em Campinas, o dr. Costa Machado propõe ao govêrno uma emissão de 200.000 contos, lastreada por café e a ser resgatada em dois anos, pagando-se ao lavrador 24$000 por saca de café bom, entregue ao govêrno para tal fim.

Como vêem, não faltavam remédios. Todos pràticamente eram médicos e cada um apresentava o seu receituário que logo mais caía sob o combate da opinião dividida. E, nesta altura, em outubro de 1901, a Conferência Internacional para o Estudo da Produção do Café, reunida em Nova York, fazia sentir "que nunca a produção e o consumo da mercadoria haviam sofrido perturbação alguma tão séria quanto a do momento." São Paulo, ante a inação do govêrno federal, tomou a sua medida: proi-

bição de plantio de novos cafeeiros! Entre 1890 e 1902 a produção nacional elavara-se de 4 a 15 milhões de sacas.

Em 1903 o Legislativo ocupou-se muito da situação cafeeira. Finalizando um relatório Davi Campista fazia um apêlo aos fazendeiros: plantar menos e melhor. Já em 1903, porém, começa a se admitir a necessidade do govêrno adquirir e retirar do mercado cinco milhões de sacas. Na sua mensagem de 1904 o presidente da República — Rodrigues Alves — lembra que a superprodução força a baixa dos preços, que o estoque a 31 de Dezembro de 1903 era de 13.694.000 e que tudo indicava ser a próxima colheita ainda maior que as anteriores. 1905 seria assim mais um ano no curso das dificuldades. O ano seguinte, porém, logo de início, seria marcado por uma resolução que vinha sendo reclamada de muito tempo.

Renascia o crédito nacional como resultado de uma política financeira de linhas determinadas mas em compensação a crise econômica tomava corpo cada dia. Em seu relatório de 1905, Leopoldo Bulhões, Ministro da Fazenda, anunciava ao país a restauração das finanças nacionais. A média cambial subira de 9 ½ em 1900 a 12 3/32 em 1904. O ano de 1905 vira surgirem novos projetos de defesa e o conselheiro Antônio Prado, em setembro, definia as duas causas que a seu ver contribuiam para o encarecimento da produção do café, em relação à lavoura paulista:

1.º — os juros elevados que o fazendeiro pagava, de 12% ou mais, pelas quantias indispensáveis ao custeio das fazendas; e

2.º — o salário do trabalhador, desproporcionado ao preço do produto.

Discutia-se, já, o plano do Comendador Alexandre Siciliano, que se baseava em última análise na retirada dos mercados, pela retenção, do excesso do café disponível, prevalecendo esta retirada pelo prazo que fôsse conveniente. Mas para sua execução fazia-se necessário dispor de uma vultosa soma a ser imobilizada. A pressão que se desenvolvia por todos os lados, especialmente sôbre o govêrno de São Paulo, levou-o a uma iniciativa ousada e decisiva: a 25 de fevereiro de 1906, nesta cidade de Taubaté, os presidentes dos Estados de São

Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro assinaram um convênio que logo se transformou em eixo de tôda política cafeeira. Prevalecera, nesta reunião, o plano de Alexandre Siciliano e sôbre os seus resultados não se fez tardar a tempestade.

Taubaté passaria, asim, a ter uma dupla importância na história econômica do Brasil. Tendo se constituído à base da primeira fase da produção cafeeira no Estado de São Paulo, Taubaté, como Jundiaí, Campinas, Piracicaba, Sorocaba, Baurú e outras, mergulhando na crise que foi sempre em crescendo, soube atingir o seu ponto de equilíbrio antes da derrocada, sem no entanto desaparecer — como Areais, Ubatuba, São Luiz do Paratinga ou Parnaíba.

A sua população municipal serve, melhor do que qualquer outro elemento, para definir as linhas de evolução. Em 1836 era estimada em 11.833 almas; em 1854, passava a 22.307, em 1886, 40.624. e, no recenseamento de 1920 eram apurados ... 85.433 habitantes. Quinze anos mais tarde — em 1935 — informam as estatísticas que havia se processado um declínio, descendo para 68.040 habitantes. A produção cafeeira, que fôra de 23.607 sacas em 1836, subira a 354.730 em 1854, a 360.000 em 1886, descendo a 222.147 em 1920 e elevando-se a 324.293 em 1935.

Após ligeiro colapso em 1920, e à grande depressão de 1930, Taubaté volta à prosperidade com a cultura da laranja, do algodão, da cana e da indústria pastoril. Informa Sergio Milliet e podemos verificar aqui, que "a própria urbanização da cidade se acelera, algumas fábricas se instalam".

Taubaté vivera, entre 1900 e 1930, o seu período de decadência. Possuia, porém, qualidades para vencer a onda que sôbre ela se abatera; beneficiou-se dos recursos que lhe haviam sido proporcionados pelo próprio café, valeu-se da dura lição e renasceu com o seu antigo vigor. Outras decepções tem sofrido, mas a cidade está curada da descrença e luta pelo futuro.

VOLTA O AMANHECER NO VALE

O Alvorecer dêste século, em que o nosso progresso foi assinalado de inesquecíveis melhoramentos materiais, como o saneamento e a modernização da Capital da República e a cons-

trução do seu cáis do porto, para citar apenas êsses tão decisivos em seus efeitos práticos, projetou e realizou, também, um empreendimento que teria indiscutível influência pelos tempos a fora. Fruto do esfôrço de um grupo de homens empreendedores, foi construída a reprêsa de Ribeirão das Lages, mais tarde acrescida com o potencial da ilha dos Pombos.

Naquela primeira instalação estava, sem dúvida, um sinal do que esperava o vale do Paraíba num futuro muito próximo. A produção da eletricidade não significaria apenas o progresso e o confôrto para a cidade do Rio de Janeiro, mas serviria também como uma chave mágica a discerrar novas possibilidades econômicas, apontando aos homens de descortino, entre as duas mais importantes cidades do país, uma área cortada, já, pelos trilhos da Estrada de Ferro Central do Brasil, oferecendo condições a um surto de rápida industrialização.

Infelizmente o nosso desenvolvimento político intelectual não acompanha tão de perto as necessidades do progresso material. Os técnicos já previram que em 1951, o mais tardar, terá sido atingido o teto da capacidade de produção de energia hidro-elétrica das usinas do Vale do Paraíba e, em tempo útil, elaboraram os planos de sua ampliação, mediante importantes obras de engenharia hidráulica, iniciadas já há cerca de um ano.

Se não forem imediatamente afastados impecilhos que se acumulam, as obras serão suspensas, o que representará um rude golpe não apenas do Vale do Paraíba, mas no Brasil, que terá amputadas as possibilidades de progresso em uma de suas regiões mais importantes e, parar, nesta altura, corresponde a um verdadeiro colapso, de conseqüências mais graves que outros já sofridos e superados no passado.

A industrialização, que surgira tímida, a princípio, quando se esvanesceram as esperanças em tôrno do café, e sòmente em 1930 é que, verdadeiramente, foi lançado um novo marco. Como que o Vale adormecera para acordar um dia sob o tinido dos marteletes, das perfuratrizes; o ruído dos compressores e o movimento incessante dos veículos de carga. Lançavam-se os alicerces da usina siderúrgica de Volta Redonda e o importante parque industrial projetado seria como uma nova alvorada. Ali assistiríamos ao incandescente conúbio do coque metalúr-

gico, produzido à base do nosso carvão mineral de Santa Catarina, com o minério de ferro descido de Minas Gerais; do alto fôrno correu o gusa sob expansões de júbilo; depois foi a transformação da matéria prima no aço, aço em que hoje trabalhamos as chapas com que fabricamos vagões, os trilhos sôbre que rodam os nossos trens; amanhã teremos navios construídos em nossos estaleiros com o material fornecido por Volta Redonda e, também com o seu aço, forjamos os nossos canhões para a defesa do patrimônio moral e material que temos construído, mercê de imensos sacrifícios, no curso de quase quatro séculos e meio de revelação ao mundo.

Nas terras férteis do vale, quase que simultâneamente, assistimos ao surgimento de outras culturas; máquinas rasgam o sólo, poupando o esfôrço do homem, aqui mesmo onde outrora homens de visão larga lançaram os imigrantes livres em substituição ao braço escravo. Pastagens se desdobram, oferecendo o ambiente necessário à melhoria dos rebanhos nacionais. As velhas cidades acordaram do sono em que haviam caído, agitadas, pela movimentação que se operava.

E, nesta mesma cidade de Taubaté, está o exemplo do pioneirismo de um Felix Guisard, erguendo fábricas, fazendo com que brotassem do chão as chaminés lançadas para o céu, como que desejosas de assinalar ao Brasil o comêço de uma vida nova, hoje multiplicadas num progressista parque industrial. Aqui, neste município e nos vizinhos, simultâneamente com o esfôrço industrial, processou-se uma revivessência da agricultura, baseada, já, na policultura, onde são visíveis os esfôrços de racionalização, procurando-se, por meio destas atividades devidamente conjugadas, corrigir os erros do passado.

A responsabilidade do futuro é vossa, mais que de nós outros. E senso de responsabilidade é uma coisa de que muito se ressente o mundo neste instante. Os homens procuram dissociá-lo do caráter e, por isto, não é raro encontrarmos o exemplo máu nascido da boa vontade de um e do sensacionalismo ou da inferiorização moral, de outro. Muita vez chamamos um homem inteligente para colaborar conôsco e, não raro, vemo-lo transformado em nosso inimigo, como uma víbora que mordesse o seio que a amamentasse. Infelizmente o máu exemplo

atinge à esfera das relações internacionais, como bem o documenta o procedimento da Rússia em face dos Estados Unidos. E aqui não me furto à citação de alguns números do mais alto interêsse, recolhidos de um recente artigo do Snr. Baruch, divulgado na imprensa;

Receberam os russos, *pelo lend and lease*, durante a guerra material no valor de nada menos de 3 bilhões de dólares, ou sejam 60 milhões de contos de réis — soma eqüivalente a cinco anos de tôdas as arrecadações brasileiras; isto sem contar os caças noturnos e a gasolina especial para aviação, não se devendo esquecer mais: 1.981 locomotivas, 3.786.000 pneumáticos, 375.000 caminhões, 52.000 jeeps, 35.00 motocicletas, 415.000 aparelhos telefônicos, 15.000.000 de pares de botas que calçaram seus soldados para o avanço sôbre a Alemanha, 4 milhões de toneladas de alimentos, 500 milhões de dólares em máquinas operatrizes, 2.500 milhões de dólares em alumínio, cobre, zinco, chapas, etc.. No entanto, o que assistimos hoje é o espetáculo dos amigos russos pràticamente cuspindo no prato em que comeram.

Devem, os moços de hoje, ter estes fatos em conta; a lealdade é parte integrante e indivisível da responsabilidade e esta, em suma, deve ser traduzida pelo gesto de cada um afirmar suas convicções, definir seu lugar e defendê-lo, quer na comunhão dos homens, quer na comunhão das nações.

Merece o Brasil, pelas suas possibilidades e pelo seu passado, o empenho do patrimônio representado pelas gerações novas aqui tão dignamente representadas. Se todos os argumentos não bastassem para cimentar nossa confiança no futuro, aqui estais vós, os jovens, que trabalhando e estudando preparai-vos para tarefas pesadas em dias próximos, cheios de confiança no Brasil. Sois o mais forte, o mais rico, o mais indiscutível de todos os argumentos!

Retrato Econômico do Brasil

Escolhestes, como tema para esta palestra, um retrato econômico do Brasil. No momento em que se inaugura o vosso Centro de Estudos Econômicos, ao qual conferistes o meu

modesto patrocínio, desejáveis, por certo, que eu, dissertando sôbre aquele motivo, traçasse um roteiro para as vossas atividades, um esquema para as vossas pesquizas. E eu, vindo aqui, mostro-vos em primeiro lugar o Vale do Paraíba, procurando discernir no seu passado e no seu presente, as linhas já bem esclarecidas do seu futuro. E se assim faço, é por desejar ver repetido na escala nacional o exemplo que aqui admiro.

E natural de todos nós vermos a grandeza que vai por fóra e desconhecermos aquela que está em nós ou em nossa volta. Não cuidamos da medida em que crescem os nossos filhos, ou envelhecem os nossos amigos, se não quando dêles nos afastamos um pouco. Não há melhor vigia para sentirmos a grandeza do Brasil, do que viajarmos por terras estranhas. É tal como o trabalho de um fotógrafo que, depois de bater tôdas as chapas de um filme, se recolhe ao laboratório para o trabalho de revelar. Aquela fita, inicialmente sem nenhuma significação, a medida que recebe os banhos no quarto escuro, vai deixando ver as figuras que foram focalizadas, até no-las ofecer em tôda a sua nitidez.

Hoje sois como soldados destacados para um vasto campo de batalha: a grande batalha do trabalho, aquela de que nascem os grandes empreendimentos, pela aliança da inteligência e do capital. Viveis numa terra livre e esta liberdade é a grande benção que vos compensa a juventude e o próprio prazer da vida. Esta liberdade podeis defendê-la na paz lutando pelo progresso e pelo fortalecimento econômico do Brasil. Se desde 1822 somos um país pollticamente livre iniciamos a partir de então a tarefa de construir a própria liberdade econômica, complemento e lastro daquela. E só as nações econômicamente fortes podem reagir contra as falácias da escravidão que ora enverga as roupagens do falso nacionalismo, ora empunha armas nas tocáias, para ferir à traição.

A Tarefa da Fixação

Definindo o nosso processo econômico, dêle disse Normano que é "uma série de recordes sensacionais caracterizada por

uma seqüência de flutuações que espantam". Nos quatrocentos e cinqüenta anos de nossa história, avultam os sistemas econômicos que teem surgido e desaparecido e chegamos inclusive a compreender que cada um dêles serviria para que uma nação baseiasse sua existência. Mas o fato é que nós, no Brasil, temos preferido à fixação, a cômoda posição de assistir à coroação e deposição de "produtos-reis", num esfôrço que não chega a ser experimental por que não vai além de ocasional.

Esta é, sem dúvida, a mais precária de tôdas as características de nossa economia, que no seu nomadismo, no seu processo extrativo, nos mantém atrelados ao escalão dos povos econômicamente coloniais.

A cada rei que sobe ou a cada soberano que se apeia, sucede a seqüência de uma crise. Se nos reportamos ao passado, veremos que já em 1691 o padre Antonio Vieira nos falava de uma inflação; numa de suas cartas escritas da Bahia, dizia então: "Ouço que na baixa da moeda perde esta praça mais de quinhentos mil cruzados. No Rio de Janeiro, com a mesma baixa, se acharam em um dia, os que possuiam nove, sòmente com cinco". Era o fenômeno conseqüência da corrida para o sertão em busca do ouro, quando pela atração de riquezas imaginadas os homens abandonavam a lavoura, largavam de mão o açúcar, e se embrenhavam para o desempenho de uma tarefa cujo alcance sòmente muito mais tarde se veiu a compreender em tôda sua extensão: o desbravamento do continente no rumo do Oeste, o deslocamento de nossas fronteiras quase para as fraldas dos Andes. Também naquela época a farinha de mandioca escasseiou, mas não faltavam nas cidades nem queijos flamengos nem meias de seda; diz o cronista que "mil bugiarias de França e outras partes, que se vendiam conforme o desejo, que delas mostravam os compradores", encheram o mercado. E por causa do ouro que provocava a perda dos corações, como dizia aquele sacerdote, um outro cronista da época, Antonil, escrevia uma objurgatória: "Não há pessoa prudente que não confesse haver Deus permitido que se descubra das minas tanto ouro, para castigar com êle o Brasil".

Do ciclo do açúcar, o Vale do Paraíba oferece exemplo; e tal como aconteceu aqui, sucedeu no Norte. Mas foi precisamente

o açúcar que serviu para o lançamento das bases de uma economia, foi êle o ponto de partida da fidalguia rural e ainda hoje pode-se dizer que numa vasta região brasileira não há família tradicional que não tenha o açúcar nos seus brazões. Serviu para aglutinar o nosso patriarcalismo de que as casas grandes são hoje, ao lado dos engenhos de fogo morto, o testemunho do passado: ruínas.

O algodão, produto nativo como a mandioca e o fumo, deveu seu surto maravilhoso às invenções do tear, do fuso e da máquina a vapor. A Inglaterra, pátria dos dois inventos, tornar-se-ía por longo tempo o maior centro textil do mundo, inscrevendo-se então como cliente ponderável da fibra brasileira; quando, mais tarde, foi a nossa matéria prima, desbancada do mercado internacional, as regiões que haviam se notabilizado pela sua produção "encerram com um colapso sua brilhante e curta trajetória".

Para a nossa economia, o século dezoito atingiu seu têrmo em 1808, quando aqui chegou D. João VI, batido da Europa pelas hostes de Napoleão. Durante a longa centúria que então se findava, tínhamos assistido ao manietamento de iniciativas progressistas, cujo surgimento, na colônia, alarmava o Reino que de lá expedia ordens para que fossem proíbidas as manufaturas de tecidos a não ser daqueles grosseiros para uso dos escravos; era suprimido o ofício de ourives; era decretada a extinção da cultura da cana de açúcar no Maranhão, a destruição dos canaviais e engenhos de Minas e a extinção da raça muar; eram obrigados a regressar ao Reino todos aqueles que conquistassem uma determinada riqueza; era proíbida a cultura do trigo e da vinha...

Uma colônia que se fortalecesse econômicamente seria uma colônia em perigo. Seriam bem tristes as conseqüências das manufaturas que aqui se instalavam, dizia a El Rei, em 1784, o intendente geral de Lisboa, Pina Manique.

Estas lições do passado devem servir ao nosso presente. Quando vemos surgir movimentos que lançam dísticos como o do "petróleo é nosso", estamos indiscutìvelmente ante um novo Pina Manique. Bem sabemos o alcance dos nossos próprios recursos e temos a certeza de que como êle sòmente não lo-

graremos erguer as tôrres dos campos de produção, de maneira a dar ao Brasil o combustível de que êle necessita para as suas máquinas, para os seus veículos. E o petróleo no jazigo em que o colocou a natureza, é como uma riqueza morta, à espera de quem a vitalize. E um país sem petróleo, sem energia, é como uma máquina que esteja parada por falta de combustível, é como um navio desgarrado. E o Brasil não está mais na idade de ser colônia, nem de ser escravo. De há muito proclamamos a nossa independência e de há muito rediminos o labeu do trabalho servil.

O Petróleo

E aqui atingimos a um dos temas graves do momento; é triste dizer que semelhante gravidade tem decorrido especialmente da covardia de muitos homens dizerem o que pensam, premidos pelo receio de se colocarem esta ou aquela facção ou embalados na esperança oportunística de tomarem o mais vantajoso partido.

O petróleo é, hoje em dia, um assunto vital para o Brasil e para o Hemisfério; para nós, a sua posse representa tanto quanto a da bomba atômica para os Estados Unidos. É necessário, por conseguinte, que na solução do problema do "nosso petróleo", não percamos de vista os legítimos interêsses da defesa do Brasil, tanto econômica como militarmente.

Cuidemos de resolvê-lo e ao Estado, tal como aconteceu em Volta Redonda, cumpre o papel supletivo da iniciativa privada. Assim como serve de avalista para o crédito necessário a outros empreendimentos, pode e deve ir buscar os meios precisos — financeiros e técnicos — para atender às exigências de uma produção petrolífera capaz de atender ao mercado interno. Solicite a cooperação do cidadão brasileiro e ela não lhe será negada, desde, é claro, que tenha o particular assegurada justa participação nas responsabilidades da direção da emprêsa. Reserve o Estado, para o Brasil e os brasileiros, a esfera nacional e acorde às companhias estrangeiras a possibilidade da exportação, sem no entanto abdicar de contrôles que resguardem os interêsses nacionais.

Mas, desde que as companhias creadas com a cooperação inicial do Estado atinjam um nível econômico, promova o govêrno a transferência de sua participação nas mesmas aos particulares, com as necessárias cautelas legislativas. Já então o petróleo brasileiro terá criado no país um índice de riqueza que permitirá aos brasileiros assumir a responsabilidade inteira daquilo que o Estado haja criado com a sua cooperação.

Tomemos uma atitude firme e decisiva, sem nos empolgarmos pelos que, sob o lema do "petróleo é nosso", traem o Brasil da mesma forma que os obstrucionistas da legislação necessária. Uns e outros não querem petrôleo brasileiro; preferem que, cada dia, o Brasil pague a importância de Cr$.... 5.000.000 ao estrangeiro pelo combustível que importamos.

Estamos felizmente para todos nós, num regimem democrático construtivo, onde existe o Congresso Nacional composto dos verdadeiros representantes do povo e que neste momento, ante o debate nacional, saberão dar as leis que os interêsses do Brasil exigem com a maior brevidade.

Atingimos hoje em dia a um ponto em que é necessário, mais do que nunca, pensar na fixação econômica, delimitar cientìficamente as áreas dos diversos produtos, restituir à terra aquilo que ela tem nos dado, ano após ano, pela sua uberdade, na riqueza dos seus frutos. Já não cabe, nesta nossa éra da bomba atômica, o trabalho esportivo ou a economia da intuição. É imprescindível planejar a economia brasileira!

Pontilhando a Realidade

Recordemos a configuração do mapa geográfico do Brasil. Lá ao Norte está a Amazônia, a região Norte, representando 41,94% de todo o território nacional, ou sejam 3.571.612 quilômetros quadrados ocupados por 1.462.420 habitantes! Isto equivale a uma densidade de um habitante para mais de dois quilômetros quadrados. Lá estão, riquezas nativas, a borracha, as madeiras, o timbó, o guaraná; lá estão os minérios do Amapá onde ainda hoje existem regiões, como a do Oiapoque, onde a grama de ouro é unidade monetária, tal como em outros tempos; la está uma intensa rêde fluvial escassamente apro-

veitada. Lá existe uma estrada de ferro construída sôbre dormentes importados da Austrália, por que ficava mais barato ir vê-los na Oceania do que tirá-los da própria floresta circundante.

Da Amazônia diz o poeta que ali está

"... a floresta subterrânea de hálito pobre
parindo cobras
Rios magros obrigados a trabalhar
As raízes inflamadas estão mastigando lôdo
Batem martelos no fundo
soldando, serrando, serrando
Estão fabricando terra....
Ué... Aqui estão mesmo fabricando terra!

Naquela dilatadíssima região geo-botânica, que abrange quasi a metade da superfície brasileira, a exploração, há séculos, se caracteriza como de economia de coleta ou como de economia extrativa.

Deixando o Norte, encontramos o Nordeste: 972.275 quilômetros quadrados de área, 11,42% da área total do Brasil; 9.973.642 habitantes, distribuídos desde o Maranhão até Alagôas. Desde onde outrora o algodão fez riqueza — o Maranhão — até o Ceará, esta hoje o império das oleaginosas e das ceríferas: oiticica, carnaúba, babaçú, dentre outras. Está a região das sêcas a partir do Ceará e se extendendo pelo sertão; está o Rio Grande do Norte com o sal e Paraíba, Pernambuco e Alagôas com o açúcar. Mas também alí está, naquela vasta região, um celeiro de mão de obra que o Brasil todo reconhece e de que o Sul e o Norte sentem a influência: é o cabeça chata, batido pela natureza e pelo ambiente e no entanto encontrando sempre fôrças novas para resistir. E quando emigra, é portador do mal incurável da saudade, na recordação. É o homem mais ligado à terra em que nasceu, que o Brasil possui.

A zona Leste, extendendo-se desde Sergipe até o Distrito Federal, ocupando uma área de 1.261.757 quilômetros quadrados — 14,82% da área total — tem uma população de 15. 625.953 habitantes. Nela tem começo a concentração da eco-

nomia brasileira. Começando por Sergipe, a menor Unidade da Federação, arrolhado, sem um porto para o movimento do seu comércio, ali está um dos Estados mais densamente industrializados das três zonas, em relação a sua população. A Bahia é ainda um mundo desconhecido; a suas imensas riquezas minerais pode-se dizer que estão apenas afloradas. Não esqueçamos que lá está o ponto de partida do nosso petróleo. De lá sai o cacáu e o fumo. Espírito Santo e Minas Gerais formam um bloco único, por assim dizer, ligados pelo vale do Rio Doce, o legítimo caminho do ferro, da mesma sorte que Minas, Bahia, Sergipe, Alagôas e Pernambuco estão unidos pelo S. Francisco, cujo potencial hidro-elétrico, em curso de aproveitamento, irá favorecer a criação de uma fisionomia nova para as economias do Leste e do Nordeste.

O Distrito Federal finalmente, completa um corpo com o Estado do Rio. A zona Sul compreende 9,69% la área geográfica — 825.358 quilômetros quadrados — com uma população de 12.015.621 habitantes. Começando por São Paulo vai até o Rio Grande. Aqui, sobretudo, se exerceu o fator da imigração estrangeira, graças ao que deve o Sul o deslocamento da importância econômica do Norte, isto é, do Distrito Federal à Amazônia. Aqui está a maior densidade de população por área, a maior rêde ferroviária e rodoviária, os portos mais importantes, os maiores parques industriais. Aqui está o café, o produto mais importante, aquele que nos dá divisas para que importemos máquinas. Aqui, finalmente está a grande concentração de riqueza e de progresso. Em cinqüenta anos, a população do Sul aumentou de 11,68%, enquanto relativamente a do Nordeste diminuiu de 2,22 e a do Leste 10,60%.

O Centro Oeste, finalmente, com uma área de 1.885.035 quilômetros quadrados, ou sejam 22,13%, tem apenas 1.258, 679 habitantes. Mato Grosso e Goiás estão vivendo o mesmo estágio da Amazônia.

É preciso olhar esta extensão que é o Brasil com olhos realísticos e assumir as responsabilidades da tarefa com coragem. Neste momento preciso, vivendo uma transição. Tenho me habituado a explicar a conjuntura atual da vida brasileira

como sendo uma crise de crescimento e ao fazê-lo tenho sempre em mente as dificuldades e os perigos que todos nós vivemos ao passarmos da adolescência para o estado de adulto. Há em nossa consciência alguma coisa a nos apontar, de dedo em riste, para um objetivo. Há, na parte Norte do Continente, uma nação cuja área territorial é menor que a nossa, que é quase de nossa idade e que graças ao esfôrço de seus filhos, que nunca desdenharam a ajuda de amigos, tornou-se a mais poderosa nação do mundo. Não obstante a posição excepcional que ocupa, até hoje não deu mostras de se perturbar pela sua importância e pretender viver introspectivamente. Miremo-nos no seu exemplo e lancemos mãos à obra. Podemos fazer do Brasil o elemento de equilíbrio econômico no continente, de maneira a que haja lá ao Norte os Estados Unidos da América e cá, na parte Sul, os Estados Unidos do Brasil. Semelhante projeção, que lograremos se desejarmos trabalhar pondo de lado os preconceitos do nacionalismo estreito que nos tem feito recusar a colaboração de homens e capitais que nos tem sido oferecida, constituirá, por certo, um decisivo fator de paz para o mundo.

De nada vale pisarmos numa terra rica, cuja riqueza porém não podemos explorar. O berço esplêndido em que devemos repousar, não é em absoluto êste em que nos achamos deitados; mas será aquele que construirmos lançando as raízes no sólo, para que estas raízes nos tragam a seiva guardada, parada, morta como um capital escondido no colchão.

Jovens do Centro de Estudos Econômicos:

A obra que assistís no Vale do Paraíba, e na qual por certo colaborais, deve ser um esquema daquilo que se deve realizar em todo o Brasil. Projetai-a sôbre esse país imenso, fazei difundir, de sul a norte, o espírito daqueles que lhe construiram a grandeza; lançai pelos quatro cantos a semente de Taubaté e fazei praça do vosso gênio e de vosso labor, porque como no passado, êles ajudarão a construir a nossa grandeza econômica.

Vós tendes perante a história e perante o futuro imensa responsabilidade, qual a de conservar os ideais de liberdade, de democracia e de trabalho de vossos ancestrais; de por êles lutar,

lutando contra os princípios bárbaros do coletivismo, porfiando pela harmonia entre os homens e os meios de produção, insistindo pela estreita colaboração entre o Capital e o Trabalho, porque só dela resultará a força criadora de valores e riquezas.

Fazei, pois, de vosso "Centro de Estudos Econômicos" um centro de culto à vossa própria tradição, cuidando de fazer que dêle se irradiem, por todo o país, os princípios de liberdade e de trabalho que fizeram de Taubaté um símbolo de prosperidade econômica!

Dessa forma, estais certos, cumprireis a vossa missão, que é a de pensar e trabalhar pela grandeza do Brasil.

A DÍVIDA EXTERNA EM PERGUNTAS E RESPOSTAS (*)

A RÁDIO GLOBO, do Rio de Janeiro, mantém com o título "Conversa em Família", destacado programa organizado pelo Sr. Kurt Leonard, onde são abordados, numa espécie de mesa redonda ou sob a modalidade de entrevista, relevantes assuntos que dizem respeito muito de perto com a realidade brasileira.

Os diretores desse programa convidaram o Sr. Valentim F. Bouças, Secretário Geral do Conselho Técnico de Economia e Finanças, para fazer, em um dos serões, uma exposição sôbre o problema da dívida externa do Brasil. Tendo o sr. Bouças atendido ao convite em 12 de agôsto último, êste Boletim, com a intenção de proporcionar a leitura da palestra feita pelo seu Diretor, encarregou um dos seus colaboradores de taquigrafá-la, de maneira que a todos fôsse dado conhecer, pela reprodução fiel, o desenvolvimento daquela "Conversa em Família que foi deveras interessante pelo assunto tratado e pela vivacidade que adquiriu com as oportunas perguntas feitas ao Sr. Bouças.

Dirigiu a palestra o Sr. Urbano Lóes, que alia às qualidades de brilhante comentarista de assuntos econômicos-financeiros as de redator e locutor da Rádio Globo, funções essas que exerce com real destaque.

VALENTIM BOUÇAS — — (*Entrando*) Boa noite.

URBANO LÓES — Muito boa noite. É muito prazer e muita honra para nós recebê-lo, em casa.

(*) Transcrito do "Boletim do C.T.E.F." n.º 93-94, de setembro-outubro de 1948.

VALENTIM BOUÇAS — A honra é toda minha em vir a esta casa, que é uma casa de trabalho.

URBANO LÓES — Antes do mais, quero agradecer-lhe a remessa dos livros sôbre finanças e economia.

VALENTIM BOUÇAS — Não há o que agradecer. Eu é que fiquei muito satisfeito, porque, devo dizer com franqueza: é muito raro, no Brasil, alguém solicitar livros sôbre finanças. Poucos, muito poucos ,mesmo, são os que lêem alguma coisa a respeito de nossas finanças, que constituem a base do desenvolvimento econômico. Pelo interêsse manifestado por esta família é que recebi, com muito agrado e prazer, o convite para vir à casa dos nossos amigos.

URBANO LÓES — Dando-nos, também, imenso prazer.

Todos conhecemos, como o Brasil inteiro, o Sr. Valentim Bouças. Podemos apresentá-lo, aqui, com um rosário de títulos: Secretário Geral do Conselho Técnico de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda; Delegado do Brasil à Conferência de Londres, em 1933; à Conferência Pan-Americana do Rio de Janeiro, em 1942; à de Bretton Woods, em 1944; à de Chapultepec, no México, em 1945; Presidente da Comissão Brasileira de Fomento Interamericano; economista, comerciante, industrial, etc., etc., — O rosário é comprido...

Portanto, estamos diante de uma autoridade para falar sôbre finanças. E assim temos, então, muita coisa que perguntar, porque temos muito que aprender.

Desenvolvimento dos debates

Urbano Lóes — Dr. Valentim Bouças, uma pergunta, inicialmente: qual foi o primeiro contacto que o Sr. teve com o problema da dívida externa do Brasil?

Valentim Bouças — Em primeiro lugar, devo dizer que não sou um especialista, um técnico em finanças e em economia, mas, como costumo dizer sempre, um prático de farmácia...

O meu primeiro contacto com o problema da dívida externa reporta-se a 1931. Como todos sabem o Brasil sofreu — como quase tôdas as nações que baseavam o seu desenvolvimento eco-

nômico no que chamamos "a economia colonial" — em 1929/30, um grande abalo com a queda dos preços das matérias primas. À êsse tempo, a economia nacional repousava no café. Era como se fôsse uma mesa com uma perna só; caindo o preço do café, caiu a mesa, e ficamos numa situação difícil.

Diz-se, comumente, que isso foi devido à influência do político "A", ou do político "B"; mas não é verdade. O fenômeno proveio exclusivamente, da parte econômica, porque quando caiu o café nossa situação foi de verdadeira miséria. A prova está em que chegamos a ter 20 milhões de sacas de café sem saber como vendê-las, com um preço miserável. Não podíamos, então — coisa mais grave — pagar nossa dívida externa, que, nessa ocasião montava a mais de 276 milhões de libras esterlinas. Custava, anualmente, o serviço da dívida, 21 milhões e meio de libras ouro. Naquela época, isso representava, mais ou menos, 600 mil contos.

O Brasil não pagava, porque não vendia. Não recebia ouro, e, assim, não podia, também saldar seus compromissos no exterior. A situação era gravíssima. O ouro da Caixa de Estabilização tinha se acabado. Havia caído o Govêrno do venerando Dr. Washington Luiz. Ouvíamos críticas, de uns; enquanto outros vinham com idéias de salvação geral.

Foi quando escrevemos — e está aí o meu primeiro contacto com o problema da dívida externa — no dia 25 de janeiro de 1931, se me recordo bem, no "Jornal do Comércio", um artigo sôbre essa dívida. Êsse, de fato, era o assunto principal, que nos criava a maior dificuldade, porque o país, apesar de suas riquezas imensas, mas sem crédito lá fóra, não podia se desenvolver. Coincidiu que, semanas depois, o Dr. Otto Niemeyer, um dos diretores do Banco de Inglaterra, e também um técnico junto à Casa Rothschild, era convidado a elaborar um programa econômico-financeiro para o Brasil. Ao chegar ao Rio de Janeiro, pôs-se- S. Exa. imediatamente em contacto com as altas autoridades, para traçar a primeira parte do programa. Fui, nessa ocasião, solicitado pelo então Ministro da Fazenda, Dr. José Maria Whitaker, para ser, por parte do Govêrno Brasileiro. um dos seus assistentes, junto ao Dr. Otto Niemeyer.

Começou o Sr. Otto Niemeyer pedindo exemplares dos contratos de nossos empréstimos externos. Era o que mais lhe interessava, pois, apesar de ter sido contratado com o fim de planejar um programa econômico-financeiro para o Brasil, não deixava de ser, também o representante da Casa Rothschild. Não encontrou aqui os dados solicitados ao nosso Govêrno, mas encontrou 4 milhões de libras esterlinas no Banco do Brasil, e 3 milhões e 700 mil libras na Caixa de Estabilização. Enquanto organizava o seu programa de trabalho, teve o cuidado de fazer com que essas libras fôssem embarcadas para a Inglaterra, visto como a Casa Rothschild era portadora de várias notas promissórias assinadas pelo Govêrno, já vencidas e não pagas.

Coleta de contratos

Urbano Lóes — Qual foi a impressão que Sir Otto Niemeyer teve da organização do serviço do contrôle da dívida externa do Brasil?

Valentim Bouças — Essa pergunta é muito interessante, porque representa algo de extraordinário, a impressão de olhar uma coisa que não existe. Sendo eu, a pessoa designada para manter, desde então, contacto com o Sr. Niemeyer, senti-me profundamente embaraçado quando S. S. nos pediu, inicialmente, cópia dos contratos de todos os nossos compromissos no exterior. De 25 contratos de dívida externa do Brasil, relativos a operações diretas com o Govêrno Federal, existiam no Tesouro Nacional as cópias, apenas, de 4. Sôbre os demais estaduais e municipais, nada havia. Coube-me, então, passar um telegrama à nossa embaixada em Londres, para que viessem êsses contratos. E, lembro-me como se fôsse hoje. Cêrca de três semanas depois, num domingo, estava eu a bordo do vapor inglês Almeda Star para receber das mãos do seu Comandante as cópias dos outros contratos que não existiam no país.

Pode o meu amigo, portanto, imaginar qual teria sido a impressão do Sr. Otto Niemeyer.

Urbano Lóes — De que forma era controlado o serviço de remessa para o exterior, até 1931?

Valentim Bouças — O pagamento das nossas prestações aos credores, isto é, aos banqueiros dos Estados Unidos da Inglaterra, da França e da Holanda, era feito mediante pequenos bilhetes, que os seus agentes depositavam nas mesas dos ministros da Fazenda uns dias antes do vencimento. Vi isto várias vêzes. Êles chegavam à mesa do Sr. Ministro, depositavam o bilhete e diziam: "amanhã devem ser remetidos tantas milhares de libras para a Casa Rothschild; tantos milhões de francos para o Banco dos Países Baixos, em Paris; tantas centenas de milhares de dólares para Dillon, Reed & Co. New York". Isto era feito tal como a intimação de um juiz. As remessas se efetuavam e, com tristeza para nós, sem prévia conferência de nossa parte. Logo depois foi organizado o serviço de contrôle da dívida externa, em conseqüência de iniciativa do Dr. Osvaldo Aranha, que passara, então, do Ministério da Justiça para o da Fazenda. Foi êsse trabalho confiado à Secretaria Técnica da Comissão de Estudos Econômicos e Financeiros dos Estados e Municípios, da qual foi Presidente o Dr. Antonio Carlos, com quem tive o grande prazer de trabalhar, na qualidade de Secretário Geral dessa Comissão transformada, mais tarde no atual Conselho Técnico de Economia e Finanças. Naquela época o representante da Casa Rothschild entrou no gabinete do Ministro da Fazenda e solicitou a remessa urgente de tantas centenas de milhares de libras. Foi, então, êsse pedido encaminhado àquela Secretaria Técnica para o necessário contrôle. Pela primeira vez, desde 1824, o Brasil procedia à conferência de um pedido de remessa, efetuado por intermédio do representante dos banqueiros. Pois bem, a verificação feita acusou um engano de 100 mil libras contra nós! Retrucaram os banqueiros à comunicação que lhes fôra feita dizendo que não era possível ter havido engano, que o que haviam solicitado estava certo. Ficámos onde estávamos, firmes. Pouco depois recebíamos comunicação dos banqueiros esclarecendo que, de fato, estava certo o nosso cálculo.

Urbano Lóes — Então, de 1824 a 1931, nunca tinha havido uma verificação?

Valentim Bouças — Não. Se tivesse havido não faltariam as cópias dos nossos contratos no Tesouro Nacional e no dos Estados e Municípios e haveria escrituração das remessas efetuadas e de sua aplicação pelos banqueiros. Devo dizer, por exemplo, que de uma feita, quando acertávamos a questão dos empréstimos de São Paulo, encontramos nas prateleiras do Tesouro dêsse Estado envelopes que nunca tinham sido abertos para serem conferidas as contas dos banqueiros.

Urbano Lóes — Dr. Valentim, desde quando o Brasil ficou conhecendo a história de seus empréstimos externos?

Valentim Bouças — A partir de 1932, quando começaram a ser feitos os estudos sôbre a situação financeira econômica dos Estados e Municípios. Tive de fazer verdadeira peregrinação a Nova York e Londres, durante oito meses, correndo pelas escadas dos Banqueiros, para conhecer a situação dos nossos empréstimos. E o que se passou, então, é algo estarrecedor. Se fôsse contar o drama de cada um dêsses empréstimos, seria preciso, então, não a sessão de uma noite, mas a de tantas noites quantos são os nossos compromissos externos.

Urbano Lóes — Dr. Valentim Bouças, sabemos que a Secretaria do Conselho Técnico de Economia e Finanças edita uma publicação: Finanças do Brasil", e que conta, hoje, com 16 volumes. Pode explicar-nos quando foi iniciada e quais os estudos que contém?

Valentim Bouças — Foi iniciada em 6 de abril de 1932, com a publicação do 1.º volume, que era um relatório sôbre a situação Financeira e Econômica dos Estados, com especialidade sôbre a dívida externa estadual e municipal. Encontramos aí, além dêsses estudos, a primeira crítica feita pela Comissão de Estudos Financeiros e Econômicos dos Estados e Municípios ao Govêrno que acabava de se estabelecer. Como todos estão lembrados, falava-se que os Estados e os Municípios abusavam do crédito externo e tudo convergia contra os empréstimos que havíamos realizado no exterior. Quando começamos, porém, a fazer êsse trabalho de levantamento da dívida dos Estados e Municípios verificamos que, de fato, depois da revolução de 30, não tinham mais crescido os empréstimos no exterior, havendo,

por assim dizer, a impressão de que o Brasil podia caminhar sòzinho, sem a ajuda do capital estrangeiro. Nós, porém, como diretor de um órgão técnico, tínhamos que entrar em maiores minudências. Chegamos, então, à conclusão de que, efetivamente, os Estados e Municípios, haviam tirado a bomba de sucção de cima dos banqueiros estrangeiros, lançando-a sôbre o Banco do Brasil, que aparecia com um débito de cada Estado maior do que existia anteriormente a 1930. Isso nos levou a fazer aquela crítica, dizendo que nada nos valia estarmos a falar em idéias novas, quando apenas mudávamos de rótulo. Deixávamos de pedir dinheiro no estrangeiro, para irmos buscá-lo no Banco do Brasil. Não era isso que devíamos fazer, mas sim um trabalho de economia, porque ou mudaríamos de rumo, ou maiores seriam as nossas dificuldades. A hora de provação, de aperturas, de restrições de gastos e de iniciativas era para todos: União, Estados e Municípios, e não apenas para aquela.

O primeiro empréstimo externo

Urbanos Lóes — Quais as causas que levaram o Govêrno do Brasil a negociar o primeiro empréstimo externo em 1824?

Valentim Bouças — O primeiro empréstimo que o Govêrno contraiu para consolidação da nossa independência, no valor de £ 3.686.200, foi feito porque o Govêrno de D. Pedro se encontrava em graves dificuldades financeiras.

Dado o colapso econômico ocorrido e o fato de se haver o país separado da mãe-pátria, teve D. Pedro que buscar recursos para continuar a marcha de sua administração. Negociou-se em Londres, então, êsse primeiro, em agôsto de 1824.

A este seguiu-se logo um outro, o de 1825, que é o mais curioso de todos os que fizemos até hoje. O Brasil foi forçado a fazê-lo. Representava êle 1 milhão e 400 mil libras, que Portugal havia pedido à Inglaterra para combater a Independência do Brasil, e para que Portugal e a Inglaterra reconhecessem a nossa independência foi preciso que o nosso Govêrno assumisse a responsabilidade dêsse empréstimo. É o segundo, como disse, e o mais interesante é que êle foi sendo reformado, incluído em novas operações, e poucos brasileiros sabem disso

— é que ainda existem, hoje, resíduos dêsse empréstimo. O Brasil não pagou ainda, como estamos vendo, o preço da sua independência.

Urbano Lóes — Quem foi o Ministro da Fazenda, que fez o nosso primeiro empréstimo externo?

Valentim Bouças — Foi Mariano José Pereira da Fonseca, o famoso Marquês de Maricá.

Urbano Lóes — Agora queríamos saber o seguinte: quando foram iniciadas as nossas operações com a Casa Rothschild?

Valentim Bouças — Em 1825, quando da emissão das segunda e terceira séries do primeiro empréstimo externo pelo Brasil, a que me referi ainda há pouco. Ele foi dividido em três séries de £ 1000.000 cada uma, sendo as duas últimas negociadas por intermédio dêsse banqueiro. Começou aí o Brasil a ter relações com a Casa Rothschild. Depois o Brasil passou a controlar a sua dívida, fazendo as remessas por si só e não mais a pedido dos banqueiros. Aliás, deu-se até um caso muito curioso. Em 1933, fôra eu encarregado pelo Govêrno Federal e pelo Banco do Brasil de fazer o descongelamento dos dólares. Estava eu em Londres e os nossos amigos da Casa Rothschild queriam muito que eu fôsse almoçar com êles. Mas eu tinha de atender, também, aos deveres da Conferência de Londres, e não podia ir. Entretanto, o principal motivo do convite era para convencer-me de que tendo eu feito um acôrdo nos Estados Unidos, de cêrca de 22 milhões de dólares descongelados, deveríamos pagar à casa Rothschild a comissão que êles vinham desde 1825 recebendo do Brasil sôbre tôdas as transferências que fazíamos para o exterior.

Urbano Lóes — Até sôbre o pagamento do pessoal?

Valentim Bouças — Sôbre tôdas as remessas, inclusive as destinadas ao pagamento do nosso corpo diplomático.

Movimento das transações

Urbano Lóes — Quantos são os nossos empréstimos externos?

Valentim Bouças — São 119, com a seguinte distribuição: federais — 21; estaduais — 44; municipais — 12; existindo

ainda os chamados empréstimos do gráu oito, isto é, empréstimos cuja liquidação completa está sendo feita em condições especiais e que são 14. Em Florins temos apenas um e em Francos — 27, que estão sendo liquidados por um acôrdo assinado com a França em 8-3-1946.

Urbano Lóes — Uma pergunta, agora, bastante importante: de todos os empréstimos externos que o Brasil emitiu quanto recebeu em libras, quanto já pagou, também em libras, de juros, amortização e despesas e quanto ainda deve de capital?

Valentim Bouças — Estou certo de que os amigos têm coração forte e não vão sofrer um choque. O Brasil tomou de 1824 a 1947 empréstimos no valor de £ 412.385.000. Pelas perdas das diferenças de tipo ficaram à disposição do nosso Tesouro apenas 378 milhões de libras. Já pagamos, por êsses 378 milhões de libras, 329 milhões de juros, 181 milhões de amortização e 5 milhões de comissões e despesas e ainda devemos £ 155.314.237!

Urbano Lóes — É muito dinheiro!

Valentim Bouças — Daí é que compreendemos por que era necessário o contrôle. Vamos verificar, com o tempo — se tivermos ocasião, ainda esta noite, de desenvolver o assunto — que se houve abuso por parte dos banqueiros, houve também grande relaxamento, até crime de nossa parte, porque o crime não consiste apenas em furtar mas também em não saber zelar pelos bens que nos são confiados. Ao recebermos um empréstimo, cumpria-nos zelar para que êle fôsse bem empregado e também verificar se estávamos pagando os juros devidos à taxa correspondente ao tipo do empréstimo. E' preciso explicar: quando se lança um empréstimo diz-se: ao tipo de 90, 91, etc.. Isto quer dizer que um título de mil dólares, ao fazermos um empréstimo ao tipo 90, logo de saída, valerá apenas $ 900. Estamos perdendo aí, portanto, 100 dólares, em cada título de 1.000. Êsses 100 dólares são dados como bonificação aos subscritores. Com o tempo, porém, temos que pagar não só os juros sôbre mil dólares, como ainda, depois, o resgate de mil.

Urbano Lóes — Qual foi o tipo mais baixo dos empréstimos do Brasil?

Valentim Bouças — Foi o do chamado "empréstimo ruinoso", se não me falha a memória, em 1829, no govêrno de D. Pedro I. Foi no valor de 769.200 libras, das quais recebemos sòmente 400 mil libras. O Brasil fez êsse empréstimo ao tipo 52. Em cada 100 libras o Brasil perdeu, logo de início, 48 libras. É o mais oneroso de todos os compromissos externos por nós assumidos.

Aplicação do capital dos empréstimos

Urbano Lóes — E agora, Dr. Valentim Bouças, pode-se saber a aplicação que teve o produto dos nossos empréstimos externos?

Valentim Bouças — Folgo muito com essa pergunta, principalmente na época que atravessamos. Atualmente, vemos por tôda a parte afirmar-se que "o petróleo é nosso". Isso afinal de contas, significa que não devemos receber capitais estrangeiros. Ficaremos, então, onde estamos e não nos desenvolveremos. Esta é a verdade. Em virtude dos erros cometidos com os empréstimos realizados durante mais de um século, condena-se o recebimento do dinheiro vindo do estrangeiro, achando-se que devemos fazer tudo por nossas próprias mãos. É um engano porque se é verdade que temos razões para criticar muitos dêsses empréstimos, não é menos exato, também, que grande número deles contribuiu para o desenvolvimento que o Brasil atingiu hoje. Por exemplo: foi à custa de empréstimos que conseguimos construir as estradas de ferro Central do Brasil, Itapura-Corumbá, a Viação Cearense, as do norte do país e também a Sorocabana, de São Paulo. Graças a outros empréstimos externos, os de 1906 e 1910, conseguimos fazer a consolidação do Loide Brasileiro. Também por êsse meio se construiram os portos do Rio de Janeiro, de Recife, Vitória, Niterói, Angra dos Reis, Paranaguá e Pôrto Alegre. Foi, ainda, com o empréstimo externo de 1903, que fizemos a atual Avenida Rio Branco, então chamada Avenida Central. Dessa mesma forma adquirimos nossos navios de guerra, tanto no Império como na República e custeamos parte da Guerra do Paraguai com um empréstimo de 68,860 contos ouro. E, desde que estamos fa-

lando nisso, cabe aqui lembrar que essa guerra custou-nos, conforme está escriturado nos livros do Tesouro, 613 mil e 600 contos de réis. Ainda, usando dêsse meio realizamos por todo o Brasil, numerosos serviços de água, luz esgotos e bondes. *deficits* de outros mais antigos. Esta parte final foi a mais triste. Não tendo nos organizado para pagar a dívida externa, íamos, tomando novos empréstimos, às vezes com taxas muito maiores, para liquidar aqueles que não tínhamos conseguido pagar. Ainda temos, como disse há pouco, uma parte para pagar do empréstimo da Independência.

Urbano Lóes — O Sr. falou também no empréstimo contraído para eletrificação da Central do Brasil. Que aplicação teve êsse empréstimo?

Valentim Bouças — Êsse empréstimo de 25 milhões de dólares, à taxa de 7%, destinava-se à eletrificação da Central e, bem asism, ao melhoramento de outras estradas. Devido, talvez a situação difícil do momento, não se realizou a concorrência e não foi, portanto, levada adiante a eletrificação da Central. Mas o dinheiro foi gasto no melhoramento de outras estradas.

Urbano Lóes — Os banqueiros sempre deram justa aplicação aos fundos que lhes foram remetidos para o serviço da dívida externa?

Valentim Bouças — Infelizmente, não; e aquí vou me referir a três dramas. Um dêles já citei, em determinada ocasião, creio que numa entrevista e vou repetí-lo. Trata-se do empréstimo do Ceará. Falo de tal empréstimo, porque todos sabem o que representa êsse Estado na vida econômica do Brasil. Aludimos à migração, ao nosso desenvolvimento, nos homens do sul, mais, na verdade, o Ceará tem sido, e continua a ser, um celeiro para os homens de que precisamos. Durante a última guerra, por exemplo, foi de lá que partiu a maior parte dos homens para a batalha da borracha, os homens que sairam da civilização para se embrenhar nas selvas amazônicas. E do Ceará verificamos quantos homens vêm para o sul, radicando-se ao comércio e à indústria, num exemplo edificante do que pode a operosidade dessa gente.

Pois bem. No ano de 1922, êsse Estado, desejando fazer obras de saneamento e de instalação de água na cidade de Fortaleza, contraiu com o Interstate Bank, da cidade de Nova Orleans, um empréstimo no valor de 2 milhões de dólares, aos juros de 8%. Dêsse compromisso de dois milhões, 1 milhão se destinava ao resgate de um empréstimo francês de 25 milhões de francos, anteriormente contraído. O outro milhão de dólares ficaria à disposição dos contratantes ou empreiteiros das obras a serem feitas na cidade de Fortaleza. E por sinal que os empreiteiros eram os mesmos homens do banco com o qual havia sido negociado o empréstimo. Pois bem: quando tive ocasião de ir a Nova Orleans para investigar êsse empréstimo senti uma dor profunda, pelo fato de conhecer o trabalho, o sofrimento do cearense, e verificar que aquele povo tinha sido ludibriado, porque dos dois milhões do empréstimo, um milhão ficára retido em Nova Orleans e do outro milhão de dólares apenas 155 mil dólares chegaram ao Brasil. O restante permanecera à disposição dos empreiteiros. Agora, aqui, o assunto se divide em duas partes: a parte que era de um milhão de dólares, para resgatar o empréstimo francês, havia sido enviada com êsse fim, mas os portadores franceses resolveram receber em franco-ouro e não em franco papel, e o dinheiro ficou preso em Paris. Já aí os franceses lançaram mão de uma ação judicial contra o Estado e os banqueiros fazem voltar êsse dinheiro para Nova Orleans. Mas quando o dinheiro, que havia sido convertido em franco, voltava novamente para os Estados Unidos, vem a queda do franco, e, de um milhão de dólares, retornavam para os Estados Unidos apenas 495 mil dólares, isto é, uma quarta parte do empréstimo estava completamente perdida com a conversão e reconversão efetuadas. Mas não pára aí. O dinheiro que tinha ficado à disposição dos empreiteiros, para fazerem as obras da cidade de Fortaleza, também sofre um desastre formidável. Os empreiteiros são levados à falência, perdendo-se todo o dinheiro que se destinava às obras. Ficara apenas o Ceará com os 155 mil dólares já recebidos e com os numerosos buracos abertos nas ruas de Fortaleza a espera

do material que não chegou a ser utilizado. Surge, então, a grande crise de 1933. O Presidente Roosevelt acabava de tomar conta do Govêrno; e, como todos sabem, no dia 4 de março de 1933 é declarado feriado bancário, porque uma crise formidável sacode os Estados Unidos. É a chamada, então "semana do feriado bancário", para dar tempo a que o Govêrno fizesse uma investigação sôbre todos os Bancos e permitisse ou não a reabertura deles depois disso. Lembro-me como se fosse hoje; dia 11 de março, às 10 horas da noite, o Presidente Roosevelt, pelo rádio, faz um discurso de apenas 10 minutos ao povo americano, dizendo-lhe, mais ou menos: "amanhã, à hora do costume, vão abrir todos os Bancos, novamente; sòmente alguns não se abrirão. E desejo dizer a vocês que os Bancos são instituições particulares, mas sua estabilidade resido no crédito, na confiança que recebem do público. São instituições intermediárias, entre a economia particular e aquela que é necessária para fazer movimentar a indústria e o comércio. Peço a todos, portanto, que amanhã depositem mais dinheiro ainda, na certeza de que vamos deixar fechados sòmente alguns bancos, que se acham em dificuldades e são muito poucos." Efetivamente, no dia seguinte os Bancos se abriram, e, ao invés de uma corrida a êsses estabelecimentos de crédito, o que houve foi o fenômeno contrário: aumento nos depósitos. Mas, entre, os que não se abriram estava o Interstate de Nova Orleans, e os restantes 395 mil dólares, dêsse famoso empréstimo de 2 milhões de dólares para o Estado do Ceará, foram devorados na falência do aludido banco!

Urbano Lóes — É de estarrecer, realmente. Sem comentário.

Valentim Bouças — Ainda temos o caso do empréstimo de Santa Catarina. Quando se vai daqui para o Sul, e vemos aquela linda ponte que une Florianópolis ao Continente, não sabemos o que ela custou. Para a sua construção contraiu-se um empréstimo de 5 milhões de dólares com a firma Imbrie & Co. Esta firma depois de ter remetido ao Estado $ 1.541.060,72, confessa-se impossibilitada de entregar o restante do emprés-

timo. Pois, meus senhores, Imbrie & Co. quebraram e o Estado teve que assumir a responsabilidade de $ 3.458.939,28 que nunca tinham entrado para seus cofres!

Temos também no Estado do Rio de Janeiro um caso idêntico. A firma E. H. Rollins & Sons recebia o dinheiro para pagamento de amortizações e juros de um empréstimo de 6 milhões de dólares feito em 1929 pelo Estado.

Em 1931, esta firma, que tinha 250 mil dólares do Rio de Janeiro em caixa, também deixa de pagar, e o Estado do Rio perde essa importância. Entretanto, há pouco tempo, em Nova York, fazendo uma investigação, vim a saber que os diretores daquela firma estavam novamente estabelecidos como banqueiros. Nessas condições entramos em entendimento com autoridades fluminenses e há poucos dias o Sr. Governador do Estado do Rio deu procuração a advogados de Nova York para interporem um recurso perante o Supremo Tribunal americano e, assim, tentar reaver aquele dinheiro que foi, pode-se dizer, furtado dos cofres do Estado do Rio.

Valor da dívida em cruzeiros

Urbano Lóes — Muito bem, Dr. Valentim Bouças. Agora, vamos passar a outra pergunta: qual o valor, em cruzeiros, da dívida calculada ao câmbio atual? E levando em conta a cotação dos títulos?

Valentim Bouças — É interessante a pergunta. Eu vou falar na linguagem que o povo conhece, em contos de reis e não em cruzeiros.

Ao câmbio atual o que ainda devemos representa 12 milhões e 120 mil contos; mas, levando em conta a cotação que os nossos títulos têm nas praças de Londres e de Nova York, a nossa dívida seria, apenas, de 9 milhões e 800 mil contos.

A respeito, tenho um ponto de vista diferente do de muitos de nossos administradores, dos nossos economistas e financistas. Estou com o Dr. Osvaldo Aranha, que dizia ser a moeda a bandeira de uma nação. Quando baixa a moeda, portanto, é como se baixasse a bandeira: significa o luto. Da mesma maneira direi eu, em relação ao crédito. O Brasil, neste momento,

paga a sua dívida externa como nunca antes o fez, pontualmente, estando em dia o serviço da dívida da União, dos Estados e dos Municípios. Assim, os nossos títulos deviam, de fato, estar ao par e não depreciados como se acham. No entanto, encontram-se depreciados, não muito, mas estão. E por que? Unicamente porque, pelos nossos contratos de empréstimo temos, em diversas épocas do ano, de fazer compras de títulos para amortização. Retiramos determinado número dêsses títulos da circulação. Então, que fazem os agentes nossos? Procuram, por meios diversos, fazer baixar os títulos, afim de comprá-los mais baratos. Devo afirmar que êsse é um êrro tremendo. E se fôsse possível gritar para o Brasil inteiro ouvir eu gritaria que nunca deveríamos fazer isso. Cumpre-nos, isto sim, colocar nossos títulos em alta. E por que? Porque nós, quando depreciamos um título para poder comprá-lo mais barato, estamos ferindo o nosso próprio crédito. O Brasil, que precisa de dinheiro para seu desenvolvimento, se amanhã necessitar de recursos lá fora, se precisar de um empréstimo, terá de enfrentar, imediatamente, essa depreciação, terá de pagar o que chamamos a diferença do título. Essa diferença corresponde justamente àquela que estamos provocando para comprar o título mais barato. Seria o mesmo que possuirmos um bem e, por questão de economia não pagarmos o prêmio de seguro. Estaríamos, nesse caso, arriscando perder todo o capital. O Brasil, às vêzes para ganhar 100, 200 ou 300 contos vai prejudicar um crédito de 12 milhões de contos.

A dívida por Estados

Urbano Lóes — Existem Estados, no Brasil, que não têm dívida externa? Quais são êles?

Valentim Bouças — São cinco os que não têm: Piauí, Sergipe, Paraíba, Mato Grosso e Goiás.

Urbano Lóes — Agora, o reverso da medalha: qual o Estado que deve mais no exterior?

Valentim Bouças — É o Estado de São Paulo, que deve um milhão e 379 mil contos.

Urbano Lóes — Quanto representa a dívida externa da União em relação ao Orçamento de 1930? E o seu serviço? E em relação a 1948?

Valentim Bouças — Essa pergunta é muito interessante. Fico satisfeito em respondê-la, porque dá oportunidade de mostrarmos o crédito que o Brasil tem à sua disposição no momento atual.

Até 1929, o serviço da nossa dívida representava duas vêzes o total dos nossos orçamentos, 200%, e nós gastávamos 20% de tudo quando arrecadávamos, para manter o pagamento de nossa dívida externa, incluindo juros e amortização.

Para que o povo possa compreender melhor: de cada 100 mil réis que arrecadávamos, em qualquer impôsto ou taxa, 20 mil réis eram reservados ao estrangeiros, para resgate de nossa dívida.

Atualmente, ao invés de 20 mil réis em cada 100 mil réis tem o Brasil de separar apenas 3 mil réis em cada 100 mil réis, para pagamento da dívida. Um país que noutra época, quando não tinha projeção mundial, podia assumir compromissos, cujos serviços de juros e amortização correspondiam até 20% do seu orçamento, hoje está apto a negociar empréstimos de muitos milhões de contos de réis.

Urbano Lóes — Que razões determinaram a assinatura dos "Funding-Loans" de 1898, 1914 e 1931?

Valentim Bouças — Antes de responder à sua pergunta, desejo esclarecer a significação de "Funding-loans". É uma consolidação de juros que não podem ser pagos pelo devedor. Ou, em outras palavras, quando se vencem os juros de um empréstimo e o devedor não tem recursos para pagá-los, entrega em vez de dinheiro novos títulos. Essa operação — pagar juros com novos títulos de um novo empréstimo — é que se chama "Funding-loan". O primeiro, o de 1898, ao tempo de Campos Sales — logo depois da guerra de Canudos — foi feito por ter se verificado um colapso financeiro muito forte. Depois tivemos um surto de progresso muito grande, devido a recomposição do nosso crédito. Em seguida, assume a presidência Rodrigues Alves, o qual, encontrando as arcas do Tesouro cheias

de dinheiro, realiza grandes obras. Tivemos, então, uma época extraordinária, até que surgiu a crise de 1912-1913, que foi originada pela guerra balcânica determinando grande desequilíbrio no mercado monetário internacional. O Brasil também se ressentiu com a falta de dinheiro. Ocorreu um abalo em todo o movimento comercial, nas trocas de mercadorias, e o Brasil não tinha dinheiro para fazer frente ao pagamento de sua dívida externa. Importava mais do que exportava: o que acarretava um *deficit* na sua balança comercial. Não havia como se fazer qualquer pagamento lá fora. Foi quando o Brasil negociou o seu segundo "Fundong-loan", isto é, o de 1914. Finalmente, em conseqüência do colapso da chamada "economia colonial", devido às matérias-primas que caíram de preço no mercado mundial de 1929-1930, encontrava-se o Brasil completamente desarmado. Em 1931, então, o Dr. José Maria Whitaker é quem negocia êste "Funding-loan".

Urbano Lóes — A partir da Revolução de 1930, as questões da dívida externa sempre foram discutidas com os credores com espírito de cooperação e justiça. Por que não foi seguida essa orientação em épocas anteriores?

Valentim Bouças — Isso acontece pelo seguinte: quando não compreendemos as coisas, somos como cegos — não vemos nada. Não tínhamos, por parte dos credores, o mesmo ambiente para tratarmos dêsses assuntos, porque nunca havíamos feito uma devassa naquilo que era do nosso próprio interêsse, analisando os têrmos dos contratos celebrados com os credores. Durante muitos anos realizamos êsse trabalho; e daí nasceu essa atmosfera de respeito para conosco, tanto que, em 1944, quando fomos tratar nos Estados Unidos, do final da consolidação da dívida do Brasil, vimos do nosso lado até o próprio Govêrno americano. Há uma passagem curiosíssima, que nunca relatei, mas é muito interessante. Tinha já negociado o reajuste de nossa dívida com o Presidente do Conselho de portadores de títulos, com os agentes pagadores, com os banqueiros e tudo estava pronto, quando, às 17 horas, na véspera de ser assinado o tratado geral, um dos banqueiros, cujo nome não devo declinar, declarou que não subscrevia o acôrdo: "Por que?", perguntei-lhe. "Não assinamos o acôrdo", respondeu-

me, "porque os Senhores reduziram os juros de todos os títulos dos Estados, dos Municípios e da União; porque também nos títulos chamados "B", reduziram para a União 20% do capital e para os Estados e Municípios 50%. Os Senhores querem nos dar a Comissão sôbre os novos valores nominais; e só pagaremos se nos pagarem a comissão sôbre a importância primitiva, não a atual".

Adiantei não ser isso possível, pois se os portadores de títulos aceitavam receber com essa diferença, por que êles, os banqueiros, haveriam de recusar?

Se não recebermos, não assinaremos", disseram. "Pois bem", respondi-lhes, "se não assinarem eu me comunicarei imediatamente com o meu Govêrno" — o que realmente fiz, pelo telefone. Disse-lhes, em seguida, que iríamos substituí-los por outros agentes pagadores. Responderam-me que eu não poderia fazer isso, acrescentando: "o contrato que temos não o permite". Observei então: "Efetivamente, mas como me dedico a isto já há muitos anos, devo dizer que também trabalhei na feitura dêste decreto e nêle existe um artigo que diz que os casos omissos serão resolvidos pelo Sr. Ministro da Fazenda; e, como tenho um documento pelo qual represento o Sr. Ministro da Fazenda, considero êste um caso omisso e tenho o direito de resolvê-lo".

Entendi-me, então, com o Sr. Ministro Souza Costa, que me deu carta branca para decidir. Mas, mesmo assim, chamei pelo telefone o Sr. Lawrence, assistente do Sr. Summer Wells, e conversei com êle, dizendo o que se passava. Disse-me: "É difícil intervir numa coisa dessas. O Senhor sabe que vivemos aqui numa democracia".

Não sei se, aquilo era uma indireta. Eu obtemperei: "Efetivamente, um govêrno democrata não pode intervir numa coisa dessas; mas pode aconselhar, porque a democracia, afinal, é uma grande escola". Redarguiu-me, então: "Sr. Bouças, vamos ver o que é possível fazer".

Meus amigos, às 2,30 horas da manhã o telefone tocava para o hotel onde eu estava hospedado. Era o presidente da casa bancária, comunicando-me que às 9,30 da manhã dêsse mesmo dia assinaria o acôrdo, o que, de fato, ocorreu.

Urbano Lóes — Uma boa vitória, dessa vez. Agora, vamos, passar a outra pergunta: o montante da nossa dívida externa sempre estêve em ascensão?

Valentim Bouças — Houve, sempre, uma propensão para crescer. Nossa dívida externa nasceu em 1824, com 3 milhões e 686 mil libras. Depois, quando veio a República, em 1889, passou a 31 milhões. Em 1932 quando fizemos o terceiro "Funding-loan", subiu para 269 milhões de libras. Agora, em 1948, ela é, apenas, de 155 milhões, papel.

Urbano Lóes — É a primeira vez que ouvimos, assim, informações tão completas, de uma autoridade no assunto. Parece incrível que falar sôbre finanças possa ser tão interessante.

Valentim Bouças — Aliás, acho mesmo que os Senhores estão prestando um grande serviço ao Brasil, porque o povo deve conhecer êsses pontos, saber o que é o crédito, como é empregado o dinheiro que vem lá de fora. Se é verdade que há erros no emprêgo do dinheiro, que não foi devidamente cuidado, também, não é menos exato que grande soma dêle contribuiu para épocas de grandeza entre nós. E é preciso que elas se repitam. Não é justo que continuemos fechados no círculo em que nos encerramos. Desejo, aqui, referir-me ao que ocorreu há poucos meses, com uma grande companhia, que queria ser nacional, mas que tinha maioria de capitais estrangeiros. Abriu uma subscrição para receber 20 mil contos, a fim de se tornar uma companhia nacional. Dispunha de 60 mil contos de capital. A maioria estava nas mãos de estrangeiros. Pois bem, apesar do assunto ser da mais alta importância, inclusive do interêsse da própria defesa nacional, êsse capital brasileiro, de que tanto se fala, compareceu apenas com o montante de mil contos de réis. Fêz-se, então, uma visita aos portadores estrangeiros, para que vendessem aos brasileiros uma soma de ações que correspondesse ao número necessário à constituição da maioria por parte dos brasileiros. Os portadores estrangeiros consentiram. Mas, sabem os senhores como é que os capitais brasileiros estão pagando essas ações? Com 10% abaixo do valor do título e em prestações, com notas promissórias, pelo prazo de três anos.

Vantagens do esquema de 1943

Urbano Lóes — Dr. Valentim Bouças, quais as vantagens financeiras que com o Decreto-lei n.º 6.019 (Plano Souza Costa) alcançou o Brasil?

Valentim Bouças — Ah! Efetivamente, essa pergunta vai esclarecer muito a opinião pública.

Em primeiro lugar, pelo Decreto-lei n.º 6.019, que é chamado o "Plano Souza Costa", liquidamos títulos em circulação no valor de 5 milhões de contos, tendo para isto despendido apenas 2 milhões de contos. Liquidamos os juros vencidos e não pagos de todos os empréstimos federais, estaduais e municipais, com a economia de mais de 2 milhões e cem mil contos, reduzindo definitivamente o que chamamos o serviço da dívida, que consiste no pagamento de juros e amortização, de 21 milhões e cem mil libras para menos de 8 milhões de libras, por ano.

Urbano Lóes — E como conseguiram êsse milagre?

Valentim Bouças — Conseguimos, fazendo o seguinte: convencemos, numa grande reunião, aos representantes dos credores americanos e inglêses — sendo êstes em maior número — não ser justo que um país soberano, como o Brasil, estivesse pagando taxas de 6, 7 e meio e 8 por cento de juros, quando qualquer particular, em Nova York, podia negociar a 3 e 4 por cento. Já tínhamos sido por demais explorados e não podíamos continuar aceitando essa situação. O Brasil, para não continuar assim, devia, portanto, fazer tudo que estivesse ao seu alcance, a fim de poder fazer com que as obrigações dos seus empréstimos externos estivessem nas mesmas condições dos demais países soberanos. E o Brasil viu, então, reduzida a taxa do seus juros à metade daquilo que havia sido inicialmente negociada.

Verificamos, por exemplo, que, neste momento, o Brasil paga para o empréstimo da Estrada de Ferro Central do Brasil, à razão de, 3,5 por cento. Pagávamos anteriormente 7 por cento. Mas, para isto, foi necessário que procedêssemos a uma grande investigação, porque o banqueiro internacional reage brutalmente, procura tirar tudo. Uma vez, porém, que defendíamos o nosso direito e revelávamos o propósito de saldar

os nossos compromissos, ganhávamos autoridade suficiente para discutir no mesmo nível. Isso determinou que os banqueiros fôssem os primeiros a nos estender a mão.

Assim, o Brasil teve essa grande oportunidade; e, hoje, pagando muito menos juros do que anteriormente, os nossos títulos subiram já três vêzes mais.

Dois planos de pagamento

Urbano Lóes — Qual foi a vantagem para o Brasil oferecendo dois planos ("A" e "B") para opção?

Valentim Bouças — Foi a seguinte. Nos chamados títulos do "Plano A", pagávamos o capital original, quer dizer, um título de mil dólares continuava com êsse valor, mas os juros eram reduzidos para um têrço; ou, então, aplicávamos o plano "B", reduzindo o capital e aumentando os juros anuais para 3 ¾%. No caso dos títulos federais, essa redução foi de 20 por cento, e para os estaduais e municipais de 50 por cento.

Havia, ainda, outra vantagem: todos os portadores que optassem pelo plano "B" receberiam uma bonificação em dinheiro e os serviços de seus títulos passariam à responsabilidade do Govêrno Federal. Observe-se mais uma coisa: no tempo do Império, quando o Brasil pedia dinheiro era como no tempo dos nossos avós — o cabelo branco representava uma garantia. Mas, começou-se a abusar dos empréstimos e então os banqueiros não queriam mais apenas a palavra. E, assim, já na primeira República, os credores exigiam até hipotecas da renda das nossas alfândegas. Foram, então, dados como garantia o impôsto de renda, o impôsto de consumo e o de vendas e consignações. Mas agora, ao fazermos o reajuste da nossa dívida, pela primeira vez os títulos novos emitidos não têm mais garantia alguma além da palavra do Brasil. E êsses títulos só não estão cotados mais altos porque não deixamos, como disse anteriormente.

Urbano Lóes — Quer dizer, então, que o Plano "B", na realidade, é mais vantajoso para o Brasil do que o Plano "A"?

Valentim Bouças — Certamente. Os credores aceitaram êsse Plano em maioria absoluta. Os inglêses, também, evoluí-

ram nesse sentido. Há, neste particular, um caso sôbre o qual desejaria silenciar. Os americanos, com os quais trabalhei intensamente, aceitaram a substituição dos títulos, o mesmo não acontecendo com os nossos amigos inglêses. Queriam pôr um carimbo no título, dizendo que, em vez de cem, valia apenas 80 libras, a juros de tanto. Achei que isso afetava o crédito nacional, porque, naturalmente, quando êsse título começasse a circular verificar-se-ia que fôra do valor de 100, e passara a 80. Daí ter eu vindo especialmente de Nova York ao Rio de Janeiro, para obter do Dr. Hannemann Guimarães sua opinião sôbre a emissão de novos títulos. Foi então baixado o Decreto n.º 6.410, do dia 10 de abril de 1944, que permitiu a emissão dêsses novos títulos que, limpos, sem carimbo, estão em circulação, atualmente, na praça de Nova York com reais vantagens para o crédito do Brasil.

Urbano Lóes — Dr. Valentim, o atual plano de pagamento da dívida externa teria desobrigado os devedores do que constava nos primitivos contratos dos empréstimos?

Valentim Bouças — Sim, senhor; é o que acabei de informar. Pelos títulos "B" não mais estamos obrigados a dar aquela garantia que era concedida pelos nossos governos anteriores. Nossa vizinha, a Argentina, ofereceu uma garantia dessa ordem; e, como resultado, houve ocupação da alfândega daquele país pela bandeira inglêsa. Com o Brasil jamais aconteceu isto. Nossos credores, quer inglêses, quer americanos, jamais pensaram em pôr sua bandeira na nossa Alfândega, por falta de pagamento da dívida.

Urbano Lóes — Já houve a liquidação de algum empréstimo pelas disposições do Decreto-lei n.º 6.019?

Valentim Bouças — Sim. Houve a do Lóide Brasileiro, de 1910, do Plano "B".

Urbano Lóes — Até 1943 qual era o destino dado pelos banqueiros às importâncias reservadas aos juros e amortizações não reclamados, nos empréstimos em Libras e Dólares? E depois do Plano Souza Costa?

Valentim Bouças — Essa é uma das nossas formidáveis tragédias. Não fiscalizávamos os têrmos, as condições dos empréstimos, não existindo a cláusula de prescrição. Ao saldarmos

os nossos compromissos mandávamos o dinheiro aos agentes pagadores, para o serviço dos nossos empréstimos. O dinheiro ficava sempre com os banqueiros, à falta da referida cláusula de prescrição. Agora, pelos novos acordos feitos em Nova York, depois de determinado tempo, o dinheiro volta ao Brasil. Nestas condições, teremos pròximamente muitos milhões de dólares à nossa disposição. O Brasil foi, durante uma porção de anos, governado pelos nossos amigos, os banqueiros internacionais, que não são más pessoas. Nós é que éramos ignorantes, neste particular. Resta acertar êsse assunto em relação aos nossos compromissos em libras.

Urbano Lóes — E por que razão não foi ainda beneficiado com as disposições do Decreto-lei n.º 6.019 o empréstimo em Florins, de 1921, do Estado de São Paulo?

Valentim Bouças — É uma questão comercial. Até hoje não foi fixado o valor do florim nas Bolsas brasileiras. Daí não têrmos ainda reiniciado o serviço dêsse empréstimo, que equivale a pouco mais de 10 mil contos.

Urbano Lóes — Dr. Valentim Bouças, quantos anos levará ainda o Brasil para pagar a sua dívida externa?

Valentim Bouças — Pelo Plano "A", 30 anos e pelo Plano "B", o máximo, creio eu, de 15 anos.

Urbano Lóes — A quanto atingiram, até 31 de dezembro último, os adiantamentos feitos pela União para atender à execução do Decreto-lei n.º 6.019, no que toca aos prêmios em dinheiro, Grau VIII, juros atrasados e comissões (Decreto-lei n.º 7.253)?

Valentim Bouças — O Brasil gastou cêrca de 450 mil contos, para atender a responsabilidades oriundas do reajustamento da dívida externa. Antigamente, como sabem, os Estados e os Municípios faziam suas negociações lá fora. Mas isto recaía sempre, depois, sôbre o bom nome do Brasil. Hoje, não. O Govêrno é um grande fiscal, não só por um imperativo da Constituição, como pela atenção formidável que tem o Sr. Ministro da Fazenda, não permitindo possa o pagamento de um título de Estado ou Município ser atrasado. Isso comprometeria o nosso crédito e o nosso valor moral cairia. Daí o

cuidado do Govêrno que, para atender aos pagamentos dos Estados e Municípios, já adiantou cêrca de 450 mil contos.

Urbano Lóes — Os órgãos competentes têm recebido normalmente dos banqueiros informes pelos quais possam controlar tôdas as contas dos empréstimos externos brasileiros?

Valentim Bouças — Absolutamente, completos. Chegamos a êste ponto hoje. Não há muitos meses ainda, Dillon, Read & Co., teve uma questão sôbre o registro de determinado número de títulos que estariam em circulação, referentes a certo empréstimo do Distrito Federal. Fizemos o levantamento no Conselho Técnico de Economia e Finanças e verificamos que o título número tal não esta mais em circulação, porque tinha sido resgatado. Pouco depois recebíamos uma carta do interessado, pedindo desculpas e dizendo que, de fato, estava certa a nossa afirmação.

Pagamento em dia

Urbano Lóes — O pagamento dos coupons e amortização está perfeitamente em dia?

Valentim Bouças — Perfeitamente em dia. O Brasil, neste momento, posso dizer que tem a questão da sua dívida externa como primacial, de honra, achando-se ela, rigorosamente em dia.

Urbano Lóes — Os portadores de títulos de nossa dívida externa em libras, dólares e francos, residentes no Brasil, de que maneira podem gozar das vantagens do Plano Souza Costa e do acôrdo assinado com a França em 8 de março de 1946?

Valentim Bouças — Na parte que se refere a libras e a francos, que são as chamadas "moedas bloqueadas", devem receber em cruzeiros, no Banco do Brasil; agora, aquêles que são credores em dólares têm que receber por intermédio de agentes pagadores nos Estados Unidos.

Capitais para o Brasil

Urbano Lóes — Mais uma pergunta, Dr. Valentim Bouças; o Sr. é adepto, neste momento, da política de aplicação de novos capitais estrangeiros no Brasil?

Valentim Bouças — Sou. Acho que devemos fazer isto porque só assim barateareмos a vida e daremos mais confôrto às nossas populações. Torna-se indispensável considerar a situação de todos os artigos que concorrem para o bem-estar do brasileiro. Verificamos, por exemplo, que uma pessoa, nos Estados Unidos, para se vestir, tem de dar 25 horas do seu trabalho. No Brasil, onde temos todo o material e pagamos menos ao operário do que nos Estados Unidos, precisamos dar 100 horas para adquirir a mesma roupa. E a mulher, então? A datilógrafa, por exemplo. Nos Estados Unidos, dá duas horas e 17 minutos de sua atividade para adquirir um vestido, ao passo que a do Brasil precisa de muitíssimo mais. Por que motivo o homem das nossas fábricas, recebendo menos do que o das fábricas dos Estados Unidos, tem de pagar 10 vêzes mais? Essa investigação deveriam fazer os sindicatos, os quais, procurando fazer dissídios e levantar os preços, esquecem-se de que quanto mais se aumenta o salário, mais sobe o preço do que compramos. O sapato, a roupa, o alimento, quase tudo sobe automàticamente. Devemos fazer investigações, saber por que motivo pagamos um preço dessa ordem.

Fala-se contra o capital estrangeiro. Nos Estados Unidos um operário, para comer um quilo de carne, precisa dar uma hora e 7 minutos do seu trabalho. No Brasil, apenas 42 minutos. Por que? Porque hoje no Brasil, são os frigoríficos estrangeiros que controlam a carne: a Swift, a Armour, a Continental, etc. O Govêrno exerce um contrôle muito grande sôbre essas companhias sendo o preço, então, conservado em baixo.

E a Light, que é tão combatida? Alguém fêz uma análise de quanto cresceu o preço da luz, de 1939 até agora? Êle não cresceu, simplesmente, é quase o mesmo. A Light é companhia estrangeira, mas a roupa que vestimos é nacional e subiu vertiginosamente de preço.

Urbano Lóes — Muito bem, Dr. Valentim Bouças: não queremos abusar, fazendo-lhe mais perguntas.

Valentim Bouças — Acho que hoje já falei bastante.

Urbano Lóes — Hoje foi o primeiro capítulo desta novela. Muito bem, agora vamos lá para a outra sala, Dr. Valentim

Bouças. Mas, antes de irmos, muito obrigado pela sua visita, que muito nos honrou.

Valentim Bouças — A honra foi minha.

Urbano Lóes — Os brasileiros em geral devem estar satisfeitos, porque ouviram esclarecimentos assim de alta relevância, no sentido econômico-financeiro. Até então não tínhamos ouvido, falando às claras, uma autoridade no assunto hoje aqui debatido.

SÔBRE A INDÚSTRIA NACIONAL (*)

Foi na manhã de 3 de março de 1933, no trem de Pennsylvania que corria entre New York e Washington, e que nos levava para assistir à posse do Presidente Roosevelt, que o meu velho e grande amigo Thomas J. Watson, viveu um dos seus momentos mais felizes — o Conselho de Administração (Board of Director) da IBM, aprovara e adotara o seu grande e novo programa, pelo qual as escolas e os laboratórios passavam a ter um papel ainda mais preponderante através maiores e custosas instalações. Dizia-me êle: Acabamos de consolidar o futuro de nossa organização, pois com as escolas e os laboratórios elimina-se o ponto de saturação, o que nos vai permitir um progresso constante. Produtor e Consumidor, perfeitamente protegidos, dão-se as mãos. A escola Técnica recebendo os elementos a todo instante vindo dos laboratórios, permitirá que possamos produzir melhor e mais econômicamente, e dêste programa se beneficiará automàticamente o cliente (consumidor). Produzir melhor, mais e em menos tempo — essa a sua preocupação. Os resultados são extraordinários.

Em repetidas visitas aos Estados Unidos, tive oportunidade de ver ainda Thomas J. Watson estimulando e premiando o ensino e a pesquisa técnica. Vi êste grande líder da indústria — cujo retrato hoje se inaugura nesta Casa da Técnica ao lado do de outro fervoroso crente da especialização científica, Henry Ford — praticando um dos exercícios filantrópicos de maior expressão e de mais agrado da gente americana: a doação,

---

(*) Discurso pronunciado em 21 de outubro de 1948, por ocasião da inauguração do retrato de Thomas J. Watson, na Faculdade de Engenharia Industrial da Universidade de São Paulo.

espontânea e farta, de meios para a instalação ao lado das indústrias, de escolas, laboratórios e campos avançados de pesquisas.

Foi constante preocupação de Thomaz J. Watson elevar o nível intelectual e a capacidade de trabalho dos milhares de homens que o cercam. Ao organizar-se, em 1913, a Internacional Business Machines Corp., que transformou numa das maiores organizações industriais do mundo, Thomas J. Watson baseou sua política administrativa no aumento de rendimento do homem, do trabalhador, através um sistema educacional de primeira ordem e um perfeito serviço de assistência social.

Há mais de 35 anos, ao sentar-se pela primeira vez na cadeira de "chairman" da grande organização, é conhecido o seu gesto determinando que dali por diante não fôssem obedecidas prerrogativas hierárquicas no que se referisse ao tratamento dos trabalhadores. Em todos os casos, o objeto visado era apenas o homem. "The man" — fundamento da organização, foi aprimorado intelectual, moral e fìsicamente, até conseguir Thomas J. Watson que o servidor da IBM atingisse um nível de eficiência e de vida que representa valorização ímpar da pessoa humana.

De que meios se serviu êste cidadão invulgar, cuja ação se transformou em fundo social de tanta importância para a Nação Americana, que cedo ultrapassou os limites de sua organização para servir de exemplo apontado pelo próprio Govêrno dos Estados Unidos?

A educação, em primeiro lugar, a assistência social infalível e o recreio de espírito, conduzindo o homem e sua família a um estágio de vida superior — foram os meios empregados pelo homem que compreendeu a função moderna do capitalismo humanístico, e que não desejou preparar apenas técnicos para seu serviço, mas homens felizes, homens aptos ao trabalho e à percepção dos reais caminhos de dignificação da pessoa humana. Preparou, inflexìvelmente, através de institutos de educação, estabelecimentos de assistência em todos os setores, campos de repouso, etc., construtores aptos e tranqüilos, trabalhadores sem desespêro, líderes da inteligência e do trabalho.

Sempre me pareceu, nestas oportunidades, que o Sr. Thomas J. Watson simbolizava o próprio espírito americano, no êxito extraordinário de sua existência e no desejo sempre insatisfeito de progresso, no triunfo do lado prático da vida e na vontade de contribuir com tôdas as fôrças para maior velocidade do progresso científico, sobretudo no afã de valorizar o homem.

Agora, vejo um momento de grande satisfação, que o americano que vi incentivando sua gente ao estudo da técnica nada tinha de egoísmo, nem pretendia que só o seu país penetrasse os segredos da ciência, e a utilizasse para dominar outros povos. Vejo que o doador de escolas e de laboratórios, cujos títulos honoríficos alcançados no campo educacional representam a maior parte das homenagens com que tem tributado em vários países, é um universalista, um humanista, um espírito confiante na fôrça da colaboração. Sim ,porque a homenagem que hoje se presta a Thomas J. Watson representa o reconhecimento de brasileiros, entre os quais me incluo, à sua dádiva, à esforçada pedra com que concorreu, êle, o americano do norte, para que os moços do nosso país tivessem aquilo que tanto necessitam — ambientes propícios ao estudo das técnicas.

O gesto de Thomas J. Watson é uma contradição, uma réplica aos que procuram modelar o espírito americano nos limites estreitos do nacionalismo extremado e da ambição internacional.

A homenagem de hoje — em nome de cujo homenageado agradeço desvanecido — corresponde a uma anterior, prestada por Thomas J. Watson ao povo desta terra. A homenagem de sua confiança na gente brasileira, da certeza de que ajudando a fundar escolas aqui lavrava em boa terra. E nada me parece mais feliz na comunhão de duas nações amigas do que esta troca de sementes do progresso.

Thomas J. Watson é idealizador e construtor de aparelhos eletromecânicos de tão avançado grau técnico que se incumbe de tarefas antes confiadas ao espírito humano.

A sua crença na técnica, tem sido, portanto, a fé que lhe animou ao êxito. Concorrendo para a difusão no Brasil do ensino da técnica, êle como que transmite aos moços brasileiros

um pouco desta fé, que é a mesma que tem levado os americanos do norte ao extraordinário avanço industrial, e, conseqüentemente, ao gôzo das conquistas científicas mais do que qualquer outro povo do mundo.

Sacerdote de Deus, o Padre Roberto Sabóia de Medeiros é um inbuído também desta fé, mas dela transformada em benefício social, por meios de uma ação que se tornou, afinal, a alavanca de muitas realizações de vulto entre as quais se destaca a Faculdade de Engenharia Industrial fundada há pouco mais de dois anos, em abril de 1946, e já dona de tão valiosos laboratórios e providas de mestres de tanto valor.

Eis porque — meus senhores, sinto-me particularmente feliz neste momento em que vos falo, sob a influência de várias circunstâncias que nos conduzem à apreciação de aspectos particulares do progresso do Brasil.

Em nome de Thomas J. Watson, agradeço a homenagem prestada pela Faculdade de Engenharia Industrial. Êle não a desejou, posso assegurar-vos, eu que o conheço de perto. Mas sensibiliza-se com ela.

Como brasileiro, conto-me entre os que se reúnem para exaltar-se o gesto. Outra coisa não merecem, êle e quantos têm concorrido para a fundação e manutenção desta faculdade, cuja obra, de alta finalidade para a Nação, recorda-nos a figura de um grande brasileiro, dos mais ilustres; o meu velho amigo e conterrâneo, o saudoso Senador Roberto Simonsen.

Sei, e me admiro depois de conhecer as proporções da obra, que esta Faculdade de Engenharia Industrial, tendo por finalidade ministrar cursos de engenharia aplicada, infelizmente escassos em nosso país, não visa lucro. Conta o apoio da indústria e do comércio, o que muito honra a ambos, e neste moment desenvolve sua atividade através a competência e dedicação de trinta professôres catedráticos, elevando-se seu corpo discente a mais de uma centena de alunos.

É, por conseguinte, uma instituição meritória nos vários sentidos em que pode ser apreciada, e para ela devem voltar as vistas não sòmente aquêles que pretendem um benefício direto, mas todos, dos administradores aos consumidores, que

dela obterão lucros indiretos com a ajuda que dará ao progresso científico- industrial de nosso país.

Contam-me que os atuais alunos da Faculdade, a primeira turma dos quais só dentro de dois anos receberá diploma, estão já todos comprometidos e ansiosamente esperados por estabelecimentos industriais de São Paulo.

Embora atestando claramente o desespêro de nossas indústrias por técnicos, o fato não me surpreende. E isto por uma circunstância mais grave — a de que em tôda parte por onde tenho andado neste país, observei igual escassez de especialistas entravando o desenvolvimento industrial de zonas magníficas, e em outras estorvando o aproveitamento de grandes riquezas naturais.

A impossibilidade de renovação do elemento mecânico, da máquina antiga pela moderna, acarreta para a nossa indústria uma condição inferior em face da maior capacidade de produção a menores custos dos parques industriais modernos. A falta do elemento humano capaz, agrava esta situação de inferioridade.

Temos que convir que o ensino da técnica sempre foi precário no Brasil. Vivemos uma longa época do bacharelismo, ainda não de todo apagado. E como resultado tivemos uma falta de preparação humana para o surto industrial a que o país foi estimulado por diversas circunstâncias históricas internas e externas. Perturba-nos uma ausência de tradição técnica, tanto que na hora da necessidade temos de buscar no estrangeiro, na maioria dos casos, não apenas o mestre, mas também o operário especializado. E só nos salva, já que não podemos mandar vir a todos, a extrema versatilidade e a incomum capacidade de assimilação do brasileiro, que logo penetra os pequenos segredos da técnica. Os seus vôos, todavia, têm de ser curtos, por não serem muito favoráveis as asas que não se prendem à base científica. Falta-lhes, também, a renovação e progresso de conhecimento pela constante educação técnica.

Muito tarde se instalaram no país porque não dizer as poucas escolas politécnicas, sempre freqüentadas por poucos alunos em virtude de seus acanhados estabelecimentos. Ainda

hoje estas escolas não se contam por mais de duas centenas, e não podem receber, pela exigüidade de salas de aulas e laboratórios todos os moços que a procuram.

As escolas de aprendizem artífices, os liceus de artes e ofícios hoje transformados em escolas industriais vieram mais tarde e sua ação sempre limitada. Não frutificaram, como devia, os exemplos magníficos de um colégio Mackenzie, do I. P. T. e raros outros. Data de poucos anos a instituição de escolas industriais mais positivas, e a própria indústria teve de compreender que devia operar diretamente no campo d oensino técnico.

Tive oportunidade de formar ao lado de Roberto Simonsen e Euvaldo Lodi na tarefa da criação do órgão que superintende estas escolas, o SENAI e a apreciação do panorama, ainda não modificado fundamentalmente, leva-me a exortar todos quantos se interessam pelo progresso industrial do país a que concorram na medida de suas fôrças pela difusão do ensino da técnica entre nós.

Não sei neste ângulo, de exemplo mais útil do que o que o que nos dá a América do Norte.

Ali a técnica é venerada como elemento básico do progresso industrial. E as indústrias nela se firmam para uma expansão de benefício coletivo. Assim, a ela dedicam somas apreciáveis que se transformam em escolas e laboratórios de primeira ordem, de atividades paralelas às indústrias. São inumeráveis os exemplos de fundações e institutos de pesquisas mantidos pelo dinheiro da indústria, e dêles tem saído, é inegável, as maiores conquistas da química e da física moderna.

Como industrial, que sou, e no estudo dos problemas, econômicos, a que me obstino, posso sentir tôda a gravidade do problema.

Dêste e de outros que afligem a indústria nacional, problemas para os quais tem a Nação de encontrar solução uma vez que a indústria encabeça as suas fôrças vivas.

Ainda agora honrando-me o Govêrno com a missão de representar o Brasil como um dos mais modestos membros do órgão central da Comissão Mista Brasileiro-Americana, que ora

empreende estudos sôbre os recursos nacionais e possibilidades de investimento em nosso país, descortino o amplo horizonte que nos abre uma política de franca e leal cooperação, como posso perceber as nuvens negras que se escondem aqui e ali.

País jovem, dotado de amplas possibilidades econômicas, deve o Brasil, sem nenhuma dúvida, encorajar os investimentos nos setores de atividade que interessam diretamente a seu progresso, de modo a encontrar os elementos suficientes ao atendimento de todos os seus problemas. Constituiria êrro grave a aceitação de normas econômicas demasiadamente rígidas que viessem a impedir ou restringir a entrada de capitais estrangeiros. Aliás nossa Constituição é profundamente sábia neste setor. No entanto, se é verdade que as próprias condições do mercado interno nos levam a admitir a inexistência de campos de ação saturados no Brasil, é, por outro, incontestàvelmente certo, que devemos defender determinados setores industriais, pela razão muito simples de que, não lhe sendo permitido livre progresso técnico, por motivos independentes de sua vontade, ruinosa lhe seria a concorrência de indústria mais avançada pelo aproveitamento de oportunidades negadas às que primeiro acreditaram e confiaram em nosso país.

Estou convencido da função social da indústria. Desejaria que ela progredisse tanto, que o país viesse a usufruir os benefícios da grande produção a baixo custo. Todavia, por motivos de várias ordens o progresso industrial brasileiro não se pode processar ordenadamente, segundo o plano ortodoxo dos interêsses nacionais. Alguns setores avançam mais que outros, e alguns vêem recusadas ou entravadas suas pretensões de progresso. Não seria justo, por conseguinte, a permissão de entrada livre de capitais destinados preferentemente aos setores tècnicamente enfraquecidos, com a derrota final do esfôrço nacional sem conceder a êstes a oportunidade do tempo, para o seu reaparelhamento. É imperativo não esquecer ainda os compromissos impostos à indústria nacional pelas leis trabalhistas, as quais, se por um lado protegem o trabalhador, por outro criam problemas técnicos muitas vêzes insuperáveis diante das desastrosas conseqüências financeiras.

Por outro lado, sendo vastas as possibilidades nacionais, seria desastroso, como já acentuamos, a discriminação rígida, absoluta, inapelável.

Há de se encontrar o justo têrmo, como as obras de hidráulica contêm e orientam as grandes correntes dágua. Em liberdade absoluta, elas tanto fecundam como destroem nas grandes cheias. Submetidas à disciplina dos canais de irrigação e diques, são notàvelmente benéficas, o que não seriam se seu curso fôsse apenas brutalmente desviado para outras zonas.

As nações seguem, na sua fase de progresso, o mesmo princípio que determina o crescimento do homem.

Embora desejemos nos vestir pelo mesmo figurino das grandes nações industriais somos levados a compreender que aquêles têm de obedecer a um corte para o seu tamanho de adulto. Nós, em matéria de indústria, ainda estamos em plena adolescência. Nossas medidas não podem ser idênticas, nem sujeitas ao padrão atual dos grandes. Temos de adaptar as medidas que êles usavam quando tinham a nossa idade. Quando crescermos, poderemos então tratar do mesmo corte, adotar as mesmas medidas. Por enquanto, nem apertadas de mais, nem exageradamente folgadas. Quantum satis...

O principal é que encontre o país, por intermédio da inadiável roupagem nova da indústria, na forma de renovação técnica, e de elementos para o desenvolvimento em outros setores, a alavanca do progresso. E estou confiante de que encontrará, principalmente nesta tarde, em que tantas circunstâncias se reúnem para nos infundir confiança na colaboração dos homens e no futuro do país; confiança que nos revela o gesto de um Thomas J. Watson, confiança dos homens paulistas que enfrentam as resistências naturais e vencem, confiança no valor da ciência, confiança no trabalho humano, persistente e infatigável, que nos transmite o Padre Sabóia de Medeiros, erigindo, pedra por pedra, esta Casa da Técnica!

UM BANDEIRANTE DO CICLO FERROVIÁRIO (*)

Nem sempre o Rio de Janeiro estêve, como hoje, na era do avião, a uma distância de pouco mais de uma hora da capital paulista. Não vai longe a época em que muitas pessoas que se destinavam à metrópole bandeirante davam preferência à viagem marítima até Santos, com todo confôrto, durante a noite, nos grandes transatlânticos que freqüentemente nos visitavam. As facilidades das visitas portuárias naquela cidade incentivavam êsse meio cômodo e agradável de transporte e, uma vez ali desembarcado, na manhã seguinte, o famoso "Cometa" da Inglêsa nos levava à Paulicéia, com não menos confôrto e segurança.

Foi uma dessas viagens, se não me engano em princípios de 1927, que me encontrei, pela última vez, com aquêle grande brasileiro que foi João Teixeira Soares, orgulho da engenharia e do crédito nacionais, que tão bem sabia se impor aqui, como no estrangeiro. Tínhamos acabado de jantar e a noite era bem linda; o lugar nos permitia divisar os contornos soberbos das silhuetas desenhadas pelas montanhas do nosso litoral. Contemplando as águas do Atlântico, o sulco de espumas aberto pelo barco e batido pelo luar, tínhamos ali ao nosso lado a terra brasileira, guarnecida pela Serra do Mar, como que a desafiar a capacidade e a inteligência dos seus filhos. Foi diante dêsse quadro que o brasileiro João Teixeira Soares nos deu uma rápida visão do seu trabalho memorável nas serras do Paraná, com palavras entrecortadas de um sadio patriotismo, defen-

---

(*) Artigo publicado no "O Jornal" do Rio de Janeiro, em outubro de 1948, por ocasião das comemorações do centenário do nascimento de João Teixeira Soares.

dendo e protegendo o seu caro Brasil, sem no entanto se encerrar nas fronteiras de um nacionalismo agressivo, vendo sempre no estrangeiro um amigo e cooperador, simbolizando-o numa das mais potentes alavancas do nosso progresso, para formação de um Brasil mais forte, mais brasileiro. E acentuava: Quanto mais rápido seja o nosso desenvolvimento material, mais acentuado será o progresso moral e intelectual do país.

E como era preciso no seu raciocínio! Por certo, um Brasil, habitado apenas pelos seus primitivos indígenas, seria mais regional, mais nacionalista; deixá-lo, porém, nessa posição seria convidar outros povos a conquistá-lo e dominá-lo. Tornava-se imperativo desenvolvê-lo para integrá-lo na realidade do mundo moderno em que vivemos. E, assim, as palavras de amor, orgulho e patriotismo, por êle enunciadas, para nos dar, diante daquela imensa serrania, uma idéia dos dias gloriosos que vivera no ciclo de 1878, ao asumir a responsabilidade da construção daquela obra prima de nossa engenharia ferroviária: a Estrada de Ferro. D. Tereza Cristina, ligando o pôrto de Paranaguá, na planície litorânea, à Curitiba, capital do Estado do Paraná, no alto da montanha, vencendo obstáculos, furando túneis, lançando viadutos e pontes, obra esta que melhor ainda podemos admirar e julgar hoje, pela sua inteireza — as suas palavras, repetimos, são como um traço de união, ligando o passado ao presente.

Capital mais técnica

E tudo aquilo foi possível graças à confiança, ao crédito de que gozávamos, que permitia então o enlace de capitais franceses com ilustres e respeitáveis técnicos brasileiros para, aliados no empreendimento, galgarem uma das mais ricas e prósperas regiões do Sul do país. No entanto, é preciso que se diga, ninguém viu nesse memorável trabalho qualquer gesto de desaprêço à nossa soberania, nem nunca passou pela memória dos nossos homens, então, que aquela mesma estrada viesse a servir para que por ela passassem tropas francesas, numa eventual conquista do Brasil. A palavra, a honradez, a competência dos nossos homens de então, significavam, perante

o estrangeiro, a melhor garantia para que tivesse êle confiança em nós.

Grandes ensinamentos colhi, naquela magnífica noite, no convés do velho "Andes", da Mala Real Inglêsa... E, alguns minutos mais tarde, no grande salão, iniciávamos uma partida de *bridge*, em cuja marcação cometi alguns erros por estar, ainda, a meditar na grandeza e no futuro do Brasil, certo de que o exemplo de João Teixeira Soares deveria continuar ininterrupto, para que, admirado e exaltado pelos nossos filhos, pudesse constituir um roteiro por onde devessem caminhar.

Agora, se comemora o centenário do seu nascimento. Pediram-me que escrevesse algo sôbre êle. Verifiquei, entretanto, diante da grandeza de sua alma, sua obra e seu patriotismo, que por mais que sejam grandes os homens de hoje, as suas observações sôbre aquela ilustre figura serão apenas pequenos mosaicos, que sòmente unidos poderão dar alguma forma real e de justiça à figura de João Teixeira Soares. E assim, como na catedral de São Marcos, o conjunto dos seus memoráveis mosaicos consegue formar aquêles quadros magníficos, limito-me, aqui, na coleta de opiniões diversas, encrustadas num arquivo que é verdadeiro relicário; e, reunindo-as como se fôssem mosaicos, procuro evocar, de corpo inteiro, a figura inesquecível do engenheiro patrício.

Grandeza e energia

Num velho caderno de recortes, vou colhendo ao acaso e valho-me, em primeiro lugar, de uma opinião de Eugênio Gudin, proferida em 10 de junho de 1942:

"São vultos dêste porte que simbolizam a grandeza e a energia de uma raça. Tendo como única remuneração material um modesto ordenado, não era o interêsse que impulsionava o grande lutador. Dentro de sua alma ardia aquela chama de espírito público, que só se recebe de Deus. Nasce-se homem público ou nasce-se homem privado. Não se adquire espírito público. Poucos homens tenho conhècido para quem o simples enunciado de um problema nacional tivesse o dom de fazer vibrar-lhe a alma como a Teixeira Soares. Sentia-se nessas

ocasiões, que êle congregava tôdas as suas reservas de energia e de entusiasmo. Seu patriotismo não era feito de um vago idealismo, nem de hinos à grandeza de seu país e sim de uma paixão incontida pela solução de seus grandes problemas".

Pioneiro da melhor espécie, amigo de Clemenceau e o primeiro a obter uma concessão para transporte aéreo no Brasil (em 1918), dêle disse Pedro Nolaseo, com inteira justiça: "O seu parecer nos centros financeiros da Europa, felizmente para nós, tem tido tanto valor, que muitas vêzes os negócios são resolvidos antes mesmo da apresentação dos documentos.

"Semelhante distinção e tamanha prova de confiança, que tanto honram a quem trabalha, são um lenitivo aos esforços empregados e que se não conseguem senão pelo talento, pela capacidade e pela perseverança."

Castro Barbosa, num longo estudo sôbre sua obra, afirmou a certa altura: "O amor da pátria, êsse germe sublime das mais nobres concepções humanas, que ultrapassando as fronteiras nacionais entrelaçam os povos, diante dos grandiosos empreendimentos observados, fêz brotar em seu ânimo o anelo de os ver reproduzidos na terra natal. Desde essa época a idéia dominante em suas cogitações foi tornar conhecidos no mundo financeiro os recursos preciosos do seu adorado Brasil. De volta à pátria o infatigável engenheiro procedeu a minucioso estudo das condições econômicas de emprêsas a organizar com o fim de colaborar com o Govêrno para a prosperidade nacional sem prejuízo do zêlo e competência com que se desempenhava dos vários cargos que lhe foram confiados.

Falando do técnico, Romero Zander, em 1930, escrevia: "O ensinamento da reação contra o projeto e execução de linhas férreas das chamadas "econômicas" ficou na memória de todos nós que labutamos nas Estradas de Ferro, e a tendência atual que se nota no país foi vivificada, se não criada pela sinceridade dêste realizador que, com tanta coragem fêz a autocrítica de parte da sua obra."

E, para concluir, um tópico de sua própria autoria, num artigo escrito para "O Dia" e publicado em 26 de fevereiro de 1921:

"Eu tive de resignar-me a colaborar na construção de uma grande parte das mais defeituosas das nossas linhas e o fiz na suposição de ser preferível que o Brasil as tivesse ruins a ficar sem elas; os resultados vieram me convencer de que errei encorajando a conservação de moldes tão maus e por isso, me penitenciando, procurei com tôda a perseverança, chamar a atenção dos que se dignarem me ouvir sôbre a urgência de remover tão poderoso entrave ao nosso progresso".

Esta confissão nos dá um retrato de corpo inteiro daquele que, em vida, foi o engenheiro João Teixeira Soares. Cem anos após o seu nascimento, verificamos que aquilo que lhe parecera mau, é no entanto ainda hoje o com que contamos e a sua obra, vencendo a serra entre Paranaguá e Curitiba, permanece como um monumento da engenharia nacional, devido à sua capacidade, sendo outrossim uma prova dos resultados que podemos auferir mediante a colaboração do capital estrangeiro com a técnica nacional, excluído o receio dos imperialismos. Êle teve uma exata compreensão dos fatôres de que dispomos para ascender entre as nações; estabeleceu em têrmos reais as possibilidades de participação de recursos de outras origens em nossa vida econômica, e o tempo não conseguiu apagar os ensinamentos que nos legou e a sua vitalidade deve servir de estímulo para que sigamos adiante, de fronte erguida e de braços dados com os que realmente podem cooperar conosco.

Ao comemorarmos o centenário do seu nascimento, pensamos em João Teixeira Soares, o homem, o técnico, o cidadão, não como uma figura isolada, mas como um símbolo, um padrão, do homem de espírito público na largueza que o Brasil dêle carece.

A MISSÃO ABBINK EM PERGUNTAS E RESPOSTAS (*)

Retardamos propositadamente a publicação, neste Boletim, de maiores informações sôbre o desenvolvimento dos trabalhos da Comissão Mista Brasileiro-Americana de Estudos Econômicos, em curso nestes três últimos meses. Isto porque, compreensìvelmente, era nosso intento não ficar, no que se prende ao assunto, tão sòmente em generalidades, permitindo-nos aguardar que tomasse forma um tanto mais definida o contôrno dos estudos sistemática e paulatinamente realizados, a fim de utilizarmos, já então, elementos capazes de contribuir para formar uma idéia precisa das finalidades que se procura atingir com as conversações da Comissão Mista, e dos esforços empregados na procura de uma solução para os importantes temas em debate.

A oportunidade que esperávamos surge como inteiramente satisfatória ao considerarmos os têrmos de uma palestra mantida na Rádio Globo do Rio de Janeiro pelo Sr. Valentim F. Bouças, nome que se inclui entre os componentes da Comissão Central da entidade acima referida. Nessa palestra, como é habitual na Rádio Globo, foram desenvolvidos os debates sob o aspecto de perguntas e respostas, conforme tem sido feito relativamente à divulgação e esclarecimento de questões do maior interêsse no âmbito da realidade brasileira.

Outra fonte a que nos reportamos compreende, de um lado, declarações feitas coletivamente à imprensa pelo Sr. John Abbink (das quais extraímos informações para algumas das

(*) Transcrito do "Boletim do C.T.E.F." n.º 97. de janeiro de 1949.

notas aqui incluídas) e, de outra parte, o discurso pronunciado há pouco pelo Sr. Otávio Gouvêa de Bulhões, também componente da Comissão Central, numa sessão solene conjunta da Federação e do Centro das Indústrias de São Paulo.

* * *

O Govêrno do Brasil solicitou ao dos Estados Unidos a vinda de técnicos em assuntos econômicos a fim de que, juntamente com especialistas brasileiros, levassem a efeito um exame das condições mais favoráveis sob as quais possa ter desenvolvimento compatível a economia nacional.

Verifica-se, pois, que a entidade encarregada dêstes estudos se organizou como decorrência de uma sugestão do Govêrno brasileiro, devendo-se mencionar a receptividade desde logo encontrada nos círculos oficiais estadunidense, sendo depois constituída, para trabalhar em cooperação com departamentos governamentais do nosso país, a chamada "Missão Abbink."

Viajaram, então, para o Brasil, sob a chefia do Sr. John Abbink (com título de Ministro), elementos os mais representativos da grande nação irmã, constituindo uma distinguida equipe de experimentados homens de negócios e administração, seguindo-se ao nome do Sr. Abbink — que é presidente da Mac Graw Hill International Corporation — entre outros, os dos Srs. Dr. Harry L. Brown, vice-chanceles dos Regentes do Sistema Universitário de Georgia, Harold V. Roelse, vice-presidente do Federal Reserve Bank of New York, John C. Cady, do Departamento de Estado.

* * *

A "Missão Abbink" — assim vieram a ser denominados os representantes americanos — chegando ao Brasil passou a integrar a "Comissão Mista Brasileiro-Americana de Estudos Econômicos", título adotado para a entidade composta daqueles enviados do país amigo e de economistas e técnicos brasileiros, êstes em número bastante elevado. A respectiva Comissão

Central ficou assim constituída: Dr. Otávio Gouvêa de Bulhões; Sr. Valentim F. Bouças; Dr. Mário Bittencourt Sampaio; Dr. Anibal Alves Bastos; General Anápio Gomes.

* * *

As instruções recebidas dos respectivos governos orientam os rumos dos estudos da Comissão Mista Brasileiro-Americana, propondo-se a mesma, em conseqüência, a encontrar respostas práticas para numerosas questões técnicas como sejam: a) — Quais são os fatôres que estão promovendo ou retardando o desenvolvimento econômico do Brasil? b) — Qual é a capacidade do Brasil quanto à expansão econômica através do máximo aproveitamento de seus recursos internos? c) — Que medidas poderão ser tomadas a fim de encorajar a afluência de capital privado para o Brasil? d) — Que fontem de produção para exportação podem ser estimuladas para melhorar a balança de comércio exterior do Brasil?

* * *

Ainda em conformidade com o que ficou assentado, a Comissão Mista dirige suas análises e conclusões de maneira específica para um amplo reconhecimento dos recursos naturais e capitais do Brasil, o fornecimento da mão-de-obra, particularmente mão-de-obra qualificada, assuntos bancários e fiscais, problemas de comércio interno e externo, a posição do nosso país na economia mundial. Fica esclarecido o fato da Comissão Mista "não pretender avaliar os méritos de projetos específicos, nem determinar a conveniência da obtenção de empréstimos de governos estrangeiros. Seu relatório, segundo se informa, deverá incluir "recomendações relativas à forma, direção e grau de desenvolvimento da economia do Brasil, tendo em vista uma utilização mais eficiente e equilibrada dos recursos do País."

Nos têrmos do mecanismo estabelecido para os trabalhos em curso, os relatórios já apresentados ou a apresentar pelas Comissões Especializadas é que constituem a base das considerações da Comissão Central em tôrno de atividades compre-

endidas em variados setores, tais como: investimentos, assuntos fiscais, Bancos, comércio exterior, desenvolvimento agro-pecuário, produção mineral, pesca, armazenamento, desenvolvimento industrial, transporte, eletrificação, mão-de-obra e desenvolvimento dos recursos de combustíveis.

É a seguinte, a relação de Presidentes das Comissões Especializadas:

General Anápio Gomes — Comércio e Estudos Gerais.

Dr. Otávio Gouvêa de Bulhões — Bancos. *Eng.º Agrôn. Alberto de Oliveira Mota Filho* — Desenvolvimento Agro-Pecuário.

General João Carlos Barreto — Desenvolvimento de Recursos de Combustíveis.

Coronel Bernardino Matos — Exploração Mineral. *Comandante Frederico Villar* — Pesca. *Agrônomo Júlio César Covelo* — Armazenamento e Conservação.

Dr. Euvaldo Lodi — Desenvolvimento Industrial. *Eng.º Artur Pereira de Castilho* — Transportes. *Coronel José Pio Borges de Castro* — Eletrificação.

Dr. Luiz Augusto Rêgo Monteiro — Mão-de-Obra.

* * *

Como sempre acontece nas conversações mantidas em organismos de tal natureza, também os trabalhos da Comissão Mista se caracterizam por uma permuta franca de pontos de vista técnicos, com o objetivo de se alcançar, por fim as indicações adequadas ao propósito que se tem em mira. Dado o desenrolar dos debates sob êsse aspecto e o aditamento natural de elementos novos que se vêm mais e mais agregar aos estudos em realização, não têm sido muito freqüentes, até o momento, as declarações à imprensa, procurando-se assim evitar tenham curso deduções prematuras e inexatas.

Um convite feito aos membros da Comissão Brasileiro-Americana para visitar São Paulo na segunda quinzena de dezembro p. passado propiciou, entretanto, ao Sr. Otávio Gouvêa de Bulhões, ensejo para, em discurso proferido na Federação das Indústrias daquele Estado, fazer o que se poderia chamar

uma súmula do relatório geral a ser apresentado dentro de mais algumas semanas pela Comissão Central.

Nesse discurso então incluídas, entre outras, referências às origens da Comissão Mista Brasileiro-Americana, às vantagens da conjugação de esforços de técnicos de ambos os países, "evitando-se que o esfôrço de um país seja desfeito pela incompreensão do outro." Ficam registradas interessantes afirmações tendo por base estudos já completados. No tocante à afluência de capitais estrangeiros, está declarado afigurar-se a mesma relativamente fácil, desde que venham a ser adotadas certas medidas, entre as quais aparece com destaque a melhoria do mercado de capital nacional.

O melhor aproveitamento dos recursos em cruzeiros também foi ventilado, com a afirmativa de que possìvelmente algumas falhas observadas a respeito poderão ser corrigidas de maneira mais fácil do que se tem admitido geralmente.

Focalizados, assim, diferentes problemas, como igualmente o sentido das soluções de que se cogita, assinalam-se ainda recomendações quanto a entendimentos imediatos entre os governos do Rio e Washington, visando implantar uma cooperação intensiva e sistematizada de tal modo a ensejar tôda a eficiência nos empreendimentos a concretizar. Refere o Sr. Otávio Bulhões que a prioridade concedida a certos problemas não significa a opção de determinadas atividades econômicas sôbre outras. Assim não há preferência absoluta para os transportes ou a eletrificação, existindo, porém, preferência por exemplo, para remodelar e construir rodovias que possibilitem intensificar a produção em desenvolvimento; preferência para ampliar o fornecimento de energia elétrica onde a produção manufatureira ou agrícola esteja estacionária ou em decréscimo pela falta dêsse elemento.

Ressalta ainda o Sr. Bulhões a ação do Banco Central, que reputa em alta conta, aguardando para breve a respectiva instalação.

* * *

Voltamos a nos referir aos debates mantidos pelo Sr. Valentim Bouças, a respeito da Comissão Mista Brasileiro-

Americana, na Rádio Globo, debates êstes que, taquigrafados, constituem peça do máximo interêsse, pela oportunidade dos quesitos formulados, e principalmente atendendo à maneira clara e sugestiva com que ao expositor foi possível transmitir aspectos fundamentais dos trabalhos em que ora se empenham brasileiros e norte-americanos. Adota o Sr. Bouças um sistema de apresentar os fatos através de declarações incisivas e de imagens que imediatamente provocam perfeita compreensão de importantes assuntos técnicos, mesmo aos leigos em economia e finanças.

Julgando de todo oportuno transcrever na íntegra essa entrevista, deixamos de fazer comentários mais amplos sôbre a mesma, e, isto pôsto, a seguir incluímos a matéria em referência, sob a moderna e curiosa feição de perguntas e respostas.

Os debates na Rádio Globo

1 — Aproveitando a oportunidade que se oferece com esta sua visita de hoje, Sr. Bouças, gostaríamos que nos explicasse o que é, no fundo, esta história de Missão Abbink. O senhor faz parte da Comissão Central em que a mesma se acha integrada e, por isto, deve estar bem a par de tudo, não é assim?

— Muito bem. Sua pergunta tem grande oportunidade e, como estamos aqui entre quatro paredes, vamos conversar um pouco em família a respeito daquilo que chamamos de Missão Abbink. Desejo, porém, fazer uma observação preliminar. Creio que entre nós já não há lugar para cerimônias e, por isto, é de minha opinião que deveremos falar as coisas numa linguagem simples, para que o povo nos entenda. Caso haja algum ouvinte atrás da porta, escutando a nossa palestra, é possível que êle sofra um desengano e diga lá com os seus botões: Ora, o Sr. Bouças a contar histórias que já sabemos... Sim, é natural que uma minoria saiba, mas a maioria desconhece. Pensemos nesta maioria e conversemos em família para ela. Valeu?

2 — Ótima sugestão. Passemos então da teoria à prática e vejamos como o senhor vai nos explicar a Missão Abbink.

— Os melhores clientes do Brasil são os Estados Unidos. São os que mais nos compram e também são os mais importantes fornecedores. Vamos examinar o assunto, pois, na suposição de um negócio. Se êles nos compram mais do que nos vendem, é certo que no fim haverá um saldo a nosso favor. Mas no momento as nossas compras nos Estados Unidos são maiores do que as nossas vendas e, no encontro de contas ao invés de um saldo, — como vínhamos tendo de longa data — teremos um débito, sem têrmos economia para cobrir a diferença. Se vendêssemos mais, poderíamos fazer compras muitos maiores. Se nos tornamos devedores, restringimos os negócios num instinto natural de defesa.

Ora, qualquer comerciante sabe zelar pela sua clientela. Se ela compra menos do que seria lógico, nada mais natural do que procurar saber as razões por que assim acontece. Como é conversando que os homens se entendem, ajustando seus pontos de vista, também o mesmo acontece entre as nações.

3 — Quer dizer então que o Sr. Abbink nos trouxe dólares não é?

— Não, não nos trouxe dólares, e por certo, não virão os dólares da maneira como muitos imaginam. Antigamente os mais velhos falavam na árvore das patacas; pois bem, muitos brasileiros hoje, pensam nos americanos como nas árvores das patacas, com uma única diferença, de que esta árvore, em vez de dar patacas mesmo, o que dá é dólares. É preciso não fugir à realidade e que sejamos mais brasileiros. Infelizmente, desde que entrei em contacto com os técnicos da Missão Abbink, como um dos especialistas designados pelo Brasil, tenho uma série de decepções...

4 — Como assim, Senhor Valentim Bouças?

— Muitos patrícios, de vez em quando, me entram de portas a dentro, desejosos de que eu lhes diga como poderiam vender seus negócios aos norte-americanos... É esta, infelizmente, a concepção ou a idéia que têm da Missão Abbink: um grupo de técnicos que se acha entre nós para comprar "bondes". Acre-

ditam que êstes americanos, pelo seu geito expansivo, grandalhões, berrantes às vêzes nos gestos, nas suas roupas, são criaturas a quem se pode fàcilmente enganar.

No entanto, êstes mesmos homens nos oferecem uma lição; dispõem-se a cooperar conosco na receita do progresso. Não foram os dólares que fizeram os homens, mas os homens que, pelo seu trabalho, pela pesquisa que elevou a técnica, pela sua política de portas abertas aos imigrantes e aos capitais, — foram êles, finalmente, somando todos êstes fatôres, que fizeram os dólares.

Conseguiram realizar tudo isto que é hoje de cada um dêles e que, em conjunto, representa a economia dos Estados Unidos, em tôda sua pujança. Também nós poderemos fazer coisa semelhante, desde que nos votemos à religião do trabalho e deixemos de depositar esperanças na sorte, puramente.

Cooperação amiga

5 — É verdade. Recursos não nos faltam.

As nossas reservas estão pràticamente intactas.

E a iniciativa?

— Se por um lado tenho tido aquelas decepções, de ouvir brasileiros me consultarem sôbre o meio mais prático de transferirem seus negócios aos americanos, numa prova de desinterêsse pelo Brasil, há também o outro lado. Posso afirmar que tem sido uma verdadeira revelação o interêsse que vejo brotar do interior, nascido de homens cuja mentalidade se tem formado numa luta de dia e noite, acariciando o ideal de construírem alguma coisa de prático, que não seja apenas do presente, mas que se lance também para o futuro. Temos uma grande reserva de brasilidade nestes homens que acreditam no seu país e que desejam realmente a cooperação amiga para o seu mais rápido engrandecimento.

6 — São homens nascidos no trabalho e acostumados à luta, tendo os olhos voltados para um horizonte longínquo...

— Sim. Êles me fazem lembrar, sempre, aquela história bíblica do homem que plantava cedros — equivalentes ao nosso

jacarandá. Um passante, que o viu naquela faina, advertiu-o: Para que plantas cedros, que custam tanto a crescer? Não estás vendo logo que não poderás gozar a sombra que êles darão? Certo, respondeu o primeiro. Plantando cedros, porém, desejo dar aos que vierem depois de mim a mesma sombra que me proporcionaram os que nasceram e viveram antes.

Aquêles homens que estão trabalhando com os olhos voltados para o Brasil, são como o plantador de cedros ou jacarandá. Êles sabem que a sombra não será para êles, não obstante plantam.

7 — E o que poderá fazer a Missão Abbink a fim de concorrer para o fortalecimento da economia brasileira?

— Suponhamos duas cidades distantes uma da outra, ligadas por um interêsse comercial e cujo único meio de comunicação seja uma estrada carroçável. No verão, as coisas vão indo; quando chegam as chuvas, deixa de ser possível o tráfego. Com isto, desorganiza-se a produção e o comércio das duas cidades, diminuem os negócios, todos sofrem, proporcionalmente. Que fazer?

8 — Parece que a providência a tomar seria cuidar da estrada.

— Certo. Cuidar da estrada. Aplainá-la, primeiro; depois, pavimentá-la. Pois bem, a tarefa da Missão Abbink é, digamos, a de preparar a estrada por onde devem trafegar os interêsses de ordem econômica entre o Brasil e os Estados Unidos. Os estudos que estão sendo realizados por brasileiros e americanos, num trabalho conjunto, não têm outro fito, qual seja êste de pôr a estrada em codições de suportar um tráfego mais intenso e mais regular.

Afluência de capitais estrangeiros

9 — Mas, Senhor Valentim Bouças, e os dólares?

— Os dólares ou o capital? Seja qual fôr a maneira por que chamemos o dinheiro, êle virá naturalmente. Como formiga atrás de doce. Às vêzes estamos em nossa casa nova, e, em conversa, aludimos ao fato de não haver formigas ali dentro.

Mas, se por acaso deixarmos cair no chão uma migalha de doce, dentro em pouco aparecerão as formigas, sem que saibamos de onde tenham vindo. Tal como acontecia nos tempos do ouro, quando eram descobertas as minas. Mas corria a notícia de uma nova jazida e já milhares de pessoas, como por encanto, iam para lá. Com o capital acontece a mesma coisa. O doce, para êle, são os negócios firmes, e os investimentos precisos e honestos correspondem às formigas.

10 — E como êstes capitais para investimento chegarão ao Brasil?

— Através do sistema bancário nacional, que será preparado para isto. Muito antes de se pensar em Missão Abbink, já o govêrno brasileiro cuidava do assunto. O Ministro da Fazenda, Sr. Corrêa e Castro, preparou um ante-projeto de reforma bancária que o Poder Executivo enviou à Câmara dos Deputados; lá está o ante-projeto no Palácio Tiradentes, sendo estudado pelas comissões técnicas do nosso parlamento. A parte mais destacada desta reforma é a que prevê a criação do Banco Central, conforme existe em todos os países mais adiantados do mundo. O Brasil, aliás, se encontra entre as três ou quatro nações que não dispõem de Banco Central.

11 — E como será organizado e dirigido o nosso Banco Central?

— Seguindo a moderna escola, será constituído com capitais do Estado. Sua direção, porém, caberá a homens que representarão as atividades econômicas: a lavoura, o comércio, a indústria, os bancos privados, etc., homens êstes que deverão ser portadores de largo tirocínio, cada um dentro de seu ramo, escolhidos pelas próprias calsses. Tais homens serão os melhores defensores dos interêsse econômicos do seu grupo e a soma dêsses grupos, naturalmente, totaliza a própria economia nacional. Terão a necessária independência para agirem isentos de qualquer influência política, serão legítimos homens para os cargos e não os cargos para os homens. Será o Banco Central o encarregado de regular o meio circulante, aumentando-o ou diminuindo-o, conforme as necessidades e a êle competirá, precìpuamente, valorizar o nosso dinheiro.

Investimento

12 — Muito bem! Abrindo um parêntesis, porém, desejaríamos que o Sr. nos dissesse o que pensa da política emissionista.

— A emissão corresponde à mesma coisa que botar água no leite. Aumenta o volume mas, proporcionalmente, diminui o valor. A não ser que a imissão seja uma conseqüência lógica de maior riqueza em giro. Mas, continuemos o fio do raciocínio interrompido. O Banco Central será como a espinha dorsal do nosso aparelho de crédito. Através dos Bancos especializados semi-estatais, êle orientará, disciplinará o trabalho dos bancos privados, canalizará os recursos, na hora precisa, onde êles se façam necessários. Um dêsses bancos especializados será o Banco de Investimentos.

13 — Não possuimos no Brasil nenhum estabelecimento dêsse tipo?

— Não. E, por isto, é que o nosso sistema econômico obedece ainda hoje, aos mesmos princípios do feudalismo. Como sòmente grandes capitais podem fazer grandes negócios, os grandes negócios são poucos no Brasil e, os que existem, têm suas responsabilidades e seus benefícios limitados a um círculo fechado, que às vêzes não vai além de uma mesma família. As grandes corporações, nos Estados Unidos, na Inglaterra, na França, têm seus capitais formados pela aglutinação de dezenas de milhares de pequenas economias. Estas economias no entanto não se orientaram naqueles rumos por si sós: elas foram e são canalizadas pelos bancos de investimento ou organização semelhante — nos Estados Unidos a Trust Company.

14 — Parece que nos desviamos um pouco do assunto. Vamos voltar à Missão Abbink?

— Acho que não saímos dela. Mas, no fundo, é a tal história: conversa puxa conversa e lá vamos nós pelo desvio. Os técnicos americanos e brasileiros, reunidos, aceitam a idéia de que é necessário promover a reforma bancária. Pelo Banco de Investimentos, especialmente, é que serão encaminhados os recursos necessários ao desenvolvimento de nossa economia.

Assim chegarão os dólares, as libras, os francos, as liras; dinheiros de todos os apelidos, como formigas atraídas pelo doce. Aqui dentro, tudo será cruzeiros, pois capital não tem nacionalidade e sòmente pode viver e se desdobrar através de negócios.

15 — Quer dizer então que o Banco de Investimentos promoverá a criação de emprêsas, não é assim?

— Não. Não é assim. O Banco de Investimentos facilitará a formação do capital. Suponhamos que determinada pessoa quer montar uma fábrica de salsichas; organiza os planos, faz os estudos para lançar as suas ações, vai ao Banco e submete sua idéia e seus projetos à consideração; se os técnicos do Banco verificarem que essa pessoa não está sonhando, que ela realmente tem em mãos um bom negócio, o Banco tomará tôdas ou parte das ações e, depois então, irá colocá-las. O pretendente à instalação industrial ganhou tempo; o Banco entra em contacto com os seus clientes capitalistas e vende as ações mas, nesta altura pode ser até que a fábrica já esteja trabalhando e suas salsichas estejam no mercado, sendo consumidas.

16 — Pelo que vejo o Banco de Investimentos será uma espécie de caminhão trafegando naquela estrada de interêsses, não é assim?

— Justamente. Será o caminhão ou será um caminho por onde as formigas vão trilhar em busca do doce. Os recursos que venham ter ao Banco, encaminhados ao giro, concorrerão para o aumento da produção. E aqui atingimos a uma conclusão sôbre o caso das divisas: produzindo mais, consumiremos mais, teremos mais impostos, mais salários, mais lucros. Importaremos menos ou deixaremos de importar várias coisas e teremos disponibilidades para importarmos outras que não poderemos produzir econômicamente. E teremos ganho por diversos lados.

Fixação do homem no campo

17 — O Sr. fêz referência ao interêsse que vem do interior pelos trabalhos da Missão Abbink; poderia nos citar um exemplo?

— Pois não! Uma delas surgiu justamente no seio da Comissão que está encarregada de estudar o desenvolvimento agro-pecuário. As sugestões apresentadas por um técnico brasileiro, o Sr. Oscar Daudt Filho, que demonstrou ser um homem de vistas largas sobretudo na parte em que considera a necessidade de dispensarmos maior atenção ao problema da fixação do homem no campo. Tudo temos feito para o homem nas cidades; amparo ao trabalhador, assistência e previdência social, casas. É preciso que se faça alguma coisa pelos brasileiros que trabalham no interior. Reporta-se à educação e ao ensino na espera rural. Tratando da imigração, alerta que carecemos de agricultores italianos, espanhóis, alemães e portuguêses sem conta e cita que, enquanto no mês de janeiro a Argentina recebeu 15.000 agricultores, no Brasil entraram apenas 600, com títulos pomposos de técnicos, mas não em agricultura.

18 — Já que entramos pelo terreno da agricultura, gostaríamos de ouvir alguma coisa sôbre o problema dos fertilizantes.

— A agricultura brasileira, que, à falta de técnica adequada, tem sido exercida num caráter empírico, está merecendo especiais atenções no que respeita aos fertilizantes, da parte da Missão Mista Brasil-Estados Unidos. É verdade que nunca fizemos estudos amplos da composição de nossas terras e isso dificulta em grande parte, a aplicação de fertilizantes minerais. A nossa política imediata, portanto, deve ser a de utilizarmos largamente a adubação orgânica.

Com os técnicos americanos temos discutido a questão dos fosfatos, material de que há uma grande carência em todo o mundo. O Brasil tem uma produção ínfima e só recentemente foram descobertas jazidas que estão sendo estudadas. Enquanto isto, nos suprimos de fosfatos no mercado externo. Ao nosso país, como aos demais, é destinada uma quota que todos acham pequena, inclusive nós. Mas, não obstante acharmos pequena a quantidade que nos é destinada, o fato é que, dadas as dificuldades de câmbio, não temos podido absorver senão uma parte do que nos é reservado.

19 — Sendo assim, como iremos resolver o caso?

— Antes de mais nada devemos estudar as nossas reservas em regime de urgência. Há uma organização internacional, da qual fazemos parte, e que tem por finalidade assistir aos países nas questões da produção de fertilizantes. Deveremos, em tempo útil, solicitar a esta organização que nos envie técnicos. Os técnicos brasileiros, no entanto, acham que não precisamos técnicos para os trabalhos de levantamento, mas sim de assistência técnica para a industrialização.

20 — Pelo visto, o que se está processando é um levantamento completo de nossas possibilidades, não é assim?

— Justo. É conveniente notar, porém, que um semelhante trabalho será em exclusivo benefício do Brasil, que mais ràpidamente terá conhecimento dos melhores caminhos a seguir. Nunca um grupo de homens foi tão acusado como os brasileiros e americanos da Missão Técnica Mista Brasil-Estados Unidos têm sido e, no entanto, se os acusadores tivessem o cuidado de acompanhar de perto o que se está fazendo, seriam assaltados por grave remorso. Sentiriam que estão cometendo uma conspiração contra o Brasil.

Minérios

21 — Vamos fazer uma pergunta que envolve um assunto que vem tomando projeção: que pensa o Sr. sôbre os rumos que o Brasil deve dar à sua política econômica no que respeita aos minérios?

— Realmente esta questão dos minérios ganhou projeção e é um assunto que deve merecer cuidadosa atenção de parte do Brasil. Possuimos reservas consideráveis, das maiores do mundo, não sòmente no que respeita ao volume, como também à sua qualidade. Indo ao fundo da intenção que sinto em sua pergunta, eu formulo a questão como está no seu subconsciente. Devemos ou não exportar minérios? E respondo que devemos. São de tal ordem as nossas disponibilidades que poderemos exportar com largueza sem, com isto, prejudicarmos o desenvolvimento de nossa indústria siderúrgica. O minério de ferro, bem como o de manganês, constituem duas das melhores fontes de divisas que possuímos neste momento, e que muito poderão

concorrer para a elevação de nosso comércio exterior. Com os recursos obtidos através de sua exportação, teremos meios com que comprar máquinas para a remodelação e ampliação do nosso parque industrial.

Além do problema econômico há, no entanto, um outro de ordem política. Dadas as nossas reservas, consideradas a nossa posição geográfica, ocupamos, por elas, uma posição de indiscutido relêvo, em concomitância com as nações nossas aliadas, muito especialmente os Estados Unidos.

Mas, além dêsses aspectos, há um outro que releva também: é o do intercâmbio de minério de ferro por carvão, o que ampliaria ainda mais as possibilidades de nossa indústria, muito especialmente a siderúrgica.

22 — Mas, ao que parece, não dispomos de meios de transporte internos suficientes à movimentação econômica do nosso minério. É verdade?

— Sim. Mas, felizmente, muito temos feito nestes últimos tempos para corrigir tal deficiência. O cais de minérios em Vitória foi um ponto de partida a que se seguiu, de perto, a renovação e retificação de tôda a linha da Estrada de Ferro Vitória-Minas, chegando já ao seu têrmo. Dentro em breve, com os modernos equipamentos de extração funcionando em Itabira, poderemos utilizar tôda a capacidade do cais de Vitória. Está sendo estudada a construção de um outro embarcadouro especializado em Itacuruçá. Como se pode verificar, os problemas não estão dormindo. O Govêrno, não obstante a severa política de economias, está realizando esforços no sentido de dotar o país de meios que permitam a ampliação da produção e o seu natural escoamento.

Salários, custo de vida e reforma da máquina fiscal

23 — O Sr. falou em severa política de economia. Isto nos lembra um problema que estamos vivendo e que viveremos não sabemos bem até quando: o do custo da vida. Acha, Sr. Bouças, que seria possível agora se nivelar os índices de salários e custo de vida?

— Eis um dos maiores problemas do Brasil neste momento. Tivemos agora o aumento dos servidores da União, da Prefeitura, e de vários Estados. Tivemos antes o aumento dos comerciários e parece que teremos a seguir o do pessoal das autarquias. A conseqüência imediata dêstes aumentos é a que se está verificando: o rápido encarecimento de tôdas as mercadorias, não obstante todos os contrôles em exercício. Os aumentos citados, na sua quase totalidade, foram justos; não seria possível negá-los quando se reconhece que os vencimentos antigos haviam sido superados pelo constante subir da linha dos preços.

Mas, pergunto eu: a subida dos preços parará aí? Não. Ela não está sofrendo, neste momento, apenas a influência dos aumentos dos vencimentos; dentro em breve irão pesar também na sua composição os aumentos de impostos. Enquanto isto, se reconhece que a produção, ou está diminuindo ou então não está se desenvolvendo no mesmo ritmo em que a capacidade de compra. Resultado: mais dinheiro, menos mercadoria é gual a preços mais altos.

24 — Uma vez que assim acontece, o que se deveria fazer?

— Atacar a produção em tôda linha, a começar pela ampliação dos próprios meios de produção. Planejar o escoamento desta produção para os centros de distribuição e consumo. Isto, porém, é tarefa que não se executa prontamente. O govêrno traçou as suas linhas gerais no Plano SALTE. Preliminarmente, porém, há uma outra tarefa que se poderia executar, qual seja a de um amplo inquérito em tôrno do custo da vida e dos fatores e fenômenos regionais e nacionais que incidem nos preços. Isto armaria o Govêrno para o desenvolvimento de sua política econômica.

25 — Finalizando, Senhor Valentim Bouças, em sua opinião, para consolidar os benefícios do atual aumento de vencimentos teríamos que racionalizar os nossos métodos de produção?

— Não sòmente isto, mas também importarmos braços e capitais e pôr um limite aos aumentos de impostos, realizando inclusive uma ampla e profunda reforma em tôda a nossa complicada e obsoluta máquina fiscal. Ou desenferrujamos essa

máquina, ou o Brasil continuará parado, contemplando atônito a marcha dos outros povos. Nosso sistema tributário, tenhamos a coragem de proclamá-lo, é uma barreira atravessada na estrada do nosso progresso. Desencoraja a produção e dificulta o surto progressista das energias criadoras.

Temos cometido muitos atentados contra nossa economia. Reconheçamos honestamente os erros e poupemos de agora por diante, o melhor de nossas energias e o mais preciosos do nosso tempo em nos desembaraçar do complicadíssimo emaranhado de nossas leis fiscais.

Atendemos que enquanto nos detemos nessa perigosa espécie de brinquedos, o mundo caminha vertiginosamente, sem que a maioria dos nossos patrícios note que os problemas também envelhecem e que aquilo que hoje nos parece uma riqueza, e seria se aproveitássemos, amanhã poderá ser um simples monumento à nossa inadvertência e incompreensão.

RUI, O FINANCISTA (*)

Foi em fins do século passado, lá pelo ano de 1898, que numa tarde, ao regressar de minhas aulas na escola de Dona Mariquinhas e Dona Mariana, na igreja de Santo Antônio, ali no Valongo, pela primeira vez, ouvi falar no nome de Rui Barbosa.

Menino, inclinado a rabiscar e, por isso mesmo, sempre em busca de papéis para minhas contas de somar e meus calungas, deparei um dia com um prédio de três andares, majestoso para a época, cujas portas estavam abertas para remoção de tôda clases de impressos. Como que por ali passara um vendaval: pelo chão, talões de todo tamanho e feitio, e eu lobrigava, no verso de cada folha, o espaço em branco como um convite ao meu lápis.

Ficava aquêle prédio à rua 15 de Novembro, em frente à grande casa de fazendas e modas "Ao Primeiro Barateiro", onde costumava comprar os carretéis de linha 50-60 das famosas marcas "Corrente" e "Âncora", com a qual eram freqüentemente pregados os botões de minha roupa. Já então o jôgo dos botões muito dava que fazer à indústria substitutiva dos alfinetes... Moravámos no velho Arsenal de Guerra, onde hoje se levanta o monumento a Gaffrée Guinle, em frente ao Convento do Carmo.

Naquele prédio, franquiado à minha indiscrição de menino, funcionava até então o nosso Banco com poder emissor, o Banco Mercantil de Santos, se não me falha a memória, cuja autoridade emissionista havia sido adquirida naqueles tempos

---

(*) Conferência pronunciada na Câmara Municipal de Santos, em novembro de 1949, em comemoração ao 1.º centenario do nascimento de Rui Barbosa.

em que, ràpidamente, se aglutinavam nos céus do Brasil os elementos formadores de uma crise que se tornaria conhecida de todos nós pelo título de "encilhamento", e da qual tôdas as responsabilidades foram, a um tempo, lançadas às costas de Rui Barbosa, o primeiro ministro da Fazenda sob o regime republicano.

Podia eu, desde então, mais à vontade, iniciar os meus cálculos financeiros, da meninice, baseados nas primeiras contas de somar e nos rabiscos da silhueta do velho vaporzinho, o "Alexandria", cuja sirene emitia um solfejo de sons e de saudades que até hoje conservamos como fonte de perene recordação.

Nos comentários daqueles tempos, ouvidos à socapa, ligados ao episódio de um casarão de três andares aberto às minhas investigações, onde montes de blocos se ofereciam aos meus rascunhos, assim foi que se apresentou a mim o nome de Rui Barbosa. Sem atinar bem por que tanta história em tôrno dêle, restava-me a desconfiança de que deveria ser a de um homem importante, para merecer tantas e tão contraditórias atenções. Ficaria, desde então, gravado em minha mente.

Passam-se os tempos, venho a freqüentar a velha Academia de Comércio, onde uma plêiade de magníficos professores era conduzida pelo espírito sábio, dedicado e inteligente dêsse grande Adolfo Porchat de Assis, seu diretor. E coube, então, ao meu jovem mestre de História Universal, o dr. Carvalhal Filho, dár-nos os primeiros tons de política, através de suas magníficas dissertações extra-aula, a propósito da campanha civilista que, em 1909, tanto empolgava o Brasil e, muito especialmente, o Estado de São Paulo.

O nome de Rui Barbosa renasce em meu pensamento, mas, já aí, cercado da primeira concepção da análise de sua atuação na história político-administrativa do País.

Anuncia-se sua vinda à nossa velha cidade de Santos para o dia 21 de dezembro daquele ano. O entusiasmo, por tôda parte, é imenso. E, efetivamente, no meio de uma multidão que se acotovelava na "gare" da São Paulo Railway, às 5 horas da tarde, aos acordes do Hino Nacional, vejo pela primeira vez a silhueta dêsse grande brasileiro. Embora seu modesto físico, o

respeito que impunha dava-lhe uma auréola de consideração que o tornava maior entre os maiores.

Restava, agora, ouví-lo.

À noite, no velho Coliseu Santista, à rua Amador Bueno, realizaria eu essa grande ambição. Falara, antes, saudando-o, o meu velho e querido amigo dr. Sales Braga, cuja notável oração constituiu a mais rica moldura para a grande obra prima que Rui iria produzir dentro de alguns instantes.

Iniciada a famosa oração, e à medida que as palavras brotavam de seus lábios, tôda a assistência sentia-se em suspenso ante a majestade de sua expressão.

Na minha mente, porém, procurava ligar e justificar aquêles blocos abandonados no Banco Mercantil de Santos. O nome de Rui, que então ouvira, em alguns pontos de meu raciocínio permanecia ainda como uma incógnita. Eis, entretanto, que, passados os primeiros dez minutos de sua notável oração, começo a ter diante de mim o preenchimento das lacunas.

Rui, corajosamente, enfrenta e responde às críticas e às dúvidas em tôrno de sua política emissionista quando Ministro da Fazenda, nos primeiros dias da República, sob a Presidência de Deodoro.

As palavras a que o interêsse apaixonado da política oposicionista haviam emprestado forte ação demolidora de sua pessoa e de sua gestão financeira, transformavam-se em um bem patriótico, pois geravam argumentos, fatos, provas, justificativas, discussões que não apenas glofiricavam Rui, mas, ainda mais, beneficiavam o Brasil.

E, assim, retenho ainda hoje suas palavras de então sôbre o caso das emissões, quando a êle se refere de modo rápido, porém incisivo, e concreto, chamando ao mesmo tempo a atenção para a justificativa contida na brilhante conferência pronunciada 48 horas antes na velha Princesa do Oeste, a linda cidade de Campinas.

Começava eu a compreender melhor a razão dos meus cálculos e rabiscos, no verso das folhas dos talões do Banco que naufragara, tragado pela convulsão econômica daquele fim de século.

A responsabilidade não era de Rui, mas do velho hábito, ainda tão em moda entre nós, de tudo modificarmos, tudo ridicularizarmos, no que se refere às ações do ministro que se retira, esquecendo-nos que outros também o substituirão, fatalmente. Os de hoje serão os de ontem e outros serão os de amanhã.

Foi assim, um pouco pelo sentido da evocação, que no primeiro impulso acedi ao convite que me foi feito para, participando das comemorações ora em curso, falar-vos precisamente daquele seu momento mais controvertido, entalhado no ocaso do Império e no limiar da República: Rui Barbosa, Ministro da Fazenda, Presidente do Tribunal do Tesouro.

Lembrando o meu nome, os meus conterrâneos e amigos da vilha cidade de Braz Cubas pretenderam por certo aliar aquêle episódio da vida pública de Rui aos modestos conhecimentos que tenho adquirido de nossa vida econômica e financeira. E' parca, porém, a contribuição que trago de tão boa vontade, sentindo-me na posição dum legítimo paisano, eu com os meus conhecimentos adquiridos na prática, ante a capacidade teórica de Rui Barbosa.

A compreensão dos fenômenos econômicos, que hoje já se processa numa medida tão larga, reconhecendo-se a interligação cada vez mais estreita entre os fatos econômicos, sociais e políticos, desejo acentuar desde logo, não era alheia às idéias de Rui Barbosa, e, na maneira por que a sentia, vamos, muita vez, encontrar as razões de ser de fatos aparentemente contraditórios. Êle, homem político por excelência, liberal radical formado segundo os princípios da velha escola inglêsa, tinha sempre em primeira mão as suas próprias razões políticas e a elas devia, por conseguinte, subordinar as razões econômicas que igualmente reconhecia.

Monarquista até o último momento, não foi sequer um republicano da undécima hora. Acima da monarquia e da república, sentia a necessidade de ser preservada a unidade nacional e, por estranho que pareça, esta unidade se lhe apresentava possível justamente sob a fórmula federativa que em linguagem mesmo revolucionária advogava dentro do seu partido. Já

se disse que êle poderia repetir à sua Patria o que dissera Guizot, quando ainda simples estudante de Direito, à sua mãe: "Irei por diante, linha reta, até onde e enquanto aprouver a Deus." A sua reta era o radicalismo liberal e sua tradução imediata se fazia na fórmula da federação das províncias. Num discurso pronunciado na Bahia, em 1888, dissera palavras que assustaram Gotegipe: "A federação dos estados unidos brasileiros, com a corôa, se esta lhe fôsse propícia, contra ou sem a corôa, se esta lhe tomasse o caminho", seria a sua bandeira dali por diante. Instado a participar do gabinete organizado pelo Visconde de Ouro Prêto, o derradeiro govêrno do velho regime, impôs a sua condição; qual seria se não a da inclusão, no programa do gabinete, do princípio federativo? A Monarquia, porém, que se dispunha naqueles seus últimos momentos à descentralização, recusava ir mais longe. Por tudo isso escreveria Rui ao seu amigo e chefe o senador Dantas: "Da república disto apenas uma linha." Pois bem, a federação que o Império não quís fazer, a república lhe propiciaria, embora isto lhe custasse, naqueles primeiros dias do novo regime, uma grave contradição com as suas idéias econômicas, A manutenção da reforma monetária procedida pelo Visconde de Ouro Prêto se lhe afigurava necessária ao princípio federativo. Êste, a seu ver, era mais forte que a questão monetária.

Estamos, assim, diante do tema que me foi proposto e vemos, desde logo, como no exame de um simples capítulo da vida de Rui Barbosa é difícil dissociar do Ministro da Fazenda o homem eminentemente político. Para muitos, ainda hoje, a sua atuação naquele pôsto, no primeiro ministério republicano, foi o insucesso maior que pesou sôbre tôda a sua carreira pública. Sentiu deflagrar em suas mãos uma das mais intensas crises econômicas já sofridas em nossa história. Hoje, descendo mais fundo nas origens dos acontecimentos, procura-se restaurar a sua verdadeira participação nos fatos. E, se ao cabo de todo o estudo alguma culpa lhe restar ainda, esta deve ser lançada às largas costas do homem político, do homem que fazia dos seus princípios uma linha reta e, sempre que necessário se fazia para atingir o seu fim, agia inclusive como um rôlo com-

pressor, representado êste pela sua inteligência, pela sua dialética. Pouco importava o que dissessem. Nem foi por outra coisa que recebeu, de Aristides Lobo o apelido de pára-raios do govêrno provisório.

Não importa, no momento, fazer história; ela, no que respeita a Rui Barbosa, está feita. O que se torna preciso é compreender. Os fatos econômico-financeiros não são daqueles que brotam do nada no simples curso de um dia, apenas. Sua sedimentação é lenta e, como as doenças mais graves, sempre que doem, que se fazem sentir de maneira cáustica, é que estão no seu momento mais agudo e mais difícil. Assentemos de começo que Rui não forjou uma crise com a sua política; apenas êle encontrou uma crise em curso, grave crise que vinha de origens bem mais distantes e que se acobertava sob o manto de uma série de circunstâncias. Permiti, portanto, que vos fale dos antecedentes.

As origens da crise

As causas econômicas seguiram sempre, muito de perto, as razões políticas. O movimento que culminou, em 15 de novembro de 1889, com a proclamação da República, devido em primeiro plano, realmente, ao descontentamento que se fazia sentir no seio das classes armadas, trazia nas suas origens, também, a semente de profunda crise econômica que vinha sendo sopitada à custa de medidas, possíveis tanto pelo bom crédito que o Império sempre cuidara de manter no exterior, como pela própria situação internacional, favorável em larga escala às transferências de recursos de um a outro país, sob a forma de empréstimos.

Desde 1887 vinham se fazendo sentir indícios de inflação. Num período de apenas cinco anos — de 1883 a 1888 — levantamos na praça de Londres três empréstimos num valor global de 17 milhões de esterlinos. Em meados dêste ano, sob um govêrno conservador, chefiado por João Alfredo, fundamentado pela pressão monetária que se fazia sentir no Rio de Janeiro, fôra levado ao Senado um projeto de lei propugnando a restau-

ração das emissões bancárias, assinado pelos futuros Visconde do Cruzeiro e Ouro Preto e por Lafaiete Rodrigues Pereira. O desenrolar da campanha abolicionista, culminando em 13 de maio de 1888 com a emancipação dos escravos, deflagrou no país a crise social.

Sofria a economia privada, com o ato liberatório um desfalque cujas proporções não haviam sido bem estimadas e o sistema de produção era, simultâneamente, agravado por um desequilíbrio para cuja pronta correção não estávamos habilitados. Se nos últimos tempos havia se desenvolvido o processo imigratório, êste se orientava para os Estados do Sul. Mesmo assim, na própria lavoura cafeeira, a abolição se traduziu numa perda estimada em 40% da colheita. Mais grave, porém, foi o seu reflexo na economia canavieira, que sempre vivera do trabalho servil. Nenhuma indenização receberiam os senhores de escravos pelo prejuízo assim lançado sôbre seus patrimônios, ao passo que a integração de todo o trabalho no regime assalariado impunha desde logo a maior disseminação de moeda corrente em todo o território nacional.

Foi sob êste clima que, em junho de 1888, tiveram início os debates em tôrno do projeto das emissões bancárias, tornado lei em novembro daquele ano, permitindo às companhias anônimas que se propusessem a fazer operações bancárias, emitir sob certas condições, bilhetes ao portador e à vista, convertíveis em moeda corrente.

Regulamentada em janeiro de 1889, nenhum interêsse houve de início pelo novo sistema. Subia o câmbio, desenvolvia-se o comércio e uma grande soma de moeda metálica, especialmente em moeda de ouro britânica, afluía ao mercado, suprindo de algum modo — conforme expressara João Alfredo — a deficiência de nosso meio circulante.

Estava em curso, porém, importante reforma política. O gabinete conservador chefiado por João Alfredo, visìvelmente enfraquecido pela responsabilidade que lhe cabia decorrente da abolição, cedeu passo ao govêrno liberal do Visconde de Ouro Prêto. Êste, assomava ao poder com o propósito de preparar o terreno ao terceiro reinante, devendo fazer face a sérias difi-

culdades administrativas, mas disposto a enfrentar uma seqüência de medidas de largo alcance, sobretudo no campo econômico. Uma delas, foi a criação, no Brasil, de câmaras de compensação (Clearing House), no que contou com o apôio de Rui Barbosa, que, a respeito, publicou uma série de artigos no "Diário de Notícias". Outra, foi a de rever a regulamentação que havia sido baixada por João Alfredo para a execução da nova lei monetária, estabelecendo o critério de emissões sôbre base de cédulas conversíveis em ouro.

Houve uma terceira providência e esta, sem dúvida, tornou-se um dos mais ponderáveis estimulantes ao livre curso da especulação que já seria notada nos últimos meses do Império. Referimo-nos ao plano de auxílio à lavoura, elaborado com o propósito de facilitar a recuperação dos prejuízos advindos à economia rural com a emancipação dos escravos. Realizou o Govêrno contratos com muitos bancos, em virtude dos quais supria-os de recursos que deveriam ser emprestados mediante juros baixos. Mais de 100.000 contos de réis foram assim distribuídos e cedo se verificou que, longe de minorar as dificuldades da produção agrícola, êles se prestavam ao fomento de uma intensa onda de negócios urbanos, muitos dêles sem qualquer fundamentação real ou lógica.

Cêdo foi notada a má influência de semelhante medida. Em sua edição correspondente ao ano de 1889, o "Retrospecto Comercial" escrevia que "durante os últimos meses do Império, o furor para organizar bancos foi agudo, estimulado maximé pelos favores oferecidos aos intermediários nos chamados auxílio à lavoura". O próprio "Jornal do Comércio", num estudo sôbre a situação econômica do país ao amanhecer da república, inserto em sua edição de 18 de novembro de 1889, referia-se ao fato de que, no trimestre de agôsto a outubro daquele ano, as transações da Bolsa haviam logrado um desenvolvimento descomunal. E citada que títulos houvera, os quais, sem fundamento ou explicação plausível, subiram a 30% num dia e 150% em um mês. As fortunas feitas em poucas semanas, às vêzes em poucos dias, eram anunciadas a cada passo. "Pessoas, que jámais se tinham envolvido na compra e venda de títulos,

apressaram-se em apurar suas economias, para aproveitar a ocasião, cedendo ao contagioso entusiasmo, despertado pelos contos fantásticos que à surdina se propalavam na rua da Alfândega". Caberia, porém, ao próprio Visconde de Ouro Prêto, no livro que escreveria mais tarde historiando os primeiros dez anos de regime republicano, dizer que a especulação — ou antes a agiotagem — começava a desenvolver-se na praça do Rio de Janeiro, ainda sob o Império.

Êste era o clima. Rui, até então, não havia entrado na liça para debater a questão monetária. Sòmente a 11 de outubro fez sentir seu ponto de vista, alegando que, se até então evitara a discussão, resistindo aos seus impulsos, fôra para deixar ao govêrno a calma, "que tão fàcilmente lhe foge ante a nossa intervenção em qualquer debate". Punha claro, neste momento, que o ato legislativo de 24 de novembro de 1888 firmara o princípio da pluralidade. O seu regulamento, decretado pelo Visconde de Ouro Prêto, definira e precisara em têrmos que excluiam a concentração do direito de emitir nas mãos de um só estabelecimento. Seriam preteridos os demais equiparados a êle, nas condições legais de admissão, ao uso dêsse direito. Mas contra essa própria regulamentação se erguera o govêrno. E concluia: "O pior de todos os regimes econômicos é o da exceção instituída ao bel prazer da autoridade administrativa". E, no entanto, pouco mais tarde, caberia a êle próprio utilizar dessa mesma autoridade administrativa, variando em sentidos diversos, como teremos oportunidade de verificar. A êle, Rui, porém, nunca faltou a coragem necessária para confessar aquilo que chamava de suas evoluções ou contradições, pouco importando o nome, porque, no fundo, estava bem com sua própria consciência, que lhe ditava a regra de que governar é variar.

Êste seria o ponto de partida de uma campanha. Concluira o govêrno, com o grupo financeiro do Banco de Paris e dos Países Baixos, um acôrdo cujo objetivo era extinguir o papel-moeda. Para tal fim, aquêle estabelecimento de crédito, cuja séde era em Paris, criaria aquí um banco nacional, com o capital de 250 milhões de francos, dos quais 150 milhões seriam prontamente realizados. Teria o privilégio de emitir bilhetes

atré o triplo do seu capital efetivo; substituiria, pelos seus bilhetes, os do Estado.

Dentro do pluri-emissionismo, criava-se assim um privilégio. Ninguém contestava, nem o próprio Rui, a vantagem da conversibilidade. O que discutia era se estávamos ou não em condições de fazê-lo. E, naquele mesmo artigo, raciocinava:

"O equilíbrio monetário para ser estável, depende essencialmente de condições profundas, ligadas ao desenvolvimento econômico do país. Papel é crédito: ouro é dinheiro; e não se passa do regime do crédito ao da moeda, simplesmente porque se retira da circulação o papel, trazendo ao mercado, mediante operações financeiras, uma corrente metálica, que não encontre nas condições reais dêle álveo permanente. O ouro não pode conservar-se na circulação de um país, se a forma pública, isto é, a acumulação e a produção o não retém nêle. Logo, se a situação da fortuna pública é presentemente a mesma que três meses atrás, seria desconhecer as leis fatais da realidade, e acreditar no sobrenatural em matéria econômica, imaginar operada a conversão ùnicamente por havê-la decretado o nobre presidente do Conselho."

E seguia: "Êsse afluxo de ouro, que nos acorre do estrangeiro, em busca de emprêgo, equilibrando-nos atualmente o câmbio, representa, em verdade, a mais próspera situação monetária, no momento da operação. Mas todo êle vem empregar-se, em emprêsas cuja vida, para os capitalistas ádvenas, que a alimentam, se traduz na dupla função de amortização e renda. Ora, estas duas necessidades orgânicas exprimem uma escapa contínua de valores para fôra do país, que, se não se realizarem mediante o desenvolvimento da produção, acabarão por interessar, dentro em pouco tempo, o "stock" metálico, determinando, mais ou menos ràpidamente, o esgôto do ouro e o seu regresso a sua origem."

Era aquilo, bem ao seu ver, a utopia da circulação metálica.

E, fundamentando sua argumentação, ia de encontro ao fato: Cotava-se o câmbio acima do par e, no entanto, esta cir-

cunstância coexistia com a depreciação de 3 a 6% sôbre uma moeda de cunho nacional — o cobre!

Enfraquecido pela luta política, pela questão militar, o império era uma instituição que ia se aluindo ràpidamente naqueles meses de 1889. Um balanço posterior mostraria que, num qüinqüênio, de 1884 até então, a balança comercial oferecera saldos constantes, mas, no que respeita à execução orçamentária, só num ano houvera "superavit" — 1888 — nos demais foram registados "deficits" relativamente grandes. Em cinco anos a dívida externa crescera 10 milhões de esterlinos e o meio circulante sofrera uma contração de 3 mil contos. O câmbio médio subira de 20 11/16 para 26 7/16.

Rui, Ministro da Fazenda

No dia 15 de novembro, finalmente, o movimento eclodiu, a monarquia não resistiu ao embate e a república foi estabelecida. Com ela, Rui Barbosa foi chamado a ocupar o Ministério da Fazenda e recebeu mais o título de vice-chefe do Govêrno Provisório. Seriam tão antigas e teria sido tão estreita a sua participação nos acontecimentos numa medida capaz de justificar tão elevada posição?

Não fôra um conspirador. Sòmente a 9 de novembro, quando publicou o artigo intitulado "O Plano contra a Pátria", tivera conhecimento do que estava sendo articulado; soube-o por Benjamin Constant, que, impressionado por aquêle escrito, procurou-o e, pondo-o ao curso do que se tramava, pediu-lhe opinião. Esta fôra expressa no sentido de que não via solução possível para a crise no curso ordinário das coisas. Dois dias mais tarde, voltava Benjamin Constant para dizer-lhe que Deodoro gostaria de ouvi-lo. Rui foi à casa do chefe militar, a única vez que lá esteve, antes da proclamação, indo encontrar, além de Benjamin Constant, Francisco Glicério, Quintino Bocaiuva, Aristides Lobo e outros. No dia seguinte era outra vez procurado desta feita por Quintino Bocaiuva, que lhe vinha oferecer a pasta da Fazenda, no govêrno que seria organizado, caso vingasse o movimento. A sua escolha tinha uma razão de

ser: a campanha que vinha movendo contra a política financeira do gabinete do Visconde de Ouro Prêto. Rui aceitou. Em nenhum dêsses passos, porém, qualquer memoralista cita, de passagem, a natureza de um movimento republicano.

Naquele mesmo dia 15 de novembro, ao comparecer a reunião havida em casa de Deodoro, encontrou adotada pelo consenso unânime de todos o regime republicano; o que não havia, ainda, era um acêrto quanto à designação da nova forma de Estado que iam inaugurar. Coube a êle propor a forma e o nome: República dos Estados Unidos do Brasil. E êle próprio redigiu o primeiro decreto da república nascente, realizando a união dos Estados federados do Brasil. Federação com a monarquia ou com a república, quisera êle. Ali puseram o ensejo em suas mãos. Isto não impedia que, dias mais tarde, assitindo de sua casa, em companhia de um amigo, no Flamengo, o "Alagoas" singrar as águas da Guanabara, conduzindo a família imperial, para o exílio, tivesse os olhos marejados de lágrimas, provocando uma interpelação que ficou sem resposta: "Que é isso, "seu" Rui? Você também, você que mandou o homem embora..."

Feita a república, consagrado o princípio federativo, cumpria agora lançar mão à obra na tarefa que lhe fôra cometida. A situação progredia ràpidamente, revelando fraquezas que, consumadas, conduziriam fàcilmente à anarquia; e, a questão monetária, transformada que fôra no cerne da crise econômica, pois àquela altura mais longe não ia a intervenção do Estado, era, sem dúvida, a chave. Que fazer, porém? Sustar a reforma Ouro Prêto, contra que lutara, pondo têrmo à pluralidade emissionista? Mas, naquele momento, ao amanhecer da república federativa, isso seria uma provocação a fôrças contra as quais não havia poder que lutasse. Em seu volume "Finanças e Política" escreveria, mais tarde, já fora do govêrno: "Na minha luta contra o ministério Ouro Prêto, eu não defendera a pluralidade senão como o regime prescrito pelo nosso direito positivo. Nos meus primeiros decretos não estabeleci a pluralidade senão como compromisso com as tendências federalistas, em cujo nome a revolução acabara de fazer-se. Mas nunca elevei semelhante solução à altura de doutrina."

Seria esta a raiz do seu pensamento, desde o comêço; mas bem poderia ser, também, um argumento de defesa ante o insucesso, ou ante a impossibilidade de ter ido até ao fim. Era, afinal de contas, um homem que se vangloriava de ser discípulo do tempo e da experiência. Aprendia as lições que lhe ministravam um e outro. Sobrepunha, inclusive, aos seus conhecimentos, as necessidades práticas do govêrno, pois reconhecia que nada existe mais distante do absoluto nem mais incompatível com o govêrno, do que aquelas próprias necessidades.

Indo, assim, de encontro à sua fé, à sua crença, Rui Barbosa, ministro da Fazenda, insistia no motivo:

"Mas, se o govêrno provisório, logo nos seus primeiros passos, se tivesse abalançado a associar à nova emissão o princípio da unidade, fazendo-a radiar de um grande estabelecimento central, o puritanismo federalista, ordinàriamente o pior dos embaraços do govêrno federal, de que possui apenas as noções mais confusas, não toleraria o atentado contra a nova ordem de coisas; e a vozeria inconsciente dos incautos, movidos pela propaganda implacável das pretensões desatendidas, teria arrebatado na onda, com o monopólio do banco emissor, o próprio princípio da emissão, sem o qual os interêsses nacionais teriam sossobrado em incalculável naufrágio."

De 15 de novembro a 31 de dezembro de 1889, mais de duas dezenas de decretos foram expedidos versando questões de moeda e crédito. A crise estava por pouco e não havia tempo de parar; numa tal conjuntura, o mais prático era, então, ir transformando aos poucos, em guinadas ora à direita, ora à esquerda. Diria, em defesa própria, num discurso pronunciado no Senado, em novembro de 1891: "Na questão dos lastros bancários, variei do papel para o ouro, não convencido, mas cedendo à pressão exterior. Essa pressão, desenvolvida por uma aliança de opulentos sindicatos, seria bastante forte, para rebentar e estilhar o mecanismo das novas instituições, se o govêrno lhe não abrisse essa escapa. Cedí, pois, ao menor dos dois males. Variei, outrossim, da pluralidade estatuída no decreto de 17 de janeiro, para a unidade, planejada no decreto de 7 de dezembro. E aí variei convencido."

Era um homem num laboratório, agindo conforme as reações. Sentia o afluxo de emprêsas e transações que a revolução surpreendera correrem risco iminente de esboroar-se em vasta catástrofe, assinalando com o mais funesto "krach" a iniciação da república. Foi sob o aguilhão dêsses perigos que procurou repetir no Brasil o que tinham feito os Estados Unidos em conjuntura semelhante: a garantia do meio circulante sob os títulos da dívida.

Num balanço da situação da Fazenda Nacional, ao alvorecer da República, dado a lume em fins de 89, expressava que o novo regime encontrara sòmente dificuldades, compromissos, urgências imperiosas. Rigistava um passivo nacional superior a um milhão de contos de réis e, procurando traçar um retrato da situação econômica, escrevia:

"A praça atravessa, nesse momento, uma crise. Mas êsse fato pertence ainda ao espólio da monarquia. Sob a influência do gabinete que a perdeu, convertera-se aquí o mercado financeiro, há alguns meses, em uma praça de tavolagem, onde se celebraram à luz do dia as especulações mais insensatas sôbre tôdas as espécies de valores da Bolsa. Os títulos mais duvidosos, mais vãos, mais nulos, tiveram cotações lisonjeiras; as emprêsas mais incertas, mais inconsistentes, mais fantásticas acharam crédito, aplauso, avidez. As ações de bancos e companhias de todo o gênero ascendiam ao triplo, ao quádruplo, ao quíntuplo da sua importância real. Os hábitos de nossa corretagem, as facilidades do sistema de comprar e vender a longos prazos, a confiança indiscreta em uma política de teatralidades aparatosas favoreceram êsse movimento, que se superagitou até ao delírio. Não importava a natureza do título, a situação do vendedor, ou do comprador, a seriedade do intermediário: as ofertas mais desatinadas achavam a mais ampla e cega procura. A liquidação dessas transações devia ser inevitàvelmente lastimosa e destruidora. A diferença entre a importância efetiva dos valores permutados e o seu prêço convencional havia de resolver-se forçosamente, nas mãos de alguns dos seus negociadores sucessivos, em prejuízos, cujo alcance devia corresponder às

vantagens apuradas pelos especuladores mais hábeis no jôgo e mais apressados no ajuste de suas contas."

Era tendo diante de sí semelhante quadro que se voltava para a União americana, por encontrar semelhança entre a nossa situação e aquela de 1862 nos Estados Unidos. Procurou aplicar aqui o remédio que dera resultado lá, sem averiguar se a mesma prática daria resultado semelhantes em doentes diversos.

E assim foi que um dia lançou a sua própria bomba. Sem consultar os demais membros do ministério, tendo informado Deodoro superficialmente do que ia fazer, tirando partido da surpresa, lançou o decreto n. 165, de 17 de janeiro de 1890, que quase pôs abaixo o govêrno provisório. Dividia o país em zonas, a cada uma delas atribuia um banco que poderia emitir bilhetes, êstes poderiam ser à base de ouro, moeda corrente ou títulos da dívida pública. Levantou-se a oposição no seio do gabinete, chefiada especialmente por Demétrio Ribeiro, que ocupava a pasta da Agricultura. Ante a reação, Rui formulou seu pedido de demissão. Já não era a primeira vez, nem seria a última. Treze fias foram gastos na busca de uma saída, treze dias durante os quais o Ministério da Fazenda esteve acéfalo. No dia 30, à noite, finalmente, Deodoro conseguiu reunir os ministros e, durante cinco horas, Rui fez uma explanação, ao cabo da qual Demétrio Ribeiro confessou que já não tinha objeção. Estava de pé o decreto e salvo o ministério.

Dentro do seu critério de direito, positivo, Rui aceitava à pluralidade emissionista, adotando sem dúvida a mais perigosa de tôdas as bases, a de caráter misto. Logo, porém, adviriam as dificuldades. Os bancos que trabalhavam à base de ouro podiam emitir o duplo de notas sôbre o seu depósito; os que o faziam contra apólices, sòmente poderiam fazê-lo à razão de um para um. Assim, os primeiros com um conto de réis e câmbio a 23, adquiririam 852$000 de metal e com isto se habilitavam a pôr em circulação 1:700$000; os que o faziam sôbre títulos só obteriam com capital idêntico o mesmo conto de réis.

Longe de corrigir a situação, a idéia que restava era de que se havia pôsto mais lenha à fogueira da especulação. O cré-

dito nacional no exterior sofria as conseqüências de tão desencontrados movimentos e o câmbio baixava lentamente. Em dezembro de 1890, a média mensal foi de 21 7/8 e o meio circulante atingia a 298.476 contos quando, em fins do ano anterior, era de 206.823 contos de réis. Antes que se chegasse ao cabo de 1890, porém, uma nova reforma teria lugar, e, por estranho que pareça, vinha reconduzir o país ao sistema da monoemissão, cabendo a faculdade emissora a um só banco! Foi a lei de 7 de dezembro que estipulava passar todo o meio circulante a cargo de um único estabelecimento, o qual absorveria as concessões análogas dos outros institutos; êsse novo órgão substituiria pelos seus bilhetes, dentro de cinco anos, dois terços do papel-moeda oficial, sem ônus para o govêrno, e o outro terço seria resgatado mediante pagamento de apólices de 4% de juros anuais; para garantia das notas bancárias, o órgão em aprêço realizaria um depósito em ouro, no montante de um terço da circulação geral.

Nasceria o novo banco da fusão de dois outros — o Banco dos Estados Unidos do Brasil e o Banco Nacional — recebendo o batismo de Banco da República dos Estados Unidos do Brasil. Todos os demais tinham um prazo de dois anos para complementar a circulação prefixada em seus estatutos, sob pena de caducidade. Ao novo emissor era estimado um capital de..... 200.000 contos, tendo o monopólio para emitir notas à vista e de curso liberatório em todo o território nacional, devendo a conversibilidade começar quando o câmbio se firmasse por mais de um ano acima de 27 pence.

Por outro lado, procurava policiar a desenfreada jogatina que se processava na Bolsa, alterando a lei que regulava a constituição das sociedades anônimas, dispondo que o capital social das mesmas deveria ser totalmente integralizado a fim de que pudessem ter existência legal, com depósito obrigatório de 30% em dinheiro em um banco à escolha da maioria dos subscritores. Já um mês depois alterava aquêle decreto, eximindo da severidade prescrita as emprêsas consagradas, sob garantia pública de juros, à realização de melhoramentos materiais.

Acreditava ter pôsto um dique à inflação. Mas, também, estava por pouco no govêrno. Em começos de 1891 surgiu uma nova crise no seio do ministério. Opusera-se ao desejo de Deodoro de conceder determinadas garantias a uma emprêsa de excesso muito considerável. O marechal, porém, insistiu no seu ponto de vista e Rui não encontrou outro caminho se não pedir demissão. Viu, neste momento, todo o ministério solidário consigo e, a 21 de janeiro, deixava o govêrno.

No pôsto que ocupava seria substituído por Tristão de Alencar Araripe, que, infelizmente, não soube perseverar na execução das derradeiras medidas assentadas por Rui Barbosa. Ainda em seu livro "Finanças e Política", escreveu comentando a atuação do sucessor, dentre outras coisas:

"Sua intervenção com os restos de autoridade legislativa que ainda lhe proporcionava a ditadura expirante, sua intervenção no regime das sociedades anônimas foi uma catástrofe. E a retratação a que s. ex. se viu obrigado em outro decreto, quase imediato, nem de leve atenuou as conseqüências calamitosas que a sua primeira medida instantâneamente semeara. O meu decreto de 13 de outubro, acolhido com o mais vivo apôio em tôdas as esferas de opinião, aplicara aos tresvarios da Bolsa o corretivo gradual e discreto, que as circunstâncias permitiam. Em situação delicada como essa, a cura não podia tentar-se senão poupando cuidadosamente o organismo do enfêrmo. As loucuras de uma crise de especulação não se cortam cirùrgicamente, com a violência e o terror; sanam-se, digamos assim, pelos meios fisiológicos, a poder de higiêne, com tolerância e firmeza, reprimindo as demais, sem intervir nas fontes espontâneas do movimento e da vida."

Dali por diante os fatos se precipitariam mais ràpidamente. O homem que fôra o pára-raios do govêrno provisório continuaria zurzido pela opinião pública. Retratando o que sentia, diria no Senado: "Essa herança de opróbrio atávico degenerou a política, entre nós, em uma tradição de maledicência e de lepra, educou a opinião na política do vilipêndio geral contra os homens de Estado, fez do descrédito a sombra do poder."

O julgamento

Não é tarefa das mais simples o julgamento de um homem do porte de Rui Barbosa, tão complexo na sua obra e tão consciente, êle próprio, dos seus atos. Tão forte era sua personalidade e tão grandes as suas razões, que pràticamente todos os seus adversários tiveram ensejo de fazer-lhe justiça. E é em face de sua atuação no Ministério da Fazenda que êstes juízos ganham valor mais alto, pois nêles as razões políticas se oferecem de permeio às razões de doutrina econômica. Seria êste, por exemplo, o caso de um Ramiro Barcelos, seu principal adversário no Congresso de 1890 a 1892, quando penitenciou-se proclamando que "o mal da República foi nós, os históricos, não termos compreendido logo a grandeza de Rui". Ou o caso de um Felisbelo Freire, seu inimigo pessoal, ao reconhecer que "se o programa financeiro de Rui houvesse sido executado pelos seus sucessores — e êle fôra um dêles — já estariamos no regime metálico".

O homem que muito lutou teve, em vida, a oportunidade de sentir o reconhecimento dos seus méritos, precisamente naquele episódio o mais difícil de tôda sua carreira pública.

As suas lições ficaram e são na maioria dos casos atuais, ainda hoje, conforme verificamos nestes dias de evocação, tão propícios à aproximação dentro do espaço pela mágica do espírito. Ao Ministro da Fazenda não interessaram sòmente as questões monetárias. Teve, bem viva, a conjuntura econômica da época, e a maneira por que justificou a reforma aduaneira de 11 de outubro de 1890 é o melhor atestado que hoje podemos encontrar de sua larga visão. Sustentava, àquela época, que a nação "devia, por uma proteção lenta e aplicada com critério em cada caso e estudada em seus efeitos, ir preparando a indústria nacional, para poder, em época mais ou menos próxima, produzir de modo a equilibrar a balança da permuta comercial... O nosso grande êrro — dizia êle — tem sido aplicar ao Estado em grande escala o sistema em geral seguido pelos nossos cultivadores. Produzir muito café, tratar exclusi-

vamente de café, ainda que tenham de comprar tudo o mais, inclusive os gêneros de primeira necessidade, que com facilidade poderiam produzir".

Sentia Rui Barbosa o largo caminho aberto aos destinos do Brasil. Deu-nos mostras de resistência às influências externas que naqueles primeiros tempos de república ameaçavam romper o equilíbrio da fôrça nova. Foi no período de formação aluvionar de nossa vida política sob novos moldes, um homem que encarnou o espírito do seu tempo, procurando ser realista quando os demais se limitavam a ser "históricos". Quando se processava uma funda revolução social, política e econômica, não era possível ser estático. Parar no tempo e no espaço seria ser tragado pela voragem. E Rui lutou e foi sua luta que atribuiu à República a capacidade de viver, como fôra êle quem lhe dera a estrutura, a forma.

O que importa é que foi sempre êle mesmo, sempre fiel às suas idéias, variando sem atender se mais tarde seria de evolução ou contradição o nome que dariam aos seus movimentos. Sem curvar a cabeça e sem se submeter, podendo dizer com sobranceria, muito tempo depois, em 1919, quando outra vez estava em luta contra a maioria, posição que sempre lhe foi a mais cara, pois nela encontra ensêjo de lutar a sua luta: "Às majestades da fôrça nunca me inclinei. Mas sirvo às do direito. Sirvo ao merecimento. Sirvo à razão. Sirvo à lei. Sirvo à minha Pátria."

Sim, senhores, servir a tudo isso foi sempre o seu desígnio.

E aquí termino, embora de forma um pouco diversa, os mal traçados rabiscos que havia iniciado naqueles velhos blocos abandonados no prédio de nossa antiga Rua Direita, a que fiz referência de início. Aqui vos deixo, a todos, a expressão de minha profunda gratidão, por ter, com a bondosa e aquiescente condescendência de todos os presentes, a oportunidade de recordar uma página de observação e de saudade, daquelas que, uma vez guardadas na memória, jámais se apagam.

E o faço de maneira a mais feliz pelo ensêjo que me foi proporcionado de render, também, a minha homenagem a Rui Barbosa, paladino de liberdades, figura marcante de uma época e de uma nacionalidade, no transcurso do centésimo ano de seu nascimento.

TRANSFERÊNCIA DE UM PATRIMÔNIO DE TRABALHO (*)

Desejo, neste momento, render um tributo bipartido: de um lado, quero dirigir-me, em reconhecimento, aos velhos companheiros que iniciaram seu trabalho comigo na Hollerith, desde o ano de 1917, sem falar dos demais colaboradores que em seguida se associaram a nós, possibilitando com sua valiosa cooperação, a nova fase de desenvolvimento que hoje se consolida já agora diretamente sob o estandarte da IBM.

Por outro lado, é-me sumamente grato comparecer a esta reunião no momento em que a Organização Brasileira serve-se do mesmo ensejo para expressar seus votos de Boas Vindas ao insigne Chefe — Thomas J. Watson — êsse grande homem que não é apenas um cidadão dos Estados Unidos, mas, um cidadão das Américas, ou melhor, um cidadão do mundo. Watson não se limitou apenas em presidir e desenvolver uma grande organização técnica, industrial e comercial. Suas atividades em outros setores vão muito além, não apenas nos Estados Unidos, mas também nos países onde a IBM tem lançado os alicerces do seu incontestável êxito.

Thomas Watson preza o seu país acima de tudo e se há alguem em tôda a história da IBM que melhor possa dar o seu testemunho pessoal, é êsse que vos dirige a palavra neste momento.

Nós sabemos que, como todos os países, o Brasil tem passado por vários ciclos de evolução, evolução esta que às vêzes se manifesta com movimentos de ordem política e so-

---

(*) Discurso pronunciado por ocasião do banquete oferecido ao Sr. Thomas J. Watson, pela Organização Brasileira da I.B.M., no Rio de Janeiro, em 9 de fevereiro de 1950.

cial; e nestes momentos difíceis, é necessário haver uma compensação superior por parte daquêles que têm uma parcela de responsabilidade nos vários setores administrativos do país.

Foi em momentos como aquêles que, durante nossa longa carreira de 32 anos de contato com Thomas J. Watson, tivemos o ensejo de observar e receber dêsse eminente cidadão palavras de incentivo e de entusiasmo para que, a par dos trabalhos que tínhamos a responsabilidade de conduzir, não deixassemos de cooperar em pról dos interêsses superiores de nosso país.

E não é demais frizar que, quando começamos a desvendar o grande drama da Dívida Externa do Brasil (tendo sido o orador, por designação do Govêrno, a pessoa indicada para assumir a responsabilidade de estudá-la, ou seja, de analisar os pontos principais dêsse tremendo débito externo que se acumula durante 120 anos em mais de 276 milhões de libras esterlinas ouro), recebíamos, naquela, ocasião, de Mr. Watson, não apenas a sua concordância para que pudessemos dispor do tempo necessário para a realização daquela árdua tarefa, como também, facilitou-nos valiosas apresentações em Nova York e Washington. É êste o homem que eu tenho o dever e o prazer de hoje focalizar.

Desprezando as críticas e as interpretações malévolas, que são sempre nascidas daquêles que, como os micróbios atacam os corpos sãos e procuram constantemente promover a discórdia entre os homens, não podia deixar de render-lhe o meu tributo de eterno reconhecimento extensivo aos velhos companheiros de trabalho. Dou, ao mesmo tempo, as Boas Vindas àqueles que vêm agora assumir a direção dos negócios da IBM no Brasil.

Cabe, aqui uma explicação: a razão pela qual não foi anunciada, anteriormente, a separação dos serviços IBM-SH, levada a efeito no dia 30 de junho de 1949.

É necessário compreender que os regulamentos, as leis e suas interpretações bem como os decretos diferem não apenas no seu conteúdo, mas também na sua aplicação, no que concerne à administração de cada país em separado; não me consta que haja uma lei uniforme para a administração de

todos êles, pelo menos em relação aos países realmente democráticos e independentes. Em nosso país, as relações comerciais entre o particular e o Estado obedecem ao Regulamento de Contabilidade Pública Federal, abrangendo um capítulo especial os itens que devem presidir à elaboração dos contratos de fornecimento ao govêrno. Os serviços da IBM, prestados por meio de máquinas, foram, no Brasil, inicialmente, e durante muito tempo, executados na sua maioria por conjuntos de auxiliares nossos (Serviços Hollerith). O artigo 246 do Código de Contabilidade Pública da União determina como devem ser realizados tais contratos. A letra *b*) dêsse mesmo artigo determina quais os que podem ser realizados sem necessidade de concorrência pública.

Em tôda a minha atividade de 32 anos de serviços ligados à IBM, de fato, nunca tivemos concorrentes, porque, a maneira como a IBM-SH apresentou e apresenta seus contratos e presta seus serviços pode ser considerada sui generis em todo o mundo. O Govêrno recebeu, portanto, os nossos contratos IBM-SH considerando-os dentro do artigo 246, letra B do Regulamento do Código de Contabilidade Pública. Tais contratos tendo o prazo de 12 meses, de 1 de janeiro a 31 de dezembro, era natural que, findando nossa associação, isto é, entre a Serviços Hollerith e a IBM, em 30 de junho de 1949, não poderíamos anunciá-la oficialmente ao govêrno naquela data, pois, isto determinaria uma série de inconvenientes de ordem burocrática acarretando a reforma de todos os contratos vigentes. Só podem avaliar o que isso significaria aqueles que lidam nas repartições públicas. E não se tratava apenas da reforma dos contratos vigentes, havia outros ainda em curso de expediente que aguardavam sua aprovação pelo Tribunal de Contas. Não fôssemos precavidos e pacientes; não tivéssemos essa mentalidade constante, perseverante que adquirimos de Tom Watson, e talvez nos tivessemos precipitado a fazer aquilo que a experiência e a lealdade, entretanto, não nos aconselhava fazer.

Não posso deixar de mencionar, neste ensejo, o nome do Sr. Albert L. Williams, vice-presidente e tesoureiro da IBM cuja presença entre nós foi gratíssima. A êste distinto cidadão

americano, rendo, neste momento, grande preito de reconhecimento e admiração. Pela primeira vez em 32 anos, tive ocasião de verificar, em reuniões e discussões desta natureza, que um cidadão americano procurou aprender português em poucas semanas, a fim de melhor apreender nossa mentalidade, nossa psicologia e nossa gente. Williams é de fato uma notável exceção digna do maior aprêço e reconhecimento nosso.

Voltando ao assunto relativo à separação dos nossos serviços, ficou então decidido entre Valentim F. Bouças e A. L. Willams que deveríamos anunciar nossa separação oficialmente sòmente depois do dia 31 de dezembro de 1949.

Quem sabe manejar o nosso Diário Oficial, verificará que no dia... de janeiro foi nêle publicado o ato de registro dos últimos contratos relativos ao exercício de 1949 e que encerravam interêsses exclusivos e direitos da IBM. Eis, aí a razão imperativa e suprema pela qual não foi feita publicidade anteriormente. Mas, logo a seguir, nós tivemos (e eu peço licença para fazer uma exceção da minha pessoa a êste nós) uma surpresa quando, no dia 11 de janeiro, o meu ilustre e velho amigo, latino como nós, o Sr. Carlos A. Vidal, ex-representante da IBM no Perú, (sua linda terra natal), e hoje representante geral da IBM para a América Latina, entregou uma nota paga à Imprensa do Rio de Janeiro, onde dava a conhecer a nova organização e orientação da IBM no Brasil. A nota mencionou de passagem o meu nome, agregando-lhe a crédito a palavra "desenvolvimento" da IBM no Brasil, e os elogios que de fato merecia meu filho Victor, meu substituto, para depois demorar-se em longa e mui honrosa apresentação dêsse jovem americano, Sr. Fred M. Farwell, a quem desejo consignar meu grande aprêço e admiração por sua indiscutível capacidade e disciplina. A nota da IBM, levada à Imprensa, foi para todos uma surpresa, mas não para mim. Quem se acostumou, durante 32 anos, a trabalhar na IBM recebendo os ensinamentos de Tom Watson, não podia ficar surpreendido diante daquela nota quase lacônica, em relação ao nosso modesto nome. O meu amigo Sr. Carlos Vidal e os demais que me ouvem sabem perfeitamente que, para descrever tôda a batalha que motivou a formação e consodidação desta obra IBM

no Brasil, durante 32 anos, seriam necessárias páginas e muitas páginas de jornais. Essa palavra "desenvolvimento" simples e isolada abrange tudo entretanto; era o esconderijo de uma grande surpresa. E ela aí está confirmada no dia de hoje com a presença de mais de 700 velhos companheiros vindos de quase todos os recantos do Brasil, e que Tom Watson fez aqui reunir, demonstrando seu notável espírito de cooperação. É êste o grato ensejo para que eu possa, de viva voz, não só apresentar-lhe os meus agradecimentos como também, fazer justiça ao espírito dinâmico do "great businessman".

É necessário, em aditamento, que tenhamos coragem de encarar nossos problemas de cabeça erguida para, de viva voz, confirmarmos as declarações que hoje, 9 de fevereiro de 1949, estamos fazendo na qualidade de Presidente, em nosso Relatório aos Acionistas da Serviços Hollerith e publicado em todos os jarnais da Capital Federal e nos principais de todo o Brasil.

Ao morrer um chefe de família, por mais unidos que sejam os seus familiares herdeiros, torna-se necessário o inventário legal para a distribuição justa e satisfatória dos bens deixados pelo chefe. Da mesma forma, podeis imaginar o que deveria ter representado o ajuste de duas organizações uma nacional e outra estrangeira e que, apesar de trabalharem em mútua cooperação durante 32 anos, não podiam deixar de atentar a muitos fatores, mormente aos imperativos e responsabilidades de nossas leis trabalhistas.

Ao vêr esta casa cheia de velhos amigos reunidos, que hoje são os guardiões da bandeira independente da IBM, concluímos que não houve mudança nos sentimentos de afeto que sempre prevaleceram entre os nossos companheiros de trabalho. Por conseguinte, não houve solução de continuidade em nossas organizações. Os nossos velhos clientes e auxiliares continuam os mesmos e com outros novos, ainda mais se desenvolverão. Para mim, que fui o iniciador, no Brasil, desta grande obra de Thomas J. Watson, sinto-me feliz em poder expressar, neste momento, meu profundo reconhecimento não só a todos os que aqui se acham presentes, mas, igualmente, a minha palavra de saudade aos que prestam sua cooperação à IBM em

todos os recantos do mundo e mui principalmente nos Estados Unidos.

Apraz-me, igualmente, apresentar meus votos de profundo reconhecimento aos meus companheiros de diretoria do Instituto Brasileiro de Mecanização e Serviços Hollerith S. A., especialmente durante os árduos anos da guerra. Quando em dezembro de 1941, os EE. UU. sofreram o ataque traiçoeiro de Pearl Harbor, fomos chamados pelo nosso Govêrno para prestar nosso modesto concurso, em prol da nossa causa e dos aliados. Formou-se a Comissão de Contrôle dos Acôrdos de Washington e o Govêrno Brasileiro designou-me membro e ao mesmo tempo dando-me o honroso cargo de Diretor Executivo, sem remuneração, como aliás sempre foram minhas missões oficiais e oficiosas, considerando o Govêrno, em decreto, como serviços relevantes prestados ao país. Foram 4 anos de árdua luta. Fui obrigado a deixar o conforto do lar e da família e ainda mais, tive que me desligar, quase que completamente, do setor de nossos negócios. De vez em quando, voltava para ver o que se passava nas organizações comerciais, mas, minha atenção estava concentrada no dever que está acima de qualquer interêsse monetário ou financeiro: o dever de defender o que há de mais precioso — a LIBERDADE. Tive naquela ocasião, oportunidade de estar em contato com nossa gente nos recantos mais longínquos do Brasil, onde, através a imensidade do nosso território, pude verificar quanto tínhamos ainda a fazer para o desenvolvimento do nosso Brasil.

Tudo isso, não posso negá-lo, foi uma natural conseqüência das minhas relações nascidas do contato com Thomas Watson e que tanto tem servido para ainda mais consolidar a amizade entre o Brasil e EE. UU. Data de 1828 o nosso primeiro Tratado de Navegação e Amizade. Jamais tivemos um mal-entendido com os EE. UU. Duas grandes guerras surgiram neste século e o Brasil tanto ontem como hoje, continua solidário com os EE.UU. Tal amizade e solidariedade têm para nós importância capital, ou seja, para a política da IBM cujas obrigações jamais se limitaram apenas no manejo de suas máquinas, mas, igualmente, em fazer compreender, respeitar e consolidar esta política de Boa Vizinhança, base da tran-

quilidade de nosso povo, base valiosa para a paz neste hemisfério e no mundo. E cabe aos nossos concidadãos continuarem a lutar pela conservação dêsse movimento de cooperação leal e amiga cujo objetivo não é outro senão a defesa da LIBERDADE. Ali, nos EE. UU., a Liberdade está acima de tudo; lá não se fecham jornais, e ao cidadão americano é assegurado o direito da palavra escrita ou falada. É essa Liberdade que nós, Brasileiros, precisamos defender, não para sermos arrastados a novas doutrinas que nos oferecem outros países, que procuram, no seu intento final, exterminar com as nossas leis liberais, abrigando-se à sombra da Liberdade para procurar exterminá-la. Na California, EE. UU., existem árvores seculares denominadas "red wood". Essas arvores têm resistido, através de séculos, a inúmeras tempestades, graças as suas raízes profundas e bem distribuídas. Da mesma forma, cada povo na América conserva sua liberdade, graças aos princípios liberais democráticos tradicionais que nêle se fixaram como raízes profundas dentro de sua própria consciência.

Preservemos, pois, as raízes da Liberdade que nos legaram os nossos antepassados e que constituem nossa tradição. Os temporais que ocasionalmente podem destruir algumas fôlhas, alguns galhos, não podem, jamais, derrubar a árvore secular da amizade que nasceu das sementes da tradição entre nossos dois grandes povos.

Não posso deixar de reconhecer em meu filho Victor, um continuador dos meus esforços e do meu trabalho, tanto junto à IBM como em relação a suas obrigações de bom brasileiro. Êle foi, sem dúvida, um batalhador incansável, conforme prova o honroso atestado que lhe outorgou públicamente a IBM em 12 de janeiro último. É êle o exemplo do verdadeiro cidadão brasileiro cumpridor de seus deveres e que compreende tão bem quanto seu pai o dever de continuar a cooperar para o crescente desenvolvimento da amizade entre o Brasil e EE. UU.

Desejo, também, render um tributo de profunda admiração a dois jovens: Dick e Tom Watson Jr. Conheci-os desde meninos e acompanhei o desenvolvimento de ambos. Hoje, representam êles, na IBM, uma apólice de seguro que Deus emitiu a favor de Thomas Watson para a conservação da tradi-

ção familiar de assegurar o contínuo progresso da IBM. De fato, Tom e Dick são dois grandes exemplos que devem ser observados pela juventude de nossos dias.

Finalmente, como velho amigo da família Watson, desejo focalizar, agora, aquela bondosa figura que sempre soube cativar a simpatia de todos que tiveram o privilégio de conhecê-la. Refiro-me, com todo o respeito e admiração, à Sra. Watson cujo espírito irradiante de simpatia e bondade, sempre despertou em todos os seus amigos sentimentos de grande aprêço e consideração, concorrendo, com os dotes de seu bondoso coração, para a formação da verdadeira família IBM.

E ao terminar esta alocução, devo dizer a todos que seguirei o velho hábito das Empresas de Cabos submarinos. Quando se inaugurava uma estação, havia a praxe de levar a chave da porta principal ao mar, onde era lançada como símbolo, significando que suas portas jamais se fechariam.

Faço-vos, neste instante, a entrega das chaves do meu coração, para provar que suas portas estarão contìnuamente abertas de par em par, para receber como sempre, com o mesmo espírito de amizade e camaradagem, todos os seus velhos amigos da IBM-SH.

DISCRIMINAÇÃO DE RENDAS E CÓDIGO TRIBUTÁRIO (*)

A Secretaria do Conselho de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda, grandemente sensibilizada com o convite especial que lhe foi dirigido para participar do I Congresso Nacional dos Municípios Brasileiros e apresentar uma tese sôbre o item V do temário, procura desincumbir-se do honroso mandato, submetendo o presente trabalho à consideração do esclarecido plenário.

O íntimo contato que mantemos, de longa data, com os assuntos municipais, o conhecimento dos seus problemas e das suas possibilidades, faz com que vejamos a atual campanha de revitalização dos Municípios como um imperativo de interêsse nacional.

A padronização dos orçamentos e balanços ensejou, a partir de 1940, a elaboração de estatísticas financeiras mais completas, possibilitando o conhecimento real das condições orçamentárias dos nossos Municípios.

Conhecida a posição estatística das rendas municipais, em confronto com as dos Estados e da União, recrudesceu, já com bases fidedignas, o movimento municipalista que, por ocasião da Constituinte de 1946, tomou vulto, dominando a opinião pública e conseguindo influir decisivamente no espírito dos que votaram a Constituição vigente.

Deixando de lado os aspectos político, econômico e social de tão momentosa questão, nos limitaremos a focalizar o as-

(*) Tese apresentada ao Primeiro Congresso Nacional dos Municípios Brasileiros, realizado em Petropólis, em abril de 1950.

pecto financeiro, circunscrevendo-o ao problema da discriminação de rendas.

Apreciação histórica

A conquista das fontes de renda que hoje alicerçam as finanças municipais obedeceu a um longo processo de formação histórica, cujas origens recuam ao período colonial.

Em face dos diversas regimes constitucionais por que tem passado o Brasil, podem-se distinguir três períodos na evolução das rendas municipais. O primeiro compreende a colônia, o império e a fase republicana sob a égide da Constituição de 1891. O segundo tem início em 1936 e compreende os regimes das Cartas de 34 e 37. O terceiro teve início em 1948, ano em que se começou a aplicar a discriminação de rendas da Constituição de 1946, e ainda se encontra em fase de implantação.

O primeiro período se caracteriza pela ausência do Município dentro do quadro da divisão constitucional das rendas públicas. Os governos locais não possuem fontes próprias de receita. Seus tributos, ou são doados a título precário pelos governos estaduais, ou resultam de sua própria iniciativa, tumultuando a estrutura tributária do país.

A Constituição imperial de 1824 silencia em matéria de discriminação de rendas. A reforma constitucional de 1834, dispondo, em seu artigo 10, sôbre a competência das assembléias provinciais, apenas diz que lhes cabe legislar:

> "sôbre a fixação das despesas municipais e provinciais e os impostos para ela necessários, contanto que êstes não prejudiquem as imposições gerais do estado".

A lei n. 99, de 31 de outubro de 1835, especifica os impostos gerais, deixando o campo remanescente à livre concorrência das províncias e municípios.

A Constituição de 91, instituindo a federação e a república, distingue os impostos de competência federal e estadual,

sendo porém omissa em relação às fontes de renda dos municípios.

Esta situação de instabilidade das rendas municipais perdura até 1936, ano em que entrou em vigor a discriminação de rendas estabelecida pela Carta de 1934.

Inicia-se, naquele ano, o segundo dos três períodos a que nos referimos anteriormente. Os Municípios foram contemplados com fontes próprias de receita, discriminadas específicamente pela Constituição, nos têrmos do parágrafo 2.º, de seu artigo 13. Passou, assim, à competência exclusiva dos governos locais a cobrança dos seguintes impostos:

1 — territorial urbano;
2 — predial;
3 — licenças;
4 — diversões públicas;
5 — cedular sôbre a renda dos imóveis rurais.

Cabiam-lhe, ainda, nos têrmos do artigo 8, § 2.º, e 10.º, parágrafo unico da mesma Constituição, metade da arrecadação geral de indústrias e profissões e 20 % do produto de quaisquer novos impostos que viessem a ser criados pela União ou o Estado.

Desta forma, pode-se com justiça inscrever a de 34 como a primeira de nossas Constituições que deu estabilidade às finanças locais. Se não era ainda o ideal, era pelo menos um grande avanço em relação ao regime anterior. E não há dúvida de que, com todos os seus defeitos, os impostos entregues aos Municípios, devidamente aproveitados, poderiam lhes proporcionar rendas satisfatórias.

A Constituição de 1937 manteve, em suas linhas gerais, o mesmo regime discriminatório, introduzindo apenas duas alterações que, em conjunto, não tiveram maiores repercussões. Suprimiu o "impôsto cedular sôbre a renda dos imóveis rurais" e a participação dos municípios na arrecadação dos novos impostos.

O terceiro período teve início em 1948, ano em que começou a vigorar a discriminação de rendas estabelecida pela

Constituição de 1946. Sua tendência acentuadamente municipalista tem sido proclamada com entusiasmo.

Considerando a inoportunidade e as dificuldades da criação de novos impostos que atendessem às situações diversas dos Municípios de regiões geo-econômicas diferentes, bem assim às peculiaridades próprias de cada Município dentro da mesma região, e verificando os inconvenientes de ordem técnica da transferência de impostos cobrados pela União e pelos Estados, dois caminhos se apresentaram aos constituintes como capazes de corrigir a baixa percentagem dos Municípios na receita nacional.

1.º) — transferência para o Município dos impostos que não apresentassem aquêles inconvenientes técnicos;

2.º) — dar participação aos Municípios na arrecadação estadual e federal.

Isto, sem ferir bruscamente as finanças da União e dos Estados, de cuja estabilidade dependem, em última análise, os próprios municípios.

Sem dúvida, foi feliz a solução intermediária, adotada pelos Constituintes de 46, embora se possa alegar maior complexidade nos métodos de participação instituídos.

A transferência de impostos, pelo menos como única solução, pareceu desde logo não ser satisfatória. Para um grande número de comunas, pouco adiantaria doar-lhes novos instrumentos fiscais. O que lhes falta é poder aquisitivo, riquesa, capacidade tributária. O benefício, em tais casos, teria que vir de fora, sob a forma de subsídio.

Mas não seria esta a única razão. A discriminação de rendas se rege por certas leis, cujo desrespeito dificulta o funcionamento da aparelhagem fiscal. De acôrdo com o princípio da conveniência, só devem ser arrecadados pelos poderes locais os tributos diretos, de base restrita e de fácil percepção. Os impostos indiretos e os diretos de estrutura complexa, como a do impôsto de renda, devem ficar com as esferas superiores.

No primeiro caso, para evitar conflitos de jurisdição fiscal e a criação de barreiras intermunicipais. No segundo, por exigirem um aparelho arrecadador de alto nível técnico e, porisso mesmo, mais ou menos oneroso.

Por outro lado, os Municípios não receberiam favoràvelmente a idéia de se tentar a restauração de suas finanças exclusivamente na base de subsídios da União e dos Estados. Seria colocá-los numa dependência financeira que anularia seus anseios de autonomia política. Além disso, seu desenvolvimento ficaria amarrado ao daquelas unidades sem qualquer possibilidade de recuperação.

Considerando-se, pois, as objeções que se poderiam fazer de um e outro lado, conclui-se que os constituintes de 46 agiram com bastante prudência e sabedoria, procurando uma solução mista capaz de conciliar o que houvesse de melhor em cada uma das duas fórmulas em perspectiva.

A Constituição de 1946, no tocante à discriminação de rendas, estabeleceu em favor dos Municípios duas ordens de medidas:

1.ª — ampliou sua competência tributária, outorgando-lhes dois novos tributos: impôsto sôbre indústrias e profissões e de sêlo;

2.ª — determinou sua participação nas rendas federais e estaduais, nas seguintes bases:

a) 10 % da arrecadação do impôsto de renda (Art. 15, § 4.º);

b) 12 % do impôsto único sôbre combustíveis e lubrificantes (art. 15, § 2.º, e Lei n. 302, de 1948);

c) 30 % do excesso de arrecadação de impostos estaduais, exceto o de exportação, sôbre as rendas locais de qualquer natureza (artigo 20).

d) 40 % do produto de quaisquer novos impostos que vierem a ser criados pela União ou pelo Estado (Artigo 21).

Ampliação da Competência Municipal

Dos dois novos impostos incorporados ao sistema municipal, apenas o de indústrias e profissões tem expressão real.

A outorga da competência para a cobrança de impôsto de sêlo não trás para os Municípios maiores resultados de ordem financeira. Apenas corrigiu uma omissão dos regimes an-

teriores, delimitando os campos de ação fiscal dos diversos poderes tributantes e evitando a interferência do fisco federal e estadual nos atos e instrumentos regulados por lei municipal. Sua regulamentação por parte de algumas Prefeituras tem consistido numa mera fusão de taxas já existentes.

Por sua importância como fonte de receita, é a transferência do indústrias e profissões que afetou realmente a situação das finanças municipais. As vantagens ou desvantagens da medida têm sido objeto de sérias controvérsias, inclusive no seio dos municipalistas brasileiros, pensando alguns que outros deveriam ter sido os impostos transferidos para as Prefeituras.

Diversos tributos da União e dos Estados estiveram em foco, quando se discutia na Constituinte a ampliação da competência municipal.

Dentre os federais, pensou-se na restituição aos Municípios da cédula do impôsto de renda relativa aos imóveis rurais. Prevaleceram, entretanto, os motivos que determinaram, em 1937, a unificação daquele tributo.

Dentre os estaduais, estiveram em pauta os de transmissão de propriedade, o territorial e o indústrias e profissões.

Os primeiros foram desde logo afastados, em virtude das dificuldades que teriam os Municípios na sua arrecadação. O ato jurídico da transmissão está na dependência do funcionamento da justiça estadual. Essa dependência é um elemento indispensável à bôa fiscalização do impôsto. Trata-se, além disso, de tributos pouco produtivos ou, como no caso do "intervivos", de forte ação regressiva, que de nenhuma forma resolveriam o problema municipal. Deve-se aqui assinalar que, nos Estados de Minas e Goiás e nos Territórios, os Municípios participaram de uma parte da arrecadação dos impostos de transmissão de propriedade, participação essa que foi suprimida naqueles Estados a partir de 1948. Por outro lado, a Constituição do Ceará determina, em seu artigo 119, a entrega às Prefeituras, com exclusão da Capital, de 50% da renda do impôsto de transmissão "intervivos".

A transferência do impôsto territorial, apresentando as mesmas dificuldades de ordem técnica, seria, ainda, de efeitos

pràticamente nulos. Trata-se de um tributo inexpressivo na maioria dos Estados. E cuja produtividade, ainda muito baixa entre nós, não apresenta no momento maiores possibilidades, em virtude das condições econômicas e políticas que presidem o nosso desenvolvimento.

Restava, finalmente, a alternativa do impôsto sôbre indústrias e profissões, cuja transferência para os Municípios, estabelecida afinal pela Constituição, tinha a justificá-la uma série de ponderáveis razões, dentre as quais se podem citar:

1.º — Metade da arrecadação do impôsto já pertencia às Prefeituras, por fôrça de dispositivo da Constituição de 34, mantido pela de 37.

2.ª — Alguns Estados, como Pará e Espírito Santo, já o haviam transferido integralmente para os respectivos Municípios.

3.ª — Sua arrecadação por parte dos Estados trazia certas dificuldades, especialmente no tocante à fiscalização e à organização das tabelas fixas do impôsto que, para serem razoáveis, deveriam variar em função da importância econômica do Município onde se exercia a atividade gravada.

4.ª — Sua extraordinária semelhança com o impôsto de licença, de características essencialmente municipais, desaconselhava formalmente sua retenção por parte de dois poderes distintos. Grande parte da aparelhagem fiscal destinada à arrecadação de um pode, perfeitamente, servir aos dois sem maiores adaptações ou aumentos de despesas.

5.ª — Finalmente, o indústrias e profissões representava uma fonte considerável de receita. Basta afirmar-se que, já em 1937, só os 50% entregues aos Municípios já lhe asseguravam a posição de maior tributo municipal. Sua arrecadação pelos Estados, em 1947 (metade da arrecadação geral), elevou-se a 362 milhões de cruzeiros, importância equivalente a 35% da renda global dos impostos municipais no mesmo exercício.

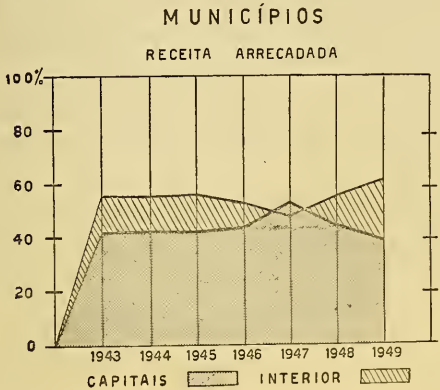
Estamos convencidos de que o indústrias e profissões é um impôsto defeituoso, de estrutura complicada e de fundamentos bastante duvidosos. Mas constitui uma fonte de renda considerável que, de qualquer maneira, era canalizada do Municípic para os cofres estaduais. E devidamente readaptado pelas Pre-

feituras pode constituir um instrumento fiscal de papel decisivo no fortalecimento das finanças locais. Para isso, receberam elas não apenas a totalidade da renda do impôsto, mas também a competência de fixar suas tarifas e regular sua forma de cobrança.

Participação dos Municípios nas rendas da União e dos Estados

Não sendo, pois, aconselhável e nem mesmo conveniente aos interêsses pelo menos dos médios e pequenos Municípios a transferência de outros impostos da União ou dos Estados, procuraram os constituintes de 1946 no sistema de participação um meio de corrigir a iniqüidade do regime discriminatório então vigente.

Os impostos continuariam a ser cobrados pela União ou o Estado. Mas as Prefeituras participariam de uma parte de sua arrecadação. Assim, se atenderia ao princípio da suficiência sem ferir o da conveniência, conciliando-se as regras fundamentais que devem presidir a discriminação de rendas nos Estados federativos.



O sistema de participação previsto na Carta de 46 compreende um conjunto de medidas que se ajustam entre si, como as rodas de uma engrenagem. Em virtude dessa solidariedade funcional, nenhuma delas deve ser examinada isoladamente, sem que se tenha em vista suas inter-relações com as demais.

Essas medidas asseguram a participação simultânea dos Municípios em quatro diferentes fontes de renda, a saber:

1 — impôsto de renda federal;

2 — impostos estaduais, excéto o de exportação;

3 — impostos unificados, como o de combustíveis e lubrificantes, arrecadados pela União;

4 — novos impostos a serem arrecadados pelos Estados.

Das duas primeiras, foram excluídas as Capitais, por serem já inestimáveis os benefícios diretos e indiretos que resultam para êsses Municípios do fato de serem a sede dos governos estaduais. A exclusão nos parece justa e perfeitamente defensável.

Participação dos Municípios no Impôsto de Renda

A participação dos Municípios na arrecadação do impôsto de renda não constitui novidade, já tendo sido adotada em vários países. O que é novo, atendendo às nossas condições especiais, e quase revolucionário, é o critério adotado pela nossa Constituição.

A distribuição em partes iguais da quota de 10 % do impôsto constitui a mais municipalista das medidas constitucionais, por isso que veio beneficiar precisamente os pequenos Municípios do interior.

Várias objeções têm sido feitas ao critério adotado. Duas apenas nos parecem dignas de comentários. A primeira o considera injusto, achando que a quota deveria ser proporcional à arrecadação do impôsto de renda em cada Município. A segunda considera o critério atual ainda insuficiente, quando exclui apenas as Capitais. Esta exclusão deveria também atingir às Prefeituras com rendas acima de determinados limites.

Tão sòmente a segunda objeção nos parece procedente. De fato, a quota federal que revolucionou os orçamentos das peque-

nas Prefeituras, pouco ou nada representa para aquelas que possuem receitas superiores a 5 milhões de cruzeiros.

Afastada, porém, essa pequena objeção e sanados os inconvenientes ligados à sua forma atual de pagamento, inconvenientes êsses já apontados na Mensagem de 1949 pelo Exmo. Sr. Presidente da República, a conclusão a que nos conduz, inevitàvelmente, e análise objetiva do problema municipal, é de que o sistema de distribuição igualitária da quota do impôsto constituiu uma medida, não só de excepcional repercussão financeira, mas também de alta sabedoria política.

Nenhuma outra medida teria fortalecido mais intensamente os laços da unidade nacional. Criou-se, na base estável do interêsse, uma solidariedade orgânica entre os elementos que compõem a federação. Desfez-se, em parte, a rutura entre a periferia e o centro, gerada pelos constantes desvios e deformações no processo de nosso desenvolvimento econômico.

Através da quota do impôsto de renda, a União realiza uma redistribuição parcial do poder aquisitivo concentrado nos grandes centros industriais do país.

Com isso, não apenas outorga condições de vida a muitas centenas de governos locais, o que já seria de grande alcance. Mas abre ainda outras perspectivas de ordem econômica, ajudando o fortalecimento do nosso mercado interno e, indiretamente, ampliando a capacidade de desenvolvimento da indústrias nacional. O critério adotado é alicerçado, pois, em sólidos fundamentos, apesar das objeções que poderiam ser levantadas pelos que vêm, no caso, apenas o fracionamento de uma considerável quantia já acumulada e, por isso mesmo, com possibilidades de obter empregos de maior rendimento.

Sob o prisma financeiro, sua repercussão foi enorme e já tem sido devidamente apreciada. Dezenas de orçamentos de 10 e 20 mil cruzeiros receberam, já em 1949, um suplemento de quase 250 mil. Mais de 800 Prefeituras, portanto, mais da metade dos nossos Municípios possuiam em 1947 receitas inferiores à quota do impôsto de renda.

Já se chamou a essa quota de "salário mínimo" dos municípios. Não só a designação é expressiva, como o "salário" fixado

revolucionou a vida financeira de várias centenas de Prefeituras do país.

Participação dos Municípios na renda de impostos estaduais

A Constituição de 1946 estabelece, em seu artigo 20:

> "Quando a arrecadação estadual de impostos, salvo a do impôsto de exportação, exceder em Município que não seja o da capital, o total das rendas locais de qualquer natureza, o Estado dar-lhe-á anualmente trinta por cento do excesso arrecadado".

Esta fórmula resultou de longas discussões no seio da Constituinte. Muitas outras foram apresentadas e cairam em face das objeções que suscitaram. Havia um grupo que preferia a transferência de novos impostos. A delegação de um grande Estado batia-se em favor da devolução ao Município de 5% dos impostos estaduais nele arrecadados. Não há dúvida de que se tratava de uma sugestão interessante, consubstanciada numa fórmula simples e de fácil aplicação.

Contudo, a medida adotada pela Constituição não teve, como único objetivo, canalizar recursos para os sofres municipais. Do contrário, não há dúvida que teria sido aconselhável uma forma que comportasse maior simplicidade.

O dispositivo constitucional deve, principalmente, exercer a função de uma "válvula de segurança", das rendas municipais. É êste o importante papel que lhe cabe representar, dentro do atual regime discriminatório. Acreditamos, mesmo, constituir êle uma peça indispensável ao bom funcionamento do sistema. E parece-nos que o fazemos com sólidos fundamentos.

Nosso sistema tributário é integrado, nos têrmos da Constituição, por 14 impostos, contando-se como um só, aqueles que são comuns a duas ou às três esferas administrativas. É o caso dos impostos territorial e de sêlo.

Todos êsses tributos operam nas mesmas áreas, gravando sob ângulos diferentes a mesma riqueza e as mesmas atividades. Seus efeitos são solidários e complementares. A maior

ou menor intensidade de uns abre ou restringe as possibilidades de outros. Trava-se, no campo fiscal, uma luta surda e sem tréguas, buscando cada um dos contendores o predomínio de suas armas.

Êsse conflito é mais sério precisamente entre o Estado e o Município. Excetuado, em parte, o de consumo, os demais impostos federais têm um campo de ação específico e bem delimitado. Estão, por isso mesmo, menos sujeitos às interferências do domínio da tributação municipal.

O mesmo não ocorre com os Estados, cujos impostos têm maior penetração na esfera do fisco municipal. Verifica-se, além disso, um jôgo de fôrças desiguais.

De um lado, os Estados, com um sistema tributário mais flixível, dotado de impostos indiretos de alta produtividade, como o de vendas e consignações. Do outro, os Municípios, com um sistema rígido de impostos diretos, de base restrita, de tarifas fixas e estrutura por vêzes grandemente defeituosa.

Politicamente mais fortes, tècnicamente melhor aparelhadose dispondo, assim, de melhores instrumentos fiscais, os Estados poderiam ir, aos poucos, pela drenagem de grandes parcelas do poder aquisitivo local, esgotando as próprias bases em que assentam os tributos municipais.

Qualquer que fôsse o equilíbrio de fôrças que se obtivesse, inicialmente, por meio da transferência de rendas dos Estados para os Municípios, êsse equilíbrio tenderia naturalmente a romper-se em favor dos primeiros, em virtude da superioridade de suas armas fiscais.

Ora, o dispositivo coonstitucional tem o mérito, precisamente, de realizar o estabelecimento permanente e automático dêsse equilíbrio. Elevado o nível das rendas estaduais, entra em funcionamento a "válvula de segurança" e, como um sifão, o artigo 20 faz reverter ao município uma parte do excesso arrecadado.

Êsse dispositivo pode, e é mesmo desejável, vir a tornar-se inócuo no curso de alguns anos. Para grande número de Municípios não apresenta quaisquer perspectivas de novas rendas. Sua ação é, porém, necessária, constituindo um mecanismo de

defesa permanente das rendas municipais. Representa, mesmo, uma peça indispensável à preservação dos objetivos que ditaram o atual regime discriminatório.

Tais conceitos não implicam, todavia, em considerar o dispositivo constitucional perfeito em todos os seus detalhes. Trata-se de uma impressão de conjunto, oriunda principalmente da compreensão de sua alta finalidade prática. Certas objeções mais ou menos razoáveis têm, contudo, sido apresentadas em relação a alguns dos seus aspectos.

A primeira diz respeito à própria percentagem de 30 % fixada pela Constituição, considerada por alguns como insuficiente. É preciso convir, entretanto, que a Constituinte tinha que ser prudente, ao votar uma medida nova e de efeitos até certo ponto imprevisíveis. Pelos mesmos motivos, se justifica o prazo aparentemente longo de 10 anos, concedido aos Estados para o seu cumprimento gradativo. Cumpria não provocar uma alteração brusca do sistema então em vigor, a fim de não comprometer gravemente a estabilidade financeira dos Estados.

À segunda objeção está ligada a indefinição dos têrmos "rendas locais de qualquer natureza", constantes do dispositivo constitucional. Trata-se de uma questão vital para os interêsses municipais. Por isso que a situação se altera fundamentalmente em face de uma interpretação ampla ou restrita daqueles têrmos.

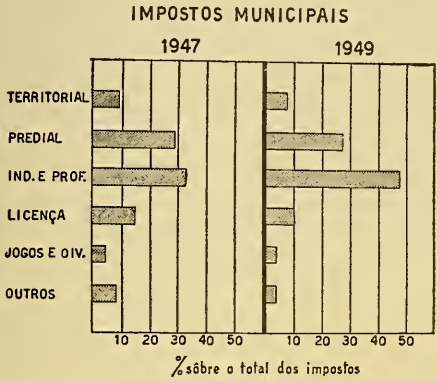
A terceira objeção deriva da anterior e decorre do fato de vir sendo conferida ao Estado a faculdade de regular a aplicação do impôsto no artigo 20, sendo, como é, parte interessada no jôgo de interêsses gerado por sua simples forma de interpretação.

Como exemplo das diferenças de regulamentação, basta citar que, sendo de 10 anos o prazo facultado pela Constituição Federal para o integral cumprimento daquele dispositivo, as Constituições de São Paulo e do Ceará, reduziram-no para 5 anos. A de Minas Gerais, para 6 anos. A do Amazonas, porém, o aumentou para 20 anos. O Estado do Rio Grande do Sul, efetuou, já em 1948, a distribuição de quota integral de 30 %.

Estamos, porém, convencidos de que tôdas as objeções se desfariam diante de um amplo entendimento entre as esferas administrativas, visando o fiel cumprimento da atual discriminação de rendas.

Participação dos Municípios na renda dos impostos unificados

A Constituição de 1946 manteve o impôsto único sôbre combustíveis, líquidos e lubrificantes, incorporado ao regime



anterior pela Lei Constitucional n. 3, de 8 de setembro de 1940, introduzindo-lhe, entretanto, duas alterações principais:

1.º — Estabeleceu a participação direta e obrigatória dos Municípios no produto de sua arrecadação;

2.º — determinou a extensão do mesmo regime, no que fôsse aplicável, aos minerais e à energia elétrica.

A percentagem de 12 % para os Municípios fixada pela Lei n. 302, de 13 de julho de 1948, as condições impostas às Prefeituras para o seu recebimento e a sua forma de distri-

buição por meio dos departamentos e comissões estaduais, originando retenções e desvios prejudiciais aos interêsses municipais — tudo isso tem sido objeto de fortes restrições por parte dos governos locais e de seus defensores. Trata-se, todavia, de normas estabelecidas em legislação ordinária, não afetando em sua essência o dispositivo constitucional.

Quanto aos impostos sôbre minérios e energia elétrica, sua regulamentação definitiva está ainda a espera de lei federal. O primeiro, já em regime de impôsto único, vem sendo arrecadado par alguns Estados com base, provisòriamente, nas disposições do Código de Minas. O segundo se acha ainda restrito a simples categoria do impôsto federal de consumo. A complementação do disposto no § 2.º, artigo 15, da Constituição representa, pois, matéria de interêsse dos Municípios, que se encontram, no momento, pràticamente impedidos de exercer suas atribuições fiscais no domínio daquelas riquezas.

Participação dos Municípios na renda dos novos impostos

O artigo 21, da atual Constituição, manteve em suas linhas gerais as disposições do artigo 10, parágrafo único, da Carta de 34. Apenas, no tocante aos Municípios, sua participação na renda dos novos impostos criados pela União ou o Estado foi elevada de 20 para 40 %.

Como no caso do artigo 20, trata-se aqui mais de uma medida disciplinar, de um mecanismo de defesa das rendas municipais do que, pròpriamente, de uma nova fonte de recursos financeiros. Mas, como a anterior, medida igualmente indispensável ao bom funcionamento do sistema.

De fato, o nosso regime discriminatório, de características tão peculiares, não se baseia na distinção de campos de incidência e sim na própria repartição nominal das espécies tributárias. Assim sendo, haveria sempre espaço livre para futuras intromissões no campo fiscal, através da criação de novos impostos. Ora, quando se estabelece uma discriminação de rendas, tem-se naturalmente em vista a repartição dos recursos financeiros dentro de uma determinada proporção. Tornada livre a faculdade de criar novos impostos, em pouco tem-

po tudo se teria baralhado de novo, quebrando as proporções estabelecidas anteriormente.

O dispositivo constitucional tem, no caso, um duplo efeito:

1.º — desestimular a criação de novos impostos, visando não agravar sua já prejudicial multiplicidade;

2.º — sem impedir a criação de novos impostos, garantir a participação equitativa dos três poderes na sua arrecadação.

Além de seus efeitos gerais, preservando a harmonia do regime discriminatório, tais medidas podem ser consideradas como altamente benéficas aos Municípios. Disciplinando a utilização do campo tributário remanescente, elas os protegem contra a ação invasora das esferas superiores do poder fiscal. Além disso, assegurou-se às Prefeituras a maior quota na distribuição, uma vez que nos Estados, embora com percentagem idêntica, cabe também o ônus da arrecadação.

Reflexos da discriminação de rendas

Recompondo, finalmente, o quadro cujos fragmentos acabamos de passar em rápida revista, podemos imaginar a extensão e o alcance das medidas adotadas pela Constituição de 1946 em favor dos Municípios. Tais medidas visam, no seu conjunto, um duplo objetivo:

1.º — dotar os Municípios de novas e maiores fontes de receita;

2.º — assegurar a estabilidade de sua posição dentro do quadro de distribuição das rendas públicas.

A importância das novas fontes de renda e o grau de eficiência das medidas de defesa previstas na Constituição, entretanto, vão depender, fundamentalmente, do espírito e decisão que presidem à integral implantação da atual discriminação de rendas.

O tempo decorrido é ainda insuficiente e as estatísticas disponíveis, até o momento, um tanto precárias para que se possa apreender, em sua verdadeira extensão, as repercussões financeiras resultantes da aplicação inicial do novo regime.

Não obstante, o quadro a seguir, em que se comparam as situações vigentes em 1947 e 1949, já nos pode dar uma idéia aproximada do vulto das alterações.

	1947		*1949*	
	Cr$ 1.000	%	Cr$ 1.000	%
União	13.853.467	55,2	18.228.650	51,3
Estados	7.593.393	30,3	11.472.910	32,3
Distrito Federal	1.407.152	5,6	2.347.390	6,6
Municípios	2.236.338	8,9	3.491.965	9,8
BRASIL	25.090.350	100,0	35.540.915	100,0

O aumento de 1.250 milhões de cruzeiros, verificado de 1947 para 1949, é o maior já registrado até hoje na história do Município brasileiro. Não obstante, tais cifras estão ainda longe de representar a concretização dos ideais municipalistas, em matéria de discriminação de rendas. Basta verificar-se que a posição dos Municípios dentro do quadro da arrecadação nacional foi afetada em escala relativamente pequena, elevando-se apenas de 8,9 para 9,8%.

Tais fatos se explicam por duas razões principais:

1.ª — Os municípios médios e pequenos que foram os mais beneficiados, ainda contribuem com uma percentagem relativamente pequena do total das rendas municipais.

2.ª — A discriminação de rendas ainda não foi aplicada integralmente.

Quanto ao primeiro item, o quadro seguinte nos oferece uma demonstração expressiva.

MUNICÍPIOS	1947			1949		
	Cr$ 1.000	%	%	Cr$ 1.000	%	%
Capitais	1.181.820	4,7	52,8	1.373.652	3,6	39,3
50 Maiores	359.450	1,4	16,1	632.377	1,7	18,1
Outros	695.068	2,8	31,1	1.485.936	3,9	42,6
TOTAL	2.236.338	8,9	100,0	3.491.965	9,2	100,0

Excluindo-se as capitais e os 50 maiores municípios, verifica-se o aumento realmente extraordinário da receita correspondente às 1.613 Prefeituras restantes. A proporção dêsse acréscimo se tornaria cada vez maior à medida que se fossem excluindo novas classes de municípios dotados de grandes rendas. Ao chegar às últimas centenas, teríamos uma idéia bem aproximada da intensidade que já vai adquirindo a revolução municipalista no Brasil.

Entretanto, ainda há muito a fazer até a completa implantação do novo regime. O aumento das rendas municipais, observado em 1949, conquanto substancial, contém apenas uma pequena parte dos novos recursos atribuídos aos municípios. Suas principais parcelas são as seguintes:

Quota do Impôsto de Renda	419.499.660
50% do Indústrias e Profissões	433.706.565
Quota de 30% do excesso da arrecadação estadual	110.000.000
Quota do Fundo Rodoviário Nacional	114.844.821
TOTAL	1.078.051.046

Dêsse total, temos que excluir a última parcela, porque as quotas do Fundo Rodoviário Nacional não foram entregues a grande número de Prefeituras. E dentre as que receberam suas

quotas, bôa parte as destinaram a fundos especiais aplicados extra-orçamento.

Sabe-se, também, pelos têrmos da Mensagem presidencial de 1950, que mesmo as qoutas do impôsto de renda distribuídas em 1949 deixaram de ser entregues a certo número de Prefeituras.

Mas as deficiências se tornam particularmente graves no tocante aos recursos provenientes dos Estados. Em sete orçamentos estaduais para 1949, ainda figura o impôsto de indústrias e profissões com uma previsão global de 123 milhões de cruzeiros. E, no entanto, desde 1948 êsse tributo passou à competência exclusiva dos Municípios.

Por outro lado, os 110 milhões que figuram, no quadro anterior como quota do excesso da arrecadação estadual, representam exclusivamente a parcela destinada aos Municípios pelo Rio Grande do Sul. Embora sua aplicação devesse ter início em 1948, só recentemente o artigo 20 da Constituição Federal veio a ser regulamentado por um certo número de Estados, que, ainda assim, o fizeram deficientemente. Nos demais, sua aplicação ainda está na dependência dessa medida preliminar. No presente exercício, espera-se, todavia, que os Municípios de vários outros Estados venham a receber suas quotas. Os Estados de Minas Gerais e São Paulo regulamentaram o assunto, em lei de dezembro último, para iniciar a entrega gradativa em 1950, sendo de notar que seus Municípios são em número de 759, representando, portanto, 40% do total das municipalidades brasileiras.

Desejamos salientar que a atual discriminação de rendas não está sendo cumprida, por parte dos Estados, e o que é importante, — não está sendo cumprida em detrimento dos Municípios. Esta afirmação não importa, entretanto, em deixar de reconhecer as reais dificuldades que assoberbam as finanças estaduais.

O verdadeiro municipalismo — e êste pensamos ser o alto objetivo dêste importante conclave — visa assegurar maior vitalidade financeira às nossas comunas, sem contudo afetar a saúde financeira das outras partes que integram o conjunto orgânico da federação.

Os Municípios desejam ser aquinhoados com maiores rendas, sem quebrar o equilibrio financeiro dos Estados e da União, ou, em outras palavras, sem quebrar a harmonia e a própria estabilidade da Nação. Parece-nos que a solução não é difícil, pois depende exclusivamente do entendimento entre as três esferas administrativas para a melhor execução dos serviços públicos e mais eqüitativa divisão dos encargos administrativos. Os Estados só poderão dar integral cumprimento à atual discriminação de rendas se transferirem para os Municípios alguns dos encargos que, presentemente, avolumam seus orçamentos, muitos dos quais de natureza estritamente local.

Esta seria uma bandeira a ser levantada pelos municipalistas brasileiros: a reivindicação de maiores atribuições. Com o recebimento de maiores serviços, estariam os Municípios facultando aos Estados os meios de cumprir as medidas constitucionais, sem afetar o seu equilíbrio financeiro. E as Prefeituras se teriam assegurado, dessa forma, uma posição mais expressiva no cômputo geral da receita pública, ao lado de uma participação mais efetiva e em maior escala na divisão da tarefa administrativa.

Os Municípios encontrariam os recursos para a execução dos serviços que lhes fôssem transferidos nas próprias receitas proporcionadas pelo completo cumprimento da Constituição Federal de 1946 e no campo, grandemente explorado pelos Estados, das taxas remuneratórias. As taxas estaduais — cujo produto representou, em 1949, 38% da receita tributária dos Municípios — são, em sua grande parte, remuneratórias de serviços de caráter local. Transferidos os serviços, receberiam também as Prefeituras essa nova fonte de rendas.

Medidas de defesa das rendas municipais

O segundo dos objetivos fundamentais da atual discriminação de rendas consiste em assegurar a estabilidade da posição conquistada pelos Municípios, dentro dos quadros da arrecadação nacional.

Já analisamos as medidas tomadas, neste sentido, pela Constituição, especialmente a função de "válvulas de seguran-

ça", desempenhada pelos seus artigos 20 e 21. O primeiro, fazendo canalizar para os cofres municipais uma parte da diferença que viesse a resultar da maior produtividade dos impostos estaduais. O segundo, garantindo a participação dos Municípios na arrecadação dos novos impostos. A eficiência de tais medidas depende, entretanto, da fidelidade com que fôr observado o atual regime discriminatório. Neste ponto, os Municípios têm que se mostrar vigilantes na defesa de seus legítimos direitos.

Poder-se-ia, entretanto, perguntar se tais medidas de defesa são realmente satisfatórias. Se, na plenitude de sua eficiência, são elas capazes de, por si sós, preservarem as rendas municipais contra a pressão fiscal das esferas superiores.

E não hesitamos em responder com a negativa.

A Constituição não dirimiu completamente, e nem poderia fazê-lo, os conflitos de ordem fiscal entre as diversas esferas do poder público. Já vimos que o choque de interêsses é particularmente acentuado entre os Estados e Municípios. Tôdas as causas geradoras de competição fiscal devem ser combatidas em nome dos interêsses municipais. Política e econômicamente ainda mais fracos, são os municípios os vencidos, naturais dessas contendas.

A perfeita delimitação dos campos de competência atribuídos aos diversos poderes fiscais só poderá ser completada por meio de legislação ordinária complementar, inspirada no melhor espírito de concordia e numa alta compreensão dos interêsses nacionais em jôgo.

Duas são, entre nós, as principais portas abertas a uma perigosa competição fiscal entre os municípios e as demais entidades:

1.ª — a falta de caracterização dos diversos impostos;
2.ª — a ausência de um conceito delimitativo do emprêgo das taxas.

A multiplicidade dos poderes tributantes, a ausência de normas disciplinadoras ou, pelo menos, de uma política fiscal, definida no plano nacional, foram as causas predominantes da balbúrdia que presidiu a formação do nosso sistema de impos-

tos. Nem os princípios constitucionais, por suas naturais limitações, nem a jurisprudência dos tribunais, muitas vezes contraditórias, têm sido suficientes para traçarem limites mais ou menos nítidos ao campo de ação dos diversos impostos. Sua estrutura, sua base e até sua natureza, vão, muitas vezes, se alterando ao arbítrio das autoridades fiscais e sob a pressão das necessidades do erário.

Ampliados desmedidamente, muitos impostos acabam ultrapassando seus limites naturais e invadindo a esfera de competência das demais entidades. Os Municípios têm sido, em particular, vítimas dessa elasticidade de alguns impostos estaduais. Examinando-se, por exemplo, as tabelas do impôsto de sêlo, pode-se fazer uma idéia da extensão que assume, em certos casos, essa invasão de competências.

Inegàvelmente, a atual Constituição, determinando a extinção dos impostos extra-discriminação e disciplinando a criação de novos tributos, já contribuiu em grande escala para reduzir a extensão daquelas intromissões. Ocorre, todavia, que tais dispositivos não vêm sendo cumpridos pela maioria dos Estados e, dentro dos próprios impostos discriminados na Constituição, há uma grande margem para aquela invasão nos domínios fiscais das Prefeituras.

Tais deficiências do sistema de defesa constitucional assumem, entretanto, aspectos excepcionalmente graves no que se refere às taxas. A ausência de um conceito limitativo do seu emprêgo deixou uma porta aberta a tôdas as extravagâncias em matéria tributária. Numerosos impostos extra-discriminação foram subtraídos ao regime de extinção gradativa, previsto no artigo 13 das Disposições Constitucionais Transitórias, com a simples mudança de sua designação genérica. Não há talvez um único impôsto especìficamente municipal que não tenha um sucedâneo ou, pelo menos, um concorrente dentro do sistema tributário de certos Estados, acobertados sob a denominação de taxa.

Essas válvulas abertas dentro do atual regime discriminatório constituem uma ameaça permanente ao reerguimento das finanças municipais. E a solução de tão graves problemas só poderá ser encontrada na elaboração de um Código Tributário

Nacional, contendo em suas linhas gerais, as diretrizes básicas que deveriam presidir a estrutura e o desenvolvimento do nosso sistema de impostos.

Não se trata de uma idéia nova. Sua necessidade tem sido insistentemente proclamada pela Secretaria do Conselho Técnico, com as melhores repercussões em todo o país. Pode-se mesmo afirmar que a idéia chegou a passar para o plano da execução prática, quando se realizou, em 1941, a I Conferência Nacional de Legislação Tributária. Embora razões supervenientes tenham feito interromper o desenvolvimento do programa traçado obstando a realização da 2.ª Conferência, a idéia inicial continuou na marcha, vindo repercutir, com grande intensidade, no seio da 3.ª Conferência de Técnicos em Contabilidade Pública e Assuntos Fazendários, realizada recentemente na Capital da República.

Caracterizando, definindo, estabelecendo limites, uniformizando os princípios básicos e respeitando tôdas as peculiaridades regionais, traçando as diretrizes de uma política tributária de âmbito nacional sem ferir os direitos e prerrogativas naturais de cada um dos poderes fiscais, o código em referência pode e deve ser erigido em bandeira municipalista. Os Municípios, que têm sido grandes vítimas da anarquia tributária reinantes em nosso país, muito se beneficiariam com a reorganização das bases em que se assenta o nosso regime fiscal, pondo-se ao abrigo da interferência usurpadora das esferas superiores do poder público. Mas é, sobretudo, como "célula viva da federação", como parte indissociável do organismo nacional, que os Municípios mais se beneficiariam com a disciplina do nosso sistema de impostos.

Não é admissível que se continue, desordenadamente, a criar e alterar tributos por tôda a parte, sem a menor consciência do sentido e da amplitude de suas repercussões sociais e econômicas. Mais de 30 bilhões de cruzeiros são arrancados, anualmente, à economia privada e aplicados em serviços e investimentos públicos, realizando-se, com isso, uma redistribuição periódica de elevada parcela da renda nacional. E tôda essa violenta transposição de riqueza se realiza completamente às cegas e de forma absolutamente incontrolável.

Já se tem afirmado que o peso excessivo e o caráter fortemente regresivo da tributação indireta constitui um dos fatores que impedem, entre nós, o desenvolvimento do interior, a cuja economia se liga tão ìntimamente a sorte do Município brasileiro. Como se poderia desvendar o que há de verdadeiro numa afirmação como esta, de tão dramáticas conseqüências?

Eis porque estamos plenamente convencidos de que a elaboração, nos moldes acima delineados, de um Código Tributário Nacional, capaz de conciliar entre si os interêsses da União, Estados e Municípios sem prejuizo para a economia geral do país, se apresenta, nesta hora, como um imperativo de cunho altamente patriótico e mais uma bandeira a ser erguida pelos municipalistas brasileiros.

Conclusões

Resumindo os pontos focalizados no presente trabalho e considerando, especialmente:

— que a atual discriminação de rendas é de tendência acentuadamente municipalista, bastando os dados já conhecidos e referentes apenas à parte cumprida até agora pela União e os Estados para dar uma idéia do vulto considerável das novas fontes de renda com que foram aquinhoados os Municípios;

— que é ainda longo o caminho que resta a percorrer até à completa implantação do novo regime discriminatório, oferecendo o fiel cumprimento das medidas constitucionais em favor dos Municípios um campo ainda vasto às suas mais justas reivindicações;

— que diante disso e antes que se consolide definitivamente, o terreno já conquistado, afigura-se inoportuno, ilusório, e sem objetivos práticos lançarem-se agora os Municípios a uma campanha em favor de qualquer alteração do atual regime discriminatório;

— que não há, no momento, clima favorável a uma revisão constitucional em favor dos Municípios, podendo mesmo o lançamento da idéia, nesta oportunidade, ter efeito contraproducente, atirando a União a uma posição defensiva e agitando o

ambiente de reação já formado entre os Estados, precisamente na hora em que muitos dêles se debatem em angustiosa crise financeira;

— que reivindicar e, ao mesmo tempo, criar facilidades ao integral cumprimento da nova discriminação de rendas deve constituir a preocupação fundamental e imediata dos municipalistas brasileiros reunidos no presente Congresso;

— que, neste sentido, os Municípios devem, não apenas aceitar mas erigir também em bandeira municipalista, uma participação mais efetiva e em maior escala na divisão dos encargos administrativos;

— que recebendo maior soma de serviços, ter-se-ão assegurado maior vitalidade, além de novas fontes de renda, sem ameaçarem a estabilidade financeira da União e, principalmente, dos Estados, com os quais apresentam tão grande afinidade de interêsses;

— que contidas dentro de seus justos limites, as medidas constitucionais não poderão, por si sós, garantir a estabilidade da posição ora conquistada pelos Municípios dentro dos quadros da arrecadação nacional;

— que a falta de caracterização dos impostos e a ausência de um conceito limitativo do emprêgo das taxas ainda constituem uma ameaça permanente à integridade do campo de competência reservado aos poderes locais;

— que essas válvulas abertas à invasão dos domínios fiscais do Município encontrariam um corretivo ideal na elaboração de um Código Tributário Nacional, resultante de um amplo entendimento entre tôdas as entidades interessadas e contendo, em suas linhas gerais, as diretrizes básicas que devem presidir à estrutura e ao desenvolvimento do nosso sistema de impostos;

— e, finalmente, que tais diretrizes, oriundas de uma política tributária definida no plano nacional, restabeleceria a harmonia indispensável entre os diferentes poderes fiscais e afastaria os obstáculos que hoje dificultam a expansão de nossas riquezas e o imprescindível equilíbrio no desenvolvimento dos diversos setores da economia nacional:

submetemos ao alto julgamento dêste I Congresso Nacional dos Municípios Brasileiros, no que se refere ao problema da discriminação de rendas e às questões financeiras a êle ligadas, as seguintes conclusões:

1.º — Os Municípios brasileiros reconhecem o sentido municipalista da atual discriminação de rendas e a inoportunidade de alterá-la antes de sua integral aplicação;

2.º — Conscientes do verdadeiro papel que lhes cabe dentro da organização federativa do país os Municípios reivindicam uma participação em maior escala na divisão dos encargos administrativos;

3.º — Finalmente, proclamam os Municípios brasileiros a necessidade de um Código Tributário Nacional que consubstancie normas gerais a serem observadas pelas três esferas administrativas, consolidando as reivindicações municipalistas e fixando as diretrizes que devem presidir à estruturação e ao desenvolvimento do nosso sistema fiscal.

DISCRIMINAÇÃO DE RENDAS

IMPOSTOS

UNIDADES	*1943*		*1945*		*1947*		*1949*	
	Cr$ 1.000	%	Cr$ 1.000	%	Cr$ 1.000	%	Cr$ 1.000	%
União	4.226.592	55,5	7.080.404	60,3	11.667.479	61,3	14.660.424	55,5
Estados	2.387.820	31,4	3.346.073	28,5	5.255.714	27,6	8.023.180	30,4
Distrito Federal	449.862	5,9	622.118	5,3	1.077.624	5,7	1.906.000	7,2
Municípios	544.186	7,2	688.646	5,9	1.022.124	5,4	1.828.723	6,9
BRASIL	7.608.460	100	11.737.241	100	19.022.941	100	26.418.327	100

NOTA — Dados da previsão orçamentária.

A INTERPRETAÇÃO ECONÔMICA DOS 100 ANOS DE BLUMENAU (*)

Engalanai vossa cidade e fazei desfilar préstitos que revivem fatos culminantes dêsses cem anos de vida. É esta bem uma demonstração de que carecia o Brasil de nossos dias que, aqui pode colher os frutos de uma experiência para cuja concretização não vacilaram os homens do nosso passado. Diante de vós, num contacto mais estreito com a vossa realidade, não tenho por onde evitar a repetição de uma legenda lançada há uns poucos anos: "Imigração não é despesa; é capital." E aí está a razão mais forte por que aceitei, sem vacilar, o honroso convite que em começos dêste ano me dirigiu o dr. Armando Simone Pereira, digno Secretário do Estado, a fim de que trouxesse minha modesta colaboração aos festejos do centenário de vossa cidade.

O estudo de nossa história mostra como procuramos nos situar sempre à frente dos acontecimentos. Não obstante as facilidades aparentes que obtínhamos do trabalho servil, fortemente defendido pela velha nobreza rural, já sob o govêrno do primeiro imperador se atentava à necessidade de um sistema de colonização que repousasse num imigrante cuja influência fôsse capaz de trazer benéficos resultados à formação de nossa economia. Basta lembrar que, em 1829, fundou-se, em Santa Catarina, a colonia de S. Pedro de Alcântara. Num momento em que a desorganização da vida européia dava oportunidade para que de lá saissem elementos ricos de capacidade e vida, porta-

---

(*) Conferencia preparada para as comemorações do 1.º centenário de Blumenau, e lida, naquela cidade catarinense, em outubro de 1950, pelo seu representante Omer Mont'Alegre.

dores de uma técnica mais tradicional e apurada, muitos países da América, e dentre estes o Brasil, abriam suas portas a quantos estivessem possuídos do desejo de se integrar no seio de uma nova comunidade. Aqui lhes oferecíamos o aspirado remanso que em suas existências deveria suceder às agitações de ordem política, religiosa e econômica.

Assim, a estruturação de uma políitca imigratória, muito antes que fôsse agitada a questão servil, permitiu-nos uma intensa aprendizagem no curso da qual muitas vêzes os debates chegaram a um desusado calor. É interessante observar como, longe de ser uma política de emergência ou mesmo uma iniciativa isolada, a colonização se integrava no quadro geral dos planos brasileiros. Havia óbices a transpor cuja ordem de grandeza é de avaliação quase impossível para as gerações de hoje, tais como o que emanava da existência de uma religião do Estado impedindo o reconhecimento de atos civís, tais como o casamento, feitos sob a proteção de um outro culto. Havia, porém, de parte dos homens mais responsáveis uma visão clara do problema que mais cêdo ou mais tarde haveria de eclodir com a libertação dos escravos. O Visconde de Abrantes, por exemplo prevendo a cessação do tráfico dos africanos, advertia que uma crise de transformação da indústria, de deslocação de capitais, nos bateria à porta, e aconselhava: "Promover a colonização, atraindo braços livres e capitais, que se estabelecessem, quanto antes, nas Províncias e formassem diversos núcleos de povoação e viveiros de colonos aclimados para a cultura do país, organizando o trabalho livre e demonstrando quanto êste é preferível ao forçado."

Por seu turno o govêrno do Império recomendava aos seus representantes na Europa, com exclusão dos sediados na França e na Inglaterra, que informassem, minuciosamente, sôbre que colonos seriam mais vantajosos ao Brasil, por serem portadores de qualidades de boa morigeração e amor ao trabalho, quer agrícola, quer artístico. Recomendava, e ainda, que se informasse às pessoas desejosas de emigrar que gozariam de liberdade religiosa e civil, contornando assim dificuldades que sob tal aspecto pudessem surgir.

Foram estudadas as reformas iniciadas na Inglaterra por Roberto Pell, patrono do desenvolvimento do comércio e das indústrias dêsse país. Em 1847, duas medidas estavam realmente assentadas, resultando do intenso trabalho de anos anteriores e quando uns poucos milhares de estrangeiros já aqui haviam aportado em função de facilidades concedidas. Essas providências, na palavra do Ministro do Império, Joaquim Marcelino de Brito, se consubstanciavam em:

1. Facilitar aos colonos que para o nosso país imigrassem, os meios de formarem novos núcleos de colonização, ou de se estabelecerem nos já formados, ou nas terras a êles contíguas;

2. Auxiliar os proprietários de terras incultas, adaptadas a fundação de colônias, a fundarem-nas aforando as terras dos colonos, ou vendendo-as por preço tal que os convidasse a nelas se estabelecerem.

No período de 1840 a 1849 foram assim postas em prática importantes providências tendo em vista o fomento da colonização; dentre estas, cumpre salientar a concessão de grande faixa de terras à Companhia Belgo-Brasileira de Colonização, em 1842; em 1846 foram fundadas as colônias de Petrópolis, no Estado do Rio e de Santa Isabel e Vargem Grande, em Santa Catarina e, nesse mesmo ano, o govêrno regulou a aquisição de cartas de naturalização; em 1847 era realizado o contrato com a Companhia Comércio e Navegação do Mucuri para introdução de imigrantes; ainda neste decênio surgiram as colônias de Santa Isabel no Espírito Santo e de Senhora da Piedade em Santa Catarina; de 1848 data a lei sôbre terras devolutas; de 1849 é a fundação, pelo govêrno do Rio Grande do Sul, da colônia de Santa Cruz, no Município de Rio Pardo.

Em 1850 o Visconde de Monte Alegre, analizando o que se fizera nos cinco anos, decorridos, julgava que havíamos levantado a barreira que até então se opunha ao progresso e desenvolvimento dêsse poderosíssimo elemento de fôrça, civilização e riqueza: a colonização. De 18 de setembro dêste ano foi a lei que proibiu o tráfico de escravos e êste foi, sem dúvida, o ponto de partida para uma nova idade.

A tão importante fato, antecipára-se a chegada, a êste local, dos primeiros colonos trazidos pelo dr. Blumenau.

* * *

Herman Bruno Otto Blumenau, nascido em 1819, natural do ducado de Brunswick, cedo manifestou interêsse pelas ciências físicas e naturais. Parcialmente feitos os estudos ginasiais e atendendo a vontade manifesta de seu pai, empregou-se numa farmácia da cidade de Blanckenburgo donde, após um ano de aprendizagem, sairia rumo a Erfurt afim de completar seus conhecimentos profissionais no ramo. Aí foi trabalhar na indústria de produtos químicos de Herman Tromsdorff em cuja residência veio a conhecer o sábio Alexandre von Humboldt e o naturalista Fritz Müller.

Humboldt ter-lhe-ia falado do Brasil, da terra, de sua beleza e de suas possibilidades. Apresentá-lo-ia a Martins já então conhecedor de nosso país. A leitura dos relatos de Saint Hilaire e outros viajantes contribuiu para esclarecimento de suas idéias quanto ao nosso país. Numa viagem a Londres, a serviço da emprêsa de Tromsdorff, iria o acaso pô-lo à frente de João Sturz, cônsul geral do Império na Prússia, de quem ouviu as vantagens oferecidas a todos aquêles que para cá viessem trazendo propósitos de fixação. Era ao tempo em que o Govêrno, através de seus representantes no Velho Mundo, promovia os estudos a que já aludimos.

Retornando à Alemanha entrou em contacto com a Sociedade de Proteção aos Emigrados Alemães aceitando um contrato para vir ao Brasil observar as condições em que viviam aquêles seus patrícios que aqui já se haviam radicado, sobretudo no Rio Grande do Sul e no litoral de Santa Catarina. Antes de embarcar, em março de 1846, defendeu tese recebendo o gráu de doutor em filosofia e, em abril, começou a longa viagem.

Veiu direto ao Rio Grande do Sul donde, após uma visita ao interior, foi ao Rio de Janeiro para onde trazia cartas de recomendação assinadas por Hunboldt e Martius. Na Capital do Império, ao passo que cuidava da habilitação legal da So-

ciedade, fazer relações e reunia minuciosas informações sôbre tudo que respeitava à emigração, condições e vantagens proporcionadas aos emigrantes, natureza, clima e condições de vida nas diversas províncias.

Em abril de 1947 seguiu para Santa Catarina onde visitou a colônia de São Pedro de Alcântara, fundada em 1829. Nesta viagem teve oportunidade de ouvir referências sôbre o vale de Itajaí-Açu. O que colheu a respeito da região foi o bastante para fixá-la em mente. Teria porém que voltar ao Rio Grande a fim de visitar São Leopoldo e Três Forquilhas, daí voltaria ao Rio de Janeiro donde enviou relatórios à Sociedade, em Hamburgo.

Uma vez desobrigado, ateve-se ao propósito de conhecer o Vale do Itajaí; em dezembro encontrou se, em Destêrro, com seu amigo Hackradt que se encarregara de organizar a expedição. Nos primeiros dias de 1948 deu-se início, em canoa, à subida do rio. Êle e Hackradt, a princípio juntos e depois isoladamente, fizeram amplos estudos e ouviram a gente que habitava pelas margens. Ao se reunirem novamente trocaram impressões e tomaram a grande decisão: Blumenau iria se entender com o govêrno provincial a fim de adquirir para a Companhia que representava, a extensa área de terra, rica e fértil, em ambas as margens do Itajaí, a começar da margem do Garcia até onde fôsse necessário. Hackradt ficaria à margem do Velho onde deveria desde logo dar comêço aos trabalhos de instalação da projetada colônia.

Em requerimento à Assembléa Provincial Blumenau expunha as vantagens que a Companhia pleiteava acentuando que muitos benefícios adviriam para a região com a projetada colônia. Pedia, por exemplo, dentre outras coisas, que o Govêrno garantisse àquela organização e aos colonos a posse segura e incontestável das terras concedidas; e isenção do papagamento de cisa nas escrituras de compra, ou de venda; isenção dos direitos de ancoragem aos navios que trouxessem colonos para a Companhia; os direitos de cidadãos brasileiros aos colonos que entrassem para a colônia; concessão gratuita de passaportes pelos agentes diplomáticos do Govêrno Imperial.

Abrangendo todos os aspectos de possível interêsse, tratava-se de um documento meticuloso, um verdadeiro plano no sentido moderno que a técnica econômica empresta ao vocábulo.

Grandes debates provocou o requerimento e antes que se chegasse a uma solução, aqui, em Hamburgo dissolvia-se a Companhia que Blumenau representava. Longe de se sentir vencido, assentou assumir a responsabilidade da colonização de parceria com Hackradt e, embalado mais em promessas que em realidades, rumou para a Alemanha em fins de 1849, confiante em que seu primeiro objetivo estava conquistado. Em começos de 1850 divulgou um trabalho de propaganda da imigração. Havia, porém, um surdo movimento de agentes de outros países contra a emigração para o Brasil, ao qual Blumenau procurou desfazer mediante uma intensa campanha através de jornais e revistas. Ao cabo de grandes esforços foram reunidos dezesseis patrícios que se dispunham a segui-lo.

Enquanto isso, aqui no Brasil, em 15 de junho de 1850, era aprovado o contrato celebrado com a Sociedade Colonizadora de Hamburgo, para a fundação de uma colônia agrícola em terras pertencentes ao dote da Princesa D. Francisca, em Santa Catarina.

Tôda esta história é sobremodo vossa conhecida mas tornava-se necessário repeti-la a fim de encontrarmos elementos definidores da origem da emprêsa e da capacidade realizadora do homem que se havia pôsto à sua frente.

Muito teria que lutar o pioneiro: de um lado, eram os poucos recursos financeiros de que dispunha o que o forçaria, por mais de uma vez, a solicitar ajuda ao govêrno imperial sob a forma de adiantamento e mediante pesados compromissos; de outro, era uma súbita enchente do rio, ora os desenganos de uma amizade falaz.

Sem poder arcar com as responsabilidades do empreendimento, entra em acôrdo com o govêrno imperial e, a 13 de janeiro, entrega-lhe a colônia que fundara. Liberto dos ônus de seu responsável direto e único, é feito seu administrador mediante uma gratificação não superior a quatro contos de réis. Todo seu trabalho daqueles dez anos cedera-o por 120 contos: contos: terras, edifícios, estradas, benfeitorias e um crédito de

40 contos proveniente de compra de terras pelos colonos. Contava então a colônia com 947 habitantes distribuídos entre 190 famílias; 500 do sexo masculino e 447 do feminino.

A vida, porém, não deveria correr fácil. Se agora não tinha que lutar pelo dinheiro, havia a escassês de imigrantes; na Alemanha ressurgia a campanha de desmoralização contra o Brasil e numa intensidade tal que o govêrno alemão, que em momento algum ajudara ou estimulara Blumenau, acabou por proibir terminantemente a saída de colonos para nosso país. Só havia um recurso: ir à Europa. Devidamente autorizado pelo govêrno brasileiro, embarcou em março de 1865 levando poderes especiais para resolver todos os assuntos concernentes ao problema imigratório.

Uma vez na Alemanha voltou à velha luta: através dos jornais cuidava de desmascarar os detratores do Brasil; realizou uma campanha de persuação pessoal, indo à casa daquelas pessoas que sabia desejosas de emigrar. Consegue, finalmente, remover a objeção do govêrno da Rússia e, novamente, se restabelece a corrente.

A guerra contra o Paraguai, para a qual a colônia concorrera com 77 homens, dos quais cinco oficiais, não chegou a perturbar o ritmo dos trabalhos. Em 1867, representada na Exposição Universal de Paris, a colônia recebeu o 12.º prêmio, no valor de 10.000 francos, além de uma medalha. O dinheiro, usou-o Blumenau em auxílios para a construção de casas para escolas. Neste mesmo ano o govêrno imperial distinguiu-o com a comenda da Ordem da Rosa. Publicou mais um folheto sôbre a colonização alemã no sul do Brasil.

Estava consolidada a colônia, transferida por assim dizer do domínio privado ao domínio público. Com o seu desenvolvimento assegurado pelo prestígio que lhe dava o govêrno, podia o Dr. Blumenau voltar as vistas para outra tarefa, conseqüente daquela que realizara: era preciso dar-lhe maioridade, emancipando-a e libertando o govêrno das despesas que o estabelecimento contìnuamente exigia. Lá estavam 10 mil habitantes que se ocupavam dos mais diversos ramos da atividade industrial e agro-pastoril. Em repetidos relatórios assinala a importância de se fazer a adaptação sistemática para aquêle

fim. Finalmente, em fevereiro de 1880, o govêrno provincial atendeu-lhe os reclamos, desmembrando as freguezias de Gaspar e Blumenau de Itajaí para constituirem um novo Município com sede na povoação da colônia elevada à categoria de vila.

Olhando o passado de duras lutas, que se muito concorrera para lhe enriquecer a têmpera servira também para lhe dar a certeza de que o que havia feito jamais desapareceria, Blumenau se prepara para a retirada. Liquida todos os seus interêsses com o govêrno e particulares e(a 15 de agôsto de 1884 embarca de regresso à terra natal. Até o fim de seus dias — 30 de outubro de 1899 — não cessaria o seu interêsse pela colônia que plantara às margens do Velho, no Vale do Itajaí.

A pequena colônia crescera, tomara corpo, ganhara autonomia, era uma cidade. Para tanto, quanto suor, quanta lágrima! Sentindo-se às vêzes "arruinado, quase doido pelos sofrimentos e dificuldades"; chegando, "em três ou quatro mêses, à beira do túmulo, em vez de ao brilho da glória e da felicidade" que esperava; quase desesperando ao perpassar do tempo no usufruto de uma esperança fugidia; mas sempre, com novas esperanças, voltando ao trabalho, sem se desfazer dos planos ou projetos acalentados; resolvido a não ceder e a gastar aqui até o seu último vintém, por que não viéra ao Brasil para ganhar dinheiro. "Bem ingrata e amarga tarefa é colonizar", escreveu carta feita a um amigo católico explicando que, um ano naquelas matas virgens corresponderia bem a vinte e cinco de purgatório. Para êle, era difícil abandonar uma terra que já recebera sua afeição e seu suor. Se fracassasse, ninguém poderia culpá-lo. "Fiz mais que podia e do que devia e, ainda estou disposto a sacrificar tudo se vir resultado no meu esfôrço." Ali estava uma terra onde crescia de tudo que se plantasse, com uma exuberância, um viço, que é uma alegria de vêr. O Brasil é uma terra magnífica... escrevia. E nos seus documentos o louvor à terra se alterna com a esperança, a desesperança, a fortaleza de ânimo do homem que está disposto a não se deixar vencer, vivendo uma vida simples, quase miserável para mostrar que, com tenacidade e persistência consegue-se sempre alguma coisa!

A vitória fluiu da perseverança e da tenacidade. Mais que o suor, ficariam seu nome e sua vida, amalgamados à terra como testemunho de seu trabalho. A glória que soube perseguir, tornou-se em seu mais alto bem. Há mais de um século que êle morreu, mas, como nos versos de Schiller, o corpo há muito que é poeira e o nome ecoa ainda além!...

Aqui reverenciamos sua memória, confundidos na mesma comunhão de todos vós, nestes dias em que o passado reflui tão forte e quando o presente se afirma num mesmo sentido de unidade para o futuro.

* * *

Talvez não seja exagêro dizer que na ação consciente do Dr. Blumenau estava o propósito de mostrar a capacidade de fixação do europeu em terras da América sem a perda de suas características essenciais. "... eu hei de mostrar em Santa Catarina que o alemão, por seu próprio esfôrço, pode conseguir alguma coisa que não seja ensinada pelos ianques..." É de admirar, porém, como os capitalistas alemães não se aperceberam do importante negócio que ali estava, tão ao seu alcance. Tivessem-no descoberto e menores seriam as agruras do pioneiro. Mas em compensação, por sentir em tudo o que fazia o resultado do seu esfôrço pessoal, apreçava melhor o seu sacrifício e avaliava em mais alto grau o apoio às vêzes intermitente, que lhe dava o govêrno brasileiro onde o próprio monarca, D. Pedro II, muitas vêzes chamou-o para ouvi-lo.

Para nós, aferimos hoje, em Blumenau, o resultado de um investimento. Partindo da selva, os vossos antepassados lançaram as bases de uma cidade. Todos aquêles que aqui aportaram depois e mais os seus descendentes, não desmereceram a obra, nem permitiram que ela estacionasse. Blumenau, como outros núcleos de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, do Estado do Rio de Janeiro e de São Paulo, não constitui exceção, mas o resultado lógico e natural do esfôrço colonizador de brasileiros e estrangeiros. As exceções são os insucessos. Não devemos perquirir aqui as razões da vitória, por que ela era o objetivo dos planos.

Num balanço dos resultados, porém, tentemos colher, se engenho e arte nos ajudar, os elementos bastantes para a interpretação sócio-econômica dos cem anos de Blumenau. Três pontos, de início, chamam nossa atenção: a terra, o homem e o instrumento de trabalho.

Não obstante a época em que se processou o início da colonização e as facilidades de que se poderia lançar mão, foi evitada a grande propriedade que, tão fàcilmente conduziria ao latifúndio. Estava previsto que o colono receberia seu lote gratuitamente, sujeito apenas ao pagamento das custas de medição e demarcação, isto mesmo num prazo mínimo de seis meses. No seu segundo relatório o Dr. Blumenau escreveu: "Contratos ainda não fiz com os colonos; entreguei-lhes as terras como propriedade sua dentro da legislação em vigor e pedi dêles apenas a restituição das custas dos diversos gastos com a medição das mesmas e outros preparativos em quantia de 7$500 por cada uma sorte".

Os doze lotes distribuídos aos primeiros colonos contratados mediam entre 33 e 39 hectares pagando, cada um, entre 10 e 11 mil réis.

Sendo o colono alemão avêsso, por índole ou formação, ao trabalho assalariado, constituía a família, pràticamente, uma unidade produtora organizada, compondo o regime familiar, segundo a feliz expressão de Emílio Willims, "um microcosmo econômico relativamente impermeável". Consigo e seus dependentes devia o colono trabalhar sua gleba, uma vez que estava excluída a hipótese de possuir escravos, tanto pela limitação de seus recursos como pelo impôsto no regimento elaborado pelo Dr. Blumenau que proibia terminantemente a entrada de escravos nas terras concedidas. "Nunca poderão entrar escravos da Companhia, nem das pessoas estabelecidas nas terras concedidas pelo Govêrno à Companhia e a seus colonos e nenhum proprietário de qualquer parcela dêstes terrenos poderá ficar ao mesmo tempo dono de escravos".

Não era isto, de forma alguma, um preconceito de raça; o próprio Dr. Blumenau teve uma negra a seu serviço. A reação era contra o trabalho servil e suas naturais conseqüências sociais e econômicas.

Estudando, em começos do século XX, a situação dos colonos alemães no Espírito Santo, explicava Wagemann a origem da pequena propriedade: "As razões são, principalmente, de ordem psicológica. O colono germânico não tem, devido a sua reduzida cultura, elementos para empreendimentos agrícolas de maior envergadura. De outro lado, não encontraria jornaleiros entre os seus conterrâneos, porque ninguém precisa alugar os seus serviços e todos anseiam pela independência completa."

Nestas condições a iniciativa colonizadora preteria a grande propriedade, sendo *grande* tôda aquela que estivesse acima de seu alcance e do seu grupo familial, torná-la econômicamente útil.

Pela mesma razão não poucas vêzes Blumenau teria de lutar contra a falta de jornaleiros. O desenvolvimento do núcleo, porém, viria criar o mercado de trabalho mas êste, em nenhum momento, dependeu do escravo. A base do que seria a economia futura encontramo-la já perfeitamente delineada naqueles primeiros tempos: nada de grandes vôos nem de iniciativas que estivessem acima da capacidade da clã. Na grande prole estaria o recurso natural para acrescer os elementos de produção.

Da família o colono evoluiria para a a associação, primeiro através dos "ajuntamentos" esporádicos para a construção da casa ou do engenho; daí ao estágio de uma sociedade realmente organizada, extendida ao grupamento em federações e chegando, afinal, à cooperativa. Do regime estritamente familial, passara-se ao inter-familial que se traduziu tão freqüentemente na intensidade de casamentos entre rapazes e moças de duas famílias. Formou-se, dessa maneira, uma perfeita pirâmide, partindo do homem para a coletividade.

Traduzindo de forma clara esta realidade temos, em números do Recenseamento de 1940, sôbre uma população total para o Município de 41.178 habitantes, o contingente do pessoal ativo nos estabelecimentos agro-pecuários montando a 11.734 almas e, note-se, neste grupo, apenas 164 eram colonos e empregados. Nada menos de 10.717 eram membros da família.

O isolamento em que se situou desde o comêço em relação às demais áreas de colonização, tornou possível o desvio do padrão de semi-nomedismo tão prejudicial às outras zonas de colonato.

Partindo de tais fundamentos devemos concluir que, se aqui não houve nada que se assemelhasse ao esplendor açucareiro do Nordeste ou à pompa cafeeira fluminense, aqui também não se registaram crises ou depressões da mesma envergadura que naquelas importantes áreas econômicas do país. A produção se fazia e crescia em função de um mercado exato, sem ambições que impõem grandes riscos, mas na medida de cautelosamente consolidar hoje o passo à frente dado na véspera.

Tivemos assim primeiro o embasamento e depois a construção, seguindo o processo lento de acrescer sempre com segurança, investindo num ano apenas o ganho em dinheiro e experiência do ano anterior. Isto se verificou na exploração da terra e, depois, numa transição sem choque para a idade industrial que é tão marcante em todo êste maravilhoso Vale do Itajaí.

Num balanço da esplêndida vitalidade demográfica do Município registava o censo de 1940, que cerca de dois terços da população cabiam ao grupo de 0 a 39 anos de idade, sendo a unidade administrativa uma das de menor índice de mortalidade infantil não apenas no Brasil, mas em todo o Continente.

O correr dos anos, o conseqüente engrandecimento da região, inclusive a estruturação capitalista, não foram suficientemente fortes para influir naquilo que estava na índole dos primeiros colonos. Excluída de seus interêsses a indústria pastoril, exigente de grandes áreas, cêdo chamado o homem para a lide industrial, com ela repartindo seu apêgo à terra, a propriedade tem se subdividido. Através das minuciosas inquirições feitas há dez anos verifica-se que enquanto para todo o Estado de Santa Catarina a área média por estabelecimento agrícola atingia a 54,96 hectares, no Município de Blumenau ela não ía além de 17,98, diante do que aquêles lotes de mais de 30 e menos de 40 hectares entregues aos colonos há um século passado chegam a nos parecer latifúndios. Descendo

mais longe nesta relação verificamos que, de uma área total de 60.364 hectares, compreendendo os estabelecimentos agro-pecuários do Município, estavam em exploração 36.932, ou sejam 61,18%. Outro fato a apontar e a definir o elevado índice de utilização econômica da terra a que se logrou atingir neste Município é o valor médio por hectare que, em 1940, sendo para todo o Estado em média de Cr$ 232,00, era, para Blumenau de Cr$ 641,00.

Aí está a prova de acêrto do pioneiro. Desbravando a terra, tornando-a produtiva, enriquecendo com os seus frutos a ponto de atingir um equilíbrio social invejável, o homem valorizou-a tornando-a um alto bem.

Que espécie de homem foi o autor de tão grande obra?

No rol dos primeiros 17 colonos havia um agrimensor, um veterinário, um carpinteiro, um marceneiro, um charuteiro, um funileiro e dois ferreiros. O mais velho de todos era um dos últimos e tinha então 52 anos; o mais moço era uma menina, filha do veterinário e tinha apenas três meses. Um contingente apreciável de artesãos num grupo que vinha cuidar de agricultura; mas o fato é que todos êles, no fundo, eram agricultores e especialistas e alguns aliavam, a esta qualidade, aquela outra. Pode-se dizer que procediam de uma seleção e capricho. De alguns dêles os sobrenomes são comuns ainda hoje: Gaertner, Friedenreich, Gaier. Outros nomes viriam logo depois e dentre estes o dr. Fritz Müller, sábio de renome que, no dizer da Darwin era "o príncipe dos observadores da natureza do Brasil", e que por longo tempo foi o médico da colônia; Augusto Müller, jardineiro formado no Jardim Botânico de Berlim, um veterinário que acumulava a estas suas funções a de vendeiro; armeiros, alfaiates, sapateiros, pedreiros, moleiros, construtores de engenho, torneiros e tantos outros.

Se fôssemos seguir a risca tôda a documentação teríamos que enumerar todos os ofícios, tôdas as profissões. E todos êles marcaram desde logo sua influência. Talvez por causa da presença de um charuteiro plantou-se fumo do que, em 1859, houve uma produção de 101 arrobas; a presença de um construtor de engenho deve ter dado margem ou pelo menos estimulado a produção de açúcar (2.500 arrobas já em 1859) e

de aguardente, também, produção derivada e associada àquela no aproveitamento da cana. Do aproveitamento da mata nasceram serrarias, uma das quais, a primeira, de propriedade do Dr. Blumenau que a operava pessoalmente.

Na composição daquele núcleo, na seleção dos imigrantes que chegavam, estava traçado o destino da colônia, da futura cidade de Blumenau. Evoluiria a agro-pecuária da forma primitiva para a racionalização e, partindo do artesanato nasceu o surto industrial como da criança nasce o homem.

No seu primeiro contato com a terra virgem, que lhe era entregue à devassa, a atitude do colono não poderia divergir fundamentalmente dos processos empíricos que praticávamos extensa e intensamente: a derrubada, a queima, a primeira casa e a primeira cultura, tendo em vista um futuro imediato que era o da fixação. A posse efetiva da terra, vindo sempre numa data posterior à posse de fato, fortalecendo as demais influências de ordem psicológica, deu margem, naturalmente, ao mais intenso. O sentido da propriedade em tôda a sua extensão. E aí coube então a vez de prevalecer a tradição de um trabalho mais racional que o comum do praticado até então. Sendo escassa no local a população nativa, não se verificou o natural choque de mentalidades — estes só bem mais tarde iria surgir — mas a imposição da mentalidade do imigrante sôbre o valor negativo de uma região até o momento inexplorada, era talada pelos selvícolas, ora ameaçada pelas cheias. O transitório cedeu lugar ao definitivo com a transplantação dos conhecimentos e das práticas trazidos da pátria de origem: o arado tomou o lugar da enxada, a adubação foi empregada, o rebanho melhorado gradativamente com a introdução de elementos de melhor origem. Os primeiros equipamentos usados foram trazidos; depois passaram a ser feitos aqui mesmo.

Com o correr dos anos e o aumento crescente da corrente migratória, as virtudes iniciais seriam beneficiadas. A nacionalização da agricultura, na Alemanha, uma conquista do último quartel do século mediante a luta entre o lavrador e o senhor das terras, teriam suas vantagens extendidas até cá, ao vale do Itajaí, sobretudo. A adaptação dos padrões racionalizados, é verdade, não se processou sem luta entre calouros e

veteranos do Brasil. Era, porém, uma fôrça nova e, como tal, venceu.

Outras causas, além destas que apontamos, são dadas responsáveis pelo sucesso da iniciativa do Dr. Blumenau e, uma delas, filiada a uma teoria hoje em dia por alguns dos mais reputados sócio-economistas, reporta-se à origem do próprio regime capitalista, compreendido êste como sendo o do trabalho profissional eficiente, honesto e ininterrupto, da condenação de uso da riqueza econômica para o gôzo e a ociosidade. Muitos autores da envergadura de Max Weber, Sembart, Karl Dunkmann, procuram filiar a transição do capitalismo para o capitalismo às reformas religiosas desde Lutero, atribuindo às modalidades ascéticas do protestantismo o hábito do trabalho depoish tornado num dever cívico. Seria muito difícil, porém, num laboratório como é o Brasil, onde tôdas as experiências têm tido seus sucessos e insucessos, encontrar uma confirmação precisa para este teoria, usando para tanto apenas o caso da preponderância de reformistas nas correntes imigratórias de uma determinada origem. Preferimos aceitar a radicação do regime capitalista a outros fatos de envergadura sem dúvida mais ampla e onde o homem trabalhou e lutou sem discriminação de crença, tais como o arrebentamento da clausura dos continentes pelas grandes expedições marítimas que devassando os oceanos estabeleceram comunicação e intercâmbio entre os mais distantes e distintos povos, tanto pela origem como pela cultura, num vasto processo de aculturação.

Preferimos justificar o surto capitalista de Blumenau pelo acêrto de uma iniciativa planejada em seus mínimos detalhes, desde a feliz escolha do local à meticulosa seleção daqueles que deveriam constituir a vanguarda desbravadora. Era a vontade em ação, a vontade de homens e mulheres sufocados pela agitação que reinava em seu país de origem e desejosos de uma vida de calma onde o trabalho seria o mais alto bem, ante a possibilidade que se lhes oferecia num Império jovem. Era o sonho de um cientista moço, que lêra Saint Hilaire, que ouvira Martins e Hunboldt e que, além de seus livros e de suas roseiras, queria edificar algo de mais importante e imorredouro

e que encontrou, num soberano que atingia à maturidade, curioso e especulador das ciências naturais, tôda a compreensão e todo o amparo para o seu ofício, o seu artezanato de transplantador de civilização e construtor de cidades, na mais humana inteligência do vocábulo!

* * *

Vitória do homem sôbre a terra num espaço de tempo que não é o suficiente ainda para a completa aculturação. Na pressa dos jovens temos às vêzes exigido demasiado de vossa capacidade sem que nem sempre lhes tenhamos extendido a mão para trazer-vos bem perto de nós. Momentos de exaltação passam, porém, e resta a realidade, o fato. No entanto, se bem medirmos, veremos que aquela relação estabelecida pelo Dr. Blumenau entre um ano de selva e vinte e cinco de purgatório não está fora do propósito: a colônia fundada em 1850, trinta anos mais tarde recebia autonomia administrativa pela criação do Município de Blumenau. Adquiria, a jovem povoação, seu título de maioridade.

Ocupando uma área aproximada de 11.000 quilômetros quadrados, onde a intensa vida rural se mesclava com as artes e os ofícios, muitos foram os núcleos de população que desde logo se constituíram. Gaspar, Indaial, Massaranduba, Timbó, Rodeio, Ascurra, Hamônia, Rio do Sul, Taió, Encruzilhada, seguiam de perto os passos da sede municipal. A semente se multiplicava e o exemplo de energia era sempre o mesmo. Cedo, porém, atingiram um estágio que lhes deu aspiração de liberdade e, em 1934, nove distritos foram desmembrados para constituírem outros tantos Municípios. Ao desmembramento da propriedade particular seguia também o desmembramento da área municipal. Integrados todos numa mesma região econômica, ligados entre si pelos laços da origem, irmanados num mesmo interêsse de grandeza, fortalecidos pelo mesmo sentimento de brasilidade, logo se deram às mãos vencendo a emoção do primeiro momento. Mais tarde, novo desmembramento, mais um filho que se emancipa, um novo Município que se constitui. Aquêles

quase onze mil quilômetros de superfície do Município de Blumenau estavam agora reduzidos a pouco mais de mil. A vitalidade posta à prova dava, porém, a idéia de ao em vez de um fracionamento, ter havido uma concentração. Aquêles distritos, levados à categoria de unidades municipais, tiveram razão para um desenvolvimento mais ativo. Blumenau, dentro de seus novos limites, imprimiu novo ritmo à sua vida. Com uma sólida fundamentação social e econômica, onde o equilíbrio entre o campo e a "urba", entre a atividade agro-pastoril e a industrial e comercial é um exemplo que deveria ser gritado para todo o Brasil, sobretudo para aquelas regiões onde as grandes cidades, como polvos gigantescos, estrangulam com seus tentáculos a economia rural. Aqui vemos o homem, seja qual fôr sua posição, dividir o tempo entre o campo e a fábrica, servindo o sentido humano de um para corrigir a frieza materialista da outra.

A exploração da riqueza extrativa que de 3.427 milhares de cruzeiros em 1939 evoluiu para 26 milhões em 1948; o trabalho intensivo do solo que permitiu em 1939 uma produção agrícola de cêrca de 6 milhões e que em 1948 superou a casa dos 30 milhões, são elementos que ressaltam as características das atividades rurais. Não tem se verificado aqui o fenômeno das culturas nômades: há um perfeito sentido de fixação não apenas na vida do homem, mas também na exploração do solo e isto se deve, sem nenhuma dúvida, à prática regular da fertilização e aos cuidados de defesa contra à erosão. O maior volume da produção sem um relativo acréscimo da mão-de-obra reflete, por seu lado, o emprêgo crescente da máquina que liberta homens para outras tarefas.

O composto de agricultor e artesão verificado na composição das levas de colonos que aqui chegaram, cedo viria influir para que uma transição sem cheques se operasse da idade agrícola para a industrial, mediante inclusive com a criação de uma classe proletária. Embora trabalhando a terra como atividade principal, o colono tinha sua ferramenta e exercia o seu ofício. Os filhos, eram discípulos natos, herdeiros tradicionais da profissão dos pais. De pequena oficina, passou-

se à fábrica. Da ferramenta antiga, da máquina manual, ao equipamento automático.

Seria natural, neste caso, um ajustamento da produção à capacidade de consumo da região e às possibilidades insinuadas pela matéria-prima. As serrarias, os engenhos para cana de açúcar, os pequenos fabricos de charutos, as pequenas indústrias de laticínios, as de bebidas, foram surgindo aos pouco desde aquêles primeiros tempos da colonização. Era a formação de um parque de indústrias que tinham como primeiro objetivo tranformar a produção extrativa e agropastoril, valorizando-a e permitindo um mais intenso comércio com outras áreas do país. É curioso como não se chegou a estabelecer um comércio mais estreito entre a colônia e a Alemanha. Willims assinala que o açúcar produzido pelos teuto-brasileiros nunca concorreu nos mercados alemães, com o açúcar de beterraba. Mas, em compensação, os núcleos industriais que foram surgindo nas regiões colonizadas com o homem alemão cedo entraram a fazer concorrência à produção manufatureira européia, substituindo-a pouco a pouco.

A imigração de técnicos, a importação de máquinas e, sobretudo, a existência de um mercado consumidor de boa capacidade aquisitiva à mão, agiam como fatôres ponderáveis na transformação.

Duas exceções, porém, vamos encontrar no quadro industrial. Destoam daquele critério da indústria feita em função da matéria-prima e no entanto constituem hoje dois pontos altos em vossa riqueza. Uma delas é a de tecidos de artefatos de algodão. A primeira fábrica de tecidos surgiu por volta de 1880, formada com uns poucos teares. Em 1940 a indústria têxtil de Blumenau contava com 9 fábricas, representando um capital aplicado de 21 milhões, ocupando 1.911 pessoas e com uma produção de 22.381 milhares de cruzeiros. Atualmente, somadas as fábricas de tecidos e malharia, são cêrca de duas dezenas de fábricas. A produção de tecidos e artefatos elevava-se em 1948 a Cr$ 152.880.296,20. Eis, pois, no que deu a evolução do velho tear doméstico. Mas aqui, não obstante as tentativas feitas, o algodão não se firmou no setor agrícola

e a fibra, vinda a comêço no Norte, procede hoje em grande parte de São Paulo.

Dissemos duas exceções. A segunda é a indústria metalúrgica. Dez estabelecimentos funcionando acusavam em 1940, uma produção no valor de 2.729 milhares de cruzeiros; em 1948 os mesmos dez estabelecimentos produziam mercadorias estimadas em 20 milhões. Com matérias primas trazidas de outras partes do território nacional são fabricados, aqui, objetos que teem tradição em todo o Brasil.

Já houve quem, examinando produtos de vossas fábricas, exclamasse: Aqui estão mercadorias que certamente compramos como sendo de procedência estrangeira! Êste é sem dúvida um elogio. Sobretudo se consideramos que na "procedência estrangeira" enxergamos a tradição da qualidade e do apuro.

Expressionando todo o valor, tôda pujança de vossa indústria, é notória, em todo o país, a harmonia existente entre as classes trabalhadoras, patronais e operárias. Há, aqui, claramente, um clima de alegria e satisfação que já me havia sido referido por pessoas que teem tido o prazer de mais estreitamente privar convosco.

Se falei do vosso campo e das vossas fábricas, desejo falar também um pouco desta outra fôrça no conjunto econômico que é o comércio, centro para onde convergem as atividades daquelas duas esferas de trabalho. Mais de três centenas de emprêsas distribuidas no Município, com um capital aplicado que sobe a algumas dezenas de milhões de cruzeiros, dão curso ao magnífico índice de circulação de vossa riqueza.

No campo regional vossa economia é o retrato do que deve ser a economia nacional: produção em função de consumo obtida em condições que permitam ao homem, seja êle representante do capital ou do trabalho, um justo confôrto em sua vida. A casa, a família, a sociedade, não podem nos dias que correm, ser o privilégio de poucos mas o direito de todos. Não conforme a igualdade materialista, mas, segundo o regime que a todos assegura igual oportunidade, cada um conforme sua capacidade.

* * *

Todos êstes elementos estão a demonstrar a pujança econômica do Município de Blumenau e encontram-se perfeitamente refletidos na situação de sua fazenda pública. No orçamento para 1950 a receita foi prevista em 6 milhões de cruzeiros com a despesa fixada na mesma quantia. Na primeira prevalecem os impostos sôbre indústrias e profissões (23,7%), predial (20,8%) e de licença (10,8%). Na segunda verifica-se que, nada menos de um têrço da despesa está destinada aos serviços de utilidade pública e nada menos de 20% são reservados à educação.

Se procurarmos um confronto para aquêles 6 milhões do ano corrente, vamos encontrar, em 1940, uma receita arrecadada de apenas 1.586.000 e uma despesa efetuada de 1.622.000 mil cruzeiros. Tal como na vida privada, na vida pública os índices subiram muito, numa medida que denuncia não apenas a elevação geral de custos e preços, porém traduz um forte acréscimo da produção real, tanto na economia como na finança.

Símbolo do equilíbrio financeiro, retratando a capacidade econômica do Município e o zêlo dos seus administradores, é o fato de que, em dez anos, nada menos de seis exercícios financeiros foram encerrados com superavit dentre estes, os últimos — 1947 a 1949. O balanço do decênio — 1940/49 — acusa um saldo positivo de 402.000 cruzeiros.

Num breve exame da situação financeira podemos dizer ainda que, segundo o Balanço Patrimonial do exercício de 1949, o Ativo Financeiro da Prefeitura de Blumenau está expresso na cifra de Cr$ 1.014.889,60 tôda ela representada em espécie existente na Tesouraria e em Bancos ao passo que o Passivo Financeiro totaliza apenas Cr$ 467.369,10 o que demonstra a existência de um expressivo superavit financeiro de Cr ... 547.520,50. Ao encerrar-se o exercício de 1949 a Prefeitura de Blumenau contava com invejável índice de liquidez financeira: para cada 1 cruzeiro de exigibilidade dispunha de Cr$ 2,17 de disponibilidades.

Não é menos auspiciosa a situação econômica expressa naquele Balanço, que acusa um patrimônio líquido ou saldo

econômico de Cr$ 4.456.151,60, representando, precisamente 54% do Ativo.

Se a boa finança é base da boa economia, ou vice-versa, não resta alternativa, no vosso caso, se não reconhecermos de pronto o excelente estado de vossa vida econômico-financeira.

* * *

Êste, senhores, na medida dos elementos conhecidos, um sincero balanço econômico e financeiro de Blumenau de nossos dias. Muitas das coisas aqui ditas são, sem dúvida, sobejamente sabidas e conhecidas vossas. Constituem, porém, um fato novo para quem viva alheio à vossa realidade. Em muitos passos na elaboração dêste breve estudo senti a sensação de estar fazendo uma descoberta e, no entanto, não há pròpriamente uma distância que nos separe dentro do Brasil. As coisas, tal como as expus, sintetizam, no conjunto, a maneira por que um homem estranho ao vosso meio, vê e interpreta o vosso fenômeno.

Em cem anos aqui se construiu um edifício social- econômico. Tempo sobremaneira curto na vida de uma coletividade. Nesta obra fortes não esmagaram fracos; todos lutaram rudemente, tenazmente. E todos estão exaltados na vossa memória, na memória do Brasil, exteriorizada na consagração dessa festa. Os nomes dos maiores desfilam cercados de legenda: Blumenau, Müller, Padre Jacob, Gaertner, e tantos, tantos outros... Homens e mulheres que ao encanto de novas esperanças deixaram um dia o seu país para a grande aventura de uma terra nova, terra que aprenderam a amar e a quem deram o melhor de sua fôrça e de sua inteligência.

Tendes, os homens de hoje, descendentes daqueles do passado, uma grande, pesada responsabilidade perante o Brasil. Sois, Blumenau, cidade nascida do esfôrço e da perseverança de um grupo de colonos alemães no Vale do Itajaí, uma pura cidade brasileira. Na peculiaridade de vossa paisagem física e humana reconhecemos a saga de virtudes, a suma das qualidades apuradas de gentes de origens as mais diversas nesta esquina do Continente.

Eu vos saúdo, centenária Blumenau! Com a mesma reverência com que saúdo a quatro vêzes centenária cidade da Bahia de Todos os Santos, a mais velha das cidades do Brasil. Ou com a piedade com que me inclino diante de Santos, o velho burgo de Braz Cubas, onde, nascido de modestos colonos espanhóis, vi pela primeira vez a luz do sol.

Eu vos saúdo, Blumenau!

Eu vos saúdo, Brasil!

SEM LIMITES A IMPORTAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS IMPRESCINDÍVEIS AO SOERGUIMENTO DO BRASIL (*)

"O documento firmado pelo Sr. Horácio Lafer com os Srs. Eugene Black, presidente do Banco Internacional, o presidente do Export-Import Bank, e mais pelos Srs. Edward G. Miller, assistente do secretário de Estado, e John Synder, secretário do Tesouro dos Estados Unidos, é, no meu entender, um dos mais importantes e singulares dos até agora firmados entre os dois países com a cooperação de entidades internacionais — disse-nos o senhor Valentim F. Bouças, secretário geral do Conselho Técnico de Economia e Finanças e um dos membros da Missão Lafer aos Estados Unidos, referindo-se aos ajustes econômico-financeiros assinados em Washington pelo ministro da Fazenda, setembro último.

Como se sabe, várias críticas foram formuladas da tribuna do Congresso quer aos ajustes firmados entre o Brasil e Estados Unidos, quer às medidas conseqüentes solicitadas ao Poder Legislativo. De outro lado, parlamentares, no Senado e na Câmara, levantaram seus protestos à orientação da política financeira do govêrno, detendo-se neste ou naquele ponto. A tôdas essas críticas responde hoje o Sr. Valentim F. Bouças, ao explicar as negociações realizadas pelo ministro Lafer.

Significado político e econômico-financeiro

Referindo-se ainda à importância dos ajustes econômico-financeiros, salientou o senhor Bouças que para se firmar um

(*) Entrevista concedida ao "O Jornal", do Rio de Janeiro, em 20 de novembro de 1951.

documento semelhante, era necessário um clima de excepcional confiança. E ajuntou:

— Essa confiança, em relação ao Brasil, foi e é possível, porque, não apenas os círculos oficiais, mas igualmente no seio da opinião pública norte-americana, existe uma latente e firme atmosfera de reconhecimento à atitude do presidente Getúlio Vargas quando, nos dias negros de 1941/42, levou o Brasil a romper com os países do Eixo, colocando-se inteiramente ao lado das nações democráticas, sabendo de antemão as dificuldades e as incertezas com que nos depararíamos".

Abordando a significação econômico-financeira, nos disse o secretário geral do Conselho Técnico de Economia e Finanças:

— Quem se der ao trabalho de ler aquêle sintético documento, compreenderá que êle equivale a uma promissória com o aval expresso do govêrno norte-americano, para ser descontada nos Bancos Internacional e de Exportação e Importação, faltando-lhe apenas a firma do sacador, que, nesse caso, é o nosso Congresso. Sem esta assinatura, tudo será paralisado. Não teremos crédito nem equipamentos. Analisando-se com cautela o que ali está escrito, temos, em resumo, o seguinte:

a) que não há limite para a aquisição dos equipamentos que precisamos importar;

b) que há um limite para as nossas obrigações em cruzeiros (10 bilhões ou, em linguagem popular, 10 milhões de contos de réis);

c) que temos assegurada a prioridade para a obtenção dos equipamentos e seu financiamento no exterior."

Pontos essenciais

Como as críticas levantadas ao ajuste, inclusive na imprensa, se referem, principalmente, à omissão do valor em moeda para a operação, perguntamos ao Sr. Bouças se êle considerava êsses pontos tão bem resumidos essenciais ou suficientes, como garantia.

— Peço — continuou — que reflita apenas nisto: não há país algum no mundo, nem mesmo os da órbita soviética, que não esteja em tôrno das autoridades norte-americanas, a solicitar créditos financeiros ou prioridades para embarques de equipamentos, quando não ambos os favores simultâneamente. Pelo acôrdo firmado em Washington, o Brasil tem aquelas prioridades antes mesmo de solicitá-las. Comparando a situação dêles com a nossa, podemos dizer que enquanto aquêles países comparecem em Washington de "chapéu na mão", nós, no Brasil, estamos de "chapéu na mão" mas perante o nosso Congresso".

Nesta altura da palestra, formulamos ao Sr. Bouças as indagações do Sr. Hélio Cabral — não seria um entrave, ou mesmo vexatório para um país que o direito a essas prioridades só se concretize depois da aprovação dos seus projetos pelas entidades financiadoras?

— Perdôe — respondeu o Sr. Bouças — mas permita que transforme essa pergunta em outra: Como particular, ou comerciante, já viu algum banco conceder créditos ou desconto de letras sem o conhecimento prévio das razões da operação?

Como se tratasse de negócio de govêrno para govêrno, consideramos suficiente a garantia da parte financiada. Ante essa estranheza, esclareceu o Sr. Bouças:

— Eu preferiria que a nossa palestra não tomasse êsse rumo. Poupar-me-ia a tristeza de revelar casos de nosso passado financeiro.

E acrescentou:

— Durante mais de 19 anos tenho me dedicado ao estudo e a triagem de nossa dívida externa. É um verdadeiro drama, onde a incompreensão de responsabilidades, por parte de credores e devedores, nos levaram a situações angustiosas. Quem se der ao trabalho de manusear os 18 volumes de "Finanças do Brasil", de nossa autoria, no Conselho de Economia e Finanças, estará a par de todos os fatos" .

Continuando, revelou o Sr. Valentim F. Bouças que nas nossas relações com os Estados Unidos há casos, no passado, que abalaram o Brasil no terreno dos empréstimos. Afirmando

que ora era contra os banqueiros, ora contra o Brasil, apontou o empréstimo de Santa Catarina, onde o Estado perdeu quase a totalidade do empréstimo. O empréstimo do Ceará, quando essa Unidade nordestina foi espoliada miseràvelmente. O empréstimo do Estado do Rio, que ainda hoje o seu govêrno procura receber os depósitos na massa dos banqueiros falidos. De outro lado, apontou o empréstimo de 20 milhões de dólares realizado pelo Brasil, em 1922, para a eletrificação da Central do Brasil, cujo destino dado foi de cobrir "deficits".

E arrematou:

— Sòmente no govêrno Getúlio Vargas a Central do Brasil começou a executar seu plano de eletrificação, com créditos e materiais inglêses".

Juros, comissões e prazos

Outro ponto que mereceu a crítica dos deputados e senadores da oposição, e mesmo de alguns membros da maioria parlamentar, foi o que se refere a juros, comissões e prazos dos empréstimos a serem realizados. Ao ferirmos o assunto, disse o Sr. Bouças:

— A natureza dos equipamentos a serem importados e sua aplicação em cada projeto é que irão determinar o prazo dos empréstimos. Comissões não existirão; trata-se de operações oficiais, de govêrno para govêrno. Quanto às taxas de juros, serão observados o critério do preço do dinheiro, no momento e para cada caso. Qualquer outro critério seria incompreensível e inaceitável".

Melhor esclarecendo, afirmou:

— Compulsando as taxas reais nestes últimos anos, creio que teremos um máximo de 4,5% para um mínimo de 3,5%.

Invocando a tradição da inoperância dêsses estudos, nos mostramos incrédulos quanto a obtenção dos créditos exigidos pelo nosso desenvolvimento econômico. O Sr. Valentim F. Bouças, depois de pensar um pouco, responde:

— Quando se criou o dinheiro não foi para que êle dormisse nas prateleiras dos bancos, mas para o giro. Os bancos só

ganham quando fazem girar as rodas de seus depósitos ou créditos. Se há um interêsse nosso na aplicação, êle também existe de parte dos que possuem os meios. E o Brasil, neste mundo combalido, é o país que apresenta melhor índice de mocidade econômica, com grande resistência nas suas riquezas inexploradas. Somos, sem dúvida, o melhor campo para investimentos no mundo.

O monopólio

Referindo-se às argüições de que com os ajustes firmados em Washington, teria sido instituído um monopólio em favor dos Estados Unidos, isto é, uma obrigação nossa de lá comprar todo equipamento de que necessitarmos, salientou o Sr. Bouças que se existe monopólio no caso, êsse é nosso. E isso porque enquanto todos os países do mundo solicitam aos Estados Unidos prioridades de equipamentos, com a assinatura do documento ficamos de posse dessas prioridades.

Por outro lado, esclarece ainda o Sr. Bouças, o Banco Internacional não pertence aos Estados Unidos. É uma espécie de sociedade por quotas, na qual se congregaram todos os países, inclusive a União Soviética que, depois de concordar e firmar a sua criação, desertou, pelo menos até agora.

E, ainda se referindo ao monopólio, advertiu:

— Não nos esqueçamos de que a França, que há quatro anos ficou de nos entregar 90 locomotivas, sòmente agora nos vai mandar as 4 primeiras.

Diante da nossa surprêsa do que uma Comissão Mista Brasil-EE. UU. dê a última palavra em assuntos que só a nós deveria dizer respeito, afirmou o Sr. Bouças que também sentiria essa mesma reação se tivéssemos todos os equipamentos e, mais, grandes saldos em nossa balança de pagamentos, além da técnica.

Os recursos internos

A verdadeira chuva de perguntas a que submetemos o Sr. Valentim F. Bouças, envereda agora sôbre o discutido emprés-

timo interno, ainda ontem discutido na Câmara dos Deputados, onde se encontra para ser apreciado pelos representantes do povo. Discorrendo sôbre o assunto, adiantou o Sr. Bouças:

Para um govêrno demagógico a forma mais cômoda seria a de transformar a obtenção de meios em impôsto definitivo, fugindo à mentalidade do empréstimo. Entretanto o empréstimo, com aplicação especial, afugenta a tentação das realizações de caráter demagógico e obriga o cumprimento de um contrato real. O impôsto reúne-se à arecadação geral, com grande tentação para as letras "O" com penacho, ficando as realizações prometidas para mais tarde.

E prossegue:

— Diante da calamidade pública não pode haver interpretação de expontaneidade patriótica. Há a exigência do bem estar social e econômico do povo. Procura-se, então, o remédio heróico, dentre aquêles que, por sua capacidade, não venham a agravar o custo da vida. E, nesse caso, o adicional sôbre o impôsto de renda é o mais justo e humano. Apenas, eu seria favorável a 20% e não 15%.

Explicando por que sòmente depois de cinco anos serão os títulos entregues aos subscritores, disse:

— O Brasil tem títulos (apólices federais) em circulação no valor aproximado de 10,5 bilhões. São 179 decretos os mais variados, contendo condições heterogêneas, criando um verdadeiro pandemônio. Como elemento para eliminar o crédito interno, não poderia haver melhor: apólices vendidas e não resgatadas; apólices sem prazo de resgate; apólices sem lista de cupões. Taxas de juros as mais variadas. Foi êste um dos grandes fatôres de desmoralização das Obrigações de Guerra. Um título para ter valor e gozar de crédito precisa ser líquido e certo. Desde que as condições se tornam incertas, sua cotação baixa e o título desmoraliza-se.

— Então, o que pretende fazer o ministro da Fazenda? — perguntamos.

— Precisa ter os meios, poderes e o tempo suficiente para dar vida, uniformizar as obrigações federais, tornando-as líquidas e certas! É um dos grandes trabalhos que deve ser

realizado pelo atual govêrno Getúlio Vargas, tal qual fêz com relação à Dívida Externa pelos Decretos ns. 6.019, de 23 de novembro de 1943, e 6.410, de 10 de abril de 1944.

E o Sr. acredita — voltamos a indagar — que em 5 anos o ministro da Fazenda possa cumprir êsse programa? — ao que respondeu o Sr. Bouças:

— Desde que o Congresso dê todo o seu apoio, não vejo motivo algum para que os nossos títulos internos não obtenham o crédito que merecem.

— Mas não julga que no fim de 5 anos, quando as novas obrigações de empréstimo compulsório previsto forem lançadas no mercado, possa haver uma brusca queda nas cotações?

— Para isso é que se trata de dar uma salutar e heróica recomposição aos títulos em circulação. Quer o govêrno torná-los, como já disse, títulos líquidos e certos. E quando os novos entrarem em circulação não haverá mais o impacto que muitos prevêm. Primeiro, porque já os velhos títulos estarão reabilitados; segundo, porque os novos já terão sua amortização iniciada nesse primeiro ano com 10%.

— Julga então possível que um país tenha em circulação títulos no valor aproximado de seu orçamento anual?

— Pelo contrário; êste é um índice modesto. A Inglaterra e os Estados Unidos têm obrigações em circulação que correspondem a 10 e 12 vêzes os seus orçamentos anuais. Neste momento o montante da dívida interna federal (apólices em circulação), não chega a metade do orçamento da União.

Aumento de impôsto

Uma última questão propusemos ao Sr. Valentim Bouças: Julga necessário o aumento de impostos no Brasil?

— Em absoluto. O Brasil pode e deve arrecadar o dôbro do que hoje coleta, não o fazendo por defeitos graves de sua legislação tributária e por sua mais deficiente máquina arrecadadora.

— E quem é o culpado?

— O sistema arcáico que herdamos do passado, infelizmente não expurgado de nossa Constituição de 1946, cuja distribuição de rendas muito agrava a situação dos Estados que, para se defenderem e sustentarem vão buscar na maior fonte anti-econômica — o impôsto de vendas e consignações — os meios que o imperativo das necessidades de fato determinam. Êste o grande estímulo ao encarecimento da vida no Brasil.

A LIVRE INICIATIVA DO MUNDO MODERNO (*)

Assim como Miss Liberty, o "'free enterprise" é um significativo símbolo dos Estados Unidos.

Se a bela estátua nos oferece, com seu facho vigilante, a idéia permanente de liberdade, o livre empreendimento nos recorda o fundamento da prosperidade americana.

Não há negar que o pilar mais sólido do formidável edifício econômico que os americanos construiram em poucos séculos tem sido a livre competição.

Caldeadas as raças e os capitais na parte norte do Novo Mundo, foi a possibilidade de trabalhar livremente, sem peias e com estímulos constantes, que originou o progresso industrial os métodos comerciais mais dinâmicos e o rendimento financeiro mais útil.

É preciso meditar na profunda lição da vida dos grandes capitais americanos de indústria.

São êles os vencedores de uma livre competição. Os mais capazes, os vitoriosos entre todos que tiveram e têm uma oportunidade igual. E o seu triunfo não é apenas o triunfo material. O progresso americano, significando a mais alta expressão do são capitalismo, tem sido terreno fértil para o desenvolvimento das ciências, das artes e da educação em geral. Há, portanto, um sentido humano neste capítulo de liberdade.

Mas o mundo moderno, por uma série de fatores sociais e econômicos, surgidos enquanto marcha a civilização, tem aconselhado não a que se restrinja a livre competição, mas a que se

---

(*) Artigo publicado na revista "Em Marcha", em fevereiro de 1952.

orientem as atividades fundamentais, a fim de que não se criem estados dentro do Estado.

Estas limitações ao livre empreendimento não lhes deforma o aspecto. Mas beneficiam a sociedade, ameaçada de se tornar presa de organismos poderosos, cujo crescimento se tornou tão grande que conferiu a seus possuidores maiores poderes discricionários sôbre a vida econômica de ponderáveis parcelas das populações.

Êste fato, verificado em tôda parte do mundo, tornou-se agudo nos Estados Unidos, onde o inato sentimento democrático do povo americano está promovendo soluções consentâneas entre a liberdade de empreender e a liberdade de viver econômicamente livre.

O Brasil tem grandes lições a tirar desta experiência do mundo moderno.

Aqui as condições são diferentes. O processo de crescimento tem variado. Nada ser mais interessante, entretanto, ao nosso país, do que o livre empreendimento. Sem êle não progrediremos na medida que necessitamos.

Há a reconhecer, todavia, que a ausência de alguns elementos, que vão desde a ausência de capitais ao "know how", dá lugar a que se instalem e cresçam desmedidamente organismos privados capazes de controlar algumas fontes básicas da produção.

Então o que temos a fazer é procurar conciliar a situação. De um lado temos o país necessitando estímulos para as suas forças vivas, e estes estímulos devem ser a liberdade de empreendimento e igual oportunidade para todos. De outro lado, em vista daquela ausência de elementos fundamentais a que nos referimos há pouco, temos o Estado intervindo como fator regulador dos excessos de poder econômico, e numa função supletiva altamente valiosa, que visa justamente a dar ao país os elementos que lhe faltam.

Induzido por estes fatores, o Estado tem se constituído sócio de particulares, no Brasil, e se lançado a grandes empreendimentos. Mas a sua finalidade não é a de tomar o lugar dos cidadãos.

A idéia que me parece mais certa é a de que o Govêrno, embora obrigado pela fôrça de circunstâncias a esta atitude, não deve levar sua intervenção a extremos. Deve sempre cooperar com os particulares, dar-lhes participação nas administrações, garantir-lhes os capitais empregados e, finalmente, quando estes particulares se tenham mostrado capazes de seguir sòzinhos o caminho, entregar-lhes por inteiro o emprendimento.

Levado o Govêrno a constituir emprêsas de economia mista, deve, antes de tudo, garantir juros mínimos aos particulares que atendam a seu chamado, até que as emprêsas por êle incorporadas venham a dar dividendos. O êxito das emprêsas pode resultar em dividendos superiores aos juros a que o Govêrno se obrigará a pagar. Neste caso, êle estará desobrigado. Mas uma garantia mínima deve ser dada, garantia que deixará de existir quando o Govêrno, seguindo a política aconselhável de pouco a pouco ir transferindo sua participação aos particulares, passar a minoria entre os acionistas de sociedades anônimas de economia mista.

A administração é, naturalmente, o ponto vital desta tese. Já em 1931, Otto Niemeyer preconisava para o Brasil a transformação lenta das autarquias em sociedade anônimas. Alguns empreendimentos fundamentais podem, assim, prestar um duplo benefício ao público, realizando serviços consentâneos e pagando dividendo. A má administração deve ser coibida, e os insucessos administrativos imediatamente considerados, para que se promova a mudança consentânea da política administrativa até então seguida. Tal política, além de evitar os deficits no orçamento da República, concorer para melhor arrecadação de impostos que devem ser pagos pelas sociedades anônimas.

Um dos pontos que julgo essencial é o que diz respeito ao alívio do Tesouro Nacional das obrigações que, na forma da dívida interna, êle assumiu para financiar aquisições de material ou satisfazer aos "deficits" constantes da maioria das emprêsas de economia mista. Estas obrigações, sobrecarregando o orçamento, impedem o Govêrno de lançar-se a novos empreendimentos pela falta de fundos, e levam-no a exigir sempre mais

impostos para satisfazê-las. O fim desta espiral é sempre o agravamento do custo da vida.

Creio que poderemos aliviar consideràvelmente o Tesouro, e levar o capital particular a penetrar cada vez mais nas emprêsas de economia mista, consentindo que os títulos da dívida interna sejam trocados por ações das emprêsas de economia mista. Estas ações terão aquela garantia mínima a que já me referi. O Govêrno será aliviado, podendo aplicar os títulos novamente ou mesmo queimá-los. E o "free enterprise" alcançado, pois cada vez mais os particulares serão possuidores de ações das sociedades anônimas, e, quando suficientemente capazes, poderão possuí-las tôdas.

Na verdade, o Brasil tende para o "free enterprise" completo. Mas, como já dissemos, certos aspectos de sua formação, levam-no a limitações e à presença do Estado nas atividades econômicas. Isto deve ser compreendido nos Estados Unidos, que têm no Brasil o seu segundo mercado importador, mercado que tende a aumentar progressiva e vertiginosamente. Nossos interêsses se entrelaçam. Tudo deve ser feito neste sentido de que cada vez possamos mais nos entrelaçar, assegurando-se aquêle rítmo de progresso do nosso país.

ÍNDICE

PREFÁCIO 5
Os tributos e sua arrecadação em face da Constituição 7
Os impostos e a Constituição 17
O custo de vida em marcha para o infinito 25
Sistema de trocas 30
As responsabilidades do Brasil
I — Terra pobre, moeda pobre 34
II — A terra e os transportes 38
Amortizações do "Plano A" 45
Prazo de extinção de empréstimo do Estado de Santa Catarina 48
O espírito das Américas (Trinta e três anos de contacto com os homens de negócio americanos, o comércio dos Estados Unidos e altos funcionários de Washington) 59
Dia Panamericano 86
Imigração não é despesa, é capital 92
Retrato econômico do Brasil 110
A dívida externa em perguntas e respostas 132
Sôbre a indústria nacional 158
Um bandeirante do ciclo ferroviário (João Teixeira Soares) 166
A missão Abbink em perguntas e respostas 171
Rui, o financista 188
Transferência de um patrimônio de trabalho 208
Discriminação de Rendas e Código Tributário 216
A interpretação econômica dos 100 anos de Blumenau 243
Sem limites a importação dos equipamentos imprescindíveis ao soerguimento do Brasil 265
A livre iniciativa do mundo moderno 273

INTRODUÇÃO À POLÍTICA FISCAL — Bernard Pajiste — Análise econômica da política tributária. 130,00

FINANÇAS COMPARADAS — Henry Laufenburger — Trad. de Silveira Lobo — Estudo dos sistemas financeiros vigentes na Rússia, Estados Unidos, Inglaterra, França, Portugal e Brasil 200,00

MOEDA E PREÇOS, CRÉDITO E BANCOS — Luiz Sousa Gomes — 2.ª edição atualizada. Contém noções fundamentais, sendo livro indispensável ao estudante 120,00

À MARGEM DE UM RELATÓRIO — Octávio Gouvêa de Bulhões — Texto integral do Relatório da Missão Abbink, analisado pelo Presidente da Comissão Mista Brasileiro Americana de Estudos Econômicos 120,00

LEOPOLDO DE BULHÕES — Augusto de Bulhões — Biografia do grande brasileiro escrita pelo seu filho 200,00

ESTUDOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS — Valentim F. Bouças — Coletânea de valiosos trabalhos, precedidos de um prefácio autobiográfico — Volumes I e II — cada 150,00

HISTÓRIA DA DÍVIDA EXTERNA — Valentim F. Bouças — Síntese da história econômica e financeira do Brasil — enc. 160,00

TEMAS DE DIREITO TRIBUTÁRIO — Gilberto de Ulhôa Canto — Pareceres e Estudos — enc. 300,00

ANÁLISE JURÍDICA DO CRÉDITO PÚBLICO — C. J. de Assis Ribeiro — Completo estudo sôbre dívida pública federal, estadual e municipal 200,00

Edições Financeiras S.A.
Rua Debret 23-sala 1107
Rio de Janeiro

EDITOR BORSOI
Ester de Melo, 38 — Benfica

57900
INVENTÁRIO
1/4/72

Êste livro deve ser devolvido na última data carimbada

			Imp. Nacional —

COFRÉ

38-56

Bouças, Valentim F.